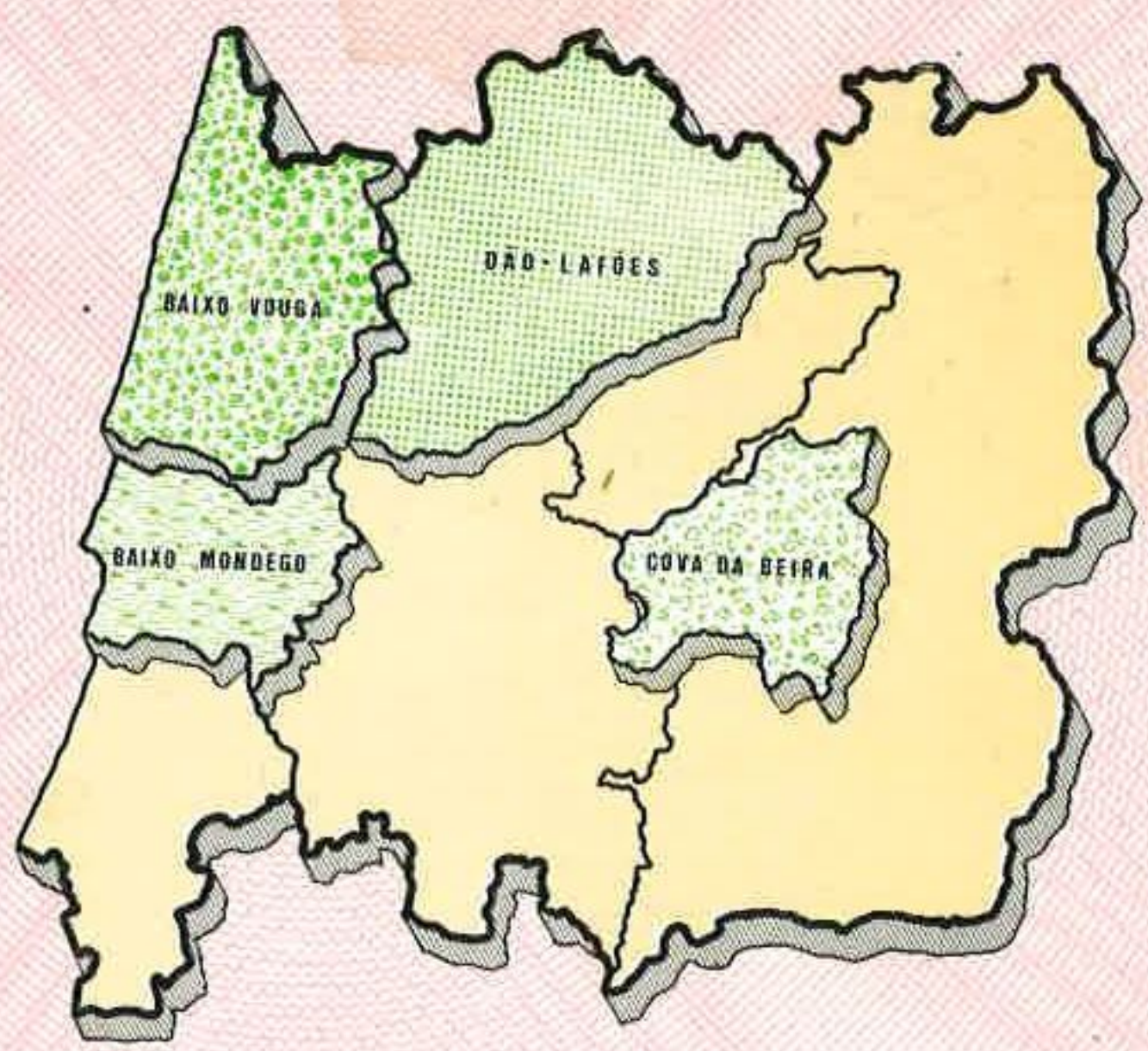




MINISTÉRIO DO PLANO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO

**PROGRAMA
DE DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO CENTRO**



PROGRAMAS SUB-REGIONAIS
BAIXO MONDEGO
BAIXO VOUGA
COVA DA BEIRA
DÃO-LAFOES

VOL. II

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO
Rua Bernardino Ribeiro, 80
3000 COIMBRA



Ministério do Plano e da Administração Territorial
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO

PROGRAMA
DE DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO CENTRO

PROGRAMAS SUB-REGIONAIS:

BAIXO MONDEGO

BAIXO VOUGA

COVA DA BEIRA

DÃO-LAFÕES

VOL. II

COIMBRA 1986

Secção de Offset:

- **Fotografia:** Adelino Bandeira
- **Paginação e Montagem:** Adelino Bandeira
- **Transporte:** João Carlos
- **Impressão:** Joaquim Felício

Capa:

- Victor Ferreira

ÍNDICE

BAIXO MONDEGO

I.	INTRODUÇÃO	15
II.	ANÁLISE ECONÓMICA E SOCIAL	19
III.	OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO	57
IV.	ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO	61
V.	RECURSOS FINANCEIROS	85
VI.	EXECUÇÃO DO PROGRAMA	97
VII.	ANEXO ESTATÍSTICO	103

BAIXO VOUGA

I.	INTRODUÇÃO	141
II.	ANÁLISE SÓCIO-ECONÓMICA	149
	2.1. População	151
	2.1.1. Evolução e Densidade	151
	2.1.2. Estrutura Etária	153
	2.1.3. Emigração	159
	2.1.4. População Activa	159
	2.1.5. Desemprego	162
	2.2. Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Pesca	164
	2.2.1. Agricultura e Pecuária	164
	2.2.2. Silvicultura	169
	2.2.3. Pesca e Agricultura	171
	2.2.3.1. Pesca	171
	2.2.3.2. Agricultura	175
	2.3. Indústria Transformadora	177
	2.4. Turismo	188
	2.5. Estruturas Comerciais	191

2.6. Infraestruturas e Equipamentos Colectivos	192
2.6.1. Rede Rodoviária	192
2.6.2. Estrutura Portuária e Aero-portuária	195
2.6.3. Saneamento Básico e Electrificação	197
2.6.4. Ensino e Formação Profissional	198
2.6.5. Saúde e Assistência	199
III. OBJECTIVOS	203
IV. MEDIDAS E ACÇÕES	207
4.1. Descrição das Principais Acções e Medidas	209
V. ANEXO ESTATÍSTICO	215

COVA DA BEIRA

I. A COVA DA BEIRA:	
APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO REGIONAL	255
II. ANÁLISE ECONÓMICA E SOCIAL	265
1. Evolução e Estrutura Demográfica	267
2. O Sector Primário e o Projecto de Regadio	279
2.1. Estrutura Agrária e Produção	279
2.2. Pecuária	287
2.3. Silvicultura	290
2.4. Situação do Sector	290
2.5. O Projecto de Regadio	293
2.5.1. A Estrutura Agrária na Área do Regadio	293
2.5.2. Descrição Geral da Obra	299
3. O Sector Industrial	306
4. Turismo	314
5. Comércio e Serviços. Hierarquia Urbana e Áreas de Influência	316

6.	Infraestruturas e Equipamentos	319
6.1.	Infraestruturas Urbanísticas de Base	319
6.2.	Infraestruturas de Transporte e Comunicações .	327
6.3.	Equipamentos Colectivos (Ensino, Saúde, Segu rança Social e Desporto)	332
III.	OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO	337
1.	Objectivos Gerais	339
2.	Objectivos Sectoriais	340
2.1.	Infraestruturas	340
2.2.	Sector Primário	341
2.3.	Sector Industrial	342
2.4.	Equipamentos	343
2.5.	Serviços e Turismo	343
IV.	MEDIDAS E ACÇÕES	345
V.	ANEXO ESTATÍSTICO	353
VI.	ALGUNS ESTUDOS E RELATÓRIOS PUBLICADOS SOBRE A COVA DA BEIRA	389

DÃO-LAFÕES

I.	INTRODUÇÃO	399
II.	ANÁLISE SÓCIO-ECONÓMICA	405
1.	Demografia	407
1.1.	População Residente - Densidade Populacional .	407
1.2.	A Emigração	407
1.3.	Estrutura Etária da População	411
1.4.	Estrutura da População Activa	413
1.5.	População Activa Desempregada	421

2.	Actividades Produtivas	423
2.1.	Agricultura, Pecuária e Silvicultura	423
2.1.1.	A Ocupação do Solo	423
2.1.2.	A Divisão da Propriedade Agrícola	427
2.1.3.	Natureza das Explorações	429
2.1.4.	Estrutura Etária dos Trabalhos Agrícolas	430
2.1.5.	As Produções Agrícola, Pecuária e Silvicultura	431
2.1.5.1.	Produções Agrícolas	431
2.1.5.2.	Produções Pecuárias	434
2.1.5.3.	Produções Silvícolas	437
2.1.6.	Síntese	438
2.2.	Sector Industrial	441
2.2.1.	Grau de Industrialização	441
2.2.2.	Dimensão Média das Empresas	441
2.2.3.	Indicadores de Localização	445
2.3.	Turismo	448
3.	Infraestruturas e Equipamento	449
3.1.	Infraestruturas de Transporte	449
3.2.	Infraestruturas Básicas	449
3.3.	Infraestruturas Sociais	454
3.3.1.	Educação e Formação Profissional	454
3.3.2.	Saúde e Assistência	455
III.	OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO	457
IV.	MEDIDAS E ACÇÕES	461
1.	Sector Primário	463
2.	Sector Industrial	467
3.	Sector do Turismo	467
4.	Infraestruturas e Equipamento	468
V.	ANEXO ESTATÍSTICO	473

BAIXO MONDEGO

ÍNDICE

I.	Introdução	5
II.	Análise Económica e Social	19
III.	Objectivos de Desenvolvimento	57
IV.	Acções de Desenvolvimento	61
V.	Recursos Financeiros	85
VI.	Execução do Programa	97
VII.	Anexo Estatístico	103

BAIXO MONDEGO



I. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui a primeira versão do Programa de Desenvolvimento para a Subregião do Baixo Mondego e resulta do empenhamento conjunto que, desde o início, diversos serviços regionais da Administração Central, as autarquias locais envolvidas e a Comissão de Coordenação da Região Centro, têm dedicado àquela Subregião.

Trata-se de uma área muito particular no conjunto da Região Centro, designadamente ao integrar Coimbra, o principal centro urbano da Região, a Figueira da Foz, que para além de constituir uma importante área de concentração industrial e de singular vocação turística, é também um dos dois portos marítimos mais importantes na Região e, ainda, uma área agrícola, de enormes potencialidades que sairá directamente beneficiada com as obras de regularização do rio Mondego em curso já desde 1972.

Por tudo isso a Subregião do Baixo Mondego não é uma entidade nova. Muito pelo contrário, é uma Subregião que tem merecido um importante volume de investimentos nos últimos anos, aparecendo mesmo nos PIDDAC de 1983 em diante como rúbrica autónoma, por forma a abranger fundamentalmente as acções de regularização do leito do rio e de reestruturação fundiária.

Estas acções não esgotam porém o potencial de

desenvolvimento do Baixo Mondego, que se estende, como procuraremos dar conta no primeiro capítulo, para além da agricultura, à pesca, à indústria, ao turismo e a determinados serviços, para referirmos apenas alguns dos sectores mais salientes. Por essa razão aliás, é que julgamos legítimo defender, que se deva atribuir a alguma entidade a responsabilidade de coordenação, programação e controlo de todo o conjunto de acções e projectos com impacte principal na Subregião. Voltaremos novamente a esta questão, embora sem grande desenvolvimento, nos capítulos segundo e quinto, respectivamente sobre os objectivos e a execução do Programa.

É que na ausência de qualquer entidade com as responsabilidades referidas antes, torna-se particularmente difícil proceder à compatibilização, ao acompanhamento e até mesmo ao levantamento das acções e projectos dos diversos serviços com impacto na zona, como aliás se procura dar conta no capítulo terceiro. Neste último caso porém, dada a estreita ligação das actividades da Comissão de Coordenação da Região Centro com os municípios, relativamente aos quais se possui exaustiva carteira de projectos de investimento, avançou-se mais nesta matéria, designadamente ao procurarmos analisar as disponibilidades em recursos financeiros das entidades promotoras de acções e projectos de investimento, a que se refere o capítulo quarto à frente.

Para além dos cinco capítulos que integram o presente documento e sobre os quais nos referimos já, resta chamar ainda a atenção para o anexo, onde se apresenta uma série de indicadores para o Baixo Mondego, mais representativos.

VI. EXECUÇÃO DO PROGRAMA

1.1. O programa de desenvolvimento do Baixo Mondego estende-se aos cinco concelhos de Coimbra, Condeixa-a-Nova (que pertencem ao agrupamento de concelhos de Coimbra), Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure (que pertencem ao agrupamento de concelhos da Figueira da Foz).

A favor da definição desta área concorreram quatro factores fundamentais.

Em primeiro lugar, um contexto geomorfológico individualizante referido designadamente noutros estudos e planos anteriores, como os Estatutos Preparatórios do IV Plano de Fomento.

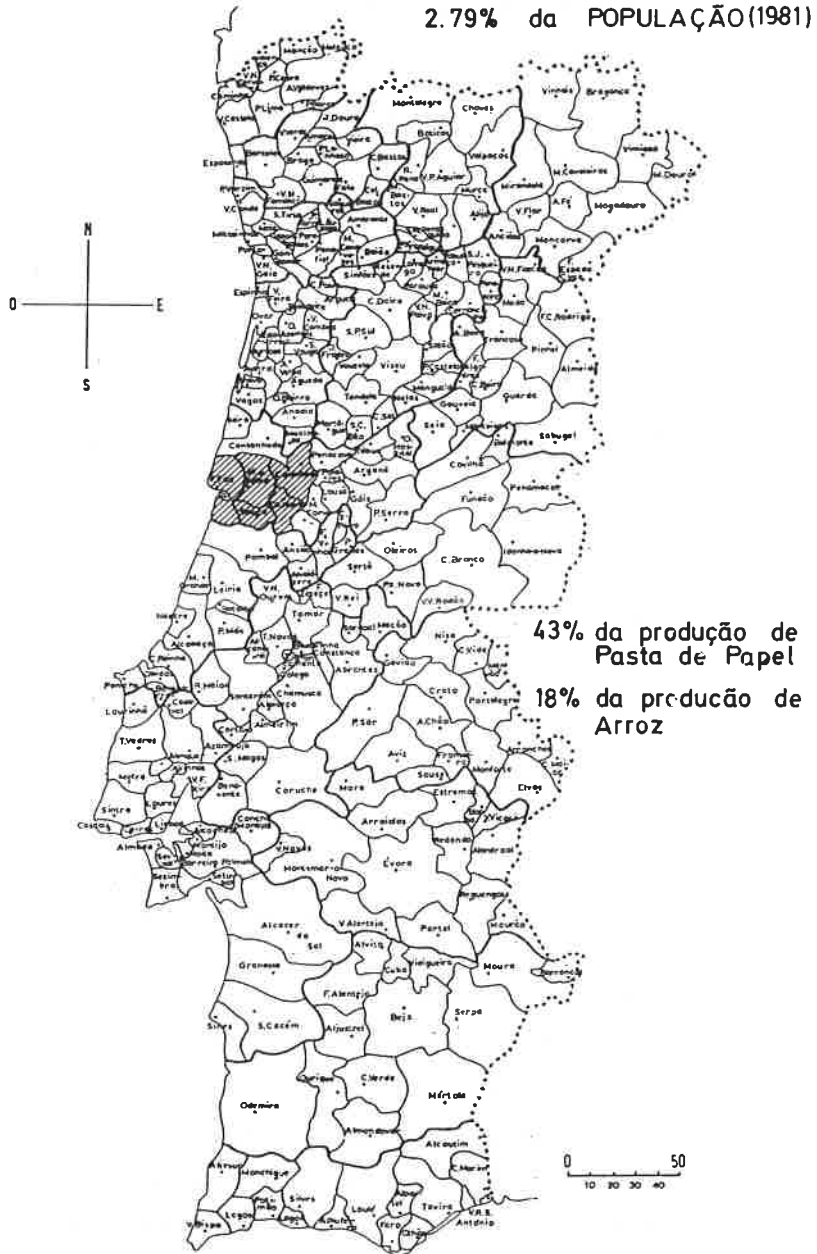
Em segundo lugar, toda a série de empreendimentos hidro-agrícolas, em curso desde 1972 - de que se desracam, fundamentalmente, as barragens da Aguieira e Raimva (em funcionamento) e Fronhas (em execução) no Alto Mondego, o açude-ponte de Coimbra (em funcionamento), as chamadas redes primária e secundária de rega (em construção), a construção de um canal de derivação (em curso), acções de experimentação cultural, reestruturação fundiária e constituição de um banco de terras (em curso), o rendimensionamento do porto da Figueira da Foz (concluída a 1ª fase), a ponte da Figueira da Foz (em funcionamento) e a construção do Itinerário Principal 3 (I.P.3) como troço que integra a rede viária principal, ligando a Figueira da Foz a Coimbra, Viseu, e continuando na direcção de Vila Real e Chaves (em projecto) - e cujo impacto ressalta fundamentalmente naqueles concelhos.

Depois ainda, teve de atender-se às necessidades de recolha e tratamento da informação estatística disponível que desaconselha a descer abaixo do nível concelhio.

O Baixo Mondego em Portugal (contin.)

1.47% da ÁREA

2.79% da POPULAÇÃO (1981)

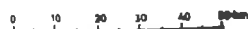


O Baixo Mondego na Região Centro

5.59% da ÁREA
15.71% da POPULAÇÃO (1981)



- 29.26% da produção de Flores
- 18.79% do V.A.B. da Indústria Transformadota
- 14.03% da produção de Leite
- 11.03% da produção de Trigo
- 10.74% da produção de Milho
- 93.47% da produção de Arroz
- 46.30% da pesca descarregada



E, por último, a importância estratégica que a área definida encerra, e que se não pode em boa verdade deixar de se acentuar designadamente em termos de estrutura urbana e de prestação de serviços à escala da Região Centro do País.

Com efeito um dos desafios postos pelo Programa do Baixo Mondego reside na articulação das várias escalas em que este se desenvolve. Enquanto cerca de 55% da área a irrigar se distribui por dois dos cinco concelhos (Montemor-o-Velho e Soure) caracterizados por um peso excessivo do sector primário e onde naturalmente terão o maior impacte as questões da reestruturação fundiária e de um modo geral da modernização da agricultura e criação de gado, concelhos como Coimbra e Figueira da Foz, se bem que envolvidos na dinâmica do previsível aproveitamento intensivo do Baixo Mondego, caracterizam-se por uma realidade económica bastante mais diversificada e complexa cuja compreensão não se esgota na resolução das questões postas pelo Baixo Mondego, mas no facto de aí se situarem dois dos principais polos urbanos da Região.

É assim que o porto da Figueira da Foz, embora elemento integrante de todo o projecto de obras em curso na parte terminal do rio, só ganha sentido sabendo-se que para além da sua função de apoio à actividade piscatória da Figueira da Foz, corresponde a um porto especializado no tráfego de madeiras e pasta para papel, compreendendo o seu "hinterland" toda a rica área florestal da Região Centro a que acresce o facto de, na sua imediata proximidade se localizarem duas das principais unidades de produção de pasta para papel, responsáveis por cerca de 40% da produção nacional.

Coimbra, cidade onde se concentra cerca de 40% da população do Baixo Mondego constitui a capital regional do centro do país, correspondendo a construção do já citado Itinerário Principal 3 ao reconhecimento dessa função.

Verifica-se assim que a área do Baixo Mondego só ganhe sentido entendida como a articulação de dois níveis de actuação: um nível local caracterizado pelo impacte subsequente ao processo em curso de regularização do curso do rio e conseqüente aproveitamento ao longo de todo o ano de 15 000 ha dos melhores solos do país e um nível regional decorrente da localização de Coimbra, centro fundamental na estratégia do desenvolvimento regional do centro do país, detendo um conjunto de funções e estruturas só compreensíveis no âmbito de toda a Região Centro.

1.2. A Subregião do Baixo Mondego que acabamos de referir conhece disparidades internas bastantes acentuadas.

Assim, no que respeita à aptidão dos 130 248 ha de solos demarcados e em que 44% revela vocação agrícola, verifica-se que é no concelho de Montemor-o-Velho que essa vocação agrícola aparece mais acentuada (cerca de 71% dos 23 500 ha de superfície do concelho) enquanto a vocação florestal aparece sobretudo em concelhos como os de Condeixa-a-Nova e Figueira da Foz (respectivamente 65 e 59% das suas superfícies

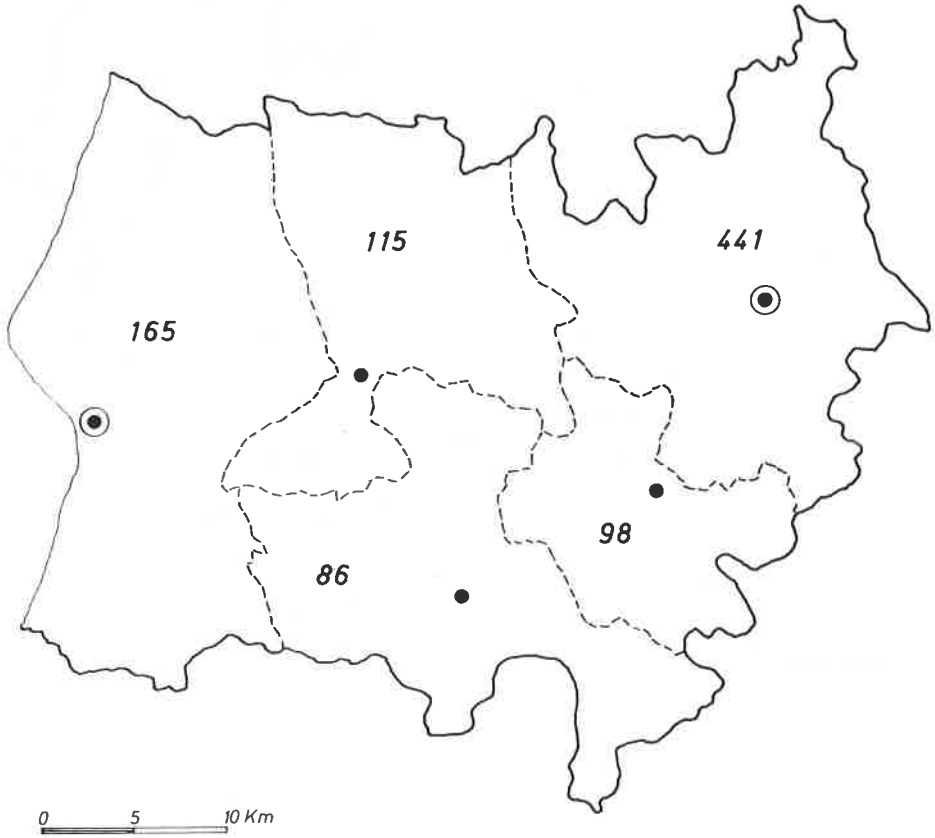
de 13 424 e 35 496 ha), contra uma média para a Subregião do Baixo Mondego de 44% de aptidão agrícola e 52% de aptidão florestal.

Também a população se distribui de modo muito diverso ao longo da Subregião do Baixo Mondego. Como efeito, dos 260 590 residentes em 1981, cerca de 15% do total da Região Centro concentravam-se 53,3% no concelho de Coimbra, conferindo-lhe uma densidade de 441 hab/km², enquanto a densidade média do Baixo Mondego ronda os 220 hab/km². Por outro lado, os concelhos de Condeixa-a-Nova, Montemor-o-Velho e Soure, que em conjunto representam cerca de 48,5% da área total, não abarcam senão cerca de 24,2% da população total, apresentando densidades demográficas que são respectivamente de 98, 115 e 86 hab/km².

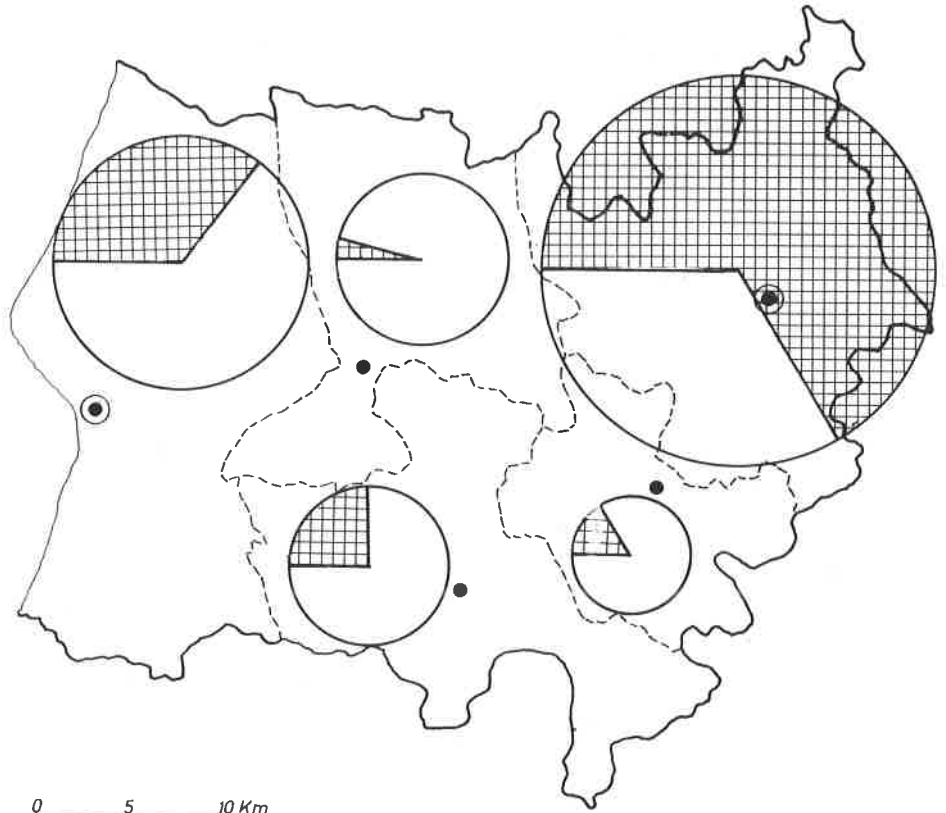
Verifica-se ao mesmo tempo, que são precisamente estes três concelhos os que revelam coeficientes de dependência acima da média do Baixo Mondego, menores taxas de natalidade para o período de 1970/81, menores taxas de actividade da população residente a exercer uma profissão em 1981 e valores mais elevados dos activos empregados no sector primário também em 1981 (respectivamente 31,0%, 38,5% e 35,9% contra uma média de 15,5% para o total da Subregião do Baixo Mondego).

Numa breve referência ao comportamento demográfico destas unidades verifica-se como factos mais salientes no decurso dos últimos 20 anos:

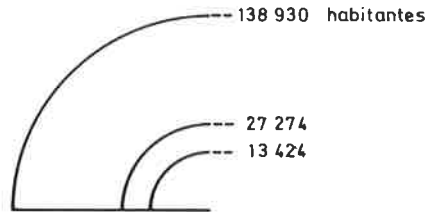
DENSIDADE POPULACIONAL - 1981
(Hab ÷ Km²)



POPULAÇÃO RESIDENTE (1981)



0 5 10 Km



População vivendo em aglomerados com mais de 1000 habitantes

1.2.1. Na década 1960/70 todos os concelhos são repulsivos, correspondendo as diminuições a percentagens da ordem dos 17% (Soure), 8% (Figueira da Foz) 5 e 4% em Condeixa-a-Nova e Montemor-o-Velho. Coimbra em termos absolutos aumenta 4%, menos de metade do crescimento natural verificado, pelo que, também neste caso, se verificou uma certa repulsão demográfica.

1.2.2. O intenso movimento emigratório verificado na década de 1960/70 tendo como principais destinatários os países europeus, corresponde ao acentuar de uma tendência repulsiva que já se tinha manifestado na década anterior para os concelhos de Condeixa -a -Nova, Montemor-o-Velho e Soure, os quais desde 1950 apresentam decréscimo populacional.

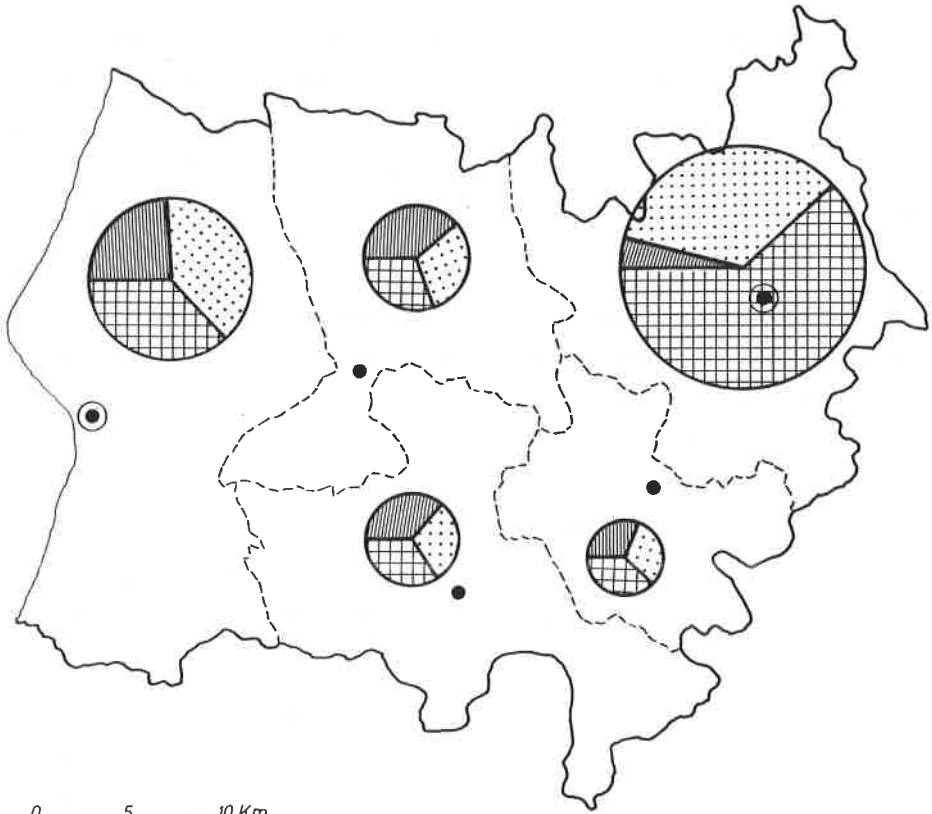
1.2.3. Na década 1970/81 assiste-se a uma certa inversão a que não são alheias causas como os obstáculos postos, nomeadamente pela França e Alemanha , à entrada de novos imigrantes, à vinda dos retornados das ex-colónias portuguesas e a uma certa revitalização económica que se assistiu até 1980, com a melhoria do nível de vida propiciado pelas novas condições políticas do post-Abril 1974.

1.2.4. Assim o concelho de Coimbra, aumenta 26%, constituindo-se como uma área francamente atractiva e a Figueira da Foz 10%. Os restantes concelhos se bem que apresentem aumentos demográficos (2 a 3%) estes são inferiores ao saldo fisiológico pelo que, embora mais atenuadamente, continuam a não conseguir fixar a totalidade da sua população.

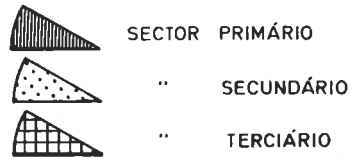
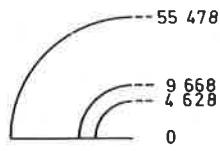
1.2.5. Deve ainda acrescentar-se que se a área do Baixo Mondego segundo o padrão geral do comportamento demográfico da Região Centro, constitui uma das áreas menos penalizadas pelos fortes movimentos emigratórios de 60/70, assume-se como das mais atractivas no decurso da década 70/81. É assim que a Região Centro perde 12% do total da população de 60 a 70 enquanto o Baixo Mondego perde 3%, e quando a Região aumenta 6% de 70 a 81 o Baixo Mondego aumenta 16%.

1.3. Dos 260 590 habitantes recenseados, 99 907 constituíam em 1981 o total da população activa residente no Baixo Mondego (14,9% da Região Centro) correspondendo a esta área uma taxa de actividade da ordem dos 38,3% ligeiramente superior à que se verifica para o total da Região (38,0%). Contudo os concelhos de Soure, Condeixa-a-Nova e Montermor-o-Velho apresentam valores de, respectivamente 33,5, 34,9 e 35,4%. A Figueira da Foz com 38,6% e, sobretudo, Coimbra (39,9%), constituem os concelhos em que aquela taxa é significativamente mais elevada.

POPULAÇÃO ACTIVA POR SECTORES DE ACTIVIDADE
1981



0 5 10 Km



Na distribuição da população activa por grandes sectores de actividade verificam-se ainda maiores disparidades, reflectindo realidades económicas muito diversas.

No conjunto do Baixo Mondego o sector terciário ocupa 50,3% da população activa, o sector secundário 34,0 % e o primário, 15,7% (para a região aqueles valores são de, respectivamente: 31,7%, 36,3% e 32%) notando-se contudo grandes diferenças numa análise mais detalhada.

Realmente a repartição do emprego por actividades económicas é também muito diferenciada para o conjunto do Baixo Mondego e mesmo até para cada um dos concelhos que o integram. Deste modo, do total de 99 907 activos residentes em 1981, 29% encontrava-se a trabalhar no sector dos serviços, 21,6% na indústria transformadora, 15,5% na agricultura e 13,1% em actividades ligadas ao comércio. Isto, para o total do Baixo Mondego, onde esses quatro grandes sectores absorviam por sequência cerca de 79,2% do emprego total na Subregião.

À escala de cada concelho, verifica-se porém que o grande peso dos serviços em termos de emprego vem de Coimbra, com cerca de 39,2% dos seus 55 478 activos e onde, simultaneamente, é muito baixo o peso do emprego na agricultura (apenas cerca de 3,9% em 1981) e dos mais altos os pesos dos empregos na indústria transformadora e no comércio (respectivamente 22,1 e 15,6%). Aliás, apenas nos dois concelhos de Coimbra e da Figueira da Foz, concentram-se cerca de 82% dos activos empregados no total da indústria transformadora do Baixo Mondego, e cerca de 86,5% dos activos empregados no total do comércio do Baixo Mondego.

Em resumo e segundo os dados para 1981 constata-se que Coimbra é o concelho onde simultaneamente é menor o peso do sector primário (3,9%) e maior o peso do terciário (63,3%), denunciando a importância da prestação de serviços para este centro.

Pelo contrário, Condeixa-a-Nova, Montemor-o-Velho e Soure constituem concelhos em que o peso do sector primário é muito elevado (respectivamente 31,0, 38,5 e 35,9%) e por vezes mesmo superior à média da Região Centro (cerca de 32%).

Figueira da Foz, com 8 802 activos no sector secundário, é o concelho em que a indústria é percentualmente a mais importante do Baixo Mondego (39,3%).

Se atendermos agora à evolução nas duas últimas décadas em termos de emprego, salientam-se as seguintes tendências mais salientes.

1.3.1. O valor global do emprego para o Baixo Mondego evoluiu de 85 357 activos em 1960, para 79 000 em 1970 e 99 907 em 1981. Aquela primeira diminuição, resultante em parte do fenómeno migratório, bem como o posterior aumento, foram acompanhados por cada um dos cinco concelhos da zona, em quase todos do mesmo modo.

1.3.2. O sector primário tem vindo progressivamente a perder emprego em cada um dos cinco concelhos do Baixo Mondego; no conjunto da Zona e em termos percentuais passou de 41,2% em 1960 para 15,7% em 1981;

essa diminuição, em termos relativos dentro de cada concelho, foi sem dúvida mais expressiva no caso de Coimbra, onde se passou de um valor de 19,45 em 1960 para outro muito inferior de 3,9% em 1981.

1.3.3. O sector secundário no Baixo Mondego tem vindo progressivamente a ganhar postos de trabalho; com efeito, aí estavam empregados 26,9% do total de activos residentes em 1960, 28,2% em 1970 e 34,0% em 1981. Este aumento não foi porém acompanhado do mesmo modo em termos relativos dentro de cada um dos concelhos da Zona. Coimbra é de facto o único dos concelhos onde o peso do sector secundário tem vindo a registar um valor cada vez menor, embora com diminuições percentuais pouco significativas: 35,1% em 1960, 34,1% em 1970 e 33,1% em 1981. Para todos os outros concelhos, destaca-se sobretudo o aumento verificado no período de 70/81 e nomeadamente o caso da Figueira da Foz, onde o peso relativo do sector secundário em 1981 (39,3%) é o único que ultrapassa já, e bastante, o registado para Coimbra no mesmo ano.

1.3.4. Também o sector terciário tem vindo progressivamente a ganhar postos de trabalho no Baixo Mondego, embora aqui de forma ainda mais impressiva do que o anterior. Todos os concelhos acompanham agora esta tendência. O valor relativo mais elevado registado em 1981 foi conseguido por Coimbra (62,9%), apesar de partir em 1960 de um índice já bastante elevado (45,5%). Conforme referimos anteriormente, trata-se sem

dúvida de um reforço muito nítido na prestação de serviços por esse centro e que não se poderá em boa verdade justificar apenas por necessidades ou mesmo exigências com dimensão subregional.

1.4. Apesar do crescimento da população activa de 1970 para 1981 no conjunto do Baixo Mondego (20 907 activos, cerca de 21% da população activa total em 1981 na Subregião, verificava-se ainda assim em 1981 um volume de desemprego que ascendia a cerca de 5 200 indivíduos.

A maior parte desta população situava-se no estrato etário dos 15 a 24 anos (3 283 a que corresponde cerca de 63%) e possuía como habilitações as seguintes: com o primário e o preparatório 3 018 indivíduos, e com o secundário e o propedêutico 1.861.

Trata-se por conseguinte na maioria da população de jovens à procura do primeiro emprego, com algumas habilitações gerais mas de fraca preparação técnico-profissional.

A maior contribuição para o volume de desempregados na Zona vinha dos concelhos de Coimbra (2 756) e da Figueira da Foz (1 450) que em conjunto representavam cerca de 81%.

Muito embora desde 1981 tenha havido um esforço significativo no ensino técnico-profissional, não se presume que até esta data, fruto sobretudo do clima

generalizado de recessão que se atravessa e apesar de a Subregião do Baixo Mondego se acentuar como uma área privilegiada na atracção da população e criação de empregos (como veremos de seguida), pudesse ter havido alterações muito sensíveis nesta matéria.

1.5. O crescimento comparativo de 1970 para 1981 entre o total da população residente no Baixo Mondego e o volume dos activos, sugere-nos algumas reflexões que consideramos essenciais. Com efeito, enquanto em 1970 a taxa de actividade da população era de 35,1% para um total de 79 000 activos, em 1981 aquela taxa passou para cerca de 38,3% para um total de 99 907 activos. Significa isso, por um lado, que se ultrapassou o crescimento já registado no período 1960/70, onde, em 1960, a taxa de actividade rondava os 33,1% para um total de 85 357 activos. Por outro lado, significa também que ao mesmo tempo em que a Subregião do Baixo Mondego, no período de 1970/81, conhece uma inversão no seu posicionamento demográfico ao passar a ser atractiva naquela década, o crescimento do emprego conhece uma expansão de proporção ainda maior.

Assim, se considerarmos a relação entre as variações de 1970 a 1981 entre a população residente e o emprego para cada um dos cinco concelhos do Baixo Mondego, verificamos que para uma média de 58,1% na Subregião, valores mais elevados foram atingidos nos concelhos de Montemor-o-Velho (93,5%) - certamente o conce

lho onde é mais directo o efeito dos trabalhos hidro-agrícolas em curso - Figueira da Foz (80,9%) e Coimbra (55,3%); valores inferiores registam os concelhos de Condeixa-a-Nova (9,8%) e Soure (neste caso assistiu-se a uma redução de 50 activos no período 70/81).

É nossa convicção que os condicionalismos que propiciaram o crescimento dos activos e sobretudo da taxa de actividade para 1981, se deverão acentuar mais ainda no futuro, à medida que forem sendo naturalmente realizadas as infraestruturas que decorrem e se prevêem instalar na região.

Por outro lado ainda, deverá acentuar-se também no futuro, na Subregião do Baixo Mondego, o fluxo interno dos movimentos da população entre os locais de residência e de emprego, quantificados já em 1981, de forma a que sejam reforçadas as interdependências da Zona como um dos principais factores de desenvolvimento endógeno.

A este propósito, deve referir-se que para 1981, enquanto o concelho de Coimbra "cedia" 3 529 empregos a residentes nos outros quatro concelhos do Baixo Mondego, para "receber" apenas 674 empregos nesses concelhos a favor dos seus próprios residentes (comportando-se por conseguinte no âmbito intraregional como "unidade de atracção líquida em termos de emprego") e o concelho da Figueira da Foz "cede" 1 535 para "receber" 372 empregos (também um "atractivo líquido"), os restantes concelhos de Condeixa-a-Nova, Soure e Montemor-o-Velho comportam-se como "repulsores líquidos" de emprego a nível intraregional, "cedendo" 284, 288

e 488 empregos, para virem a "receber" 1 264, 1 457 e 2 357 empregos, respectivamente.

É também de salientar que o concelho de Coimbra "cede" ainda 3 503 outros empregos para "receber" apenas mais 1 135, considerando estes fluxos com outros concelhos fora da Subregião do Baixo Mondego, enquanto a Figueira da Foz "cede" 424 e "recebe" 173, Condeixa-a-Nova "cede" 65 e "recebe" 36 (comportando-se neste caso e da mesma forma que os dois primeiros concelhos como uma unidade de atracção líquida), o concelho de Montemor-o-Velho "cede" 40 e "recebe" 348 e o concelho de Soure "cede" 67 e "recebe" 200.

Por força da melhoria generalizada do sistema de comunicações internas no Baixo Mondego, desta Zona com o exterior e como efeito polarizador doutros investimentos a realizar naqueles cinco concelhos é de prever que aqueles fluxos internos se acentuem ainda mais, por um lado, e, por outro lado, que resulte também reforçada a atracção já muito nítida que é exercida sobre o exterior do Baixo Mondego, designadamente pelos dois centros urbanos de Coimbra e da Figueira da Foz e pelo eixo que entre eles se constitui, de forma a tornar-se cada vez mais complementar e integrar o desenvolvimento de toda a área.

1.6. O tipo de repartição que acabamos de revelar para o emprego, aparece ainda mais acentuado no caso do produto interno bruto criado no Baixo Mondego, onde, para 1970, apenas aos dois concelhos de Coimbra e Figueira da Foz corresponderam cerca de 91,4% do PIB

criado na Zona. Significa isto, por consequência, que as maiores produtividades se situam nos sectores secundário e terciário da região do Baixo Mondego.

1.7. As razões pelas quais o sector primário do Baixo Mondego é o de mais baixa produtividade, quando por outro lado é assinalável a vocação e a qualidade agro-florestal dos solos e particularmente relevante a faixa costeira associada à região, radicam então não em factores naturais mas sim de ordem estrutural e de deficiente afectação de recursos. Assim, verificava-se em 1979 e para o total do Baixo Mondego uma dimensão média das explorações agrícolas de apenas cerca de 2,37 ha, um número médio de blocos por exploração de cerca de 7,4, sem grandes dispersões nestes valores para cada um dos concelhos isoladamente, enquanto o número total de unidades de trabalho agrícola (uta) ascendia a cerca de 42 232, perto de 2,73 vezes mais a população activa agrícola e que atesta o elevado carácter residual ou complementar com que a actividade é exercida; o número de hectares por uta ronda apenas cerca de 1,57 (também para o conjunto do Baixo Mondego e sem grandes dispersões em cada um dos concelhos). No entanto, predomina a exploração agrícola por conta própria (cerca de 63% do número total de explorações em 1979) e tem-se assistido a um reforço no equipamento (o número total de tractores subiu por exemplo de 367 em 1968 para 1 726 em 1979) sobretudo com recurso ao crédito.

As principais culturas agrícolas são, no domí-

nio dos cereais, o arroz e o milho, havendo porém que salientar ainda a produção de batata, alguns hortícolas e frutos. Porém, é de salientar que essas produções têm sido muito condicionadas pela irregularidade do leito do rio Mondego, que apenas tem possibilitado culturas em cerca de 3 a 4 meses por ano, com a existência de cheias regulares de inverno, destruição de diques, depósito de areias e salinização dos campos, a que as obras hidroagrícolas em curso procuram dar resposta.

Significa isso que com essas obras se potencializam directamente cerca de 15 000 ha de fertilíssimas terras de cultura, ainda condicionadas à prática predominante da cultura do arroz, de rendimento unitário inferior à média nacional, e cujo perfil produtivo, embora se não tenha até à data totalmente assente, trará certamente no futuro rendimentos e produtividades muito mais elevadas, numa possível cultura intensiva durante todo o ano, seja na produção de beterraba, seja na cultura de forragens para gado, seja na produção de frutas e legumes.

No domínio da silvicultura assiste-se a um largo predomínio do pinheiro bravo (correspondendo segundo fotografias de 1974 a cerca de 82,3% do total da área florestal do Baixo Mondego que era então de cerca de 51 230 ha), seguido pelo eucalipto com cerca de 12,2 % daquele total. Ainda aqui muito haverá que fazer, sobretudo no âmbito do ordenamento florestal, da reflorestação e da adequada transformação dos recursos disponíveis com vista a incrementar o respectivo valor acrescentado local. Note-se a este propósito que entre os principais consumidores do património florestal do Baixo Mondego contam-se as ce

lulosas situadas na Figueira da Foz e que se dedicam à produção de pasta para papel, que outras indústrias de transformação da madeira não são relevantes, que o abate florestal tem ultrapassado em larga escala a replantação e que a acção dos fogos na época do verão tem sido particularmente devastadora.

No capítulo das pescas, para concluir sobre o sector primário, verifica-se que os totais da pesca descarregada nos últimos dez anos se tem mantido em volume, sem grandes oscilações em redor das 20 a 25 mil toneladas no porto da Figueira da Foz, bem como o número e a capacidade das próprias embarcações em actividade. Isso contrasta obviamente com o alargamento das zonas pesqueiras até às 200 milhas em vigor, bem como a tradicional e conhecida riqueza da nossa fauna marítima, embora seja compreensível, face à prática de métodos artesanais ainda em uso e à fraca capacidade financeira das organizações envolvidas na pesca em comparação com o volume de investimentos que modernamente esta actividade necessariamente exige.

Finalmente, a actual rede de comercialização sobredimensionada, a deficiente rede de frio instalada e a débil formação profissional existente a nível do sector primário do Baixo Mondego, completam a baixa produtividade a que nos referíamos acima, bem como a necessidade e urgência de inverter a situação e ir afinal de encontro às potencialidades naturais que a Subregião manifestamente encerra.

1.8. No que respeita ao sector secundário, merece destaque especial pela sua maior importância na Subregião do Baixo Mondego, a indústria transformadora que, em 1980 e comparativamente ao conjunto da Região Centro, representava cerca de 14,8% do emprego, 15,4% do valor bruto da produção e 18,8% do valor acrescentado bruto. Absorvendo cerca de 79,9% do total do emprego na indústria transformadora no Baixo Mondego, estão as indústrias têxteis (com 28,1%), dos minerais não metálicos (com 27,4%), alimentares (com 15,1%) e metalúrgicas ligeiras (com 9,3%). As dificuldades actuais do sector industrial, decorrem fundamentalmente de factores não regionais, mas que têm efectivamente a ver com as políticas restritivas dos sucessivos governos centrais. No entanto, trata-se de um sector que aguarda com expectativa o melhoramento das infraestruturas que decorrem na região, por forma a poder associar-se de modo mais empenhado no desenvolvimento futuro do Baixo Mondego.

Na área do Baixo Mondego, 76,7% do número de unidades da indústria transformadora localiza-se nos concelhos de Coimbra e Figueira da Foz, correspondendo - lhes 91,8% do total de mão-de-obra afecto a este sector de actividade.

De facto, é nestes concelhos que se concentram as unidades fabris, onde a sua dimensão quanto ao número de empregados é maior (53,8 e 58,1 em Coimbra e Figueira da Foz, respectivamente, contra uma média de 46,1 na Subregião do Baixo Mondego), e onde a produtividade (VAB ÷ número de pessoas ao serviço) é mais elevada, (638,4 e 415,5 para os concelhos de Figueira da Foz e Coimbra, respectivamente, contra uma média de 459,8 na Subregião do Baixo Mondego).

No concelho de Coimbra é à indústria alimentar, que corresponde o maior número de estabelecimentos (47), enquanto são por outro lado as indústrias de porcelana, faiança, grês fino e olaria de barro (com 2 159 pessoas) e nas indústrias têxteis (com 2 139 pessoas) as que têm maior volume de pessoal ao serviço (logo seguidas das alimentares com 1 389 empregados). Em termos de produtividade é na produção de rações e no fabrico de produtos minerais não metálicos que se atingem os valores mais altos 1 854,7 no primeiro caso, 1 124,6 no segundo, tanto mais significativos quanto a média no concelho é de 415,5 mil escudos por "pessoa ao serviço".

O concelho da Figueira da Foz não apresenta a diversificação de actividades na indústria transformadora tão patente como no de Coimbra. Possui contudo alguns sectores tecnicamente evoluídos, beneficiando aliás de uma implantação relativamente tardia, caso da fábrica de pasta de papel, onde a produtividade (VAB/número de pessoas ao serviço) atinge o valor de 3 415,9, sendo a média do concelho 638,4, a qual desceria para 319,4 se não considerássemos aquela unidade, à qual uma outra mais moderna e de maior dimensão se veio recentemente juntar.

Se as indústrias ligadas à madeira (com excepção de mobílias) predominam no concelho (24 unidades), são no entanto as têxteis (3 estabelecimentos) que empregam mais gente (1 692 pessoas) logo seguidas pelas indústrias do vidro (833). Os estaleiros ocupam quase oitocentas pessoas, e embora contribuam em valor absoluto com 6,2% do VAB apurado no concelho, têm uma produtividade baixa.

Os concelhos de Soure, Montemor-o-Velho e Condeixa-a-Nova correspondem a áreas eminentemente rurais, onde se tem vindo a fazer sentir uma industrialização incipiente, correspondendo as indústrias mais antigas à produção de alimentos, olaria e produção de telha e tijolo.

São os textéis que empregam mais pessoas nos concelhos de Soure e Montemor-o-Velho (355 e 206 pessoas) , enquanto que em Condeixa-a-Nova é o fabrico de louças regionais que emprega o maior número de pessoas.

Trata-se de unidades cuja dimensão é pequena, 20,5 pessoas por estabelecimento em Soure, 15,3 em Montemor -o-Velho e 13,1 em Condeixa-a-Nova e cuja produtividade é baixa, como já atrás foi salientado.

A dicotomia que se pode estabelecer entre os concelhos urbanos de Coimbra e Figueira da Foz e os concelhos rurais de Soure, Montemor-o-Velho e Condeixa-a-Nova, evidenciada nomeadamente através da afectação da população activa pelos sectores de actividade e da sua contribuição para o valor do PIB, mais se reforça com a análise dos valores correspondentes às capitações dos impostos directos e do consumo de electricidade para usos domésticos.

Assim, enquanto em Coimbra o valor per capita de impostos directos era (em 1978) 7 396 escudos e na Figueira da Foz 5 294 escudos, nos restantes concelhos aquele valor oscilava entre um máximo de 1 221 escudos (Montemor-o-Velho) e um mínimo 1 030 escudos (Soure).

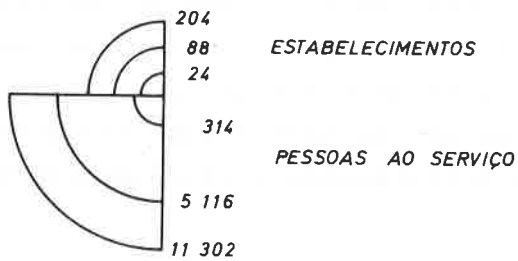
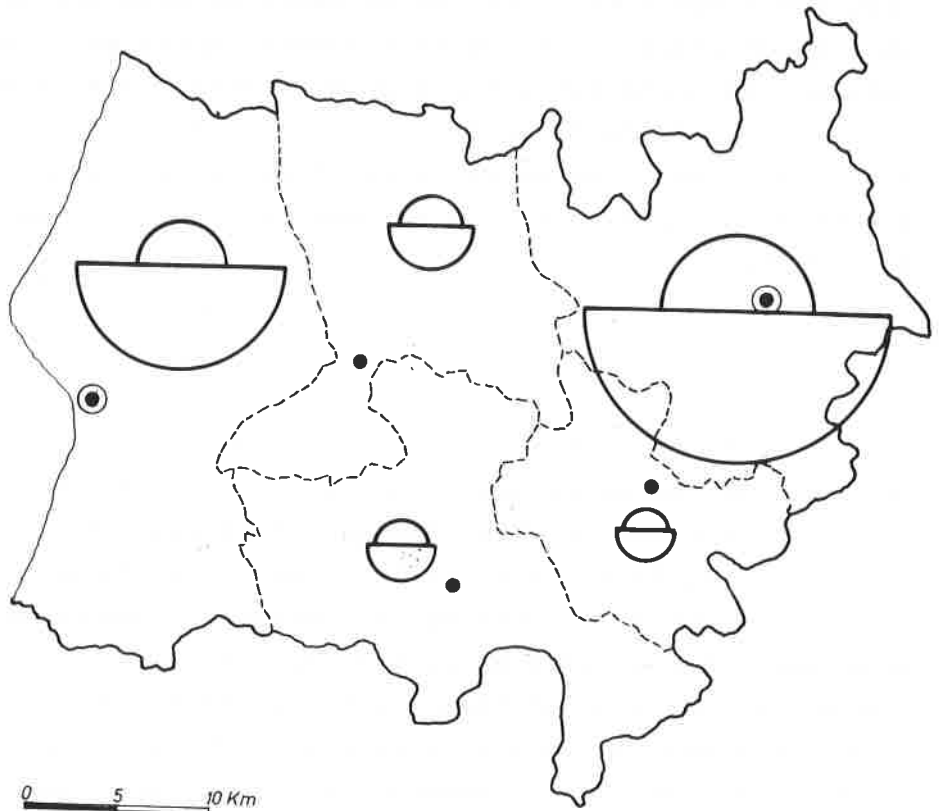
O consumo de energia eléctrica para fins domésticos indica um nível de vida bastante diferente nos vários concelhos e mais uma vez se destacam dois grupos : um formado pelos concelhos onde aquela capitação ronda valores compreendidos entre 252 KW BT (caso de Montemor-o-Velho) e 217 KW BT (Soure); outro constituído pela Figueira da Foz onde se verifica em média um consumo de 470 KW BT por pessoa e Coimbra onde este valor atinge os 809 KW BT.

1.9. No sector dos serviços, deve destacar-se pela elevada potencialidade que claramente apresenta, o sector do turismo no Baixo Mondego. Trata-se com efeito de uma Subregião que associa de forma particularmente a gradável a praia, a montanha, as potencialidades termais, e um vasto e rico património histórico e cultural. A comprová-lo está naturalmente a forte pressão da procura e que ainda não encontrou resposta por parte da oferta de capacidade de alojamento suficiente, pelo que muitos dos turistas entrados não sejam mais do que simples passantes com reduzido tempo de permanência. Ultimamente porém tem manifestado nítido interesse pelo desenvolvimento desta actividade o sector privado, sobretudo em Coimbra e na Figueira da Foz, onde se têm feito anunciar empreendimentos de vulto e em que o estímulo e acompanhamento por parte de todas as autarquias locais do Baixo Mondego não são de modo algum estranhos. No entanto, também aqui infelizmente o clima geral de recessão que o

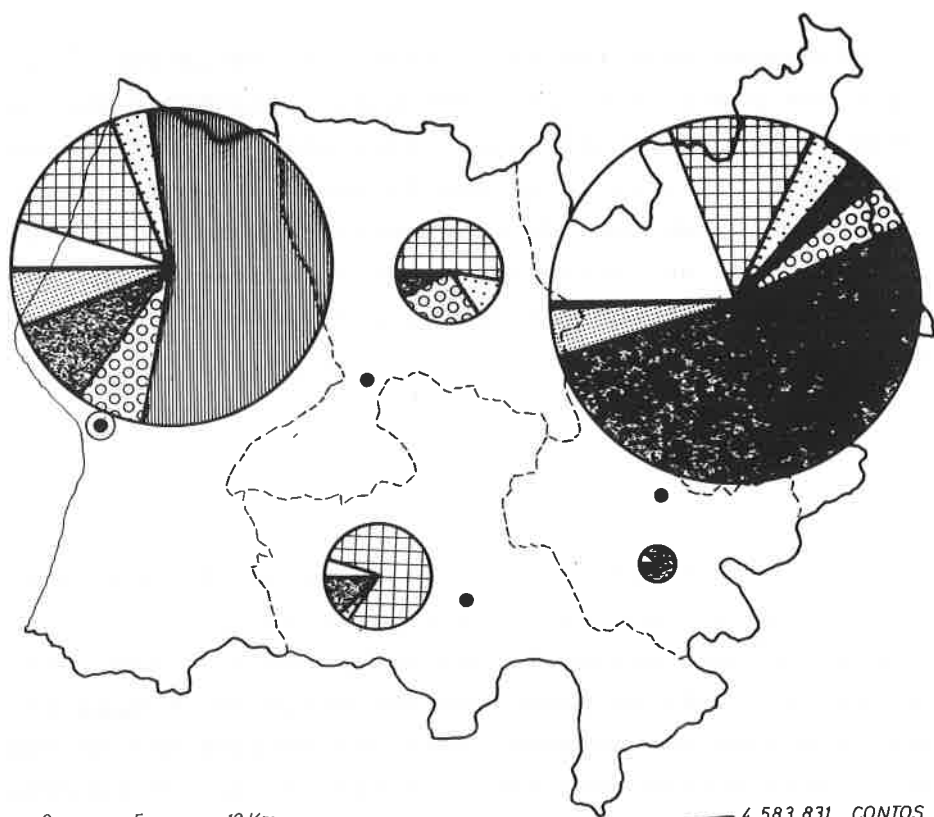
INDÚSTRIA TRANSFORMADORA - 1980

Número de Estabelecimentos

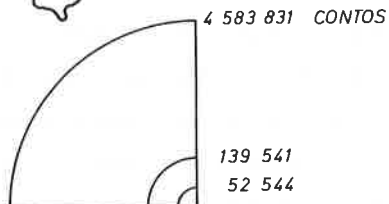
Número de Pessoas ao Serviço











VAB - INDÚSTRIA TRANSFORMADORA (1980)



0 5 10 Km

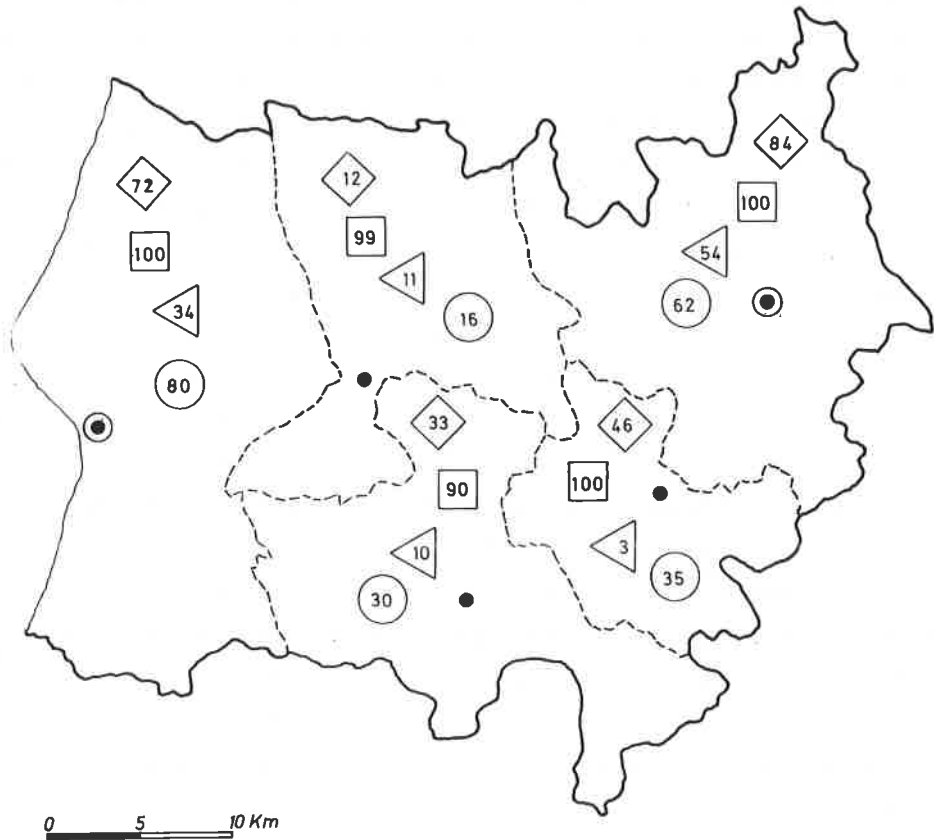


-  Alimentação , bebidas , tabaco
-  Texteis , vestuário e couro
-  Madeira e cortiça
-  Papel e artes gráficas , edição de publicações
-  Químicas e dos derivados de petróleo
-  Minerais não metálicos
-  Produtos metálicos e máquinas , mat. de transporte
-  Outras

país atravessa nada tem facilitado o investimento. É claro que boa parte deste problema passa igualmente por pequenas acções de conservação e adaptação do património histórico e cultural local aos fluxos de turismo interno e externo, bem como de redescoberta de inúmeros motivos singulares de interesse, a que só a imaginação empenhada de responsáveis e empresários poderá conjuntamente abarcar.

1.10 Por fim e no que concerne às infraestruturas de apoio à população deve referir-se que a Subregião do Baixo Mondego apresenta desigualdades gritantes. Assim, enquanto 84% da população residente em Coimbra estava já abastecida de água, essa percentagem era de apenas 12 para Montemor-o-Velho, 33 para Soure, 46 para Condeixa-a-Nova e 72 para a Figueira da Foz (tudo valores para 1981). No domínio do saneamento básico, essas percentagens eram, para o mesmo ano, de 54 para Coimbra, 3 para Condeixa-a-Nova, 10 para Soure, 11 para Montemor-o-Velho e 34 para a Figueira da Foz. Tratam-se de sectores a cargo naturalmente das autarquias locais e onde consideráveis acções de investimento se aguardam com legítima e justificada expectativa.

PERCENTAGENS DA POPULAÇÃO ABRANGIDA POR
SERVIÇOS BÁSICOS EM CADA CONCELHO - 1981



- ◇ ÁGUA
- ELECTRICIDADE
- △ ESGOTOS
- RECOLHA DE LIXO

1.11. Como evolução provável do quadro sócio-económico da área do Baixo Mondego no médio prazo, devem apontar-se os seguintes elementos mais significativos.

Uma redução significativa do emprego agrícola, cuja média de idades é actualmente bastante elevada (cerca de 61% dos agricultores no vale tem mais de 50 anos enquanto rondam 9% aqueles com menos de 35 anos). Em contrapartida um incremento do emprego na indústria e nos serviços mais que proporcional à diminuição anterior. Um acrescimo significativo da produção agrícola, bem como uma diversificação para culturas de maior rendimento. Um incremento do rendimento dos agricultores da Zona, sobretudo para as grandes e médias explorações. Um maior desenvolvimento das indústrias ligadas ao aproveitamento dos recursos agro-pecuários e da pesca, reforçando por consequência o potencial endógeno da Zona em termos de maior valor acrescentado. Um maior desenvolvimento também nas actividades ligadas ao turismo, sobretudo na Figueira da Foz mas também em Coimbra e a estender-se aos demais concelhos, bem como da construção civil e obras públicas, cujo mercado está particularmente aliciante para a oferta na Figueira da Foz. Um melhor apetrechamento nas infraestruturas básicas de apoio à população, quer abastecimento de água, saneamento básico e rede viária, quer ainda e sobretudo numa segunda fase, em infraestruturas diversas de apoio às actividades produtivas, como feiras, mercados e escolas de formação para a agricultura, loteamentos, parques de exposição e incentivos específicos para a indústria e a criação de empregos industriais e nos serviços e infraestruturas de lazer e recreio de apoio ao turismo.

Assistir-se-á portanto e em geral no médio prazo, a um reforço da abertura da área do Baixo Mondego ao ex-

terior, potenciado quer pelas melhores e mais rápidas ligações viárias e portuárias, quer ainda pelo próprio incremento do potencial de desenvolvimento endógeno da Zona e que tenderá a procurar mercados de escoamento da sua produção progressivamente mais distantes, quer finalmente a um acréscimo da concorrência e a uma maior especialização regional, ao mesmo tempo que se alargarão os factores de atracção da população e do crescimento urbano.

1.12. No que respeita às projecções da população para 1991 para a área do Baixo Mondego, do volume de emprego por sectores de actividade económica e do desenvolvimento endógeno dos movimentos internos actuais entre os locais de residência e de emprego da população, devem referir-se dois cenários que a seguir se procuram esquematizar.

No primeiro cenário, tomaram-se por base as seguintes variáveis: a população aumentará na medida da absorção do saldo fisiológico registado na década anterior e a taxa de actividade da população sofrerá um ritmo, no mesmo sentido positivo que se tem revelado nas

últimas décadas por forma a absorver o volume de desemprego e situando-se nos 40,5%.

Neste caso, o que se verifica então é que o Baixo Mondego registará de 1981 a 1991 um crescimento populacional de cerca de 22 000 habitantes residentes a que corresponderá um acréscimo de cerca de 15 000 activos. A evolução deste volume de activos por grandes sectores de actividade económica porém, será distinta. Assim, enquanto se estima que no sector primário se continuem a perder empregos, cerca de 2 500 postos de trabalho até 1991, o sector secundário aumentará em 7 000 o número de activos empregues e o sector terciário em cerca de 10 500.

É claro também que esta evolução entre os vários concelhos do Baixo Mondego conhecerá assinaláveis diferenças. Com efeito, enquanto se estima que apenas o concelho de Coimbra contribua com cerca de 50% para o aumento dos activos no sector dos serviços, já no que respeita ao sector primário o mesmo concelho não contribuirá senão com cerca de 20% das perdas no emprego.

Haverá pois em resumo que criar anualmente cerca de 1 750 empregos nos sectores secundário e terciário da Zona do Baixo Mondego para garantir um certo equilíbrio económico e alcançar uma relativa estabilidade social.

Para além destes dois objectivos que acabamos de referir, e que no nosso primeiro cenário não representam mais do que uma situação de crescimento relativamente estabilizado, há que referir ainda (o que constitui já o principal objectivo do nosso segundo cenário) a situação previsível e desejável de o Baixo Mondego em 1991 se

assumir já como uma zona em franca expansão, com uma forma de atracção e de fixação populacional mais acentuadas que no passado recente, de contínuo e acelerado crescimento urbano e de economias externas, de maior reforço e alargamento da actual base produtiva e de especialização mais vincada face ao exterior.

Neste segundo cenário a população evoluirá a um ritmo superior ao da última década, devendo fixar-se em 1991 em redor dos 300 000 habitantes (em resultado da mesma taxa de crescimento de 16% registada de 1970/81 e apesar deste período ter beneficiado de condições muito particulares) e a taxa de actividade continuará a aumentar para atingir 42,5%. Teremos então um acréscimo populacional de mais do dobro do saldo fisiológico dos anos 70 e um aumento de cerca de 27,5% da população activa relativamente a 1981 a que corresponderão cerca de 27 500 novos empregos.

Admitindo-se que o sector primário continuará a perder empregos de forma mais agravada da que se referiu para o primeiro cenário, cerca de 3 500 postos de trabalho até 1991, então o sector secundário deverá absorver cerca de 11 000 novos empregos e o terciário 20 000.

Uma vez mais se estima que esta evolução entre os vários concelhos do Baixo Mondego contará com assinaláveis diferenças entre si. Apenas os concelhos de Coimbra e da Figueira da Foz, deverão em conjunto absorver cerca de 90% do emprego a criar nos sectores secundário e terciário.

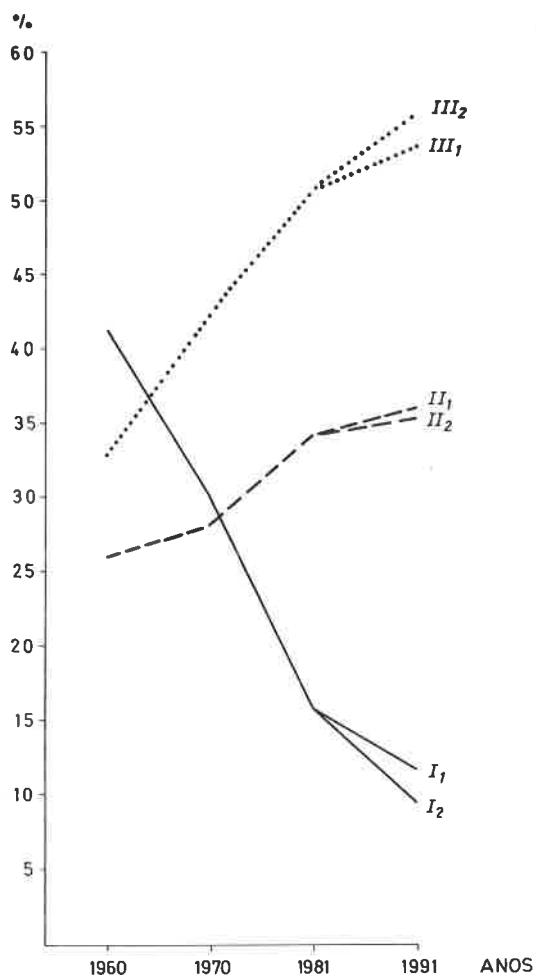
Neste cenário, de indiscutível prosperidade regional, para que o Baixo Mondego oferece condições verdadeiramente ímpares, cujo desenvolvimento é de resto legiti-

mo encarar-se com optimismo, deverão ser anualmente criados cerca de 3 000 novos empregos nos sectores secundário e terciário.

Ora, este objectivo, algo ambicioso face aos resultados de crescimento que se detectaram nos dez anos anteriores, encontra por outro lado algumas dificuldades de resolução face à actual situação de crise económica que se instalou generalizadamente a partir de finais dos anos 70.

A resposta que se tem seguido a essa crise, de medidas restritivas, tem afastado significativamente o ritmo de crescimento dos últimos anos. E uma vez que se considera que deverão ser fundamentalmente os sectores privado e cooperativo os principais dinamizadores do mercado de trabalho na zona, sendo conhecidas as dificuldades que nesta data ainda revelam em ultrapassar os condicionalismos financeiros e monetários determinados por aquelas medidas restritivas, aguarda-se com expectativa redobrada que, nos últimos cinco anos de 1986 a 1991, que coincidirão com o primeiro período de adesão às Comunidades Europeias, a par da realização de algumas infraestruturas importantes para a reanimação desses sectores, estes venham efectivamente a recuperar e aprofundar mesmo o seu papel na dinamização do mercado de emprego e da orientação profissional, aproveitando na devida conta os auxílios que para esse efeito lhes serão proporcionados.

ANÁLISE E PROJEÇÕES PARA 1991
DA REPARTIÇÃO DO EMPREGO POR
SECTORES DE ACTIVIDADE
NO BAIXO MONDEGO



I Sector primário
II " secundário
III " terciário
I₁ II₁ III₁ Sectores 1º cenário 1991
I₂ II₂ III₂ " 2º " "

III. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO

Uma vez que se encontram em fase de conclusão os grandes empreendimentos de infraestruturas hidro-agrícolas com impacto mais directo na Zona do Baixo Mondego (e que têm estado sobretudo a cargo dos Ministérios do Equipamento Social e da Agricultura Florestas e Alimentação), os objectivos definidos dependerão naturalmente sobretudo dos projectos de menor dimensão (e de impacto directo proporcionalmente maior do que os primeiros pois que serão por estes potenciados) por um lado, ficarão sob responsabilidade mais próxima das entidades regionais e locais por outro lado, e, por outro lado ainda, serão eventualmente mais exigentes nos domínios complementares das actividades produtivas e do bem estar geral das populações locais, de modo a reforçar a coerência do próprio programa.

Por último, na medida em que o programa de desenvolvimento integrado do Baixo Mondego resulta em grande parte de um conjunto de investimentos de natureza hidro-agrícola e de experimentação cultural já realizados, deve dizer-se que os objectivos a alcançar têm a ver com a potenciação dos recursos das actividades produtivas, a sua reestruturação e a promoção do bem estar e da qualidade de vida das suas populações, que se procuram esquematizar por sectores de actividade no quadro seguinte, de forma a garantir o aproveitamento cabal daqueles investimentos.

MATRIZ DE OBJECTIVOS

SECTORES DE ACTIVIDADES GERAIS	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO
Potenciação dos recursos das actividades produtivas	<ul style="list-style-type: none"> • diminuir risco de inundações nos campos agrícolas • aumentar a médio prazo a fertilidade do solo (pela redução do depósito das areias e da salinidade das águas) • possibilitar a introdução de culturas de outono-inverno • melhorar condições de pesca com o novo porto • repovoamento florestal designadamente para lutar contra a erosão 	<ul style="list-style-type: none"> • fornecimento de água a baixos preços à indústria • favorecer a instalação de novas indústrias para o aproveitamento dos recursos agrícolas e da pesca • construção de centros de frio com vista a obter acréscimos na produção de novos produtos agrícolas e do mar 	<ul style="list-style-type: none"> • racionalizar a utilização dos equipamentos • facilitar a transferência na formação dos preços • melhorar as condições de oferta turística para o exterior • possibilitar o melhor aproveitamento das potencialidades locais da zona
Reestruturação das actividades produtivas	<ul style="list-style-type: none"> • emparcelamento das explorações • instalação campo experimentação no domínio da produção agrícola • diversificação da produção agrícola (o arroz seja parcialmente substituído por culturas de maior rendimento) • aumento e modernização da frota pesqueira • redução da percentagem dos activos agrícolas e incremento da produtividade por trabalhador 	<ul style="list-style-type: none"> • aumentar o emprego nas indústrias para exploração de recursos locais • difundir a utilização de técnicas de gestão e organização mais adequadas • fomentar a actividade dos centros de investigação, a ligação da Universidade à Indústria e o aparecimento de novos centros tecnológicos 	<ul style="list-style-type: none"> • explorar as capacidades locais e de polarização dos centros urbanos • reforçar a aplicação na região das poupanças aí originadas • aumentar o emprego em serviços novos no turismo e serviços complementares da actividade portuária
Promoção do bem-estar das populações locais	<ul style="list-style-type: none"> • aumento do rendimento agrícola familiar • diminuição do subemprego na agricultura 	<ul style="list-style-type: none"> • melhores facilidades no escoamento de mercadorias para o exterior • melhoramento das comunicações com o exterior 	<ul style="list-style-type: none"> • melhorar os sistemas de transporte de passageiros e de mercadorias • melhorar as condições básicas de saneamento, tratamento de lixo e abastecimento de água
	<ul style="list-style-type: none"> • incremento da formação profissional e tecnológica • melhoria dos serviços de saúde e segurança social • melhoria dos sistemas de comunicações • criação de espaços e equipamentos de comércio e ocupação de tempos livres 		

IV. MEDIDAS E ACÇÕES

3.1. Entendemos por acções de desenvolvimento os projectos e programas de investimento, quer em curso, quer previstos para a Zona do Baixo Mondego.

Estas acções serão levadas a cabo por três tipos de entidades distintas, a saber:

- a) Serviços Centrais ou Serviços Regionais da Administração Pública, com actividade na zona,
- b) Empresas Públicas que operam na Zona, e
- c) Autarquias Locais envolvidas.

Nesta fase e à data em que o presente documento está a ser elaborado, apenas possuímos informações relativas a:

- . algumas acções de desenvolvimento das entidades do tipo a) supra, e
- . às acções de investimento previstas para o horizonte de 1990 das autarquias locais do Baixo Mondego.

Entendemos ainda que mesmo dentro das acções de investimento da Administração Central relativamente às quais possuímos informações e que apresentaremos de seguida, algumas haverá que, pela sua dimensão regional e mesmo nacional, não será certamente razoável justificar a sua inclusão num programa de desenvolvimento subregional

como este. É designadamente o caso do Hospital Central de Coimbra e de alguns eixos da rede viária fundamental, entre outros.

No que respeita às acções das autarquias locais, apresentaremos neste ponto, discriminado por autarquias e para o conjunto da Zona do Baixo Mondego, quadro descritivo dos valores das fichas de projecto por sectores, faseados ao longo dos vários anos até 1990 e indicando a repartição percentual dos investimentos naqueles sectores.

Dado que a Câmara Municipal de Coimbra apresentou as suas fichas de projectos de investimento agrupadas em três prioridades devidamente hierarquizadas elaborámos dois quadros, respectivamente para os investimentos da Câmara Municipal de Coimbra e do conjunto da Zona do Baixo Mondego, onde se indica por um lado a totalidade dos projectos nas três prioridades para a Câmara Municipal de Coimbra, e, por outro lado, o somatório dos projectos considerando apenas os de primeira prioridade.

3.2. O valor total das acções de investimento das autarquias locais do Baixo Mondego no caso dos projectos nas três prioridades apresentado, pela Câmara Municipal de Coimbra, ronda os 17,0 milhões de contos.

Este valor passa no entanto para cerca de 12 milhões de contos considerando apenas os projectos de primeira prioridade da Câmara Municipal de Coimbra.

A repartição do investimento global por sectores é a seguinte, em percentagens:

SECTORES		NO CASO DA TOTALIDADE DAS TRÊS PRIORIDADES DE PROJECTOS DA C.M.COIMBRA	NO CASO DE SE INCLUIR APENAS OS PROJECTOS DE PRIMEIRA PRIORIDADE DA C.M.COIMBRA
ABASTECIMENTO DE ÁGUA		10,7	11,7
DRENAGEM DE ESGOTOS		15,3	19,0
RECOLHA DE LIXOS		0,8	-
INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO		34,4	24,9
INFRAESTRUTURAS DE APOIO ÀS ACTIVIDADES PRODUTIVAS SEGUINTE:	AGRICULTURA	3,7	5,6
	INDÚSTRIA	2,5	1,6
	COMÉRCIO/SERV.	9,2	9,6
INFRAESTRUTURAS DE APOIO AO TURISMO		16,7	23,6
RECUPERAÇÃO DE ZONAS HISTÓRICAS		5,4	3,2
AERÓDROMOS		1,3	0,8

O facto de referirmos dois cenários no caso dos projectos de investimento apresentados na Câmara Municipal de Coimbra, designadamente o primeiro, que engloba a totalida-

de das três prioridades, e o segundo, que apenas integra os de primeira prioridade, é evidentemente discutível, mas tem a seguinte justificação.

É que, tal como adiante se referirá no ponto quatro ao falarmos dos recursos financeiros, a Câmara Municipal de Coimbra apresenta a nosso ver e com base na metodologia que foi utilizada, algumas dificuldades para cobrir com capitais próprios a globalidade dos projectos nas três prioridades. Já não apresenta por outro lado e a nosso ver quaisquer dificuldades em financiar na quota parte que se estabeleceu os projectos que considera como de primeira prioridade. Pelo contrário, neste último caso, excedem ainda recursos que, naturalmente, podem cobrir ainda alguns, mas não todos, os projectos que considera como de segunda prioridade.

É claro que a Câmara Municipal de Coimbra, não é a única autarquia que, na Zona do Baixo Mondego, apresentou projectos para além dos valores que a nossa análise considera como disponibilidades, a ter em conta; também a Câmara Municipal da Figueira da Foz, está nessa situação. Simplesmente, as diferenças aí não são tão gritantes e as receitas, como se verá adiante no ponto quatro, deverão estar provavelmente subavaliadas.

A análise aos sectores de maiores investimentos revela que são privilegiados acima de tudo e à escala do Baixo Mondego no seu conjunto, as infraestruturas de transporte rodoviário e de apoio ao turismo, seguindo-se logo depois o abastecimento de água e drenagem de esgotos e, depois, as infraestruturas de apoio às actividades produtivas do comércio e serviços.

Numa análise de autarquia a a autarquia porém, o que

ressalta é que a Câmara Municipal de Coimbra privilegia sobretudo o sector das infraestruturas de transporte rodoviário (40% no conjunto de projectos nas três prioridades e 40% do peso dos projectos a que atribui primeira prioridade) e as infraestruturas de apoio ao comércio e serviços (18% do peso dos projectos com três prioridades e 27% dos projectos só de primeira prioridade), a Câmara Municipal da Figueira da Foz privilegia sobretudo as infraestruturas de apoio ao turismo (cerca de 49% dos projectos apresentados), enquanto as restantes Câmaras Municipais de Montemor-o-Velho, Condeixa - -a-Nova e Soure revelam uma repartição mais equilibrada dos seus investimentos por vários sectores, como se pode constatar nos quadros a seguir apresentados.

3.3. No concernente às acções de investimento, por outros serviços públicos a nossa informação não é tão completa. Não só por não abranger a totalidade dos sectores potencialmente elegíveis para concurso ao FEDER como, também, por não possuir um horizonte alargado até 1990 nas acções de que se têm conhecimento.

É designadamente o caso das infraestruturas rodoviárias a cargo da Junta Autónoma das Estradas (J.A.E.), de cujas acções de investimento de que temos conhecimento na Zona do Baixo Mondego se referem aos anos de início e conclusão das obras, ao volume de investimentos em 1985 e ao seu custo total (1); das acções de investimento a cargo da Direcção Geral de Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos (DGRAH),

(1) Relativamente às acções de investimento da JAE possuímos ainda informação relativamente às previsões para 1986, 87, 88 e "anos seguintes" conforme mapa junto.

onde, para além dos elementos anteriores, possuímos informação relativa à fase em que se encontram os empreendimentos e aos investimentos a realizar em 1986 e "anos seguintes"; das acções a cargo da Direcção Geral das Construções Hospitalares (DGCH) e de empreendimentos escolares onde, a nossa informação é idêntica à que acabámos de referir para a J.A.E. e da construção do Novo Hospital de Central de Coimbra, onde a nossa informação é idêntica à que possuímos para as acções a cargo da DGRAH (e neste caso pensamos que não é razoável considerar-se incluído num programa subregional como o do Baixo Mondego pelas razões expressas anteriormente no ponto 3.1.).

De qualquer modo, e sobretudo a título informativo, apresentamos adiante os valores relativos a estas últimas acções de que temos conhecimento e acabamos de referir.

C C R C	ANALISE AOS PROJECTOS LOCAIS		CÁMARS MUNICIPAIS DO BAIXO MONDEGO									
	DESCRIMINAÇÃO POR SECTORES	VALOR em contos (L) em %	EVOLUÇÃO POR ANOS							OBSERVAÇÕES		
			1985	1986	1987	1988	1989	1990				
INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO	Abastecimento de água	1 985 229	10,7	357 782	559 702	420 300	297 150	243 000	107 295	Este cenário correponde à totalidade dos projectos das 3 prioridades apresentadas pela Câmara Municipal de Coimbra		
	Drenagem Esgotos	2 848 502	15,3	397 500	698 502	468 000	634 000	407 000	243 500			
	Recolha Lixos	140 000	0,8	-	40 000	40 000	35 000	25 000	-			
INFRAEST. TRANSPORTE RODOVIÁRIO	5 069 801	34,4	171 000	1 187 151	1 326 650	1 421 000	609 000	355 000				
INFRAESTRUTURAS APOIO ACTIV. PRODUCTIVAS	Agricultura	683 500	3,7	65 000	267 500	253 000	73 000	25 000	-			
	Indústria	459 000	2,5	32 000	197 000	120 000	75 000	35 000	-			
INFRAESTRUTURAS APOIO TURISMO	Comércio/ Serviços	1 715 396	9,2	419 863	388 401	337 877	242 877	326 378	-			
		3 112 585	16,7	100 540	524 000	532 146	675 000	492 500	788 399			
RECUPERAÇÃO ZONAS HISTÓRICAS		995 000	5,4	15 000	165 000	200 000	225 000	308 000	82 000			
	AERÓDROMOS	235 000	1,3	-	35 000	120 000	35 000	45 000	-			
TOTAL		17 244 013	100,0	1558 685	4062 256	3817 973	3713 027	2515 878	1576 194			

(1) contos de 1985

a) Verbas relativas apenas à C.M. de Coimbra

b) Inclui-se em 1990, 400 000 contos que a C.M. da Figueira da Foz indica como investimento só em 1991.

C C R C	ANALISE AOS PROJECTOS LOCAIS		CÁMARA MUNICIPAL DO BAIXO MONDEGO							
	DESCRIMINAÇÃO POR SECTORES		VALOR	EVOLUÇÃO POR ANOS						
		em contos (1), em %	1985	1986	1987	1988	1989	1990		
INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO	Abastecimento de água	1 422 250	11,7	249 000	434 700	318 300	171 250	144 000	105 000	Este cenário corresponde apenas, da parte da C.M. Coimbra, aos projectos que referiu como de 1ª prioridade
	Drenagem Esgotos	2 319 000	19,0	369 000	647 000	362 500	520 500	303 000	117 000	
	Recolha Lixos	-	-	-	-	-	-	-	-	
INFRAEST. TRANSPORTE RODOVIÁRIO	3 022 750	24,9	171 000	760 350	860 400	741 000	340 000	150 000		
INFRAESTRUTURAS APOIO ACTIV. PRODUTIVAS	Agricultura	683 500	5,6	65 000	267 500	253 000	73 000	25 000	-	
	Indústria	194 000	1,6	32 000	92 000	35 000	35 000	-	-	
	Comércio/Serviços	1 164 469	9,6	308 457	411 878	221 378	111 378	111 378	-	
INFRAESTRUTURAS APOIO TURISMO	2 872 540	23,6	100 540	494 000	458 000	620 000	440 000	760 000 a)		
RECUPERAÇÃO ZONAS HISTÓRICAS	380 000	3,2	5 000	65 000	80 000	65 000	83 000	82 000		
AERÓDROMOS	90 000	0,8	-	5 000	85 000	-	-	-		
TOTAL	12 148 509	100,0	1 299 997	3 177 428	2 673 578	2 337 128	1 446 378	1 214 000		

(1) contos de 1985

(a) Inclui-se em 1990, 400 000 contos de investimento que a C.M. da Figueira da Foz indica só em 1991.

BAIXO MONDEGO

C C R C	ANÁLISE AOS PROJECTOS LOCAIS		CÂMARA MUNICIPAL DE: COIMERA (Total de projectos nas 3 prioridades)							
	DESCRIMINAÇÃO POR SECTORES		VALOR em contos (1) em %	EVOLUÇÃO POR ANOS						
			1985	1986	1987	1988	1989	1990		
INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO	Abastecimento de água	1 332 484	15	284 282 341 302	257 500	198 900	173 000	77 500	Numeração dos projectos pelo SMASC Projecto CMC Projectos CMC: 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23 Projecto CMC 3 e 4 Projectos CMC 13, 33 34 inclui projecto "ACIC" Feira Indust. inclui proj. SMUC e ainda proj. CMC 18 e 26 Projecto CMC 10, 31 e 35 Projectos CMC 25, 27, 28, 29, 30, 32. Muito ligado ao Turismo Projecto CMC 24 (2a. prioridade)	
	Drenagem Esgotos	808 001	9	28 500	79 501	162 000	218 000	153 500		
	Recolha Lixos	140 000	1	-	40 000	40 000	35 000	25 000		-
INFRAEST. TRANSPORTE RODOVIÁRIO		3 577 150	40	12 000	809 500	936 150	1 055 000	439 000	275 000	
INFRAESTRUTURAS APOIO ACTIV. PRODUTIVAS	Agricultura	150 000	2	-	5 000	90 000	50 000	5 000	-	
	Indústria	335 000	4	20 000	140 000	100 000	40 000	35 000	-	
	Comércio/Serviços	1 595 216	18	365 183	322 901	337 877	242 877	326 378		
INFRAESTRUTURAS APOIO TURISMO		276 646	3	-	50 000	89 146	70 000	67 500	-	
RECUPERAÇÃO ZONAS HISTÓRICAS		615 000	7	10 000	100 000	120 000	160 000	225 000	-	
AERÓDROMOS		145 000	1	-	30 000	35 000	35 000	45 000	-	
TOTAL		8 974 497	100	719 965	1 918 204	2 167 673	2 103 777	1 558 878	506 000	

Nota: A apresentação de cada um destes projectos não figura neste documento
(1) Contos de 1985

C C R C		ANÁLISE DOS PROJECTOS LOCAIS										CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA (Grupo Projectos 1. Prioridade)	
DESCRIÇÃO POR SECTORES		VALOR		EVOLUÇÃO POR ANOS							OBSERVAÇÕES		
		em contos (1) em %		1985	1986	1987	1988	1989	1990				
INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO	Abastecimento de água	779,300	20	175,500	216,300	155,500	73,000	74,000	40,000	Ref. capt. Coimbra, Equip. Elect. Boavista, Obras Int (C., Mda., Penacova), (1)			
	Drenagem Esgotos	205,500	5	-	28,000	56,500	53,000	41,000	27,000	Emissário Esgotos Taveiro Emis. ETAR. R. Esg. Vale Os selhas.			
	Recolha Lixos	-	-	-	-	-	-	-	-	Circ. Int., Solum-Alto S. João, Via Central, Cent. C Transp. Variante Lajes (2)			
INFRAEST. TRANSPORTE RODOVIÁRIO		1.565,100	40	12,000	382,700	469,900	460,500	170,000	70,000	Mercado Abast. e Feira 23.			
INFRAESTRUTURAS APOIO ACTIV. PRODUTIVAS	Agricultura	150,000	4	-	5,000	90,000	50,000	5,000	-	Loteamento Taveiro.			
	Indústria	70,000	2	20,000	35,000	15,000	-	-	-	Aquisição de Trolley Carros e de Autocarros.			
	Comércio/Serviços	1.044,469	27	253,957	346,378	221,378	111,378	111,378	-	Parque de Campismo.			
INFRAESTRUTURAS APOIO TURISMO		65,000	2	-	20,000	15,000	15,000	15,000	-	(3) Ligação EN 1 - Cimentos Souselas.			
RECUPERAÇÃO ZONAS HISTÓRICAS		-	-	-	-	-	-	-	-				
TOTAL		3.879,369	100	461,457	1.078,378	1.023,278	762,878	416,378	137,000				

NOTA: A apresentação de cada um destes projectos não figura neste documento.

- (1) Abast. Margem esq. Reservat. Chão Bispo, Cond. Elev. Boavista-P. Marrocos.
 (2) Ponte Boavista, Circular Boavista, Av. Marginal.
 (3) Contos de 1985.

C C R C		ANALISE AOS PROJECTOS LOCAIS						CÂMARA MUNICIPAL DE: FIGUEIRA DA FOZ				
DESCRIMINAÇÃO POR SECTORES		VALOR		EVOLUÇÃO POR ANOS							OBSERVAÇÕES	
		em contos(1)	em %	1985	1986	1987	1988	1989	1990			
INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO	Abastecimento de água	105 400	2	20 400	45 000	40 000	-	-	-	-	-	-
	Drenagem Esgotos a)	861 000	18	96 000	165 000	165 000	305 000	130 000	-	-	-	-
	Recolha Lixos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
INFRAEST. TRANSPORTE RODOVIÁRIO	b)	1 043 000	22	103 000	225 000	415 000	200 000	100 000	-	-	-	-
INFRAESTRUTURAS APOIO	Agricultura c)	348 000	7	26 500	200 000	121 500	-	-	-	-	-	-
ACTIV. .PRODUCTIVAS	Indústria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Comércio/ Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
INFRAESTRUTURAS APOIO TURISMO		2 340 540	49	85 540	265 000	280 000	550 000	410 000	350 000	-	-	-
RECUPERAÇÃO ZONAS HISTÓRICAS		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AERÓDROMOS		90 000	2	-	5 000	85 000	-	-	-	-	-	-
TOTAL		4 787 940	100	331 440	905 000	1106 500	1055 000	640 000	350 000	-	-	-

(1) contos de 1985
 (*) Realizados já 500 contos em 1984
 a) Realizados já 65 500 contos de investimentos em 1983 e 1984
 b) Realizados já 4 300 contos de investimento em 1983/84.
 c) Realizados já 2 000 contos de investimento em 1984.

NOTA: A apresentação de cada um destes projectos não figura neste documento.

C C R C		ANÁLISE DOS PROJECTOS LOCAIS						CÂMARA MUNICIPAL DE: MONTEMOR-O-VELHO			
DESCR.ÇÃO POR SECTORES	VALOR em contos (1) em %	EVOLUÇÃO POR ANOS							OBSERVAÇÕES		
		1985	1986	1987	1988	1989	1990				
INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO	Abastecimento de água	176 700	12	38 000	82 900	47 800	8 000	-	-	Diversos lugares	
	Drenagem Esgotos	698 000	50	253 000	384 500	33 000	27 500	-	-	Localização em P. Campo, Carapinhais, Meas do Campo, Se. Valaça, Monte-estade, V.N. Barca e Araçede.	
	Recolha Lixos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
INFRAEST. TRANSPORTE RODoviÁRIO	121 150	8	32 000	89 150	-	-	-	-	-	Diversos Caminhos Municipais e outros acessos	
INFRAESTRUTURAS APOIO ACTIV. PRODUTIVAS	Agricultura	118 500	8	38 500	50 000	30 000	-	-	-	Merc. Municipal e Escola de Jovens Empresários Agrícolas.	
	Indústria	99 000	7	-	44 000	20 000	35 000	-	-	Zona Industrial (22 ha)	
	Comércio/Serviços	120 000	8	54 500	65 500	-	-	-	-	Bombeiros - Quartel	
INFRAESTRUTURAS APOIO TURISMO	95 000	7	15 000	48 000	32 000	-	-	-	-	Arranjo Parque Campismo, Conjuntos Polidesportivos.	
RECUPERAÇÃO ZONAS HISTÓRICAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	1 428 350	100,0	431 000	764 050	162 800	70 500	-	-	-	-	

(1) contos de 1985

NOTA: A apresentação de cada um destes projectos não figura neste documento.

C C R C	ANÁLISE DOS PROJECTOS LOCAIS		CÂMARA MUNICIPAL DE: SOURE							
	DESCRIÇÃO POR SECTORES	VALOR em contos (1) em %	EVOLUÇÃO POR ANOS						OBSERVAÇÕES	
			1985	1986	1987	1988	1989	1990		
INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO	Abastecimento de água	228 500	18	10 000	48 500	30 000	30 000	55 000	55 000	Abast. à zona sudeste do Concelho, a cargo da Gestora e RES. em VN. Anos a)
	Drenagem Esgotos	321 500	26	20 000	45 500	63 000	71 000	82 000	40 000	ETAR Alfaielos e G. Ulmeiro, san. de Soure e ETAR, e diversos lugares
	Recolha Lixos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
INFRAEST. TRANSPORTE RODOVIÁRIO		230 000	19	24 000	56 000	30 000	30 000	30 000	60 000	CM Coles/Azenha, CM Casal Pedinho e G. Ulmeiro e variante Soure/Casalinhos
INFRAESTRUTURAS APOIO ACTIV. PRODUTIVAS	Agricultura	35 000	3	-	-	-	15 000	20 000	-	Mercado Municipal de G. do Ulmeiro
	Indústria	17 000	1	12 000	5 000	-	-	-	-	Zona Industrial de Soure (570 000m ²)
	Comércio/Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-
INFRAESTRUTURAS APOIO TURISMO		209 000	17	-	84 000	50 000	50 000	15 000	10 000	Recuperação Termas Andara e Parque Campismo de Soure.
RECUPERAÇÃO ZONAS HISTÓRICAS		200 000	16	-	30 000	30 000	30 000	45 000	65 000	Muito ligado ao turismo refere-se ao aproveitamento zona histórica de Soure.
TOTAL		1 241 000	100	65 000	269 000	203 000	226 000	247 000	230 000	

(1) contos de 1985

a) Inclui anos seguintes a 1990

NOTA: A apresentação de cada um destes projectos não figura neste documento.

C C R C	ANÁLISE DOS PROJECTOS LOCAIS		CÂMARA MUNICIPAL DE: CONDEIXA-A-NOVA							
	DESCRIPÇÃO POR SECTORES		VALOR em contos (L) em %	EVOLUÇÃO POR ANOS					OBSERVAÇÕES	
		em contos (L)	em %	1985	1986	1987	1988	1989		1990
INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO	Abastecimento de água	176 850	18,7	4 600	42 000	45 000	60 250	15 000	10 000	5 Proj. Esg. elect. cap. central Condeixa-Velha Sul-Sueste e Sudoeste Esg. da Est. frat. da capt. central.
	Drenagem Esgotos	233 000	24,6	-	24 000	45 000	64 000	50 000	50 000	2 Proj. ETAR de Condeixa dotação de bombagem da Zil e emissário, 1ª fase da rede de esg. do conc.
	Recolha Lixos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
INFRAEST. TRANSPORTE RODOVIÁRIO		153 500	16,2	-	12 500	30 500	50 500	40 000	20 000	2 Proj. Acessos da Zil e Parque Ind. e variante EN. 347 e Viaduto sobre EN. 347.
INFRAESTRUTURAS APOIO ACTIV. PRODUTIVAS	Agricultura	32 000	3,4	-	12 500	11 500	8 000	-	-	2 Proj. Inst. da Coop. Agrícola e Merc. Rural de Gado.
	Indústria	8 000	0,9	-	8 000	-	-	-	-	1 Proj. Pavilhão para a Coop. Estrela de Conun- briga.
	Comércio/ Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-
INFRAESTRUTURAS APOIO TURISMO		163 000	17,2	-	77 000	81 000	5 000	-	-	3 Proj. Parque Campismo de Coimbra, Parque de Tiro de Montanha, Campo de Tância, Residência, Es- tância.
RECUPERAÇÃO ZONAS HISTÓRICAS		180 000	19,0	5 000	35 000	50 000	35 000	38 000	17 000	2 Proj. Recuperação, ir- rigação e recuperação ve- lha e recuperação Con- deixa-a-Velha
TOTAL		946 350	100	9 600	211 000	263 000	222 750	143 000	97 000	

(1) Contos de 1985

NOTA: A apresentação de cada um destes projectos não figura neste documento.

<u>ACCÕES DE DESENVOLVIMENTO</u>	DIRECÇÃO GERAL CONSTRUÇÕES HOSPITALARES				
	PERÍODO DE EXECUÇÃO		CONTOS		LOCALIZAÇÃO
	INÍCIO	CONCLUSÃO	INVESTIMENTOS EM 1985	CUSTO TOTAL	
Centro Saúde Coimbra (em execução)	1982	1985	340	2 832	Coimbra
Hospital Psiquiátrico Lorrvão (em execução)	1981	1985	5 000	48 040	Coimbra
Hospital Psiquiátrico Sobral Cid (em execução)	1981	1988	49 107	180 231	Coimbra
Hospital Distrital Figueira da Foz (em execução)	1982	1985	37 186	71 842	Figueira Foz
Inst. Port. Oncologia-Centro de Coimbra (em execução)	1980	1986	57 694	310 340	Coimbra
H.U.C.-Unidade de Queimados (em execução)	1981	1987	46 431	347 660	Coimbra
H.U.C.-Daniel de Matos (em estudo)	1985	1988	7 500	267 000	Coimbra
H.G.da Colónia Portuguesa do Brasil (em execução)	1982	1986	6 450	38 249	Coimbra
H.G.da Colónia Portuguesa do Brasil (projecto elaborado)	1978	1985	6 667	30 148	Coimbra
H.U.C.-Complexo Hospitalar Celas (em estudo)	1985	1985	2 500	2 500	Coimbra

TOTAL 218 875 1 298 842 (contos)

ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO	EMPREENDIMENTOS ESCOLARES					LOCALIZAÇÃO
	PERÍODO DE EXECUÇÃO		CONTOS		CUSTO TOTAL	
	INÍCIO	CONCLUSÃO	INVESTIMENTOS EM 1985			
Escola Secundária Montemor-o-Velho	1/85	10/86	35 700	143 816		Montemor-o-Vº
Escola Secundária nº 3 Figueira da Foz	1/85	12/86	49 800	135 460		Figueira Foz
Escola Superior de Educação de Coimbra	11/85	11/87	1 000	120 000		Coimbra
Pólo II Universidade Coimbra (aquis.terrenos)	1/83	12/87	80 000	300 969		Coimbra
Departamento Física-Química Coimbra			1 844	2 062		Coimbra
Arquivo da Universidade Coimbra (remodelação)			599	2 603		Coimbra
Faculdade Economia Universidade Coimbra	3/85	10/86	10 000	20 000		Coimbra
(1) dimensão (turnas)						

TOTAL 178 943 724 910 (contos)

ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO	DIRECÇÃO GERAL MONUMENTOS NACIONAIS						LOCALIZAÇÃO
	PERÍODO DE EXECUÇÃO			CONTOS		CUSTO TOTAL	
	INÍCIO	CONCLUSÃO		INVESTIMENTOS EM 1985			
Defesa e Valorização Património Cultural							
Paço de Sub-Rúpas	1980	1985		6 330		31 649	Coimbra
Igreja e Mosteiro Sta Clara	1984	1985		3 000		5 000	Coimbra
Mosteiro de Celas	1980	1985		1 000		9 850	Coimbra
Castelo de Soure	1985	1985		500		500	Soure
Capela Misericórdia Tentúgal	1985	1985		2 500		2 500	Montemor-o-Vp
Mosteiro Santa Clara a Nova	1985	1985		5 000		5 000	Coimbra
Ensino Superior Universitário-Antigo Colégio dos Orfãos							
Remodelação Faculdade Direito	1978	1985		35 000		225 930	Coimbra
Instalação Serviços Administração Geral							
Instalação Serviços Públicos Coimbra (Projecto)	1973	1986		9 000		51 821	Coimbra

TOTAL62 330332 250

(contos)

AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO	INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS (JAE)				
	PERÍODO DE EXECUÇÃO		1.000 CONTOS		LOCALIZAÇÃO
	INÍCIO	CONCLUSÃO	INVESTIMENTOS EM 1985	CUSTO TOTAL	
Acessos a Centros Urbanos					
Bencanta/Taveiro, EN 110-2	1984	1986	150	461	
Ponte Figueira Foz-Illuminação e acessos às praias	1985	1986	150	185	
Modernização da Rede Fundamental					
Raiva/Trouxemil, incluindo obras de arte EN 2 - IP 3 -	1985	1988	27	1 600	
Modernização da Rede Complementar					
Mira/Figueira Foz, EN 109 - IC 2 -	1984	1986	180	270	
Coimbra/Cruz.Polares, EN 17	1985	1987	100	350	
Gala/Leirosa, EN 109 - IC 1 -	1985	1987	27	150	
Variante da Gala, EN 109 - IC 1 -	1985	1987	15	100	
Cernache/Coimbra, EN 1 - IC 2 -	1985	1986	40	100	
Rede Secundária					
Ponte Açude/NÓ das Lages, EN 110-2	1984	1985	10	50	

TOTAL 699 3 266 (mil contos)

QUADRO A

Serviço _____

Sector _____

Programa _____

EXERCÍCIO DE PLANEJAMENTO DE MÉDIO PRAZO
(1980 - 1984)LISTAGEM DE INVESTIMENTO OU DESPESA DE DESENVOLVIMENTO
OBRAS E ACCESOS A LANÇAR NO PERÍODO

(Valores em 1.000 contos)

Empreendimentos	Localidade	Período de Realização		Fins em que se Encontra (1)	Dimensão	Previsão do investimento (Preços de 1985) *				Observações	
		Início	Conclusão			Custo Total	1986	1987	1988		1989
111. Construção entre Figueira da Foz e Santa Eulália	Coimbra	3/87	9/89		13,0	1 500 000		100 000	350 000	1 050 000	
234-1. Beneficiação entre Cantanhede e Gerês (BH)	Coimbra	3/86	12/87		17,0	170 000	70 000	100 000			
342. Beneficiação entre Soure e Conceixa (BH)	Coimbra	3/87	9/88		12,0	120 000		50 000	70 000		
347 e EH 110. Beneficiação entre Condeixa e Pontão (BH)	Coimbra	5/87	12/88		12,0	120 000		50 000	70 000		
111. Construção entre Gerês e Acessos à A.E.	Coimbra	3/88	12/89		4,4	320 000			100 000	220 000	
17. Construção da P.S. ao C.F. (Linha da Lousa) no lanço Portela - Poiares	Coimbra	3/87	12/88			180 000		60 000	120 000		
17. Reforço do pavimento entre Portagem (EH 1) - Portela	Coimbra	3/87	12/88		5,0	90 000		30 000	60 000		
TOTAL DO DISTRITO						2 910 000	70 000	560 000	1 010 000	1 270 000	

3.2. Em relação ao Projecto em elaboração, Projecto de execução da Beneficiação em obras de melhoria do pavimento (PCE) no âmbito do Plano de Investimentos em Obras de Infra-estrutura

* Os investimentos devem ser apresentados a partir de 1985, em Euros, e em unidades monetárias do país em que se encontra a execução do projecto.

QUADRO A

PIDDAC/88

PROGRAMAÇÃO A NÍVEL DE EMPREENDIMENTO
OBRAS E ACCÕES QUE TRANSITAM DO PIDDAC/84

Serviço: D.G., D.A., II.
Sector: ARQUITECTURA
Programa: P1141 - BAIXO MANTENÇÃO

(Valores em contos)

Empreendimentos	Localização	Período de Realização Início M/A	Período de Realização Conclusão M/A	Fase em que se Encontra (1)	Dimensão	Custo Total	Investimento a Realizar			Observações		
							Até 31/12/83	1984	1985		1986	Anos seguintes
HABILITAÇÃO DE LANTAS, RECA, DEFESA E BARRIO DOS CARROS DO MINISTRO - Lanta central - Casa consubstancial e estação elevatória do Alqueidão - Estação elevatória do Fojo (construção civil, equipamento e estudos complementares) - Estações diversas (prolongamento de estação anteriores) - Município III - Construções - Lanta periférica - Regularização das valas sanitárias (Ego e Arucas) CONSTRUÇÃO DO AQUÍFERO-NANTE DE COYHUNA E HERRACEN NA ZONA DA LAJA NA CHUMBE - Construção e obras complementares - Trabalho complementar para obras de equipamento - Acesso e trabalhos de acesso ao aquífero de Coimbre - Desapedia da zona do Mosteiro de Santa Clara - Estações elevatórias (prolongamento de estação anteriores) - Instalações eléctricas de manutenção e seus acessórios - Instalações eléctricas de força motriz - Cimentação antissísmica das construções de apoio						12 219 164	5 715 117	1 880 874	1 265 050	3 059 200		
			JUN/77	1982/86	Em execução		6 642 184	5 130 604	927 919	70 000	70 000	
			OUT/82	1982/86	Em execução		1 027 555	570 601	810 474	250 000	250 000	
			NOV/83	1982/85	Em execução		914 000	2 900	87 500	424 500		
			JAN/84	1987/86	Em projecto		55 300	-	15 000	8 500		
			NOV/84	1982/86	Em projecto		1 270 000	-	50 000	263 450	600 000	
			JUN/85	1982/86	Em projecto		1 700 000	-	-	500	340 000	1987 - 600 000 1988 - 359 500
			ABR/85	1982/86	Em projecto		740 000	-	-	50 000	250 000	440 000
							666 264	106 411	135 100	75 000		
			OUT/82	JUN/85	Em execução		23 233	0 000	14 600	5 000		
			JUN/82	MAY/85	Em execução		507 778	384 978	103 800	17 000		
			OUT/85	SEP/85	Em estudo		3 250	500	1 250	1 500		
			JAN/86	1982/85	Em projecto		8 300	-	6 300	2 500		
			NOV/84	1982/85	Em projecto		22 200	-	3 200	19 000		
			FEV/85	1982/85	Em projecto		20 000	-	-	20 000		
		FEV/85	1982/85	Em projecto		10 000	-	-	10 000			

(1) Em estudo. Projeto em elaboração. Projeto concluído.
 (2) É o valor o montante de cada financeira estimo (11%) ou estado estimo, ou a totalidade de cada financeira (100%) e o restante (financiada) ou (3) em estimativa para 1983 e anos seguintes em um ser aproximado e projecto de 1985.

0.0174
2/11/86

QUADRO A

PIDDAC/86

PROGRAMAÇÃO A NÍVEL DE EMPILHAMENTO
OBRAS E ACCÕES QUE TRANSITAM DO PIDDAC/84

Empendimentos	Localização	Período de Realização		Fase em que se Encontra (p)	Dimensão	Custo Total	Investimento a Realizar				Observações	
		Início M/A	Conclusão M/A				1984	1985	1986	Anos seguintes		
BARRAGEM DE FRONHAS E TUNEL FRONHAS-AGUILEIRA - Barragem de Fronhas - Túnel Fronhas-Aguileira - Estação de acesso à barragem (acometimento e trabalhos complementares) - Variante à RN 522 entre Vain de Espinho e Bria e caminho junto à povoação da ribeira da Avein - Variante ao CN 1333 entre Covale e Matadão		MAT/85	16/2/85	em execução		2.162.862	1.211.111	510.200	383.730	44.000		
		JUN/85	16/2/85	em execução		1.117.604	628.251	370.024	101.450	4.043		
						1.316.815	578.419	424.190	274.300	40.000		
						2.000	-	-	2.000	-		
			SET/83	JUN/85	em execução		47.043	3.413	12.600	1.194	1.194	
REESTABELECIMENTO DE COMUNICAÇÕES NO VAL DO HUMILDO - Ponte de Casela e substituição de troncos de madeira - Inauguração de Casela e substituição e melhoria entrada de acesso		MAI/86	JUN/85	em execução		15.600	-	10.600	5.000	-		
		SET/84	14/2/85	em conclusão		116.200	-	26.200	92.000	-		
						111.000	-	20.000	91.000	-		
REPÊSA DA INFRAESTRUTURA DA LRIA NA ZONA DO BAIXO PEDIÇA - FBR (Cuiabá)			14/2/85	em conclusão		5.300	-	4.300	1.000	-		
						1.410.000	-	-	260.000	150.000		
						1.410.000	-	-	260.000	150.000		
TOTAL						16.911.985	17.319.411	2.070.524	2.193.504	1.659.050	2.859.500	(contas)
		1985	1985	Projecto aprovado		30.000	-	-	30.000	-	-	

(a) Em estudo.
Projecto em elaboração.
Projecto aprovado.
Em execução.
Acabado a obra.
Terminado.

(b) A aplicar o montante de ajuda financeira externa (CIE) ao crédito externo da sub-área de obras de saneamento e abastecimento de água.
os de investimento nos 1985 e anos seguintes, devem ser apresentados a partir de 1985.

011-312-111
21/12/85

V. RECURSOS FINANCEIROS

No que diz respeito à análise do financiamento das acções de desenvolvimento que se apresentaram no ponto anterior, convém esclarecer que nos iremos apenas deter neste momento sobre a avaliação das capacidades financeiras das autarquias locais, referidas, para executar as intenções ou a carteira de projectos de investimentos que apresentaram.

Essa avaliação, para ser minimamente consistente, terá evidentemente que se efectuar autarquia a autarquia, por um lado, e, por outro lado, deverá ser feita anualmente até se atingir o horizonte do programa (1990). Por outro lado ainda, as projecções a efectuar até àquele ano das disponibilidades financeiras, deverão naturalmente basear-se sobre uma análise histórica dos elementos contabilísticos dos últimos exercícios anteriores, por forma a chegarem-se a valores médios ponderados. Finalmente, deverão ter-se na devida conta os conjuntos de compromissos de obras assumidos caso a caso por cada autarquia e expressos designadamente pelo cumprimento das obrigações decorrentes da contracção de empréstimos anteriores, bem como as modalidades específicas que no passado cada autarquia tem revelado no financiamento dos seus projectos de investimento ou que até ao horizonte do programa são possíveis de estimar (é nomeadamente o caso resultante dos investimentos realizados ao abrigo de contratos de urbanização e de desenvolvimento).

Este conjunto de preocupações procurou-se reflec-

tir na elaboração de uma adequada ficha de análise dos recursos financeiros de cada autarquia e que adiante apresentamos.

Os elementos que foram considerados nessa ficha de análise dos recursos financeiros de cada autarquia merecem os seguintes comentários explicativos.

Em primeiro lugar, adoptou-se o que designamos por óptica da receita, nas projecções, na medida em que a utilização de outro método, que consistiria em analisar o investimento realizado com dados históricos levantava maiores dificuldades contabilísticas.

De qualquer modo a projecção da receita foi feita com base na ponderação de valores relativos ao triénio anterior a 1982/1984.

Considerou-se como receita disponível para investimento o valor do FEF capital, o valor do saldo corrente quando positivo e as possibilidades de recurso ao crédito nos termos previstos na lei nº 98/84. Considerou-se ainda que do valor do serviço da dívida no triénio 1982/1984 2/3 foram em média destinados ao pagamento de juros e que estes foram contraídos à taxa anual média de 27%.

Em segundo lugar, na determinação da elegibilidade para o FEDER dos investimentos realizados em cada autarquia no triénio 1982/1984, adoptou-se o critério segundo o qual seriam elegíveis, do lado das infraestruturas, todas desde que de valor acima dos 6 000 contos; do lado dos equipamentos, apenas os equipamentos rural, urbano e mecânico (segundo a designação dos mapas discriminativos do investimento das autarquias utilizados pelas CCR) igualmente acima dos 6000 contos; e, quanto a "outros investimentos" (rubrica inde-

pendente dos mesmos mapas e de conteúdo igualmente elegível) todos aqueles também acima dos 6 000 contos.

Considerou-se porém que no horizonte 1986/90 as autarquias tenderão a dirigir as suas acções de investimento para sectores à partida elegíveis pelo FEDER, razão pela qual aparece devidamente ponderada na linha 16 das fichas de análise financeira descritas adiante a previsão de elegibilidade que se adoptou.

Em terceiro lugar teve-se em consideração que a participação das Câmaras no financiamento dos projectos apresentados seria de 50% - face às percentagens que em média o Regulamento do FEDER estipula.

Por último, tomou-se na devida conta, quando fosse caso disso, em cada autarquia, a utilização doutros instrumentos para financiamento do investimento. Na Zona do Baixo Mondego, apenas a Câmara Municipal da Figueira da Foz revelou a utilização da figura dos contratos de urbanização para financiar alguns investimentos, e, nessa medida, referiu algumas projecções com base em contratos efectuados.

Há a nosso ver necessidade de referir ainda mais alguns comentários sobre as referidas fichas de análise.

Desde logo para sublinhar que não obstante representarem um esforço no sentido de introduzir algum realismo em matéria financeira, através do cálculo dos recursos próprios, naturalmente de necessidade absoluta, por outro lado, sobretudo pelo carácter aleatório de algumas variáveis da receita, não deve ser encarada com excessivo rigor nos resultados produzidos. Em segundo lugar, o método de análise, a que se procurou atribuir adequada consistência, pode ainda assim sofrer algumas alterações sensíveis, seja porque se venham a alargar no futuro a outras autarquias o instrumento dos contra -

tos de urbanização, seja pela existência de outros novos instrumentos, seja ainda através da reanimação do sector da construção civil e obras públicas, por onde passa de resto grande parte do êxito da adopção de figuras daquele tipo. Nessa medida, poderá a receita estar subavaliada e por conseguinte o plafond para apresentação de projectos vir a ser acrescido. Por essa razão, em último lugar, os resultados que adiante se apresentam, bem como as observações que em cada ficha se produzem, devem ser entendidos no sentido de que a análise financeira é apenas indicativa, nunca limitativa, e que entre as duas hipóteses de haver mais projectos do que recursos ou recursos por aplicar na falta de projectos, é claramente preferível a primeira.

ANÁLISE FINANCEIRA DE REPRESENTAÇÃO DE PROJETOS AO S.F.E.D.E.R.

	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
ÓPTICA DA RECEITA									
1 FEF Capital	73 892	64 469	53 666						
2 Saldo Corrente (cf. Contas Gerência)	24 473	(-3 334)	7 672						
3 Errores Financeiros	2 695	10 757	19 361						
4 Acorizações	604	208	638						
5 20% FEF Global	24 586	26 288	26 833						
6 5 - (3+4) x 2/3 + 27% crédito por utilizar	52 560	37 835	6 834						
7 Actualização 20% ano de 6 para 1985	90 823	54 462	8 201						
8 Valor médio de 7				51 168					
9 Actualização de (1+2) para 1985 (20% ano)	169 974	95 234	73 606						
10 Valor médio de 9				112 938	164 106	164 106	164 106	164 106	164 106
11 Soma (-8+10) para 1985 e anos seguintes (preços constantes '85)				164 106	164 106	164 106	164 106	164 106	164 106
12 Acréscimo Recurso Crédito (4% ano FEF Global '85 a partir de 1986)					7 264	7 264	7 264	7 264	7 264
13 Soma (=11+12)				164 106	171 370	171 370	171 370	171 370	171 370
14 % Investimentos Elegíveis para 1982, 83 e 84									
15 % média de Elegibilidade (14 ÷ 3)	0,82	0,91		0,865					
16 Previsão Elegibilidade ((15+1) ÷ 2) a partir de 1985				0,933					
17 (=16 x 13) para 1985 e anos seguintes				153 111	159 888	159 888	159 888	159 888	159 888
18 Plafond anual projectos (=17 ÷ 50%) sem contratos urbanização				306 222	319 776	319 776	319 776	319 776	319 776
19 Investimento em Fechar Projecto FEDER				431 000	764 050	162 800	70 500		
20 Diferença (=18-19)				(124 778)	(444 274)	156 976	249 276	319 776	319 776
21 Contratos urbanização em investimentos previstos realizar					- nada previsto	-			
22 ((21 ÷ 50%) + 18-19)									

OBSERVAÇÕES:

1. Existe uma concentração de projectos nos primeiros 2 anos enquanto para o fim do período as disponibilidades em saldo são muito mais elevadas. Em termos globais porém o plafond de projectos que se estimou não é atingido.

ANÁLISE FINANCEIRA DE APRESENTAÇÃO DE PROJETOS AO F.E.D.E.R.

	ÓPTICA DA RECEITA									
	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	
1 FER Capital	54 792	51 589	46 744							
2 Saldo Corrente (cf. Contas Gerenciais)	24 866	(-7 694)	16 247							
3 Encargos Financeiros	804	1 662	16 806							
4 Amortizações	396	478	312							
5 20% FER Global	19 572	20 741	23 372							
6 5 - (3+4) x 2/3 ÷ 27% crédito por utilizar	45 363	45 928	6 254							
7 Atualização 20% ano de 6 para 1985	78 387	66 136	7 505							
8 Valor médio de 7				50 676						
9 Atualização de (1+2) para 1985 (20% ano)	137 303	63 209	75 589							
10 Valor médio de 9				92 033						
11 Soma (=8+10) para 1985 e anos seguintes (preços constantes '85)				142 709	142 709	142 709	142 709	142 709	142 709	
12 Acréscimo Recurso Crédito (4% ano FER Global '85 a partir de 1986)					6 600	6 600	6 600	6 600	6 600	
13 Soma (=11+12)				142 709	149 309	149 309	149 309	149 309	149 309	
14 % Investimentos Elegíveis para 1982, 83 e 84	0,62	0,66		0,64						
15 % média de Elegibilidade (14 ÷ 3)				0,82						
16 Provisão Elegibilidade (15+1) ÷ 2) a partir de 1985				117 021	122 433	122 433	122 433	122 433	122 433	
17 (=16 x 13) para 1985 e anos seguintes				234 042	244 866	244 866	244 866	244 866	244 866	
18 Plafond anual projectos (=17 ÷ 50%) sem contratos urbanização				66 000	269 000	203 000	226 000	247 000	230 000	
19 Investimento em Fechar Projecto FEDER				168 042	(24 134)	41 866	18 866	(2 134)	14 866	
20 Diferença (=18-19)										
21 Contratos urbanização em investimentos previstos realizar										
22 (21 ÷ 50%) + 18-19										

OBSERVAÇÕES:

1. Em termos globais e em cada ano, verifica-se que o volume de projectos está bastante em conformidade com os níveis de disponibilidades previstos.

ANÁLISE FINANCEIRA DE APRESENTAÇÃO DE PROJECTOS AO F. E. D. E. R.

	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
ÓPTICA DA RECEITA									
1 FEF Capital	166 993	166 969	216 201						
2 Saldo Corrente (cf. Contas Gerência)	26 793	95 605	68 219						
3 Encargos Financeiros	19 310	37 074	60 427						
4 Amortizações	4 742	6 079	234 051						
5 20% FEF Global	81 537	97 489	108 100						
6 5 - (3+4) x 2/3 + 27% crédito por utilizar	141 938	134 162							
7 Actualização 20% ano de 6 para 1985	245 268	193 194							
8 Valor médio de 7				219 231					
9 Actualização de (1+2) para 1985 (20% ano)	334 827	378 106							
10 Valor médio de 9				356 466					
11 Soma (=8+10) para 1985 e anos seguintes (preços constantes '85)				575 697	575 697	575 697	575 697	575 697	575 697
12 Acréscimo Recurso Crédito (4% ano FEF Global '85 a partir de 1986)					27 145	27 145	27 145	27 145	27 145
13 Soma (=11+12)				575 697	602 842	602 842	602 842	602 842	602 842
14 % Investimentos Elegíveis para 1982, 83 e 84				0,53					
15 % média de Elegibilidade (14 ÷ 3)	0,57	0,49							
16 Previsão Elegibilidade ((15+1) ÷ 2) a partir de 1985				0,765					
17 (=16 x 13) para 1985 e anos seguintes				440 408	461 174	461 174	461 174	461 174	461 174
18 Planford anual projectos (=17 ÷ 50%) sem contratos urbanização				880 816	922 348	922 348	922 348	922 348	922 348
19 Investimento em Fechar Projecto FEDER				719 965	1 918 204	2 167 673	2 103 777	1 558 878	506 000
20 Diferença (=18-19)				170 851	(395 856)	(1 245 325)	(1 181 429)	(636 530)	416 348
21 Contratos urbanização em investimentos previstos realizar									
22 (21 ÷ 50%) + 18-19									

OBSERVAÇÕES:

1. Não se preencheu o valor relativo à linha 6, crédito por utilizar no ano de 1984 porque o somatório naquele ano das linhas 3 e 4 excedeu o limite de 20% do FEF Global.
2. O valor médio da linha 7 expresso na linha 8 é relativo apenas à média dos anos de 1982 a 1983. Adoptou-se esse valor médio para o futuro na contação de que o valor das amortizações em 1984 foi excepcional.
3. Os projectos da CM Colméra estão agrupados em 3 prioridades. O grupo da 1ª prioridade eleva-se a 3 879 369 contos e é por conseguinte inferior às disponibilidades que neste quadro se prevêem para a Câmara. A soma dos grupos da 1ª e 2ª prioridades eleva-se a 7 400 266 contos e está já acima do valor das disponibilidades que neste quadro se prevêem para o período (cerca de 5 492 546 contos). A soma dos projectos nas 3 prioridades para o período é de 8 974 497 contos.

ANÁLISE FINANCEIRA DE APRESENTAÇÃO DE PROJECTOS AO F.E.D.E.R.

	ÓPTICA DA RECEITA										
	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990		
1 FEF Capital	85 413	76 003	109 911								
2 Saldo Corrente (cf. Contas Gerência)	63 489	4 944	(16 711)								
3 Encargos Financeiros	19 113	36 522	45 531								
4 Amortizações	3 379	3 843	4 582								
5 20% FEF Global	44 805	48 860	54 955								
6 5 - (3+4) x 2/3 ÷ 27% crédito por utilizar	55 094	20 975	4 842								
7 Actualização 20% ano de 6 para 1985	95 202	30 204	5 810	43 739							
8 Valor médio de 7											
9 Actualização de (1+2) para 1985 (20% ano)	257 302	116 564	111 840	161 902	205 641	205 641	205 641	205 641	205 641		
10 Valor médio de 9				205 641	14 854	14 854	14 854	14 854	14 854		
11 Soma (=8+10) para 1985 e anos seguintes (preços constantes '85)				205 641	220 495	220 495	220 495	220 495	220 495		
12 Acréscimo Recurso Crédito (4% ano FEF Global '85 a partir de 1986)											
13 Soma (=11+12)	0,60	0,74									
14 % Investimentos Elegíveis para 1982, 83 e 84				0,67							
15 % média de Elegibilidade (14 ÷ 3)				0,835							
16 Previsão Elegibilidade ((15+1) ÷ 2) a partir de 1985				171 710	184 113	184 113	184 113	184 113	184 113		
17 (=16 x 13) para 1985 e anos seguintes				343 420	368 226	368 226	368 226	368 226	368 226		
18 Plafond anual projectos (=17 ÷ 50%) sem contratos urbanização				331 440	905 000	1 106 500	1 055 000	640 000	350 000		
19 Investimento em Fechar Projecto FEIER				11 980	(536 774)	(738 274)	(686 774)	(271 774)	18 226		
20 Diferença (=18-19)				78 905	215 000	215 000	(686 774)	(271 774)	18 226		
21 Contratos urbanização em investimentos previstos realizar			40 499	169 790	(102 274)	(3 062 274)	(686 774)	(271 774)	18 226		
22 (21 ÷ 50%) + 18-19											

OBSERVAÇÕES:

1. A Câmara Municipal da Figueira da Foz é a única do Baixo Mondego que beneficia de investimento ao abrigo de Contratos de Urbanização e forneceu elementos previsionais nessa matéria.
2. Mesmo entrando em conta com os investimentos sob Contratos de Urbanização os investimentos em fichas de projecto ultrapassaram, no período considerado, em 896 080 contos, a capacidade financeira do município.
3. Existe portanto vantagem em que a C.M. da Figueira da Foz procure hierarquizar os seus investimentos, não obstante de vir certamente a poder beneficiar de Contratos de Urbanização para anos posteriores a 1987 e que nesta data não considera possível prever, bem como de outras receitas não contempladas como as relativas às concessões pelo Jogo da Soc. Figueira Praia.

ANÁLISE FINANCEIRA DE APRESENTAÇÃO DE PROJETOS AO F.E.D.E.R.

	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
1 FEF Capital	33 897	33 291	31 986						
2 Saldo Corrente (cf. Contas Garâncias)	7 464	3 668	1 337						
3 Encargos Financeiros	1 157	991	4 242						
4 Amortizações	20 562	27 068	406						
5 20% FEF Global	12 952	14 483	15 993						
6 5 = (3+4) x 2/3 + 27% crédito por utilizar			11 345						
7 Atualização 20% ano de 6 para 1985			13 614	13 614					
8 Valor médio de 7									
9 Actualização de (1+2) para 1985 (20% ano)	71 471	53 220	33 323	52 671	66 285	66 285	66 285	66 285	66 285
10 Valor médio de 9				66 285	4 399	4 399	4 399	4 399	4 399
11 Soma (9+10) para 1985 e anos seguintes (preços constantes '85)				66 285	70 684	70 684	70 684	70 684	70 684
12 Acréscimo Recurso Crédito (4% ano FEF Global '85 a partir de 1986)									
13 Soma (=11+12)		0,71		66 285	70 684	70 684	70 684	70 684	70 684
14 % Investimentos Elegíveis para 1982, 83 e 84				0,665					
15 % média de Elegibilidade (14 + 3)				0,833					
16 Ponderação Elegibilidade ((15+1) + 2) a partir de 1985				55 215	58 880	58 880	58 880	58 880	58 880
17 (=16 x 13) para 1985 e anos seguintes				110 430	117 760	117 760	117 760	117 760	117 760
18 Plafond anual projectos (=17 + 50%) sem contratos urbanização				9 600	211 000	263 000	222 750	143 000	97 000
19 Investimento em Fechar Projecto FEDER				100 830	(93 240)	(145 240)	(104 990)	(25 240)	20 760
20 Difusão (=18-19)									
21 Contratos urbanização em investimentos previstos realizar									
22 (21 + 50%) + 18-19									

OBSERVAÇÕES:

1. Não se preencheram as linhas 6 e 7 relativas ao montante de crédito por utilizar nos anos de 1982 e 1983 porque o somatório de juros e amortizações nos anos excedia o limite de 20% do FEF global.
2. Adoptou-se o valor médio de crédito por utilizar (linha 8) de 1984.
3. Na medida em que o plafond de projectos é ultrapassado pelos valores de investimento previstos, poderá haver necessidade de a C.M. vir a hierarquizar os seus investimentos.

VI. EXECUÇÃO DO PROGRAMA

A execução do presente programa de desenvolvimento competirá a uma série de entidades que vierem a estar envolvidas no mesmo e nas acções que especificamente lhes couberem.

A boa execução do programa supõe no entanto a existência de uma coordenação entre as diversas acções de desenvolvimento, algumas das que foram já apresentadas e outras ainda que estão neste momento por detectar, justificar e recolher, bem como naturalmente a existência de um controlo, fiscalização e análise de desvios.

Consciente desta necessidade, a Comissão de Coordenação da Região Centro propôs às entidades superiores competentes, a criação de um Gabinete Coordenador para o Baixo Mondego, entidade a quem deveria caber em primeira mão aquelas atribuições, e que obteve já resposta positiva.

Não é de mais, portanto insistir neste ponto. É que sem se assegurar à partida a execução do Programa, pode o mesmo vir a ficar seriamente comprometido, prejudicando-se no fundo o Baixo Mondego, as suas enormes potencialidades e as suas gentes.

Apresentamos a seguir cópia da Resolução do Conselho de Ministros nº 30/85, publicada no Diário da República de 2 de Julho de 1985, que cria o Gabinete Coordenador do Programa Integrado de Desenvolvimento do Baixo Mondego, fixa os objectivos do Programa e estabelece a composição do Gabinete.

artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 86/84, de 19 de Março:

1 — Criar o Gabinete Coordenador do Programa Integrado de Desenvolvimento Regional do Baixo Mondego.

2 — São objectivos do Programa Integrado de Desenvolvimento Regional do Baixo Mondego:

- a) A potenciação dos recursos da área no campo hidroagrícola e da experimentação cultural;
- b) A reestruturação das suas actividades produtivas;
- c) A promoção do bem-estar das populações.

3 — O Gabinete Coordenador do Programa Integrado de Desenvolvimento Regional do Baixo Mondego é constituído pelos seguintes órgãos:

- a) O coordenador do Programa;
- b) O administrador do Programa;
- c) O conselho coordenador do Programa.

4 — O coordenador do Programa é o responsável máximo pelo acompanhamento da execução e controle da gestão do Programa Integrado de Desenvolvimento Regional do Baixo Mondego, designadamente no que respeita a assegurar a eficaz articulação entre as actuações da responsabilidade de departamentos da administração central e entre estas e as que são exercidas pelos municípios.

5 — Para desempenhar as funções que se lhe encontram cometidas, deverá o coordenador do Programa:

- a) Tratar directamente com membros do Governo e da Administração, a qualquer nível, das questões relevantes para a boa execução e gestão do Programa;
- b) Solicitar as informações necessárias ao exercício das suas funções, bem como as convenientes para a execução e gestão do Programa;
- c) Superintender na gestão dos recursos afectos ao Programa e na direcção das equipas técnicas adstritas ao Gabinete Coordenador;
- d) Propor a celebração de contratos, nos termos da lei geral, relativos às actividades, tarefas e serviços que não possam ser assegurados pelos meios afectos ao Gabinete Coordenador;
- e) Propor a activação dos demais mecanismos de mobilidade de pessoal necessário ao funcionamento dos grupos técnicos;
- f) Convocar e presidir a reuniões plenárias e restritas do conselho coordenador do Programa;
- g) Propor a nomeação do administrador do Programa e orientar a sua actividade.

6 — O cargo de coordenador do Programa Integrado de Desenvolvimento Regional do Baixo Mondego é exercido, em regime de acumulação, pelo presidente da Comissão de Coordenação Regional do Centro.

7 — O administrador do Programa é o responsável pela respectiva gestão corrente, substituindo o coordenador nas suas faltas e impedimentos.

8 — Para desempenhar as funções que se lhe encontram cometidas, deverá o administrador do Programa:

- a) Executar as orientações recebidas do coordenador do Programa;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/85

Como tarefa prioritária do Governo no âmbito da política de desenvolvimento está o aprofundamento e a dinamização do Programa Integrado de Desenvolvimento Regional do Baixo Mondego, que integra os concelhos de Coimbra, Condeixa-a-Nova, Soure, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz.

Trata-se de uma área que tem vindo a ser objecto de intervenção especial, nos campos dos investimentos hidroagrícolas e da experimentação cultural, importando agora promover uma acção coordenadora que visa a potenciação dos seus recursos, a reestruturação das suas actividades produtivas e a promoção do bem-estar das populações.

A estrutura institucional consagrada pela presente resolução visa assegurar o empenhamento dos diversos serviços da Administração envolvidos, bem como garantir a existência dos adequados mecanismos de coordenação entre eles, por forma a prosseguir, no tempo previsto, as acções contidas no programa de desenvolvimento em causa, implementando-se, assim, as determinações legais em vigor, definidas pelo Decreto-Lei n.º 86/84, de 19 de Março.

Assim, o Conselho de Ministros, reunido em 23 de Maio de 1985, resolveu, ao abrigo do n.º 1 do

- b) Velar pelo cumprimento das deliberações do conselho coordenador do Programa;
- c) Assegurar o estabelecimento de relações funcionais permanentes com os departamentos sectoriais da administração central e com os municípios envolvidos no Programa;
- d) Dirigir as equipas técnicas adstritas ao Gabinete Coordenador;
- e) Executar o orçamento do Programa.

9 — O administrador do Programa é nomeado pelo Ministro da Administração Interna, sob proposta do Coordenador do Programa, ouvido o director-geral do Desenvolvimento Regional.

10 — Para efeitos de vencimento, o administrador do Programa é equiparado a subdirector-geral.

11 — O conselho coordenador do Programa é o órgão que reúne os departamentos sectoriais da administração central e os municípios envolvidos no Programa e é responsável pelo intercâmbio das informações e debate conjunto das questões adequadas à sua correcta e eficiente execução e gestão.

12 — O conselho coordenador do Programa Integrado de Desenvolvimento Regional do Baixo Mondego é composto pelos seguintes membros:

- a) 1 representante da Comissão de Coordenação Regional do Centro;
- b) 1 representante da Direcção-Geral de Agricultura da Beira Litoral;
- c) 1 representante da Direcção Regional dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos;
- d) 1 representante da Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola;
- e) 1 representante do Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária;
- f) 1 representante do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Extensão Rural;
- g) 1 representante do Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas;
- h) 1 representante do Ministério da Indústria e Energia;
- i) 1 representante do Ministério da Qualidade de Vida;
- j) 1 representante do Departamento Central de Planeamento;
- l) 1 representante de cada uma das câmaras municipais da área abrangida: Coimbra, Condeixa-a-Nova, Soure, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz.

13 — Os membros do conselho coordenador do Programa que representam departamentos sectoriais da administração central são nomeados pelos respectivos ministros, sob proposta dos responsáveis pelos correspondentes serviços, e exercem as suas funções mediante delegação de competências aprovada pelo membro do Governo de tutela.

14 — Os membros do conselho coordenador do Programa que representam municípios são nomeados pelas respectivas câmaras municipais e exercem as suas funções mediante adequada delegação de competências.

15 — O director-geral do Desenvolvimento Regional poderá participar ou fazer-se representar nas reuniões do conselho coordenador do Programa, devendo para

o efeito ser-lhe atempadamente comunicadas as agendas das respectivas reuniões.

16 — Poderão ainda participar nas reuniões do conselho coordenador do Programa outras entidades ou especialistas convocados ou convidados pelo coordenador do Programa.

17 — Para o exercício das funções cometidas ao Gabinete Coordenador do Programa Integrado de Desenvolvimento Regional do Baixo Mondego pelo Decreto-Lei n.º 86/84, de 19 de Março, e pela presente resolução podem ser criados no seu âmbito equipas técnicas.

18 — A criação das equipas técnicas a que se refere o número anterior será deliberada pelo conselho coordenador do Programa e aprovada pelo Ministro da Administração Interna, sob proposta do coordenador do Programa, ouvida a Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional.

19 — O pessoal que integra as equipas técnicas será requisitado ou destacado da Comissão de Coordenação Regional do Centro, dos respectivos gabinetes de apoio técnico, dos departamentos sectoriais da administração central ou dos municípios intervenientes no Programa.

20 — Poderá ainda ser contratado pessoal nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, a que não poderá ser reconhecida a qualidade de agente administrativo.

A celebração de contratos de trabalho fica, contudo, dependente de prévia existência de estruturas de projecto que obedeça aos requisitos previstos no artigo 10.º do referido decreto-lei.

21 — Para a realização de estudos ou projectos, o Gabinete Coordenador pode celebrar contratos com entidades nacionais e estrangeiras, nos termos da lei geral.

22 — O orçamento do Programa Integrado de Desenvolvimento Regional do Baixo Mondego será financiado pelo capítulo 50 do Orçamento do Estado, no que respeita quer aos respectivos investimentos quer às despesas de administração necessárias à eficiente execução do Programa.

23 — O período de realização do Programa Integrado de Desenvolvimento Regional do Baixo Mondego estende-se de 1975 a 1992.

24 — O Gabinete Coordenador do Programa Integrado de Desenvolvimento Regional do Baixo Mondego extinguir-se-á com a conclusão da respectiva execução.

25 — A Comissão de Coordenação Regional do Centro fornecerá o apoio logístico necessário ao eficaz funcionamento do Gabinete Coordenador do Programa Integrado de Desenvolvimento Regional do Baixo Mondego.

Presidência do Conselho de Ministros. — O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

VII. ANEXO ESTADÍSTICO

OCUPAÇÃO DO SOLO		FONTE	BAIXO MONDEGO	COIMBRA	CONDEIXA -A-NOVA	FIGUEIRA DA FOZ	MONTEMOR -O-VELHO	SOURE	OBS.	
SUPERFÍCIE (ha)		S.R.O.A. na CCRC - "Caracterização e Perspectivas de Desenvolvimento"	130 248	31 644	13 424	35 496	23 500	26 184		
AGRÍCOLA			44	41	32	38	71	37		
FLORESTAL			52	54	65	59	25,6	57		
SILVO-PASTORÍCIA			1,2	1,5	2,5	0,3	0,2	2,5		
CONDICIONADO DECLIVE			2,8	3,5	0,5	2,7	3,2	3,5		
AGRÍCOLA			54	58	52	45	64	54		
FLORESTAL			39	34	33	55	29	35		
INCULTOS E OUTROS			7	8	15	*	7	11	Irrelevante	
APTIDÃO DO SOLO EM %										
OCUPAÇÃO DO SOLO EM %										

DADOS ADMINISTRATIVOS E DE FINANÇAS LOCAIS		FONTE	BAIXO MONDEGO	COIMBRA	CONDEIXA -A-NOVA	FIGUEIRA DA FOZ	MONTEMOR -O-VELHO	SOURÉ	OBS.	
ADMINISTRAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO MUNICIPAL (1984)									
	NÚMERO DE FREGUESIAS (1984)									
	URBANAS		9	6	-	3	-	-		
	TOTAL		79	31	10	13	13	12		
	ÁREA MÉDIA FREGUESIAS (1982)		16,4	10,2	13,5	27,2	18,2	21,8		
FINANÇAS LOCAIS	RECEITAS TOTAIS (pr. correntes)	1980		527 115	71 062	285 821	137 440	118 953		
		1981		745 375	135 320	411 810	168 444	140 700		
		1982		970 252	118 642	594 310	207 796	165 706		
	DESAGREGAÇÃO DA DESPESA	FUNCIONAMENTO	1980		58,0	27,9	46,7	38,6	49,4	
			1981		59,8	23,3	42,8	29,3	42,7	
			1982		52,9	24,0	43,6	32,2	46,2	
	(EM % DA DESPESA TOTAL)	CAPITAL	1980		42,0	72,1	53,3	61,4	50,6	
			1981		40,2	76,7	57,2	70,7	57,3	
			1982		47,1	76,0	56,4	67,8	53,8	
	CCRC - Divisão Finanças Locais									

DESIGNAÇÃO	FONTE		BAIXO MONDEGO	COIMBRA	CONDEIXA -A-NOVA	FIGUEIRA DA FOZ	MONTEMOR -O-VELHO	SOURE	OBS.
	1982	1983							
INFRAESTRUTURAS	(contos pr.correntes)		76.404	76.404	53.655	88.726	117.712	63.633	O investimento dos Serviços Municipais zados em Coimbra e Figueira da Foz não está registado neste mapa.
			143.628	143.628	76.386	89.128	95.573	68.833	
EQUIPAMENTOS			175.625	175.625	26.499	123.846	17.992	27.420	
			226.577	226.577	18.554	34.380	3.185	20.582	
ARRUAMENTOS + VIAÇÃO RURAL			0,2	0,2	18,4	32,3	36,4	22,9	
			34,7	34,7	34,9	25,5	56,7	12,8	
SANEAMENTO			18,8	18,8	46,7	1,5	41,1	38,9	
			3,7	3,7	40,9	13,9	35,2	53,3	
ELECTRIFICAÇÃO			-	-	0,4	1,2	-	4,7	
			-	-	-	-	0,6	0,3	
% DA DESPESA EM EDIFÍCIOS E HABITAÇÃO NO TOTAL DA DESPESA EM EQUIPAMENTOS			38,3	38,3	52,5	52,9	30,8	0,7	
			39,4	39,4	38,0	35,1	20,3	36,0	

CCRC - Divisão de Finanças Locais

POPULAÇÃO E EMPREGO		FONTE	BALÇO MONDEGO	COIMBRA	CONDEIXA -A-NOVA	FIGUEIRA DA FOZ	MONTEMOR -O-VELHO	SOURÉ	OBS.
POPULAÇÃO TOTAL 1981	VAL. ABSOL. \$								
POP.TOTAL 1981 ÷ POP.TOTAL 1970		Recenseamentos da População, INE e "Evolução da População, INE e "Evolução da População na Região Centro 1950/76" da CCRG	260 590	138 930	13 257	58 559	27 274	22 570	
POP.TOTAL 1981 ÷ POP.TOTAL 1960			100	53,3	5,1	22,5	10,5	8,6	
POP.TOTAL 1981 ÷ POP.TOTAL 1864			1,16	1,26	1,03	1,10	1,03	1,02	
DENSIDADE (POP.TOTAL 1981 ÷ km ²)			1,04	1,30	0,97	1,02	0,98	0,85	
PESO DOS AGLOMERADOS URBANOS (%) (1.000 hab ÷ Pop.Total)	1981		2,15	3,41	1,32	1,77	1,37	1,27	
	1970		200	441	98	165	115	86	
	1960		48,3	69,3	16,2	35,6	3,9	24,7	
Nº DE FAMÍLIAS	1970		40,6	62,6	10,5	34,6	4,4	15,6	
	1960		36,6	51,6	11,4	40,6	4,5	14,7	
DIMENSÃO MÉDIA FAMÍLIA	1981		83 070	42 323	4 235	19 881	8 777	7 854	
	1970	66 295	30 615	4 005	16 375	8 275	7 025		
	1960	65 805	28 105	4 227	17 075	8 403	7 995		
ATRACÇÃO E REPULSÃO	1981 / 1970	3,14	3,28	3,13	2,95	3,11	2,87		
	1970 / 1960	3,39	3,60	3,21	3,25	3,20	3,15		
	1960 / 1970	3,81	3,80	3,23	4,45	3,31	3,32		
	1981 / 1970	+ 23 416	+ 17 160	+ 723	+ 4 174	+ 253	+ 1 106		
	1970 / 1960	- 15 311	- 5 780	- 552	- 4 682	- 3 043	- 1 254		

(Cont.)

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

ATRACÇÃO E REPULSÃO		1960 / 1950		FONTE	BAIXO MONDEGO	COIMBRA	CONDEIXA -A-NOVA	FIGUEIRA DA FOZ	MONTEMOR -O-VELHO	SOURE	OBS.
		Idem									
ESTRUTURA ETÁRIA (%)	1981	0 - 14	22.9	23.6	20.3	22.7	22.3	20.5			
		15 - 34	29.5	31.4	25.4	28.5	26.9	25.2			
		35 - 64	35.0	34.0	36.8	36.0	35.4	37.5			
		65 e +	12.6	11.0	17.5	12.8	15.4	16.8			
ESTRUTURA ETÁRIA (%)	1970	0 - 14	24.0	24.7	21.0	24.3	23.4	21.2			
		15 - 34	28.2	29.5	26.5	27.0	27.0	26.4			
		35 - 64	36.7	35.8	37.0	38.0	36.4	39.0			
		65 e +	11.1	10.0	15.5	10.7	13.2	13.4			
COEFICIENTE DEPENDÊNCIA	1981 Total	0.55	0.53	0.61	0.55	0.61	0.59				
	1970 Total	0.54	0.54	0.58	0.54	0.59	0.53				
TAXAS DE NATALIDADE (%)	1970 / 1981	22.5	22.5	15.2	20.3	17.9	16.1				
	1970 / 1960	20.9	20.9	15.0	18.7	17.6	16.7				
	1960 / 1950	20.8	20.8	14.5	19.5	17.7	17.8				
TAXAS DE MORTALIDADE (%)	1981 / 1970	11.7	11.7	15.1	14.5	14.0	15.2				
	1970 / 1960	10.2	10.2	11.1	11.9	10.6	11.4				
	1960 / 1950	11.0	11.0	11.2	10.9	9.9	9.8				

"Evolução da População na Região Centro 1950/76" e Estatísticas Saúde

Divisão Estatística CRC

	FONTE			BALÇO MONDEGO	COIMBRA	CONDEIXA -A-NOVA	FIGUEIRA DA FÓZ	MONTEMOR -O-VELHO	SOURÉ	OBS.
	1981 / 1970	1970 / 1960	1960 / 1950							
TAXAS DE CRESCIMENTO NATURAL (%)										
EMIGRAÇÃO	TOTAL (1955/74)			14 586	4 018	1 149	5 382	1 000	3 037	
	FREQUENCIA EMIGRATORIA (%)			6.48	3.65	8.93	10.05	3.79	13.68	
TOTAL DE ACTIVOS	1981			99 907	55 478	4 628	22 578	9 668	7 555	
	1970			79 000	39 610	4 590	18 270	8 925	7 605	
	1960			85 357	40 275	5 038	20 971	9 867	9 206	
TAXA DE ACTIVIDADE (%)	-1981			38.3	39.9	34.9	38.6	35.4	33.5	
	1970			35.2	35.9	35.7	34.3	33.7	34.4	
	1960			34.1	37.7	36.9	36.4	35.5	34.7	
SECTOR PRIMÁRIO (% no Total Activos)	1981			15.7	3.9	31.0	24.3	38.5	35.9	
	1970			30.0	12.1	53.4	36.8	57.0	58.7	
	1960			41.2	19.4	68.6	50.5	70.8	68.8	
SECTOR SECUNDÁRIO (%)	1981			34.0	33.1	31.5	39.3	31.2	28.9	
	1970			28.2	34.1	18.6	30.1	15.9	12.7	

(*) Emigração - 55 a 74 : Pop. 70

O
R
P
R
O

		FONTE	BAIXO MONDEGO	COIMBRA	CONDELIXA -A-NOVA	FIGUEIRA DA FOZ	MONTEMOR -O-VELHO	SOURE	OBS.
SECTOR SECUNDÁRIO	1960		26.1	35.1	15.4	24.3	11.5	12.4	
	SECTOR TERCIÁRIO (¶)	1981	50.3	62.9	37.5	36.4	30.3	35.2	
1970			41.8	53.8	28.0	33.1	27.1	28.6	
	1960		32.7	45.5	16.0	25.2	17.8	18.8	

	FONTE	BAIXO MONDEGO	COIMBRA	CONDEIXA-A-NOVA	FIGUEIRA DA FOZ	MONTENOR-O-VELHO	SOURE	OBS.
FLUXOS DOS ACTIVOS LOCAIS DE RESIDÊNCIA EM LINHA E LOCAIS DE EMPREGO EM COLUNA	BAIXO MONDEGO		50 160	189	162	204	119	1135 51 969
	COIMBRA		1 156	3 120	34	15	59	36 4 420
	CONDEIXA-A-NOVA		233	3	20 241	109	27	173 20 786
	FIGUEIRA DA FOZ		1 365	23	886	7 033	83	348 9 738
	MONTENOR-O-VELHO		775	69	453	160	5 048	200 6 705
	SOURE		3 503	65	424	40	67	a) 4 099
	OUTROS		57 192	3 469	22 200	7 561	5 403	1 892 a)
	TOTAL (Valor Absoluto)							
NÚMERO DE ALOJAMENTOS	Recenseamento da População - INE	91 985	44 475	4 677	23 177	9 808	9 848	a) não interseca
		73 730	31 422	4 508	20 352	9 327	8 121	(*) Indeterminado
		64 341	27 330	4 139	16 634	8 336	7 902	
EMPREGO EM 1981 : EMPREGO EM 1970 POR SECTORES A 1 DÍGITO	Divisão da CIRC	0.53	0.32	0.57	0.65	0.73	0.60	
		0.75	0.50	1.33	0.70	1.50	(*)	
		1.12	0.92	1.62	1.18	1.74	2.16	
		1.50	-	7.00	8.00	7.00	(*)	
		1.37	1.06	1.71	1.42	2.68	2.35	
		1.16	1.07	1.30	1.16	1.38	1.47	

DESIGNAÇÃO	FONTE	BAIXO MONDEGO	COIMBRA	CONDEIXA -A-NOVA	FIGUEIRA DA FOZ	MONTEMOR -O-VELEJO	SOURÉ	OBS.
	7	0.81	0.90	1.17	1.20	0.06	0.94	
	8	1.69	1.38	2.66	1.50	4.5	7.0	
	9	1.47	1.39	1.49	1.25	1.59	2.43	
	0	0.24	0.27	0.93	0.20	0.39	0.07	
	1	15.5	3.8	30.1	23.4	41.5	35.1	
	2	0.3	0.1	0.4	0.7	0.3	0.5	
	3	21.6	22.1	17.8	24.0	17.2	18.2	
	4	0.9	1.1	0.7	0.8	0.7	0.4	
	5	11.4	9.6	12.8	14.2	15.8	10.1	
	6	13.1	15.6	10.4	11.8	7.7	7.2	
	7	5.2	4.6	6.1	5.3	0.6	14.5	
	8	2.2	2.9	0.8	1.5	0.9	1.4	
	9	29.0	39.2	19.5	17.7	14.0	12.4	
	0	0.8	1.0	1.4	0.6	1.3	0.2	
	TOTAL	99.907	55.478	4.628	22.578	9.668	7.555	

REPARTIÇÃO DO EMPREGO EM 1981

(* para os sectores a 1 dígito e valores absolutos para o total)

POPULAÇÃO ATIVA DESEMPREGADA - 1981	GRUPOS ETÁRIOS	FONTE					Recenseamento Populacão 1981					OBS.
		BAIXO MONDEGO	COIMBRA	CONDEIXA -A-NOVA	FIGUEIRA DA FOZ	MONTEMOR -O-VELHO	SOURCE	VALORES PARA REGIÃO CENTRO				
	15 - 24 anos	3 283	1 648	144	870	239	382				23 147	
	25 - 34 anos	965	583	35	258	34	55				5 262	
	35 - 49 anos	598	322	17	207	25	27				3 301	
	50 - 65 anos	347	203	4	115	9	16				1 976	
	TOTAL	5 193	2 756	200	1 450	307	480				33 686	
		ESCOLARIDADE										
	SEM SABER LER NEM ESCREVER	109	59	5	34	7	4				768	
	SABER LER E ESCREVER SEM TER FREQUENTADO	15	8	-	6	-	1				92	
	PRIMÁRIO + PREPARATÓRIO	3 018	1 464	129	916	177	332				22 596	
	SECUNDÁRIO + PROPEDEÚTICO	1 861	1 078	62	464	115	142				9 653	
	CURSOS SUPERIORES	130	107	1	16	6	-				312	
	CURSOS MÉDIO - OUTROS CURSOS	60	40	3	14	2	1				265	
	TOTAL	5 193	2 756	200	1 450	307	480				33 686	

DESIGNAÇÃO		PRODUTO	FONTE	BALÇO MONDEGO	COLIMBRA	CONDEIXA -A-NOVA	FIGUEIRA DA FOZ	MONTEMOZ -O-VELHO	SOURÉ	OBS.
PIB TOTAL 1970		(.000 contos)		6 062 349	2 134 975	84 087	3 409 681	235 027	198 579	% do PIB BM na Região Centro-70 = 19.2
		§		100	35.2	1.4	56.2	3.9	3.3	
PIB 1970 POR SECTORES (%)		PRIMÁRIO		11.0	5.7	53.0	6.6	72.6	54.4	
		SECUNDÁRIO		62.0	36.3	13.6	85.1	8.3	25.3	
		TERCIÁRIO		27.0	58.0	33.4	8.3	19.1	20.3	
PIB ₇₀ NA IND. TRANSF. ÷ PIB TOTAL				58.5	30.9	6.6	83.0	3.6	21.8	O Primário agrupa os sectores 1 e 2 da CAE. O Secundário os 3, 4 e 5 e Terciário os restantes.
PIB 1970 NOS SERVIÇOS		COMERCIO		24.5	24.5	28.6	24.2	20.2	28.4	
		TR/COMUN.		10.0	9.5	6.0	12.1	11.4	16.1	
(% RELATIVA AO SECTOR TERCIÁRIO)		INST. FIN.		16.9	17.0	9.3	19.8	8.7	9.5	
		SERV. DIV.		48.6	49.0	56.1	43.9	59.7	46.0	
(PIB ₇₀ ÷ ACTIVOS ₇₀) NA IND. TRANSF.				232.6	69.5	11.0	759.7	10.0	67.6	
PIB ₇₀ ÷ Nº ACTIVOS ₇₀ POR SECTORES (contos/activo)		PRIMÁRIO		28.1	25.4	18.2	33.5	33.5	24.2	
		SECUNDÁRIO		168.7	57.4	13.4	527.6	13.7	52.0	
		TERCIÁRIO		49.6	58.1	21.9	46.8	18.6	18.5	

FONTE: Balço Mondego, Relatório do Produto 1970

IDEM PARA DADOS DE 1968	DESIGNAÇÃO AGRICULTURA	FONTE	BAIXO MONDEGO	COIMBRA	COUDEIXA -A-NOVA	FIGUEIRA DA FOZ	MONTEMOR -O-VELHO	SOURE	OBS.
EXPLORAÇÕES E BLOCOS AGRICOLAS 1979	Nº DE EXPLORAÇÕES	TOTAL	28 016	6 134	2 779	7 716	6 075	5 312	
		+ 20 ha	152	36	11	32	46	27	
		- 20 ha	27 864	6 098	2 768	7 684	6 029	5 285	
	SUPERFÍCIE DAS EXPLORAÇÕES	TOTAL	66 599	10 663	5 933	22 784	14 126	13 093	
		+ 20 ha	18 770	1 325	509	11 741	1 798	3 397	
	- 20 ha	47 829	9 338	5 424	11 043	12 328	9 696		
	BLOCOS AGRICOLAS	TOTAL	207 928	42 080	29 110	54 117	39 838	42 783	
		+ 20 ha	2 610	549	288	426	885	462	
		- 20 ha	205 318	41 531	28 822	53 691	38 953	42 321	
	Nº MÉDIO DO TOTAL DE BLOCOS POR EXPLORAÇÃO		7,4	6,8	10,4	7,0	6,5	8,0	
IDEM PARA DADOS DE 1968	Nº DE EXPLORAÇÕES	TOTAL	28 677	7 777	3 477	6 045	6 694	4 684	
		+ 20 ha	163	58	12	15	44	34	
		- 20 ha	28 520	7 725	3 465	6 030	6 650	4 650	
	SUPERFÍCIE DAS EXPLORAÇÕES	TOTAL	54 793	13 026	6 384	9 255	14 794	11 334	
		+ 20 ha	7 389	1 991	407	2 019	1 469	1 503	
		- 20 ha	47 404	11 035	5 977	7 236	13 325	9 831	

"Caracterização e Perspectivas de Desenvolvimento da Região Centro-CRRC"

IDRM PARA DADOS DE 1968	DESIGNAÇÃO			FONTE	BALÇO MONDEGO	COIMBRA	CONDEIXA -A-NOVA	FIGUEIRA DA FOZ	MONTEMOR -O-VELHO	SOURE	OBS.
	BLOCOS AGRÍCOLAS	TOTAL + 20 ha	- 20 ha								
					211 703	51 564	30 846	38 053	43 828	47 412	
					2 323	569	286	328	523	617	
					209 380	50 995	30 560	37 725	43 305	46 795	
				Ideji	7,4	6,6	8,9	6,3	6,5	10,1	
		Nº MÉDIO DO TOTAL DE BLOCOS PARA EXPLORAÇÃO									
FORMAS DE EXPLORAÇÃO 1979	NÚMERO	CASA PRÓPRIA (1)			17 552	3 872	1 795	4 905	2 548	4 432	
		ARRENDAMENTO (2)			664	305	51	126	141	41	
		(1) + (2)			18 216	4 177	1 846	5 031	2 689	4 473	
		OUTRAS FORMAS SIMPLES E MISTAS			9 698	1 902	926	2 661	3 377	832	
		CASA PRÓPRIA (1)			32 906	6 529	4 408	7 727	5 180	9 062	
SUPERFÍCIE		ARRENDAMENTO (2)			632	339	25	87	140	41	
		(1) + (2)			33 539	6 868	4 433	7 815	5 320	9 103	
					Recenseamento Agrícola - Quadro 5						

IDEM	SUPERFICIE	OUTRAS FORMAS SIMPLES E MISTAS	FONTE	BAIXO MONDEGO	COIMBRA	CONDEIXA -A-NOVA	FIGUEIRA DA FOZ	MONTEMOR -O-VELHO	SOURE	OBS.	
											EQUIPAMENTO AGRICOLA EM 1979
IDEM	MOTORES DE COMBUSTÃO	Nº EXPLORAÇÕES	IDEM	15 909	3 605	1 310	3 156	4 552	3 286		
		Nº UNIDADES									
	MOTORES ELÉCTRICOS	Nº EXPLORAÇÕES		Divisão Estatística - CCRC	7 689	1 115	203	3 123	2 677	571	
		Nº UNIDADES									
	ENFARDADOURAS	Nº EXPLORAÇÕES			55	5	1	17	22	10	
		Nº UNIDADES									
CELFEIRAS	DEBULHA DORAS	Nº EXPL.	130		16	1	49	54	10		
		Nº UNID.									
	ATADEI- RAS	Nº EXPL.	10	2	-	3	3	2			
		Nº UNID.									

		FONTE	BALÇO MONDEGO	COIMBRA	CONDEIXA -A-NOVA	FIGUEIRA DA FOZ	MONTEMOR -O-VELHO	SOURÉ	OBS.
Idem	CHARRUA E ARADOS	TRACÇÃO MECÂNICA	Nº EXPLORAÇÕES	1 944	495	225	321	289	
			Nº UNIDADES					614	
	TRACÇÃO ANIMAL	Nº EXPLORAÇÕES	7 880	833	812	2 372	2 808	1 055	
		Nº UNIDADES							
Nº DE TRACTORES			1 726	376	171	349	538	292	

EQUIPAMENTO AGRÍCOLA EM 1968		"Caracterização e Perspectivas de Desenvolvimento" - CIRC							OBS.
		MONTEMOR -O-VELHO	FIGUEIRA DA FOZ	MONTEMOR -O-VELHO	SOURE	COIMBRA	BALÇO MONDEGO	CONDEIXA -A-NOVA	
MOTORES DE COMBUSTÃO	Nº EXPLORAÇÕES	7 501	1 976	470	1 096	2 938	1 021		
	Nº UNIDADES								
MOTORES ELÉCTRICOS	Nº EXPLORAÇÕES	1 397	403	24	587	296	87		
	Nº UNIDADES								
ENFARDADEI RAS	Nº EXPLORAÇÕES	72	-	5	51	8	8		
	Nº UNIDADES								
CEIFEIRAS	DEBULHADO RAS	Nº EXPL.	47	1	15	30	-		
		Nº UNID.							
	ATADEIRAS	Nº EXPL.	7	-	-	6	-	1	
		Nº UNID.							
Nº DE TRACTORES		367	75	22	42	208	20		

EXPLORAÇÕES QUE UTILIZAM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS QUE NÃO LHM PERTENCEN (1979)	FONTE		BAIXO MONDEGO	COIMBRA	CONDEIXA -A-NOVA	FIGUEIRA -O-VELHO	SOURÉ	OBS.
	1977 - INE							
MOTORES DE COMBUSTÃO	Recenseamento Agrícola		1 938	562	276	281	485	334
MOTORES ELÉCTRICOS	1977 - INE		229	63	24	90	45	7
ENFARDADEIRAS	1977 - INE		562	1	124	12	200	225
CEIFEIRAS	1977 - INE		2 358	263	18	620	1 264	193
ATADEIRAS	1977 - INE		48	8	3	2	27	8
TRACÇÃO MECÂNICA	1977 - INE		19 498	3 380	1 479	2 857	4 042	3 190
CHARRUAS	1977 - INE		2 247	407	331	748	330	431
TRACÇÃO ANIMAL	1977 - INE		4 415	168	1 428	281	948	1 590
TRIGO	Matriz Inter-Regional - 1977		53 695	13 147	3 149	8 012	12 301	17 086
MILHO	Matriz Inter-Regional - 1977		114 425	15 000	45	37 123	46 135	16 122
ARROZ	Matriz Inter-Regional - 1977		7 857	1 618	638	3 048	983	1 570
OUTROS CEREAIS	Matriz Inter-Regional - 1977		115 813	23 821	15 165	24 801	34 111	17 915
AMILÁCIAS E SACARINAS	Matriz Inter-Regional - 1977		50 284	12 055	3 147	6 219	9 865	18 998
GRÃOS LEGUMINOSOS	Matriz Inter-Regional - 1977		181 048	55 781	16 499	43 740	32 164	32 864
PRODUTOS HORTÍCOLAS	Matriz Inter-Regional - 1977		72 962	30 241	10 215	11 435	11 623	9 448
FRUTAS FRESCAS E SECAS	Matriz Inter-Regional - 1977							2 080 770
	Matriz Inter-Regional - 1977							411 522
	Matriz Inter-Regional - 1977							2 558 054
	Matriz Inter-Regional - 1977							140 244
	Matriz Inter-Regional - 1977							499 871
	Matriz Inter-Regional - 1977							40 035
	Matriz Inter-Regional - 1977							Total da Região Centro

DESIGNAÇÃO	FONTE	BAIXO MONDEGO	COLMERA	CONDEIXA -A-NOVA	FIGUEIRA DA FOZ	MONTEIOR -O-VELHO	SOURCE	OBS.		
Idem	Idem	163 993	30 021	15 089	48 630	49 107	21 146	1 760 751		
		447	182	118	4	88	55	52 632		
		4 929	821	-	821	411	2 876	16 845		
		36 546	23 660	1 642	3 380	3 118	4 746	303 109		
		40 787	26 652	5 839	1 585	4 715	1 996	823 159		
		1 499	247	493	-	470	289	355 843		
		98 696	17 503	7 718	30 561	25 676	17 238	1 094 416		
		43 076	11 209	3 667	10 566	10 761	6 873	465 279		
		1 862	559	350	294	284	375	50 457		
		117 150	9 987	3 394	46 666	53 774	3 329	835 098		
		1 251	416	225	63	205	342	35 571		
		947	353	98	131	216	149	50 198		
		U.T.A. ÷ POPULAÇÃO RECENSEADA AGRICULT.		2.73	3.96	2.89	2.31	2.36	3.06	
		U.T.A.		42 232	8 353	4 026	12 250	9 464	8 119	
ha POR U.T.A.		1.57	1.27	1.47	1.85	1.48	1.61			

Valores para a Região Centro

SILVICULTURA		FONTE	BAIXO MONDEGO	COIMBRA	CONDEIXA -A-NOVA	FIGUEIRA DA FOZ	MONTEMOR -O-VELHO	SOURE	OBS.
ÁREAS FLORESTAIS EM % DA ÁREA FLORESTAL (Fotografia de 1974)	PINHEIRO BRAVO		82.3	72.0	89.0	88.6	83.5	77.8	
	PINHEIRO MANSO		1.2	1.0	1.6	0.3	1.2	3.0	
	RESINOSAS DIVERSAS		-	-	-	-	-	-	
	EUCALIPTO		12.2	21.6	4.3	9.0	10.8	12.5	
	SOBREIRO		0.2	0.6	-	0.2	0.1	0.2	
	AZINHEIRA		-	0.1	-	-	-	-	
	CASTANHEIRO		-	-	-	-	-	-	
	CARVALHO		1.0	-	0.4	-	1.7	3.2	
	GRUPO		0.5	1.1	-	0.2	0.7	0.1	
	MEDRONHEIRO		-	-	-	-	-	-	
	FOLHAS DIVERSAS		1.4	2.2	1.9	0.8	1.3	1.7	
	OUTROS MISTOS		1.2	1.4	2.8	0.9	0.7	1.5	
	ÁREA DO CONCELHO (1)		1 329.9	316.8	141.2	379.4	228.6	263.9	
	ÁREA FLORESTAL (2)		512.3	104.1	48.4	177.7	74.7	107.4	
% TAXA ARBORIZAÇÃO (2) ÷ (1)		38.5	32.8	34.3	46.8	32.7	40.7	Valores para a Região Centro	
INCULTOS (1000 ha)		72.4	13.5	18.5	16.7	2.5	21.2		
MADEIRA		125 948	27 790	10 893	43 434	18 213	25 618	1 864 188	
VAB (1977) EM 1000 escudos		482	335	-	87	-	60	65 230	
CORTIÇA									
OUTROS PROD. FLORESTAIS		39 792	6 913	3 869	14 699	6 260	8 051	856 948	

P E S C A	FONTE	CONTINENTE (1)	REGIÃO CENTRO (2)	AVELINO (3)	FIGUEIRA DA FÓZ (4)	(4) ÷ (2)	(4) ÷ (1)	OBS.
PESCA DESCARRREGADA (MÉDIA DE 1976/78) (EM TONELADAS)	"A Região Centro - Caracterização e Perspectivas de Desenvolvimento" - CCRIC	PEIXES DIÁDROMOS	344	26.3	14.3	12	0.46	0.03
		BACALHAU	35 102	25 448	24 507	941	0.04	0.03
		SARDINHA	80 868	13 743	2 367	11 376	0.83	0.14
		OUTROS PEIXES MARÍTIMOS	137 304	18 027	11 021	7 006	0.39	0.05
		CRUSTÁCIOS	139	13.3	2.7	10.6	0.80	0.08
		MOLUSCOS	9 045	527	344	183	0.35	0.02
		AQUÁTICOS DIVERSOS	6	-	-	-	-	-
		1977	123 915	59 921	38 328	21 593		
		1978	91	88	91	84		
		1979	86	77	65	99		
1980	106	99	90	115				
1981	106	92	77	118				
TOTAL DA PESCA DESCARRREGADA EM TON. E CONTOS 1977 - Val Abs. 1978/81 - Nos Índices (Com base em 1970=100)	Divisão Estatística da CCRIC	1971	96	69	80			
		TAB	84	63	82			
		1976	91	71	90			
		TAB	88	66	95			
		1978	96	84	95			
		TAB	100	100	98			
TOTAL DAS EMBARCAÇÕES EXISTENTES (1981 = BASE 100)								TAB = Tonelagem Arqueação Bruta

INDÚSTRIA EXTRACTIVA	FONTE	BALÇO MONDEGO	COIMBRA	CONDEIXA -A-NOVA	FIGUEIRA DA FOZ	MONTEMOR -O-VELHO	SOURÉ	OBS.
	Recenseamento Industrial - 1972							
Nº TOTAL DE ESTABELECIMENTOS (1972)		217	-	5	209	-	3	
EMPREGO TOTAL (1972)		69	-	7	44	-	18	
Nº DE ESTABELECIMENTOS COM MENOS DE 5 PESSOAS NO Nº TOTAL DE ESTABELECIMENTOS (%)				100%	99%	-	67%	
EMPREGO NOS ESTABELECIMENTOS COM MENOS DE 5 PESSOAS NO TOTAL DE EMPREGO DOS ESTABELECIMENTOS (%)				100%	48%		6%	Todos os estabelecimentos se referem a extração de Minerais não Metálicos

INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	FONTE	BALÇO MONDEGO	COIMBRA	CONDEIXA -A-NOVA	FIGUEIRA DA FOZ	MONTEMOR -O-VELHO	SOURÉ	OBS.
Nº DE ESTABELECIMENTOS	31	348	107	49	71	79	42	3 893
	32	234	132	12	57	33	-	2 021
	33	121	42	6	41	23	9	1 442
	34	42	32	-	10	-	-	162
	35	30	14	-	11	4	-	195
	36	79	36	3	16	16	8	553
	37	---	---	---	---	---	---	22
	38	127	58	6	36	14	13	1 360
	39	6	6	-	-	-	-	28
	TOTAL	997	429	80	243	170	75	9 826
EMPREGO	31	2 251	1 418	87	428	224	94	14 114
	32	4 413	3 305	32	1 037	39	-	32 235
	33	1 060	265	14	526	115	140	13 957
	34	1 083	499	-	584	-	-	4 835
	35	848	289	-	500	59	-	6 213
	36	3 633	2 297	61	1 117	50	108	20 342
	37	---	---	---	---	---	---	1 256
	38	2 714	1 081	9	1 577	31	16	20 488
	39	65	65	-	-	-	-	381
	TOTAL	16 181	9 310	219	7 770	520	362	117 370

Nº DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGO PARA 1972 NOS SECTORES A 2 DÍGITOS DO TOTAL (3) DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA (VALORES ABSOLUTOS)

Recenseamento Industrial - 1972 e Divisão Estatística da CCRC

ESTATÍSTICAS INDUSTRIAIS		1979		ESTATÍSTICAS INDUSTRIAIS		1980 e Divisão Estatística - CCRC		FONTE		BAIXO MONDEGO		COIMBRA		CONDEIXA -A-NOVA		FIGUEIRA -O-VELHO		MONTEMOR -O-VELHO		SOURÉ		OBS.	
TOTAL DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA (VAL. ABSOL.)	Nº ESTABELECIMENTOS			384	207	24	88	39	26	2 912													
	EMPREGO			17 652	11 092	314	5 116	596	534	119 092													
	FBCF			1 101 205	1 007 588	15 862	620 352	26 108	31 295	9 970 844													
	VBP			20 911 666	11 794 778	111 414	7 798 883	909 639	296 952	135 675 847													
VAB			8 095 410	4 590 013	52 544	3 266 079	47 233	139 541	43 079 295														
Nº DE ESTABELECIMENTOS POR SECTORES A 2 DÍGITOS NO TOTAL DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA				129	53	15	27	20	14	868													
				40	34	-	3	1	2	321													
				67	23	3	23	10	8	710													
				44	31	1	10	1	1	177													
				28	15	2	9	2	-	220													
				44	31	2	7	3	3	364													
				6	4	-	2	-	-	35													
				26	16	1	7	7	2	-	253												
				-	-	-	-	-	-	-	-												
				2 667	1 908	47	474	167	167	71	14 449												
EMPREGO			4 959	3 306	-	1 092	206	206	355	33 655													
			1 082	389	7	550	111	111	25	11 426													
			1 153	567	2	580	2	2	2	6 854													

FONTE		BAIXO MONDEGO	COIMBRA	CONDEIXA -A-NOVA	FIGUEIRA DA FOZ	MONTEMOR -O-VELHO	SOURÉ	OBS.
Idem	35	1 032	495	29	453	55	-	8 627
	36	4 830	3 391	210	1 106	42	81	23 816
	37	286	226	-	60	-	-	2 670
	38	1 643	870	19	801	13	-	17 478
	39	-	-	-	-	-	-	117
	31	327 350	288 549	6 947	14 451	14 853	2 550	1 897 533
	32	411 146	349 654	-	28 480	6 019	26 993	1 395 344
	33	39 491	10 191	...	25 783	3 091	426	553 336
	34	377 799	11 088	...	366 719	...	-	1 137 174
	(contos)	63 479	30 513	3 202	27 713	2 051	-	1 047 020
Idem	36	395 262	257 525	5 713	130 526	172	1 326	1 936 793
	37	5 293	5 293	-	...	-	-	339 337
	38	86 756	54 775	...	26 688	...	-	1 677 130
	39	-	-	-	-	-	-	3 924
	31	3 932 116	2 899 592	18 206	673 112	272 877	68 329	26 199 964
	32	7 268 323	2 053 292	-	941 446	144 603	196 866	22 639 257
	33	810 285	474 206	797	291 799	38 162	5 321	7 061 046
	34	3 512 208	235 560	150	3 275 529	750	219	13 125 246

Valores para a Região Centro
(...) - Sigilo estatístico

		MONTEMOR -O-VELHO	SOURCE	OBS.
35		1 231 466	433 645	19 009 457
		2 273 066	566 307	41 648
36		994 298	16 417	20 687 233
		6 035 136	4 950 639	47 565
37	idem	25 027	-	4 450 818
		138 948	113 921	-
38		366 206	3 185	22 079 177
		873 700	501 261	3 048
39		-	-	51 067
		-	-	-
31	idem	143 290	108 506	5 130 337
		1 137 335	872 319	6 849
32		455 147	82 019	7 896 306
		1 233 820	584 960	-
33		116 152	20 218	2 419 242
		328 807	189 354	339
34	V A B (contos)	1 812 432	357	5 421 128
		1 932 885	119 852	83
35		225 939	40 850	4 085 155
		2 395 748	194 384	1 690
36		287 717	10 955	9 494 824
		2 734 332	2 376 139	40 950
37		18 191	-	1 128 680
		81 979	63 788	-
38		207 211	1 334	7 517 560
		401 728	190 550	2 633
39		-	-	16 852
		-	-	-

CONSTRUÇÃO	FONTE	BAIXO MONDEGO	COIMBRA	CONDEIXA -A-NOVA	FIGUEIRA DA FOZ	MONTEMOR -O-VELHO	SOURE	OBS.
Nº TOTAL DE ESTABELECIMENTOS EM 1972	REENSENAMENTO INDUSTRIAL 1972	141	99	5	29	3	5	1 577
		2 268	1 731	18	371	60	88	14 295
§ Nº ESTABELECIMENTOS MENOS 5 PESSOAS NO Nº TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	REENSENAMENTO INDUSTRIAL 1972	61,7	58,5	80,0	62,0	66,6	100,0	63,6
		14,0	9,3	72,2	13,2	10,0	100,0	17,8
FOGOS A CONSTRUIR DE 1976 a 1980	INDICADORES MUNICIPAIS / 4	8 467	4 926	571	922	1 188	860	
		91 985	44 475	4 677	23 177	9 808	9 848	673 087
TOTAL GERAL FAMÍLIAS (1981)	CENSOS	83 070	42 323	4 235	19 881	8 777	7 854	531 631
		Nº ALOJAMENTOS 1981 VARIAÇÃO 1981 ÷ 1970						

ELECTRICIDADE E ÁGUA		FONTE	BALÇO MONDEGO	COIMBRA	CONDEIXA -A-NOVA	FIGUEIRA DA FOZ	MONTEMOR -O-VELHO	SOURÉ	OBS.
ELECTRI-CIDADE	CONSUMOS (1980)	DOMESTICO	126 916,6	95 676,9	2 782,1	19 012,5	5 631,6	5 813,5	494 412,9
		INDUSTRIAL	365 892,7	181 579,6	2 416,6	145 702,3	33 031,5	3 162,7	1887 043,6
		MWH	558 630,1	324 706,2	6 998,0	176 586,4	41 572,0	8 767,5	2675 577,2
		POPULAÇÃO SERVIDA	260 762	142 939	12 737	58 819	26 808	19 459	1621 722
ÁGUA	POPULAÇÃO SERVIDA	178 100	120 416	5 563	42 361	3 032	6 728	866 182	
	CONSUMO 1000 m ³	8 466	5 624	237	2 294	75	236	29 260	
POPULAÇÃO SERVIDA POR ESGOTOS			100 680	76 358	-	19 977	2 750	1 595	409 888
% DA POPU-LAÇÃO ABRAN-GIDA POR SERVIÇOS BÁSICOS (1981)	ÁGUA			84	46	72	12	33	
	ELECTRICIDADE			100	100	100	99	90	
	ESGOTOS			54	3	34	11	10	
	RECOLHA DE LIXO			62	35	80	16	30	
		D G A R L							

Valores para a Região Centro

TRANSPORTES / VIAS		FONTE		BALÇO MONDEGO	COIMBRA	CONDEIXA -A-NOVA	FIGUEIRA DA FOZ	MONTEMOR -O-VELHO	SOURCE	OBS.
TRANSPORTES MARÍTIMOS 1979	EMBARCAÇÕES COMÉRCIO ENTRADAS EM CADA PORTO	Nº DE EMBARCAÇÕES	Est. Transportes e Comunicações 1979		218		218			
		TAB (VAES)			117 073		117 073			
	MOVIMENTO DE MERCADORIAS	CARREGAMENTO (Tr.)			190 016		190 016			
		DESCARREGAMENTO (Tr.)			24 051		24 051			
Nº DE VEÍCULOS EM 1981		Direcção Geral de Viação		28 196	19 511	873	5 769	87	1 956	
REDE VIÁRIA MUNICIPAL (Km) 1979		Administração Local em Nos		592,2	194,9	67,7	161,1	73,0	95,5	

SAÚDE E EDUCAÇÃO		FONTE	BAIXO MONDEGO	COIMBRA	CONDEIXA -A-NOVA	FIGUEIRA DA FOZ	MONTEMOR -O-VELHO	SOURE	OBS.
MÉDICOS (13/12/83)	LUGARES DE QUADRO								
	LUGARES PREENCHIDOS	Divisão Estatística da CRC	182	99	9	40	19	15	1 213
	ENSINO PRIMÁRIO		110	54	8	17	18	13	827
	ENSINO PREPARATÓRIO		19 897	10 180	1 000	4 767	2 225	1 725	151 771
	ENSINO SEC. GERAL		9 611	5 723	363	2 184	835	502	63 326
	ENSINO SEC. COMPLEMENTAR		10 165	6 659	308	2 335	450	413	49 594
	12º ANO		5 804	4 496	-	1 168	56	84	23 404
	TOTAL	2 336	1 988	-	348	-	-	-	7 057
		50 149	29 046	1 671	10 806	3 566	2 724	295 152	Valores para a Região Centro
Nº DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO BÁSICO	PRIMÁRIO (1982)	MAI - A Administração Local em Números - 1984	256	93	23	61	37	42	
	PREPARATÓRIO (1981)		10	5	1	2	1	1	
Nº DE CENTROS DE SAÚDE 1983	5		1	1	1	1	1	1	
Nº BIBLIOTECAS MUNICIPAIS 1983	2		1	-	1	1	-	-	
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL 1979			1.1	1.1	5.9	2.1	5.4	1.9	
% DE PARTOS SEM ASSISTÊNCIA 1979			1	1	4	2	20	13	
MÉDICOS POR 1000 HABITANTES 1981		18	16	1	1	-	-		
MÉDICOS EM FALTA 1981		26	0	0	0	17	9		

TURISMO		FONTE	BAIXO MONDEGO	COIMBRA	CONDEIXA -A-NOVA	FIGUEIRA DA FOZ	MONTEMOR -O-VELHO	SOURÉ	OBS.
CAPACIDADE DE ALOJAMENTO (Nº DE QUARTOS) 1979	HOTÉIS	> 2*	190	175					- As estatísticas referem apenas os casos dos concelhos de Coimbra e da Figueira da Foz. - O Guia Hoteleiro de 1984 nada menciona, igualmente, para além dos concelhos de Coimbra e da Figueira da Foz.
		≤ 2*	99	84					
	PENSÕES	400	206						
	OUTROS	8	-						
	TOTAL	697	465						
Nº DE HÓSPEDES 1979	NACIONAIS	79 774	29 911						
	ESTRANGEIROS	45 771	13 090						
Nº DE DORNIDAS EM 1979	NACIONAIS	169 463	120 493						
	ESTRANGEIROS	56 370	155 797						
Nº DE QUARTOS 1984	HOTÉIS	> 2*	186	437					
		≤ 2*	88	105					
	PENSÕES	326	250						
	OUTROS	-	66						
	TOTAL	600	858						

IMPOSTOS E INVESTIMENTO	FONTE	BAIXO MONDEGO	COIMBRA	CONDELXA -A-NOVA	FIGUEIRA DA FOZ	MONTEMOR -O-VELHO	SOURE	OBS.
(contos) IMPOSTOS DIRECTOS COBRADOS EM 1981	"A Administração Local em Números" - MAI	TOTAL	2 740 196	1 894 501	37 429	699 690	59 585	48 991
		RECEITA DO ESTADO (%)	6.7	7.1	8.3	4.5	10.9	12.2
		% DA RECEITA (CONTRIBUIÇÃO PREDIAL DO MUNICÍPIO E IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS)	93.3	92.9	91.7	95.5	89.1	87.8
INVESTIMENTOS REALIZADOS NO PÍDAL EM 1982	Divisão Estatística - CRCR	930 104	368 034	82 155	246 552	142 263	91 100	Em contos a preços correntes
INVESTIMENTO PREVISTO NO PIDDAC EM 1982		5 927 731	4 285 924	60 622	592 861	49 150	9 070	

ÍNDICES DE CENTRALIDADE	FONTE	BALÇO MONDEGO	COIMBRA	CONDELXA -A-NOVA	FIGUEIRA DA FOZ	MONTEMOR -O-VELEO	SOURE	OBS.
Nº LUGARES CENTRAIS	"A Região Centro em Mapas e Números" - CCRC	440	119	47	131	64	79	
Nº FUNÇÕES CENTRAIS		400	217	45	69	30	39	
Nº UNIDADES FUNCIONAIS		8 114	5 623	287	1 264	525	415	
MATERIA COLECTÁVEL		1 019 097,3	941 425,1	4 833,1	63 631,3	4 328,4	4 879,4	

BAIXO VOUGA

ÍNDICE

I.	Introdução	141
II.	Análise Sócio-Económica	149
	2.1. População	151
	2.1.1. Evolução e Densidade	151
	2.1.2. Estrutura Etária	153
	2.1.3. Emigração	159
	2.1.4. População Activa	159
	2.1.5. Desemprego	162
	2.2. Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Pesca	164
	2.2.1. Agricultura e Pecuária	164
	2.2.2. Silvicultura	169
	2.2.3. Pesca e Agricultura	171
	2.2.3.1. Pesca	171
	2.2.3.2. Agricultura	175
	2.3. Indústria Transformadora	177
	2.4. Turismo	188
	2.5. Estruturas Comerciais	191
	2.6. Infraestruturas e Equipamentos Colectivos	192
	2.6.1. Rede Rodoviária	192
	2.6.2. Estrutura Portuária e Aero-portuária	195
	2.6.3. Saneamento Básico e Electrificação	197
	2.6.4. Ensino e Formação Profissional	198
	2.6.5. Saúde e Assistência	199
III.	Objectivos	203
IV.	Medidas e Acções	207
	4.1. Descrição das Principais Acções e Medidas	209
V.	Anexo Estatístico	215

I. INTRODUÇÃO

1. A sub-região do Baixo Vouga abrange os concelhos litorais que confrontam com a ria (Ovar, Estarreja, Murtosa, Aveiro, Ílhavo, Vagos e Mira) e os que fazem transição para o interior, planáltico e montanhoso (Albergaria, Sever do Vouga, Águeda, Oliveira do Bairro, Anadia, Mealhada e Cantanhede) - Figura 1.

A área total é de 2 319 Km² ou seja 10% da Região Centro e 2.6% do Continente e corresponde a uma população de cerca de 390 mil habitantes ou seja 22% da Região Centro e 4% do Continente. Apesar dos concelhos do Baixo Vouga, na sua maioria não poderem ser considerados como área de repulsão para outras zonas do país, detêm taxas emigratórias das mais elevadas da região e do país, preferencialmente para o Continente Americano (verificou-se uma taxa emigratória de 97% entre 60-65 e de 55.3% entre 70-79).

2. Nesta área dos 163 000 activos, 29.3% pertencem ao sector primário, 42.2% ao secundário e 28.3% ao terciário. Verifica-se pois um excesso de população activa na agricultura a par de uma fraca implantação dos serviços. Esta distribuição não é uniforme ao nível de cada concelho, chegando a atingir 63% da população activa na agricultura.

3. Dentro da região é uma das áreas com maiores potencialidades agrícolas (42% do solo apresenta capacidade de uso agrícola, enquanto na Região Centro esta percentagem é de 22%).

O desenvolvimento da agricultura e para além dos problemas estruturais gerais da agricultura portuguesa, está condicionado por problemas de enxugo, defesa contra as cheias, invasão das terras por águas salgadas e de problemas de rega no período seco.

A superfície média das explorações é muito reduzida, verificando-se que maioria dos concelhos metade da área agrícola pertence a explorações de menos de 3 hectares. Esta situação é ainda agravada pelo forte parcelamento das explorações, que, em média, se encontram fragmentadas por 8 blocos.

4. Em termos industriais predomina na maioria dos concelhos a pequena e média empresa, embora nalguns casos se concentrem empresas de certo vulto. A indústria apresenta um elevado grau de diversificação sectorial, apresentando um coeficiente de especialização bastante baixo (.22 em relação à Região Centro e .24 em relação ao Continente), o que significa que a sua estrutura industrial se aproxima da das duas áreas.

Os sectores mais importantes são as cerâmicas, alimentares, químicas e pasta de papel. São sectores cujas indústrias são muitas delas dependentes da água e simultaneamente fontes poluidoras. Com vista à defesa dos solos de capacidade de uso agrícola à ocupação por parte da actividade industrial, considera-se importante a definição de áreas de expansão industrial e a dotação de infraestruturas adequadas por parte dos municípios.

5. Destacam-se dentro da actividade turística o termalismo (Luso e Curia) e as praias ao longo de toda a costa desde Ovar até Mira.

Existe uma já notável capacidade hoteleira no concelho de Anadia e Mealhada, apesar de apresentar taxas de ocupação relativamente baixas, em muito derivado do tipo de turismo sazonal predominante que são as termas. Aveiro apresenta uma taxa de ocupação mais elevada traduzindo-se numa ocupação repartida ao longo do ano dado o nível hierárquico, funcional e industrial deste centro, aliado a uma proximidade às principais praias desta área. Outro local com potencialidades turísticas é a Pateira de Fermentelos, com cerca de 175 hectares de água encontrando-se, no entanto, num estado de entrofização avançado.

E no domínio do equipamento desportivo e recreativo que se poderá melhorar substancialmente as capacidades turísticas desta zona.

6. A rede viária do Baixo Vouga, assenta fundamentalmente em 4 vias, sendo três no sentido Norte-Sul (auto-estrada do Norte, E.N. 1 e E.N. 109) e uma quarta no sentido Oeste-Este (E.N. 16). A actual construção da via-rápida Aveiro-Vilar Formoso e auto-estrada do Norte não facilitar em muito a acessibilidade a mercados nacionais e estrangeiros e dar um impulso muito forte ao desenvolvimento do porto de Aveiro. As estradas nacionais e principalmente as municipais apresentam no entanto más características dificultando as ligações entre os diversos concelhos com o exterior e interior da sub-região.

7. É no domínio do saneamento - água e esgotos - que as carências em infraestruturas básicas se mais fazem sentir. Na realidade nesta zona, em 1981, somente 43% da população estava servida por abastecimento público de água e 11% por rede de esgotos, enquanto na Região Centro essas percentagens eram um pouco mais elevadas - 53% da população servida pelo abastecimento de água e 25% por rede de esgotos.

8. Para que o desenvolvimento desta área se processe de uma forma equilibrada e se aproveitem as grandes potencialidades da mesma, consideram-se como domínios prioritários de actuação os seguintes: aproveitamento agrícola do Baixo Vouga, designadamente 11 000 hectares de solos de natureza aluvial de reconhecida capacidade de uso agrícola; aproveitamento das potencialidades piscícolas e turísticas da região; desenvolvimento industrial e urbano ordenado e provisão de infraestruturas de apoio às populações e actividades.

Algumas das respostas a estas questões passam pela regularização do rio Vouga e no seu aproveitamento hidráulico nos domínios agrícola, turístico, energético, abastecimento de água e defesa do ambiente.

A compatibilização de muitas destas acções está assegurada pela existência do Gabinete de Estudos do Baixo Vouga, cujos relatórios entretanto elaborados assim como estudos sobre o aproveitamento hidráulico do Rio Vouga, serviram de base para a elaboração deste estudo. Algumas das propostas enunciadas no ponto 4, deverão ser objecto de uma maior definição por parte daquele Gabinete, constituído por representantes dos diversos Ministérios envolvidos na problemática do aproveitamento integrado do Baixo vouga.

Fig. 1 — ÁREA DO PROGRAMA INTEGRADO DO BAIXO VOUGA



escala 1:400 000

II. ANÁLISE SOCIO-ECONÔMICA

2.1. POPULAÇÃO

2.1.1. Evolução e Densidade

As duas últimas décadas, em termos demográficos apresentam duas situações bem distintas e opostas:

- enquanto na primeira há uma forte recessão demográfica, graças aos fluxos emigratórios que já se vinham a registar e que acusaram neste intervalo de tempo o seu auge, na segunda década já há a tendência para uma recuperação populacional, se bem que nem sempre seja atingida. Isto deve-se não só a emigrantes que optaram pela fixação no país natal, mas também pelo retorno de grande percentagem de indivíduos provenientes das ex-colónias portuguesas.

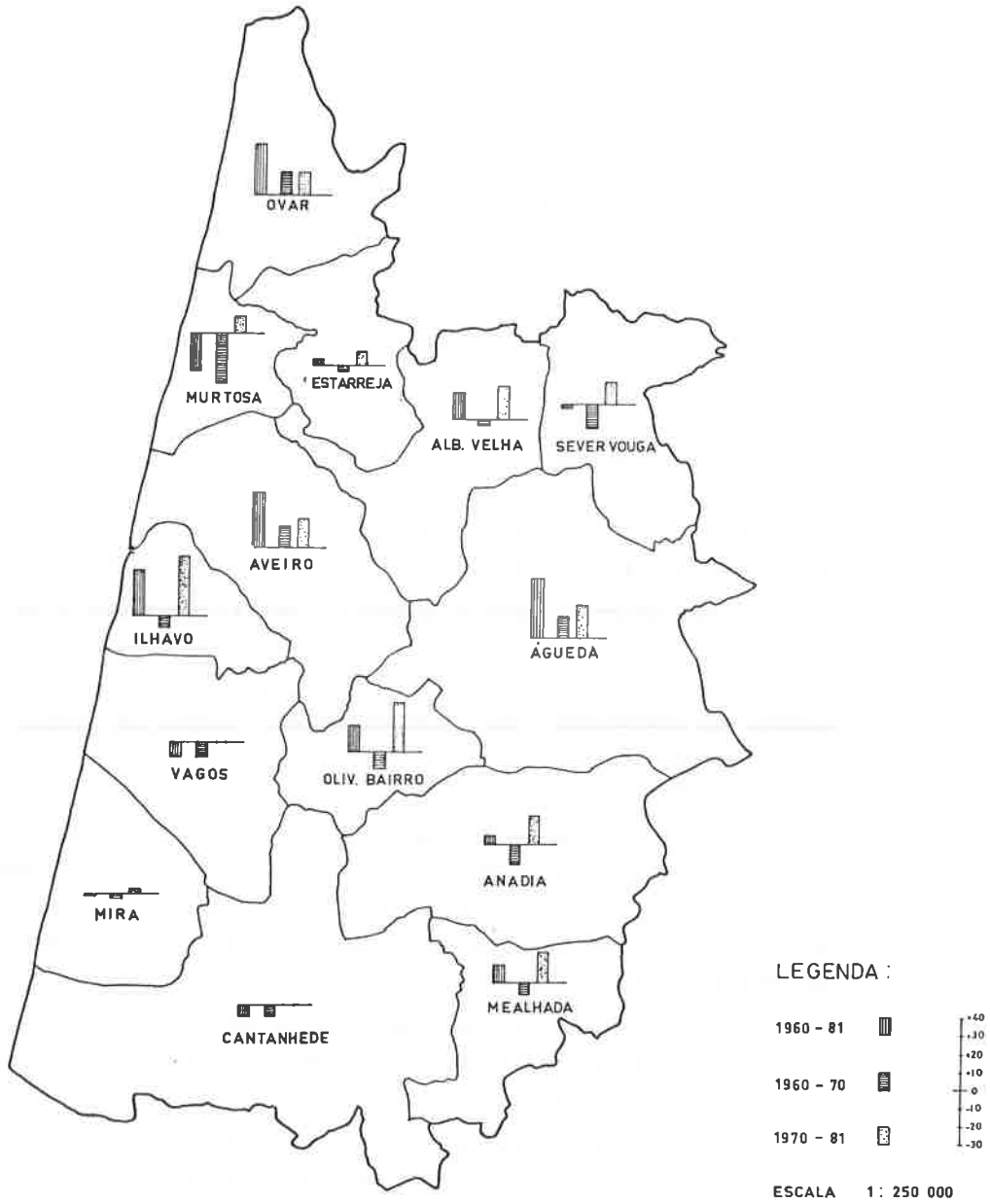
Se olharmos para o Quadro 1, verificamos que a Região Centro não obedece à situação acima indicada, pois apresenta de 1960 até 1981, uma diminuição de -6,9%, enquanto os concelhos da área do Baixo Vouga, já registam um acréscimo populacional de +12%, no mesmo intervalo de tempo.

Numa análise mais atenta sobre os concelhos em causa (ver Fig. 2), verifica-se que, de 60 para 70, houve uma perda de população, num total de -1,3%, e cujos máximos ocorreram nos concelhos da Murtosa (-27,6%), Sever do Vouga (-13,2%) e Anadia (-11,5%).

Pelo contrário, os concelhos de Águeda, Aveiro e Ovar continuam a acusar um aumento populacional considerável, na ordem dos +13%.

Na década seguinte, nenhum concelho apresenta um saldo negativo, com os máximos em Ílhavo e Oliveira do Bairro (respectivamente +32,2% e +27,6%). Contudo, é de registar que Vagos e Cantanhede apresentam um saldo populacio-

fig.2 VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO NOS DOIS ÚLTIMOS DECÉNIOS (%)



nal nulo, sinónimo de que ainda não se fez sentir o aumento de demográfico comum aos outros concelhos.

A Fig. 3, construída com base nos Quadros 2 e 3, considerando o ano de 1900 com o valor 100, realça bem a evolução demográfica registada nos concelhos da área do Baixo Vouga.

Na generalidade, todos os concelhos foram aumentando gradualmente a sua população até 1960, havendo uma quebra na década seguinte, para continuar, a partir de 70, novo aumento demográfico.

Há excepções, como é óbvio. A Murtosa começa a perder população mais cedo, desde 1940, só invertendo essa tendência entre 1970 e 1987, não alcançando contudo o valor base atribuído (100); Oliveira do Bairro perde população a partir de 1950, recuperando bastante de 70 para 81.

Para uma densidade populacional de 106 hab/Km² no Continente, a Região Centro conta com 75 hab/Km², e dentro desta, esta área regista 168 hab/Km² (conforme Quadro 1).

2.1.2. Estrutura Etária

A estrutura etária da população desta área em 1981, pode ser observada em mais detalhe no Quadro 4 e Fig. 4, foi altamente influenciada por diversos acontecimentos relativamente próximos, como sejam a diminuição da emigração a partir de 1973, fruto da crise internacional repatriando muitos emigrantes e o retorno de portugueses das ex-colónias.

Es termos genéricos verifica-se que o estrato etário que sofreu em termos percentuais maior quebra entre 1970 e 1981 foi o dos 0 aos 14 anos, fruto da tendência para a diminuição em termos gerais da taxa da natalidade. A esta quebra contrapõe-se o aumento do peso do escalão 15-34 anos e do + de 65 anos.

fig. 3 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

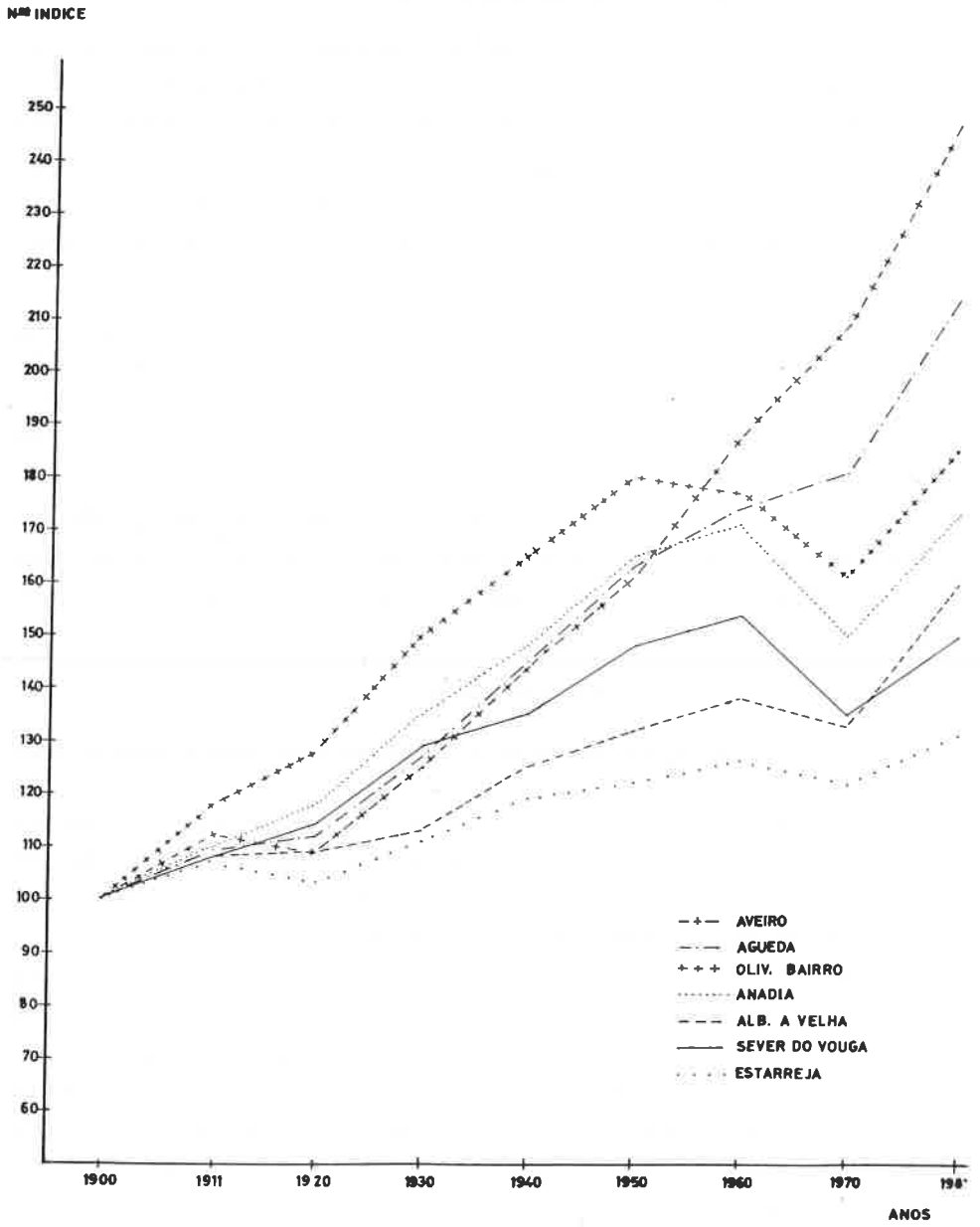


fig.3' EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

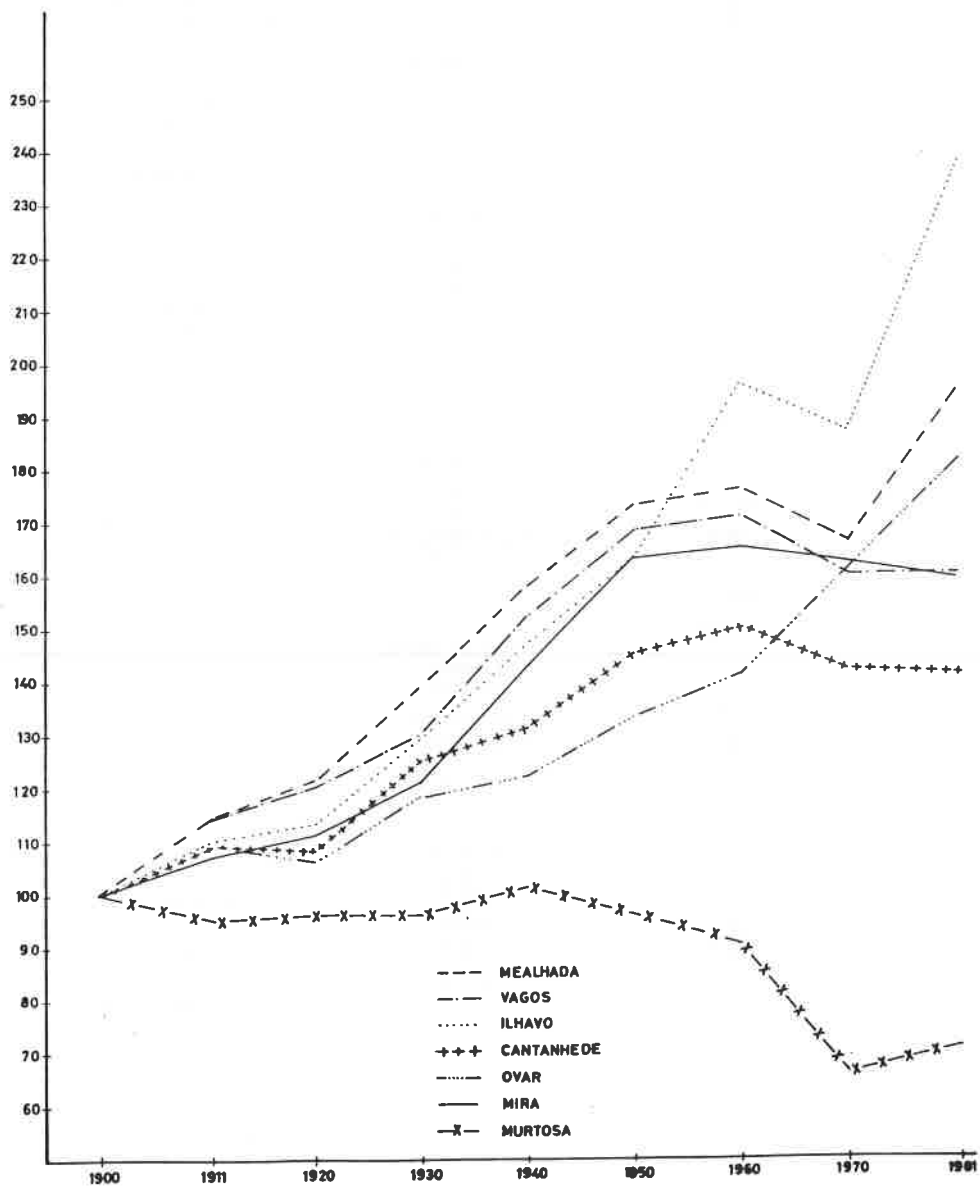
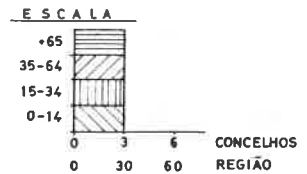
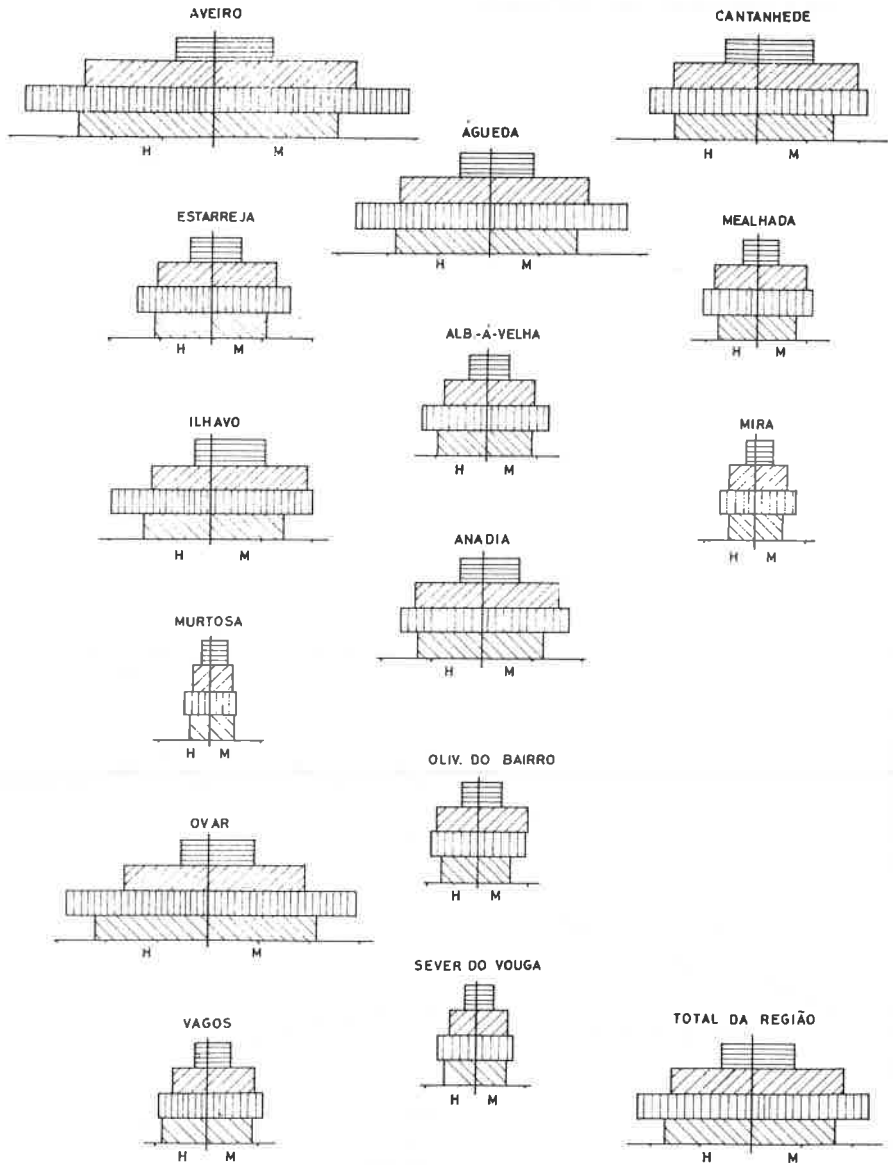


Fig 4 ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO



Coeficiente de Dependência

No entanto é a análise do coeficiente de dependência^(*) a forma mais simples de verificar a importância de que se reveste a distribuição da população por estratos etários. Quanto maior for aquele índice, maior desequilíbrio existe entre o conjunto da população susceptível de produzir (escalão dos 15-64 anos), e o conjunto daquele que não produz riqueza (escalão 0-14 e +65 anos).

Como se pode verificar, e mediante o Quadro 5, o coeficiente de dependência diminuiu de 70 para 81 em todos os concelhos da área do Baixo Vouga, excepto para Sever do Vouga, cujo coeficiente se mantém.

Esta situação resulta de duas componentes que se anulam: o coeficiente de dependência infantil e o coeficiente de dependência dos idosos.

Assim, há uma diminuição relativa e generalizada da população mais jovem (0-14), fruto de um decréscimo da taxa de natalidade, a qual foi contrabalançada, em parte, por um acréscimo em alguns casos significativos da população idosa (+65 anos), como é o caso dos concelhos da Murtosa, Cantanhede e Mira.

A evolução deste coeficiente pode levar-nos a concluir que, na última década, passou a existir um maior equilíbrio entre os inactivos e os activos (o número de inactivos diminuiu de 66% para 60%), fruto de um decréscimo da população mais jovem apesar do aumento da população mais idosa.

$$(*) \text{ Coef. Dep.} = \frac{P_{(0-14)} + P_{(+65)}}{P_{(15-64)}}$$

Concluindo, se neste momento o grupo etário dos 0-14 anos detêm ainda percentagens demasiado baixas na população total, e se a evolução continuar neste sentido, podemos, num futuro próximo, vir a ter problemas, relativamente ao crescente envelhecimento da população, o que presentemente já se está a tornar realidade.

Índice de Envelhecimento

O índice de envelhecimento relaciona, num dado instante, o número de indivíduos com 60 e mais anos que existem por cada 100 habitantes com menos de 20 anos, na população considerada. No Quadro 6 apresentam-se os índices para 1970 e 1981, e que nos permitem tirar algumas conclusões:

Assim:

- em todos os concelhos considerados houve um aumento do respectivo índice, ou seja, elevou-se o número de indivíduos com 60 e mais anos, relativamente ao grupo etário com menos de 20 anos;

- é nos concelhos de Oliveira do Bairro e Murtosa que se verificaram, em 1970, os maiores índices (50,5 e 50,9, respectivamente);

- em 1981 mantêm-se estes concelhos com valores superiores a 50%, e embora a subida seja generalizada, há contudo concelhos que atingem subidas consideráveis, como por exemplo Cantanhede (38, 9-54, 7), Murtosa (50, 9-63, 5) e Mira (41, 3-52, 6), enquanto há outros em que essa subida é muito menos acentuada - é o caso de Ovar (29, 8-34, 3), Águeda (36-5-40, 3) e Ílhavo (30, 7-34, 1).

2.1.3. Emigração

Apesar dos concelhos do Baixo Vouga, na sua maioria, não poderem ser considerados como área de repulsão da população para outras zonas do país, detêm taxas emigratórias bastante elevadas no contexto da Região Centro, preferencialmente para o continente americano - casos da Murtosa (para EUA) e Oliveira do Bairro (para Venezuela), conforme mostram os Quadros 7 e 8.

A partir dos anos 50, os rumos emigratórios sofreram uma inflexão para a Europa, em consequência da recuperação económica do após-guerra, como se pode verificar na generalidade dos concelhos em causa.

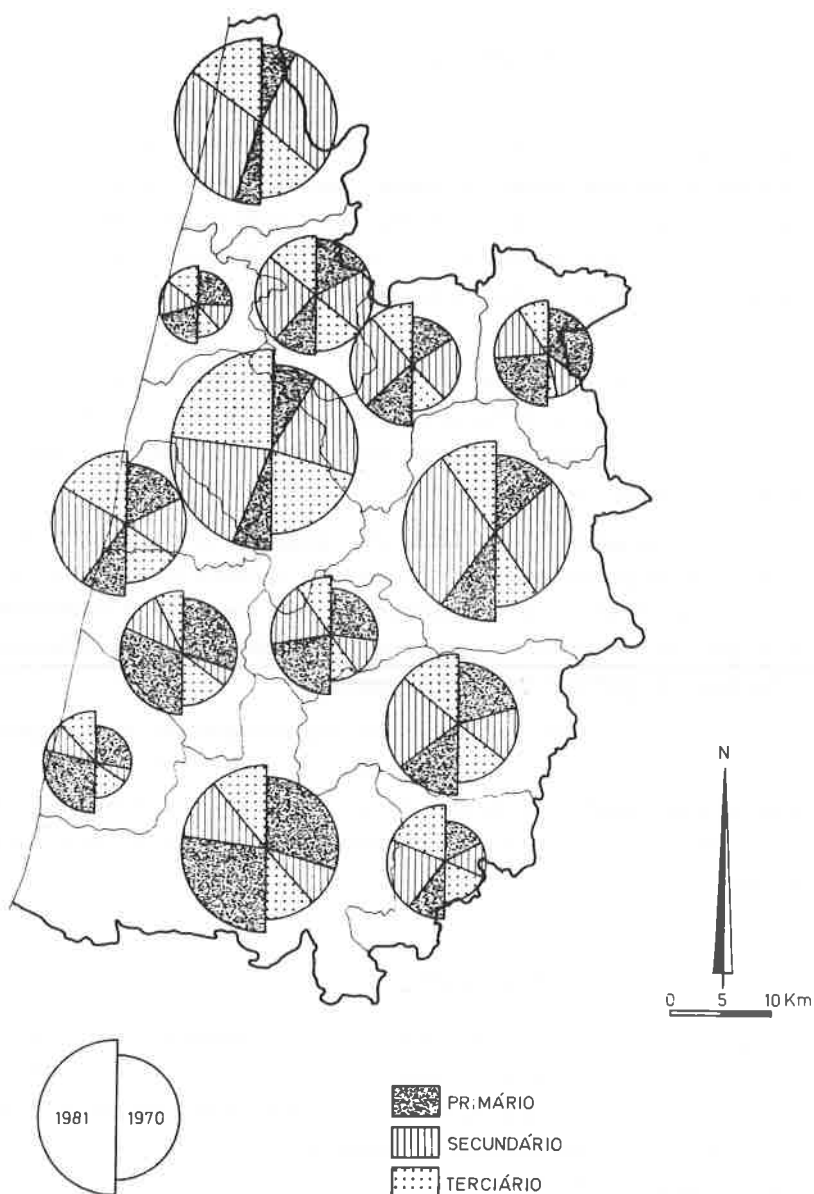
A partir dos anos 70, começou a verificar-se um progressivo decréscimo, atingindo uma quebra brusca entre 73 e 74, coincidindo com o momento em que se inicia o movimento de retorno de emigrantes, na sequência da crise económica que afectou os países de acolhimento.

A tendência para uma diminuição de emigração, por restrição do exterior à entrada de emigrantes, a par de uma reestruturação agrícola nesta área, aponta para a necessidade de um aumento de postos de trabalho na indústria, serviços e turismo.

2.1.4. População Activa

Os elementos estatísticos disponíveis para 1970 e 1981, permitem-nos analisar a evolução, na última década, da distribuição da população activa por sectores de actividade, cuja taxa total apresenta um aumento de 7% de 70 para 81, conforme os Quadros 9, 10 e 11.

Fig. 5 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA EM 1970 E 1981



No que respeita ao sector primário, em termos percentuais, houve uma diminuição de activos na maioria dos concelhos Fig. 5. As excepções dizem respeito aos concelhos de Vagos e Mira, que passaram de 60,6% e 56,3% para 63,1% e 57,6%, respectivamente.

Quanto ao sector secundário, percentualmente, os activos aumentaram em todos os concelhos.

Para o sector terciário, a situação já é um pouco diferente: apenas nos concelhos de Sever do Vouga, Aveiro, Ílhavo, Murtosa, Ovar e Mealhada, a situação dos activos, em termos percentuais se elevou, havendo diminuição em todos os outros.

Comparando-se a área do Baixo Vouga com o todo nacional, verificamos que a primeira tem maior percentagem de população activa nos sectores primário e secundário (29,3% e 42,4% contra 39% para o Continente), enquanto no sector terciário, se passa o inverso (28,3% para esta área e 42% para o Continente).

Se compararmos esta distribuição com a apresentada para outros países europeus (ver Quadro 12), constatamos que ainda existe um excesso de população na agricultura, a par de uma fraca implantação de serviços.

É, portanto, necessário reduzir a população afecta à agricultura, através da modernização e consequente aumento de produtividade neste sector, a par da criação de postos de trabalho na indústria, e especialmente nos serviços.

2.1.5. Desemprego

Com base nos dados do XII Recenseamento Geral da População de 1981, foi possível fazer uma análise do desemprego na área do Baixo Vouga. Assim, de entre os activos compreendidos entre os 12 e os 75 anos existiam 7 561 indivíduos de ambos os sexos desempregados (Quadro 13).

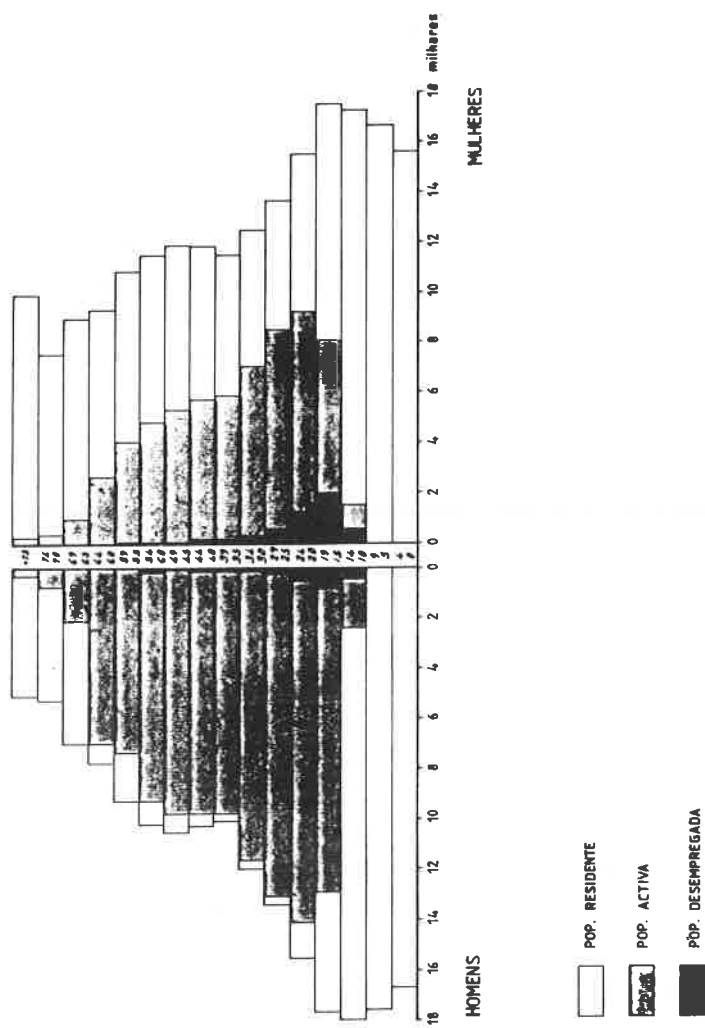
Como desempregados consideramos quer os que procuravam o 1º (4 535) quer um novo emprego (3 026) o que em termos percentuais corresponde a respectivamente 60% e 40% do total dos desempregados da área em estudo.

Se fizermos agora uma análise por sexos, em ambos os casos, e no sexo feminino que o desemprego mais se fez sentir apesar do fenómeno se observar com intensidades diferentes: em termos de 1º emprego 30% são homens e 70% são mulheres atenuando-se esta discrepância em termos de novo emprego, cujas percentagens são, respectivamente, 44% e 56%.

No universo dos activos compreendidos entre os 12/75 anos o escalão em que se verifica uma maior procura ao nível do 1º emprego é o escalão dos 15/24 anos, como não podia deixar de ser, devido ao facto dos indivíduos terem acabado o seu período escolar e entrarem nestas idades no mercado de trabalho (73% do total). Já no que diz respeito à procura de novo emprego o escalão onde mais se fez sentir este facto é o dos 15 aos 29 anos (53% do total) - Figura 6.

Conclui-se portanto que em termos de desemprego os escalões etários mais baixos e dentro deles os indivíduos do sexo feminino são os mais atingidos.

Fig. 6 - PIRÂMIDE ETÁRIA



2.2. AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E PESCA

2.2.1. Agricultura e Pecuária

Sendo uma área com uma superfície total computada em cerca de 232 000 hectares, dos quais 97 000 terão capacidade agrícola e 117 000 de capacidade florestal, pode-se considerar como uma das que melhores potencialidades agrícolas tem na Região Centro (42% de potencialidade de utilização do solo por parte da agricultura nesta área contra 22% no total da Região Centro).

O desenvolvimento da agricultura nesta área, e para além dos problemas estruturais gerais da agricultura portuguesa, está condicionado por problemas de enxugo, defesa contra as cheias, invasão das terras por águas salgadas e de problemas de rega no período seco.

Na realidade os campos marginais do Baixo Vouga - Rio Antua, Vouga, Marnel, Águeda e Cértima - sofrem frequentemente inundações, contribuindo em muito para tal facto, o assoreamento dos leitos destes rios na parte final dos seus cursos.

Em termos de estrutura fundiária pode-se dizer que a superfície média das explorações é muito reduzida, apresentando uma superfície média por exploração de 2,4 hectares um pouco inferior à da Região Centro.

	Nº DE EXPLORAÇÕES	ÁREA TOTAL	ÁREA AGRÍCOLA	ÁREA MÉDIA POR EXPLORAÇÃO
ÁREA DO BAIXO VOUGA	53 536	130 672	57 406	2,4
REGIÃO CENTRO	279 804	1 011 562	487 271	3,6

Analisando a distribuição das explorações por classes de área (Quadro 14) conclui-se que 55% da área pertence a explorações de menos de 3 hectares, enquanto na Região Centro a área das explorações nessa condição era somente de 35%.

CLASSES DE ÁREA	BAIXO VOUGA				REGIÃO CENTRO			
	Nº DE EXPLORAÇÕES	%	ÁREA AGRÍCOLA	%	Nº DE EXPLORAÇÕES	%	ÁREA AGRÍCOLA	%
0-1 ha	27 289	52	11 130	19,4	131 864	47	58 908	12,1
1-2 ha	12 467	23	12 281	21,4	69 167	25	66 142	13,6
2-3 ha	5 408	10	8 556	14,9	28 913	10	44 953	9,2
3-5 ha	4 308	8	9 792	17,1	24 289	9	57 809	11,9
5-20 ha	3 250	6	12 669	22,0	22 392	8	111 216	22,8
+de 20 ha	274	1	2 978	5,2	3 179	1	148 243	30,4
TOTAL	56 536	100	57 406	100	279 804	100	487 271	100

Esta situação é ainda agravada pelo forte parcelamento das explorações, que, em média, se encontram fragmentadas por 8 blocos.

O sistema de arrendamento tem reduzida importância, enquanto forma de exploração da terra, estando 88% da área a ser explorada por conta própria, embora em alguns concelhos como Murtosa, Vagos e Ílhavo o sistema de arrendamento tenha algum relevo, facto certamente ligado à sua forte taxa emigratória (Quadro 15).

Apesar da população dedicada à agricultura ter vindo progressivamente a diminuir, ela representa ainda uma parcela importante especialmente em alguns concelhos mais rurais desta área.

Em 1981 a população activa no sector primário representava ainda 29% do total, enquanto nos países da Comunidade esse valor é de cerca de 8%.

	POPULAÇÃO ACTIVA TOTAL	POPULAÇÃO ACTIVA NO SECTOR PRIMÁRIO	PERCENTAGEM
BAIXO VOUGA	163 039	47 830	29,3
REGLÃO CENTRO	665 620	213 259	32,0

Verifica-se, aliás, um excesso de mão-de-obra agrícola por hectare, em média 1,6 U.T.A. (Unidade Trabalho Agrícola) por hectare a traduzir um subemprego da população activa agrícola (Quadro 16).

Para além das pessoas que se dedicam exclusivamente às actividades agrícolas constituem população agrícola familiar as pessoas do agregado que fazem da agricultura uma actividade suplementar. Analisando a estrutura etária destas pessoas, conclui-se predominarem os grupos entre os 45 e 54 anos (19,1%) e entre os 15 e os 24 anos (17%) (Quadro 17).

É bastante significativo o facto de existir já uma franja de jovens ligados ao sector agrícola, pois estes são mais receptivos à introdução de novas técnicas, podendo com

isto, nos anos mais próximos, a nossa agricultura vir a sofrer significativas alterações estruturais, desde que lhes sejam proporcionados os meios financeiros e técnicos indispensáveis ao desenvolvimento deste sector.

A produção pecuária assume um especial relevo nesta área, representando 26,5% do total de produção agro-pecuária, enquanto na Região Centro esta é ligeiramente inferior (20%). Este facto repercute-se ao nível do indicador produto por exploração, apresentando esta área um valor significativamente mais elevado do que a Região Centro.

	PRODUTOS AGRÍCOLAS	PRODUTOS DA PECUÁRIA	TOTAL	PRODUTO POR ACTIVO	PRODUTO POR EXPLORAÇÃO
BAIXO VOUGA	2 196 827	794 135	2 990 962	62,5	55,9
REGIÃO CENTRO	10 142 553	2 532 697	12 675 250	59,4	45,3

As principais produções nesta área correspondem ao milho, legumes, tubérculos (batatas e hortícolas), forragens e vinho, enquanto produtos agrícolas e a carne e o leite na pecuária. Em relação a este último produto nesta área produz-se cerca de 53% do total da Região Centro, sendo esta percentagem muito mais elevada quando se considera apenas o leite de vaca (Quadros 18 e 19).

PRODUTOS	BAIXO VOUGA		REGIÃO CENTRO	
	VALOR (MIL. ESCUDOS)	%	VALOR (MIL. ESCUDOS)	%
<u>AGRICULTURA</u>	2 196 827	100,0	10 142 553	100,0
MILHO	168 848	7,7	499 871	4,9
LEGUMES E TUBÉRCULOS	1 175 448	53,5	5 050 346	49,8
FORRAGENS	390 433	17,8	1 760 751	17,3
VINHO	263 098	12,9	829 159	8,2
OUTROS	199 000	8,1	2 002 426	19,6
<u>PECUÁRIA</u>	794 135	100,0	2 532 697	100,0
CARNE	245 776	30,9	1 094 416	43,2
LEITE	439 229	55,3	835 098	33,0
OUTROS	109 130	13,8	602 983	23,8

É fundamentalmente na expansão e intensificação da cultura forrageira e na produção de carne e leite que esta área apresenta as melhores potencialidades, tanto mais que o escoamento da produção agro-pecuária potencial estará na sua maior parte assegurado pela existência de indústrias agroalimentares na Região. Os activos nestas indústrias correspondem a cerca de 41% do total das mesmas na Região Centro.

2.2.2. Silvicultura

O sector silvícola assume uma excepcional importância, não só a nível da área em estudo mas também a nível da Região Centro. Com base no inventário florestal do continente em 1974, dos 14 concelhos que constituem a área do Baixo Vouga, em 6 deles (Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Sever do Vouga, Cantanhede e Mira), a taxa de arborização é superior a 50%, conforme os seguintes dados.

	ÁREA TOTAL	ÁREA FLORESTAL	TAXA DE ARBORIZAÇÃO
ÁGUEDA	33,35	18,78	56,3
ALB.-A-VELHA	15,60	9,45	60,6
ANADIA	21,71	11,25	51,8
OLIV. BAIRRO	8,73	2,70	30,9
SEVER DO VOUGA	12,98	7,59	58,5
AVEIRO	19,73	4,46	22,6
ESTARREJA	10,81	3,15	29,1
ÍLHAVO	7,51	1,55	20,6
MURTOSA	7,37	1,17	15,9
OVAR	14,99	7,29	48,6
VAGOS	16,56	7,42	44,8
MEALHADA	11,11	4,74	42,7
CANTANHEDE	39,27	21,0	53,5
MIRA	12,20	8,11	66,5
TOTAL	231,92	108,66	46,9

FONTE: Inventário Florestal do
Continente, Estatísticas
Agrícolas, 1980

Unid. 1 000 ha

O revestimento florestal é constituído, na sua quase totalidade, por pinheiros bravos (74,9%) e eucaliptos (22,8%), como se pode ver através do quadro seguinte:

	ÁREA TOTAL	ÁREA FLORESTAL	PINHEIRO BRAVO	EUCALIPTO
Área (1000 ha)	231,92	108,66	81,42	24,8
Percentagens	100%	46,9%	35,1%	10,7%
	-	100%	74,9%	22,8%

Não nos podemos esquecer que para além dos benefícios directos (matéria-prima para as indústrias de celulose, da madeira e do mobiliário), existem benefícios indirectos que se manifestam sobretudo através da renovação da atmosfera, da regularização do regime hidrográfico, ou seja, da desa do ambiente físico em geral, além dos que resultam da respectiva exploração turística.

Existe portanto todo o interesse em manter e até alargar a área florestada. A expansão destas áreas deve ser feita, ou ã custa de terras hoje utilizadas para agricultura mas cuja aptidão é reduzida, ou através da florestação de terrenos que, devido ao seu acentuado declive, não têm qualuquer utilização (especialmente no interior da área).

Deve-se também proceder a um reordenamento florestal através da introdução de novas técnicas e novas espécies, mais adequadas ã zona, e implementar um eficiente sistema de prevenção, controlo e combate aos incêndios que têm

sido os grandes responsáveis pela devastação de tal riqueza.

A reforçar a importância deste sector, não devemos esquecer que, com a futura adesão à CEE, sendo esta largamente deficitária em produtos desta natureza, poderemos vir a beneficiar em termos de mercados.

2.2.3. Pesca e Aquicultura

2.2.3.1. Pesca

O sector das pescas na área do Baixo Vouga tem uma importância fundamental, em virtude de possuir uma grande faixa litoral, entre os concelhos de Ovar e Mira e especialmente pela existência do porto de Aveiro.

A pesca artesanal tem nesta área uma importância bastante reduzida, relativamente a outras formas tecnologicamente mais evoluídas (arrasto e bacalhau) a chamada pesca industrial (ver Figura 7).

A importância desta área é fundamentalmente devida à pesca do bacalhau, que apresentava em 1982, 77,8% do total deste tipo de pesca na zona norte, e 72,1% relativamente ao continente. A zona norte aqui considerada em termos de zona de pesca engloba toda a costa desde Caminha até ao porto da Figueira da Foz, ultrapassando a norte a costa da Região Centro. A redução progressiva dos pescadores de bacalhau foi uma das principais razões que provocaram o decréscimo sucessivo deste tipo de pescado, quer a nível do continente, quer a nível da área (ver Figura 8 e Quadro 21).

Fig. 7 - PESCA ARTESANAL DESCARREGADA

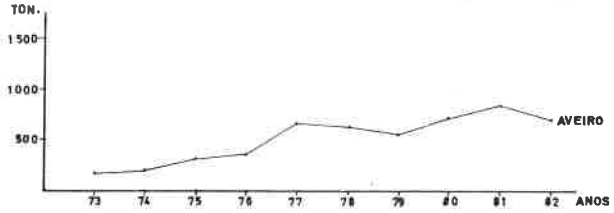
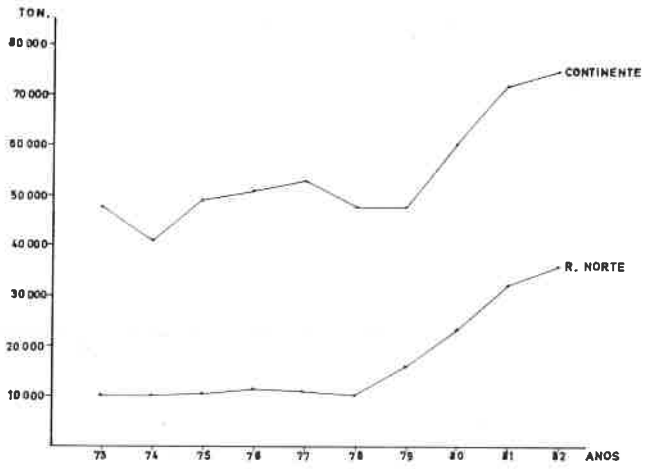
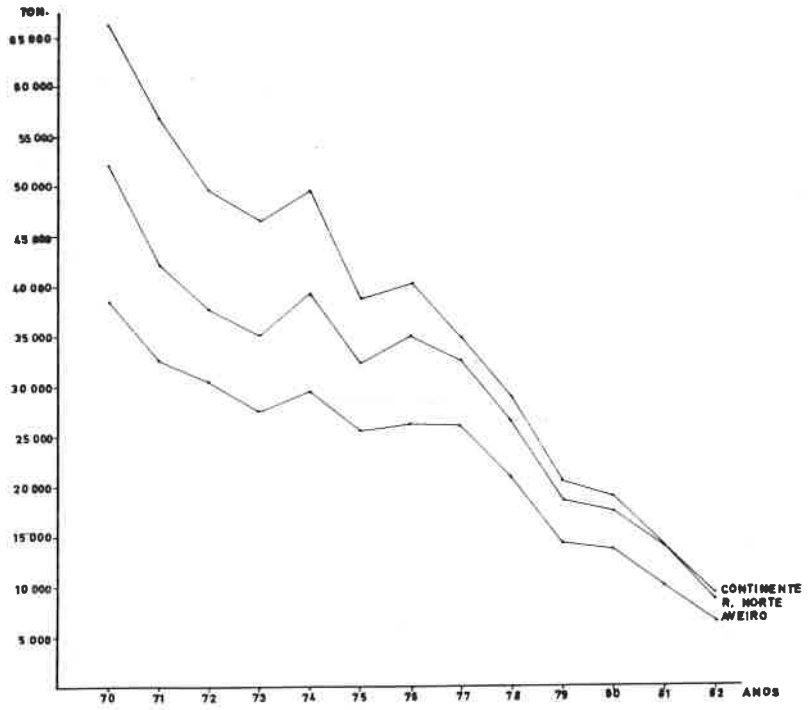


Fig 8 - BACALHAU DESCARREGADO



Portugal, o volume de emprego do sector das pescas tem diminuído ao longo do tempo.

Tal facto está em parte relacionado com o progressivo melhoramento dos meios de captura e tratamentos utilizados neste tipo de actividade e com a tendência para a capitalização da pesca artesanal.

Na última década verificou-se um decréscimo dos activos a uma taxa anual média de 2,4%, passando a representar cerca de 6% da população do sector primário.

De acordo com os dados para 1981, o concelho de Ílhavo é o que apresenta maior número de activos, com cerca de 49% do total da área, seguido do concelho da Murtosa, com cerca de 19% do total da área.

POPULAÇÃO ACTIVA NO SECTOR
DAS PESCAS

	1970	1981
ÁGUEDA	5	3
ALB.-A-VELHA	5	6
ANADIA	15	6
OLIV. BAIRRO	20	11
SEVER DO VOUGA	10	3
AVEIRO	290	252
ESTARREJA	135	50
ÍLHAVO	2 050	1 516
MURTOSA	750	580
OVAR	245	100
VAGIS	235	109
MEALHADA	5	2
MIRA	300	439
TOTAL	4 065	3 077

FONTE: XI, XII Recenseamento da
da População, 1981

2.2.3.2. Aquicultura

Estão a realizar-se diversos estudos, e existe até já um anteprojecto do INIP, para a reconversão do salgado aveirense com vista à criação de peixes, moluscos e crustáceos nas salinas abandonadas e que facilmente seriam adaptadas a tanques de cultura.

Seguindo de perto o anteprojecto, a área actualmente disponível para a aquicultura está computada em 885 ha, distribuídos da seguinte maneira: 160 viveiros das marinhas activas, 225 marinhas de peixe e 500 de marinhas abandonadas. Existe já, neste momento, uma certa actividade de piscicultura extensiva, tipicamente artesanal em viveiros e em algumas salinas abandonadas, dirigidas para o crescimento e engorda de espécies marinhas de alta qualidade, como o robalo, a dourada, o linguado e a enguia. Para um aumento do rendimento nesta actividade dever-se-á proceder a algumas melhorias, entre as quais se destacam um correcto repovoamento e alimentação, além de um adequado sistema de renovação de água.

Existem alguns factores limitativos do desenvolvimento de algumas espécies, relacionados, nomeadamente com: a qualidade da água, a deterioração dos muros das marinhas, a hipersalinidade dos fundos das mesmas, existindo, apesar disto, a possibilidade de desenvolvimento de outras culturas alternativas, como por exemplo o Artemia Salina.

Num âmbito mais alargado, podemos afirmar que todo o ecossistema da Ria de Aveiro (incluindo a zona do salgado), representa um elevado potencial no domínio da piscicul

tura, pois segundo o relatório do especialista francês Mr. Jacques Arrignon, existe a possibilidade de obtermos um rendimento médio da ordem dos 4 000 toneladas/ano.

Para que estas potencialidades sejam utilizadas, propõe-se no mesmo relatório, a criação de uma estação de aquicultura em Aveiro, devendo conter um centro experimental, uma eclusa polivalente, uma exploração piloto e um centro de formação de aquicultores, e ainda fazer estudos e tomar medidas necessárias à despoluição e ordenamento da Ria.

Um outro local favorável a um ordenamento integrado turismo-pesca, é a chamada Pateira de Fermentelos, com cerca de 175 ha de água doce, que neste momento está em vias de assoreamento por sedimentação. Do ponto de vista limnológico, encontra-se num estado de eutrofia avançado. A sua fauna é diversificada, entre as quais podemos apontar as enguias, carpas e o achigã. Este projecto foi também alvo do relatório do técnico atrás referido, e que devia ser realizado a curto prazo.

2.3. INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

A actividade industrial é das que maior importância assume no todo da área do programa, possuindo uma boa ligação a mercados nacionais e estrangeiros, quer para abastecimento de matérias-primas, quer para escoamento de produtos. Outros factores que concorrem para o florescimento da actividade industrial são, a existência de recursos naturais no domínio dos recursos hídricos, minerais não metálicos, floresta, produtos da agricultura e da pesca, e ainda a existência de uma mão-de-obra com um certo nível de qualificação, dada a sua tradição industrial.

Vamos agora tentar caracterizar um pouco melhor a região em estudo, através duma análise estatística, fazendo apelo a dados mais recentes (Estatísticas Industriais 1980). Estas, como não têm uma cobertura sectorial e regional exaustiva (100%), acontece que, em termos absolutos, os valores encontrados para os agregados estão aquém da realidade mas, em termos relativos e para comparação inter-concelhias, as diferenças não devem ser significativas.

Assim, as 831 empresas inquiridas pelo INE em 1980 (28,5% do total da Região Centro), possuíam 37 724 pessoas ao serviço (31,7% da Região Centro) e apresentavam um VAB de 15 401 502 contos (35,8% do valor regional). A dimensão média, em termos de pessoal empregue, na área em estudo, anda à volta de 45 pessoas por empresa e 40 para a Região Centro (ver Quadro 21).

Recorrendo a determinados índices, continuemos a nossa análise, com o auxílio do quadro 22.

Produtividade do Trabalho

Segundo os valores da produtividade do trabalho (VAB/EMP), os 14 concelhos da área do Baixo Vouga, podem ser agrupados em 3 manchas distintas (Figura 9):

- a) A primeira é composta pelos concelhos cuja produtividade média da força de trabalho se situa além da média do continente e da média da Região Centro: Ovar, Ílhavo e Albergaria-a-Velha. O caso curioso desta mancha é o de Albergaria-a-Velha, cuja estrutura industrial é fortemente tributária de uma actividade de natureza capital - intensiva, a indústria da pasta do papel, cujo VAB em 1980 representava 42,7% do valor acrescentado industrial total.
- b) A segunda mancha é integrada pelos concelhos de Mealhada, Águeda, Estarreja, Anadia e Oliveira do Bairro e caracteriza-se por apresentar valores da produtividade da força de trabalho superiores à média da Região Centro e inferiores à média do continente.
- c) Uma última mancha caracteriza-se com valores para a produtividade do trabalho inferiores à média da Região e do continente.
Fazem parte desta mancha os concelhos de Sever do Vouga, Vagos, Murtosa, Cantanhede e Mira, que possuem as estruturas industriais menos desenvolvidas.

Grau de Industrialização

A ordenação anterior altera-se se o indicador de referência for o grau de industrialização (VAB industrial/POP total). Segundo os valores para este indicador, os 14 concelhos da área do Baixo Vouga podem ser agrupados em apenas 2 manchas distintas (figura 10):

- a) Esta 1ª mancha revela um mais elevado nível médio de industrialização, e embora sendo muito heterogénea, apresenta como característica geral, valores para o indicador em referência superiores à média da Região Centro e do Continente e pode ser segmentada em 3 sub-manchas: uma constituída pelos concelhos de Ovar e Águeda que constituem os concelhos mais industrializados da área; uma outra constituída pelos concelhos de Aveiro e Ílhavo e uma terceira constituída pelos concelhos de Anadia, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Mealhada e Sever do Vouga, com valores muito próximos da média nacional e da Região Centro.
- b) A segunda mancha, composta pelos concelhos de Oliveira do Bairro com um valor próximo da média da Região Centro e os de Cantanhede, Mira, Murtosa e Vagos, onde o grau de industrialização é extremamente baixo, entre 1,2 (Vagos) e 4,0 (Cantanhede), os mesmos que já anteriormente apresentavam valores mais baixos para a produtividade.

Fig 9 - PRODUTIVIDADE LÍQUIDA (VAB/EMP)

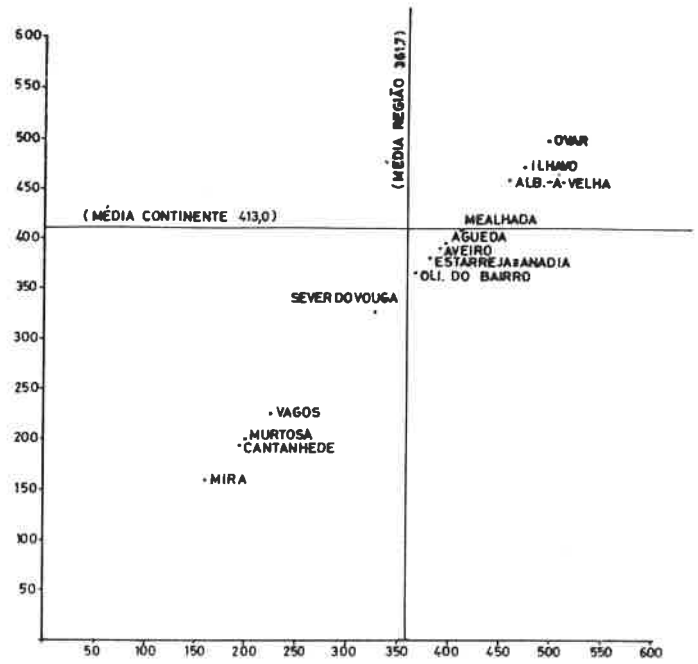
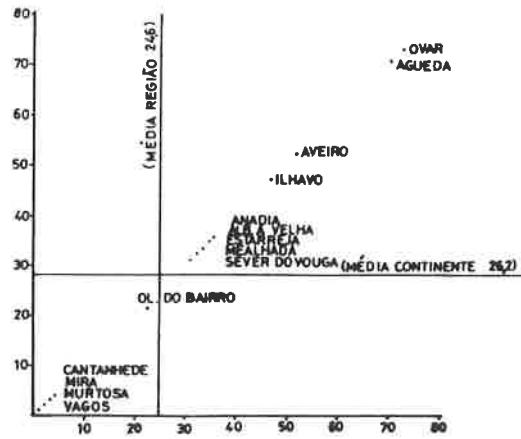


Fig.10 - VAB INDUSTRIAL "PER CAPITA" VAB/POP



MEDIDAS DE LOCALIZAÇÃO - Quociente de Localização

Verificamos que na área do Baixo Vouga, os sectores mais implantados são: a fabricação de produtos metálicos, equipamento e material de transporte (38), a metalurgia de base (37), a pasta de papel (34) e as alimentares (31), (Figura 11).

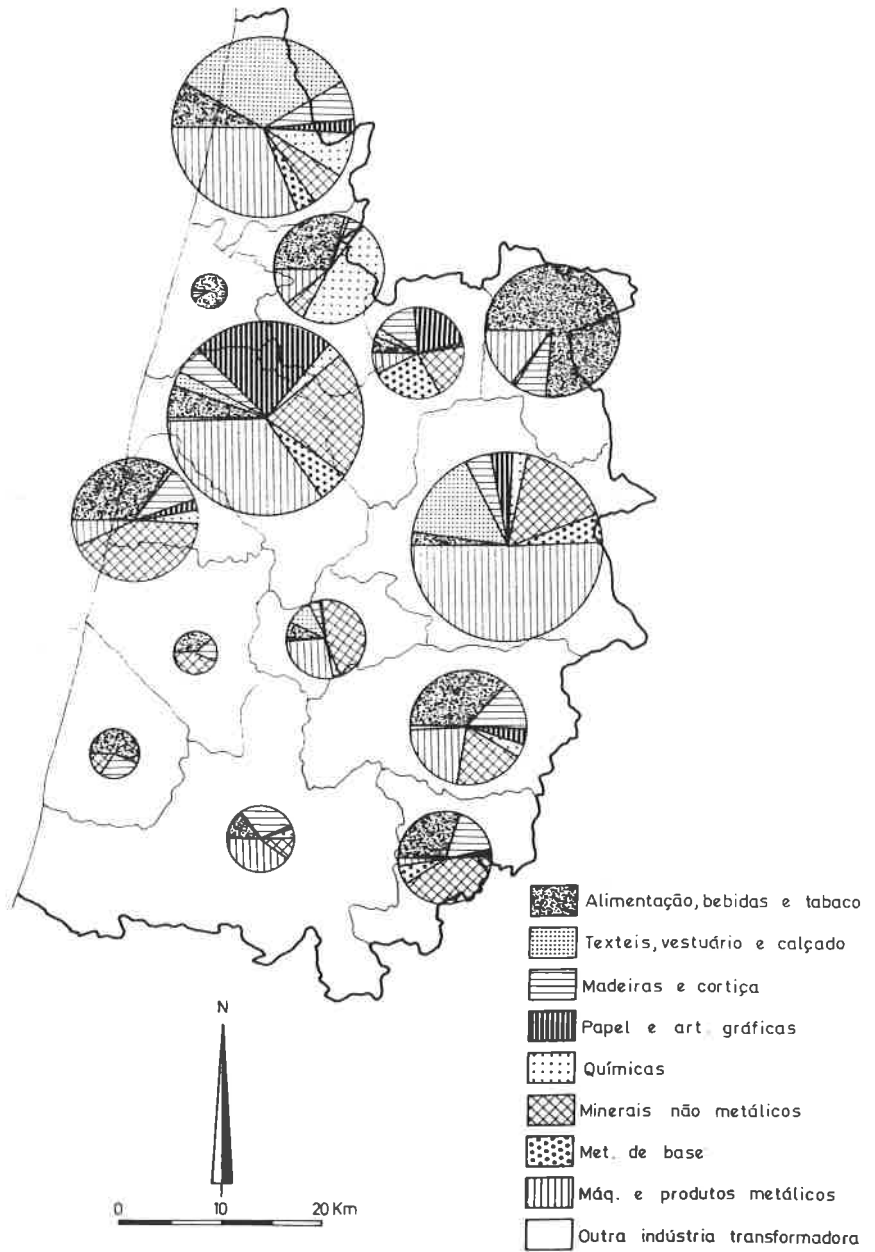
As cerâmicas predominam ou pouco toda a área, embora não apresentem valores de quol's muito elevados, pelo facto de se estar a proceder a comparações com a Região Centro, também ela já bastante especializada neste sector.

Descendo a análise ao nível concelhio vejamos, por sectores, onde eles se localizam (Quadro 22).

Indústrias

- 31 Alimentares - estão localizadas principalmente nos concelhos da Murtosa, Sever do Vouga, Mira Vagos, Anadia, Ílhavo, Estarreja, Mealhada e Cantanhede, i.e., nos concelhos com uma grande componente agrícola.
- 32 Têxteis - Ovar
- 33 Madeiras - Mira, Cantanhede, Vagos, Mealhada, Albergaria-a-Velha e Anadia, concelhos estes que possuem grandes áreas florestais.
- 34 Papel - localizam-se nos concelhos de Aveiro e Albergaria-a-Velha (celuloses)

Fig.11 - INDUSTRIA TRANSFORMADORA POR SECTORES DE ACTIVIDADE - 1980



- 35 Químicas e plásticos - localizam-se principalmente nos concelhos de Estarreja (complexo químico) e Ovar.
- 36 Cerâmicas - localizam-se um pouco por toda a área do programa, especialmente nos concelhos de Oliveira do Bairro, Mealhada, Ílhavo e Aveiro.
- 37 Metalurgia de base - situam-se principalmente nos concelhos de Albergaria-a-Velha, Mealhada, Aveiro, Águeda, Ovar e Oliveira do Bairro.
- 38 Metalomecânicas - situam-se principalmente em Águeda, Cantanhede, Aveiro, Ovar, Oliveira do Bairro e Anadia.

MEDIDAS DE ESPECIALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO

O objectivos destes Índices consiste em encontrar valores que possibilitem o conhecimento da estrutura industrial de uma dada região, através de uma análise da repartição dos ramos de actividade dentro da região.

1. Coeficiente de Especialização

O coeficiente de localização varia entre 0 e 1. Quando o valor se aproxima da unidade, isso significa que na região o emprego se encontra concentrado num número restrito de sectores industriais. Pelo contrário, o caso limite $CE=0$ significaria uma distribuição paralela do emprego nos diversos sectores na região (ou nos concelhos) com o modelo apresentado pela Região Centro (ou pelo país).

Assim podemos verificar que a área tem um certo grau de diversificação sectorial, apresentando um coeficiente de especialização relativamente baixo, tanto em relação à Região Centro (0,22) como em relação ao Continente (0,24), o que significa que a sua estrutura industrial se aproxima da das duas áreas, Região Centro e Continente (Quadro 23). De maneira nenhuma queremos afirmar com isto que, tanto a estrutura industrial da Região Centro como a do Continente, sejam estruturas de diversificação óptima.

2. Índice de Diversificação

Este índice, para o caso de 9 sectores industriais e trabalhando com a variável emprego, assumiria os seguintes valores: se o emprego se encontrasse concentrado num único sector $I.D=900$; no caso de haver uma distribuição uniforme por todos os sectores $ID=500$.

Assim com base nas Estatísticas Industriais, 1980, verificou-se que o índice de diversificação para a Região Centro era de 688,9, tendo como sectores mais importantes os têxteis e a indústria dos minerais não metálicos. Se analisarmos este índice ao nível dos concelhos da área do programa nenhum deles apresenta um valor inferior ao encontrado para a Região Centro, sendo portanto a sua diversificação industrial menor. Mesmo assim, podemos constatar que dos 14 concelhos da área do Baixo Vouga, os que possuem uma estrutura mais diversificada são Albergaria-a-Velha, Ovar e Aveiro e onde se verifica maior concentração são Vagos, Mira, Sever do Vouga e Murtosa, todos eles concelhos essencialmente agrícolas, onde predominam as indústrias ligadas ao sector primário - as alimentares.

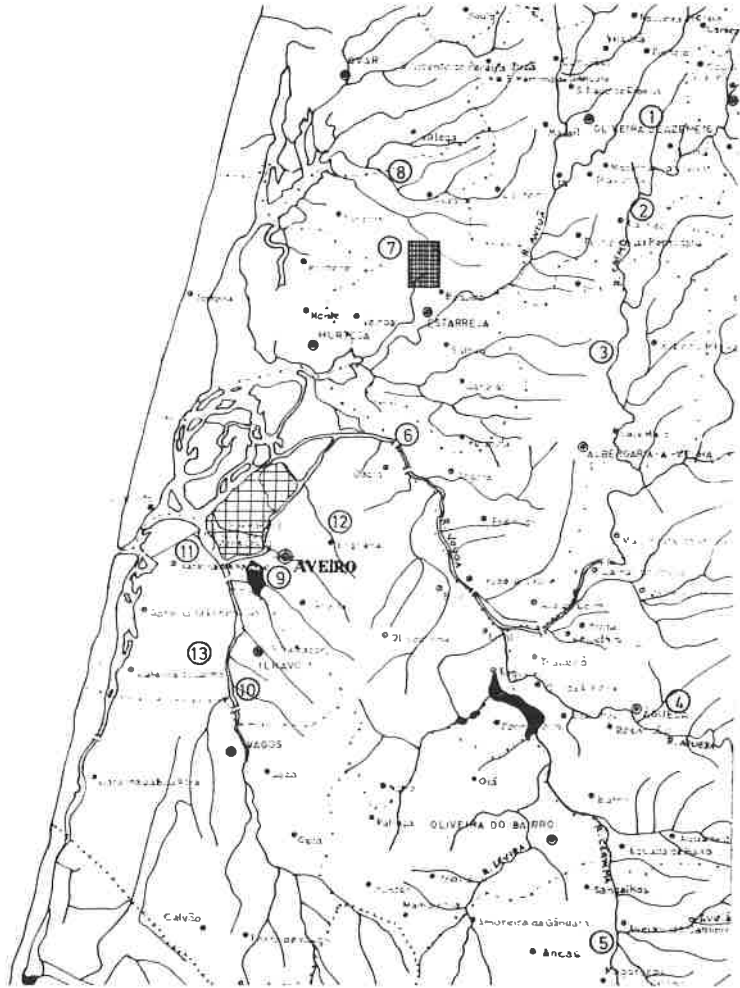
ÍNDICE DE DIVERSIFICAÇÃO

		Nº ORDEM
ÁGUEDA	774,1	5
ALB.-A-VELHA	709,1	1
ANADIA	760,1	4
OLIV. BAIRRO	788,1	7
SEVER DO VOUGA	866,7	13
AVEIRO	737,9	3
ESTARREJA	704,9	10
ÍLHAVO	791,0	8
MURTOSA	891,7	14
OVAR	723,9	2
VAGOS	826,1	11
CANTANHEDE	780,9	6
MIRA	840,7	12
MEALHADA	794,2	9
REGIÃO CENTRO	688,9	

A terminar este capítulo sobre indústria transformadora, não queremos deixar de fazer referência à grande dependência de água de muitas indústrias e simultaneamente ao seu carácter poluidor. Algumas dessas fontes poluidoras estão perfeitamente localizadas (Figura 12).

Para um desenvolvimento que tenha em conta o equilíbrio do sistema ecológico (já bastante degradado nesta área)

Fig.12 - FONTES POLUIDORAS MAIS IMPORTANTES



- 1-Mina abandonada - afluentes não tratados possível contaminação por arsénico
- 2-Indústrias alimentares e algumas de metais
- 3-Fábrica de celulose
- 4-Parque industrial de Águeda
- 5-Afluentes de destilaria, de cerâmicas, etc
- 6-Fábrica de celulose
- 7-Parque industrial de Estarreja

- 8-Fábrica de alimentos
- 9-Zona de resíduos
- 10-Zona de resíduos
- 11-Indústria de peixe e naval
- 12-Área industrial de Aveiro
- 13-Área industrial de Ílhavo



parece fundamental que nos casos de licenciamento de futuros investimentos, se equacionem os problemas decorrentes do seu abastecimento em água e lhes sejam exigidas as medidas anti-poluição, tecnicamente mais eficientes, dando sempre preferência a indústrias que não tenham carácter poluidor.

2.4. TURISMO

Com os presentes dados pretende-se fazer uma cobertura do número e qualidade das unidades hoteleiras existentes na área do Baixo Vouga.

Os dados apresentados para 1984 não constam das Estatísticas do Turismo, tendo sido recolhidos na Comissão Municipal de Turismo de Aveiro. A consulta das Estatísticas do Turismo torna-se insuficiente, na medida em que nos diversos itens, apenas vêm referenciados os concelhos de Anadia, Aveiro, Espinho e Mealhada, que nos dizem respeito ao distrito de Aveiro. Contudo, servimo-nos das de 1975 e 1979 para algumas comparações, quando isso seja possível.

Assim, e segundo as Estatísticas do Turismo para 1975 e 79, o distrito de Aveiro apresentava, respectivamente, 50 e 76 estabelecimentos hoteleiros, correspondendo igualmente a 3,7% e 5,7% do total do Continente. Em 1984, e segundo o Guia Hoteleiro de Portugal para este ano (ver Quadro 24), existem 84 unidades hoteleiras, não nos sendo possível referir qual a percentagem relativamente ao total do Continente.

Descendo ao escalão da área do Baixo Vouga, temos 68 unidades hoteleiras para 1984, ou seja, cerca de 81% relativamente ao distrito de Aveiro. Importa vincar aqui que Cantanhede e Mira não pertencem ao distrito de Aveiro, se bem que entrem no total da área em estudo. Portanto, as percentagens da área do Baixo Vouga, em termos de comparação com o distrito, vêm acrescidos com o valor destes dois concelhos.

Numa análise mais pormenorizada, por concelhos, Anadia e Mealhada sobressaiem sobre todos os outros, pela existência das estâncias termais, com respectivamente 19 e 16 unidades. Seguidamente, os concelhos que apresentam maior equipamento hoteleiro, são os de Aveiro (9 unidades), Águeda (6 unidades) e Ílhavo (5 unidades). Em 1979, Aveiro já possuía o mesmo número de hoje.

Conforme o Quadro 25, é a categoria referente a 3 estrelas que apresenta maior número de unidades, seguida da de 2 estrelas, com cerca de 41,2% e 32,4 relativamente ao total da área em estudo.

Quanto ao número de quartos, são novamente os concelhos de Anadia e Mealhada que sobressaiem do todo concelhio, com uma percentagem de 34,6% e 29,7% relativamente ao total da área do programa, enquanto os concelhos que lhes ficam imediatamente a seguir apresentam valores já mais baixos - Aveiro (18,3%), Águeda (6,2%) e Ílhavo (5,4%).

Em termos de parques de campismo, esta área conta com 11, 9 em concelhos do distrito de Aveiro e 2 em Mira.

Como equipamento auxiliar, indica-se o número de agências de viagens e turismo, que têm um papel muito importante a desempenhar no acompanhamento, orientação e criação das condições para que o turismo se desenvolva.

Assim, segundo o Quadro 26, no total da área, existem 26 agências de viagens, o que dá uma percentagem de 90% relativamente ao distrito de Aveiro. Mais uma vez importa vincar que o total da área do programa inclui dois concelhos que não pertencem ao distrito, por isso esta percentagem aparece-nos com um erro por excesso.

O concelho com maior número de agências de viagens/turismo é o de Aveiro, correspondendo esta situação ao posicionamento ocupado pela sede do concelho, que ao mesmo tempo é capital de distrito, centralizando portando um maior número de equipamento prestador de serviços desta índole.

A percentagem da população empregue nos equipamentos hoteleiros e similares apenas representa cerca de 5,5% do total de activos do sector terciário, estando repartidos em 67,9% para restaurantes, snacks, cafés e cervejarias, e 32,1% nos hotéis, pousadas, estalagens, pensões e parques de campismo (ver Quadro 27).

Dos concelhos em causa, o que representa maior percentagem de activos nas actividades deste ramo, relativamente ao total da área do programa, é o de Aveiro com 22%. Seguem-se os concelhos da Mealhada e Anadia, com respectivamente cerca de 18,6% e 11,7% devido às estâncias termais que levam ao emprego grande número de pessoas. Águeda e Ovar apresentam a mesma percentagem, 7,8% e Ílhavo regista 7,2% do total de activos da área em estudo.

2.5. ESTRUTURAS COMERCIAIS

Embora a generalidade da área, apresente um elevado grau de industrialização, existem concelhos essencialmente rurais. Este facto ligado ao do crescimento rápido dos aglomerados populacionais conduz à necessidade da transparência e modernização dos canais comerciais designadamente no escoamento da produção no que se refere à hortícolas (especialmente a batata) e no abastecimento de hortofrutícolas às populações.

Uma das estruturas de apoio à comercialização e distribuição será a existência de um mercador abastecedor adequado, situação essa não verificada actualmente, já que essa função é exercida junto ao canal do cojo em Aveiro sem estrutura física, sem controle e em condições de higiene inexistentes. Estima-se serem aqui comercializados anualmente cerca de 19 000 toneladas envolvendo especialmente agentes dos concelhos de Murtosa, Estarreja, Ílhavo, Albergaria-a-Velha, Águeda e Oliveira do Bairro.

2.6. INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS COLECTIVOS

2.6.1. Rede Rodoviária

A rede viária da Região Baixo Vouga assenta fundamentalmente em 4 vias principais, sendo três no sentido Norte-Sul (auto-estrada do Norte, EN1 e EN109) e uma quarta no sentido Oeste-Este (EN16) (Ver carta anexa).

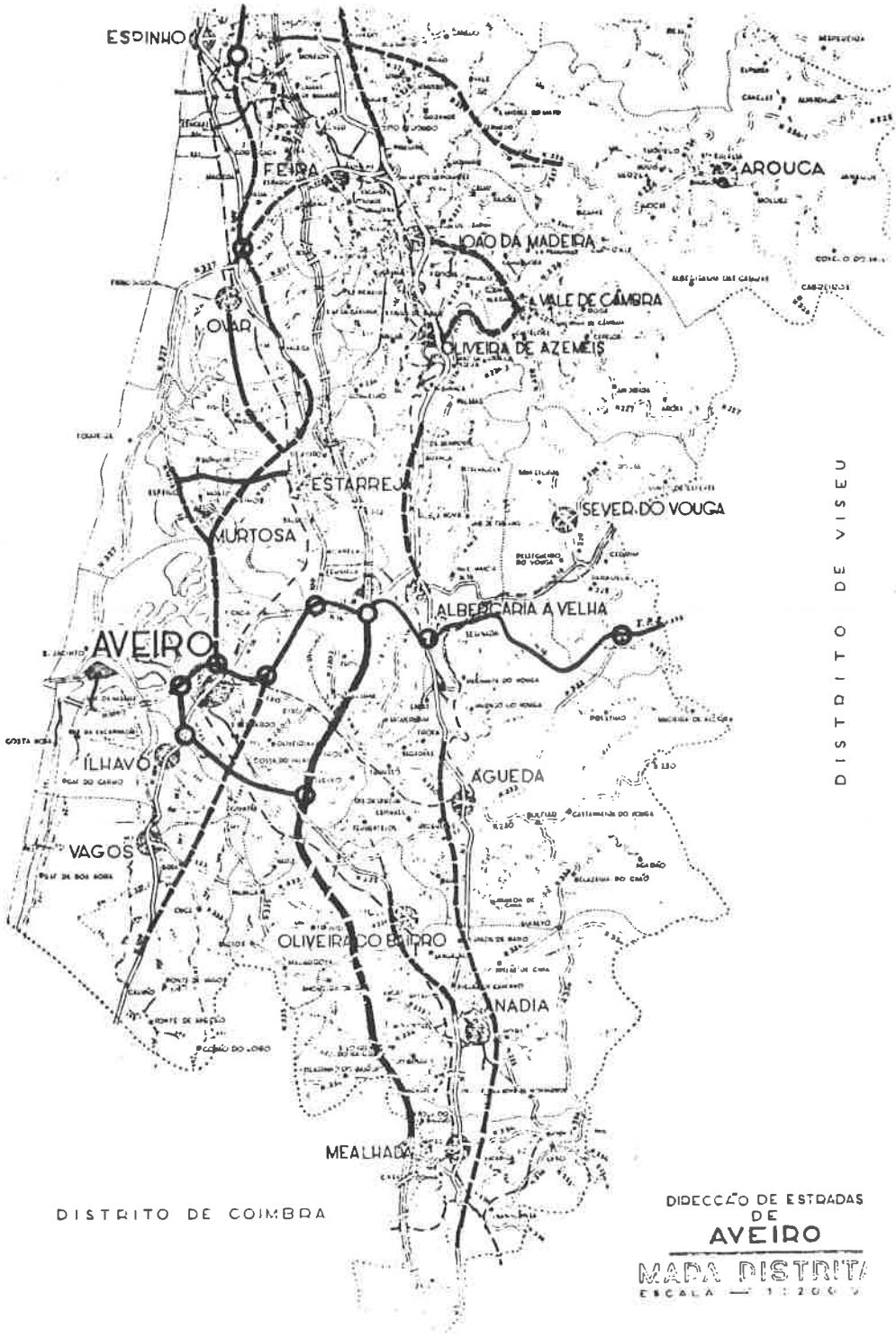
Os traçados existentes beneficiam muito mais as ligações no sentido Norte-Sul do que os do interior-litoral. A fim de minimizar estas carências, a nível de comunicações e transportes, encontra-se em fase de construção a via rápida Aveiro-Vilar Formoso, que constitui a principal via de ligação do Porto de Aveiro à fronteira de Vilar Formoso e conseqüentemente a Espanha.

A EN109 (Leiria-Porto) é uma via importante que serve directamente os concelhos litorais, como sejam, Ovar, Estarreja, Aveiro, Ílhavo, Vagos, Mira e Cantanhede, alguns deles bastante industrializados. Apresenta um traçado sinuoso, com características técnicas não muito adequadas às realidades presentes, na medida em que atravessam diversas povoações, e além disso, o pavimento encontra-se em mau estado de conservação que impõe restrições nas velocidades de circulação dos veículos que implicam agravamentos nos tempos de percurso e nos conseqüentes custos de transporte.

Torna-se pois, neste momento, necessário diminuir estes inconvenientes, pela criação de troços alternativos e com características técnicas mais convenientes.

A EN16 (Aveiro-Vilar Formoso) constitui a única via de penetração no interior, que serve directamente os concelhos de Aveiro, Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga.

OCEANO ATLANTICO



DISTRITO DE VISEU

DISTRITO DE COIMBRA

DIRECCÃO DE ESTRADAS
 DE
AVEIRO
 MAPA DISTRITAL
 ESCALA — 1:200 000

Neste caso, e devido às características do traçado, com alguns troços em curva e ao mau estado adiantado de degradação dos pavimentos, o desenvolvimento destas zonas é bastante limitado.

A EN1 (Porto-Lisboa) é a via principal que se encontra frequentemente com grandes congestionamentos de trânsito devido ao intenso tráfego, ocasionado pelos diversos estrangulamentos, atravessamentos de localidades e inúmeros acessos, quer a instalações industriais, quer a habitações.

Esta via serve directamente os concelhos de Mealhada, Anadia, Águeda e Albergaria-a-Velha. No entanto, e devido ao facto de existir o troço de auto-estrada aberto ao trânsito, tem-se verificado um certo desbloqueamento nesta via. De qualquer forma, ela continua a ser uma via de comunicação importante para o desenvolvimento da região pelo que, não se deverá descurar a sua manutenção, conservação e eventuais beneficiações.

Por tudo o que foi anteriormente referido, a rede viária actual deverá ser objecto, futuramente, de diversas alterações. Assim, está a cargo da JAE a elaboração de uma série de estudos prévios com vista a minimizar todos os inconvenientes apresentados anteriormente, procurando solucionar os problemas de tráfego, provocados pelo atravessamento de povoações.

2.6.2. Estrutura Portuária e Aero-Portuária

A área em estudo é servida por uma estrutura portuária muito importante: o porto de Aveiro. Este é constituído por 3 sectores: um comercial, de pesca longínqua e de pesca costeira.

Através do porto comercial as importações e exportações de mercadorias têm um peso dominante relativamente à cabotagem (tanto de saída como de entrada) e à reexportação. Daqui podemos inferir que as trocas comerciais marítimas entre a região de Aveiro e o resto do país têm uma dimensão muito reduzida, sendo portanto ténue a ligação da economia local com a nacional por via marítima.

Analisando o movimento em termos de mercadorias, verificamos que existe uma certa relação entre as mercadorias importadas/exportadas e a actividade económica da região e o consumo dos seus residentes.

No que respeita às exportações os principais produtos são:

- o papel e a pasta de papel, provenientes das empresas de celulose da área;
- o vinho, proveniente da zona demarcada da Bairrada;
- madeira, com origem no interior da área, que é uma zona florestal;
- produtos químicos, com origem no complexo químico de Estarreja.

Quanto às importações, estas assentam fundamentalmente nos combustíveis para o transporte e indústria da zona, nos produtos químicos e ainda os aços e ferros que são matéria-prima das indústrias metalúrgicas e metalomecânicas existentes na área (nos concelhos de Albergaria-a-Velha, Aveiro, Ovar e Águeda) e também para a construção civil.

Quanto ao sector de pesca longínqua, a importância deste porto é fundamentalmente devida à pesca de bacalhau, pois Aveiro possui a maior frota de pesca de bacalhau do país. A pequena quota disponível para cada navio, na ZEE do Canadá e nas águas internacionais da NATO ou no NE Atlântico, e a obsoleta frota, são os principais motivos que provocaram a crise neste sector.

No porto de Aveiro vão ser criadas infra-estruturas que, para além de responderem ao desenvolvimento que lhe é próprio, podem fornecer um novo incremento e dinâmica. Assim, existe neste momento um Plano Geral de Desenvolvimento do Porto de Aveiro, cuja primeira fase se encontra em execução, com financiamento assegurado através do Banco Europeu de Investimento

As obras compreendem nesta fase:

- prolongamento do molhe Norte da barra de Aveiro;
- regularização hidráulica dos canais de navegação;
- infra-estruturas portuárias para o novo sector comercial, compreendendo a construção de uma nova bacia e a construção de 500 metros de cais.

Posteriormente, será alterada a localização do sector de pesca costeira para o canal de Mira, a jusante da ponte da Barra, com evidentes benefícios em termos de instalações e condições de trabalho.

Assim, o porto de Aveiro vai ser um elemento de uma importância muito especial, num sistema integrado de transportes a nível nacional, e que possibilitará uma outra dinâmica à actividade económica da região onde se insere. Esta infraestrutura deverá ser complementada pela abertura à aviação civil do Aeródromo de S. Jacinto.

2.6.3. Saneamento Básico e Electrificação

Dos quadros 28 e 29 pode-se inferir que é no domínio do saneamento que as carências de infra-estruturas básicas se fazem sentir, pois no que refere a electrificação pode-se afirmar que toda a região está coberta - 99% da região do Baixo Vouga - e mesmo os concelhos que apresentam índices mais baixos - Águeda e Sever do Vouga, 96% - é um valor superior ao da Região Centro - 93%.

Na área do saneamento básico a região em estudo apresenta índices médios de população servida bastante inferiores aos valores médios da Região Centro: cerca de 50% da população da Região Centro é servida por abastecimento público de água e 23% é servida por rede de esgotos, no que refere à área do Baixo Vouga, esses valores descem para 43% e 11% respectivamente.

Numa análise mais detalhada dos referidos quadros pode-se observar, no entanto, que existem grandes assimetrias entre os diversos concelhos, quer no que refere ao abastecimento de água, quer em relação às redes de esgotos, assim:

O concelho da Murtosa é o que se apresenta sem qualquer sistema de abastecimento público de água e rede de esgotos, os de Oliveira do Bairro, Vagos e Estarreja não têm rede de esgotos e o sistema de abastecimento público de água só serve, respectivamente, 15%, 17% e 19% das populações. No que se refere ao último concelho os valores são bastante baixos se se atender ao facto do concelho ter um alto grau de industrialização. De referir como facto positivo o concelho de Ílhavo e da Mealhada em que cerca de, respectivamente, 97% e 72% das populações estão servidas com abastecimento público de água.

Neste quadro é lógico que o grande volume dos investimentos perspectivados pelas autarquias, a curto prazo, sejam feitos nas áreas do saneamento básico. Efectivamente diversos concelhos têm previstos para os próximos anos investimentos na captação, armazenamento, distribuição de água e principalmente no que se refere à construção de redes de esgoto e de estações de tratamento pois estas são fundamentais nesta região em que os problemas de poluição merecem uma atenção especial.

2.6.4. Ensino e Formação Profissional

A área em causa é de um elevado número de população jovem, pelo que é necessário pensar nas infra-estruturas educativas, de modo a garantir a educação das crianças e jovens do presente e mais ainda, as do futuro.

Assim, a área já está dotada de creches e jardins de infância em praticamente todas as sedes de concelho. A nível de ensino primário, a cobertura escolar também é significativa, havendo contudo o problema da sobreutilização das instalações escolares, porque o número de alunos/sala ultrapassa a sua capacidade existente, tornando-se necessária a prática de horários desdobrados.

Ao nível do ensino preparatório e secundário, a cobertura também abrange todos os concelhos, continuando a sentir-se o mesmo problema da sobreutilização das instalações escolares (ver Quadro 20).

Em termos de ensino superior, apenas o concelho de Aveiro é digno de referência, onde existem alguns cursos administrados na Universidade de Aveiro, virados para o sistema económico da região como sejam os cursos de Engenharia de Telecomunicações e Ambiente, estando o último responsabilizado pela reconversão e manutenção da Pateira de Fermentolos (ver Quadro 31).

Haverá ainda o referir os cursos de Contabilidade e Administração, do Magistério Primário, Educadores de Infância e Conservatório.

Como se está numa fase em que a indústria impera como actividade mais praticada, e como o ensino médio ainda não proporciona os cursos práticos de ingresso nas actividades secundárias após a realização dos cursos Geral e Complementar, está-se a incrementar nesta área o desenvolvimento do ensino técnico-profissional, com cursos práticos que criem alternativas de opção aos jovens, de modo a ser-lhes oferecido uma maior possibilidade de empregos adequados aos estudos que realizam.

Conforme o Quadro 32, vê-se a lista de cursos que já funcionam na área de planeamento, essencialmente virados para a prática de actividades industriais e serviços técnicos e administrativos correspondentes. Prevê-se aumentar este leque, de modo a que futuramente o nível de conhecimentos técnicos dos trabalhadores, juntamente com a prática desenvolvida, seja mais equilibrada e mais rentosa, tanto pessoal como profissionalmente.

2.6.5. Saúde e Assistência

A Área do Baixo Vouga está servida com um equipamento de saúde escalonado consoante os cuidados que presta à população.

Temos no topo da hierarquia o centro hospitalar Aveiro-Sul, composto pelos hospitais de Aveiro e Águeda, onde são garantidos o internamento e a assistência às especialidades que carecem maiores cuidados médicos.

O quadro seguinte revela-nos o número de vagas do quadro de pessoal a preencher brevemente.

	INTERNAMENTO		PESSOAL			
	Nº CAMAS	OCUP. MÉDIA ANUAL (DEZ. 83)	ENFERMEIROS		MÉDICOS	PARAMÉDICOS *
			Nº VAGAS	Nº VAGAS	Nº VAGAS	Nº VAGAS
ÁGUEDA	133	77,7%				
AVEIRO	296	80%				
TOTAL	409	78,8%	254	43	173	23
					38	25

* Paramédicos - Radiologistas, Fisioterapeutas, Analistas, Massagistas, etc.

De seguida, temos os hospitais distritais de Anadia, Estarreja e Ovar, onde também se garante o internamento e a assistência a uma gama variada de cuidados diferenciados.

Temos ainda os Centros de Saúde Integrados, num total de 14 na área em estudo, portanto um em cada concelho. Oito deles têm internamento, onde são administrados os cuidados de saúde primários e alguns um pouco mais específicos (ver Quadro 33).

Todos estes centros têm a seu cargo unidades de saúde, num total de 74 para a área em estudo, repartidas pelas diversas freguesias, onde apenas se prestam os cuidados de saúde primários.

O pessoal médico e paramédico existente fica aquém das necessidades sentidas pela maioria da população, o que se denota pelas vagas que estão por preencher no quadro de pessoal da maioria dos concelhos.

Como equipamento auxiliar, temos a listagem das farmácias e laboratórios de análises clínicas (ver Quadro 34).

Registamos a existência de 106 farmácias e muitos poucos postos de medicamentos. Há alguns concelhos que não têm laboratório de análise clínicas, pelo que as pessoas são obrigadas a grandes deslocações até ao centro mais próximo onde eles existam - isto passa-se nos concelhos de Oliveira do Bairro, Murtosa e Mira.

III. OBJECTIVOS

O objectivo geral deste programa é o do aumento do bem-estar da população residente nesta área, designadamente ao nível de emprego e rendimento a médio e longo prazo.

Atendendo à análise dos problemas e potencialidades efectuada no ponto anterior, consideram-se como objectivos estratégicos os seguintes:

- melhoria do rendimento do agricultor, permitindo a criação de pleno emprego na agricultura.
- aumento da produção de bens agrícolas.
- melhoria das condições de acesso à actividade agrícola por parte dos jovens.
- aumento da produção e do emprego na aquicultura como alternativa ao salgado e à agricultura.
- desenvolvimento da actividade industrial de uma forma equilibrada, não comprometendo a produção agrícola e turística, assim como o bem-estar da população ao nível ambiental.
- valorização dos recursos endógenos, designadamente os recursos naturais e mão-de-obra disponíveis.
- aproveitamento turístico da área.
- dotação da área em infra-estruturas mais carenciadas, designadamente o abastecimento de água, rede de esgotos e recolha e tratamento de lixos.
- melhoria dos canais comerciais, nomeadamente no escoamento e abastecimento das produções hortofrutícolas e na comercialização do gado.
- melhoria da rede viária e das infraestruturas portuárias e aeroportuárias de forma a otimizar as ligações

das actividades produtivas regionais aos principais mercados nacionais e estrangeiros.

- melhoria da formação profissional nos ramos mais representativos da área.

IV. MEDIDAS E ACÇÕES

4.1. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS ACÇÕES E MEDIDAS

Para se atingirem os objectivos enunciados dever-se-ão desenvolver acções, umas de carácter geral e outras mais específicas desta zona e das quais destacamos:

- Estudo e implementação dos esquemas gerais de regularização fluvial, e de defesa contra as cheias, indispensáveis à potenciação dos recursos agrícolas disponíveis e a uma correcta gestão dos recursos hídricos com vista ao aproveitamento energético, defesa de ambiente, saneamento básico e desenvolvimento turístico.

Neste sentido torna-se prioritário o estudo da viabilidade e oportunidade da barragem "Ribeiradio" apontada num estudo prévio essencial para a regularização do rio Vouga, assim como analisar a possibilidade de implementação de outros aproveitamentos hidráulicos do escalão superior do Vouga e de outros afluentes deste.

O dique-estrada Aveiro-Murtosa será de todo o interesse quer por possibilitar a recuperação agrícola da área a leste desta, hoje praticamente inculta devido à expansão das marés e às cheias do rio Vouga, quer por permitir a facilidade de acesso por parte da população da Murtosa a Aveiro e de escoamento dos produtos industriais da zona de Estarreja através do porto de Aveiro. Se não for possível que esta obra tenha as funções de estrada deverá a mesma ser pensada em termos somente de dique.

- A barragem do Antuã sendo independente do funcionamento geral do sistema hidráulico do rio Vouga deverá ser executada no curto prazo. Esta permitirá re-

gar cerca de 3 500 hectares no Baixo Vouga Lagunar onde se correm riscos de não se poderem praticar culturas altamente rentáveis de produtos hortícolas, devido às águas se apresentarem salobras.

Contribuindo para o aumento da produção e produtividade agrícola e pecuária, aponta-se por essencial: redimensionamento das explorações e correspondente diminuição da sua fragmentação através da criação de um banco de terras e outras formas de emparcelamento; melhoria da gestão das empresas e dos processos de cultivo, através de acções de formação profissional e de extensão rural; organização dos mercados agrícolas nos aspectos de distribuição e transformação; dotação de uma viação rural que melhore o acesso aos campos permitindo a cultura mecanizada.

Com vista a prosseguir algumas destas acções procedeu-se ao zonamento do Baixo Vouga, tendo sido já objecto de estudo dois blocos "Baixo Vouga Lagunar" e "Vale do Cértima", com 3 500 e 512 hectares respectivamente. No primeiro caso (Bloco do Baixo Vouga Lagunar), e após um reconhecimento da zona e estudo dos solos, efectuou-se um diagnóstico a nível de drenagem, rega e vias de acesso. Com vista a garantir uma efectiva participação dos agricultores locais em todo este processo propõe-se a instalação de uma área experimental com cerca de 100 hectares por forma a evidenciar os resultados da melhoria do actual sistema de drenagem a partir de um mais eficiente controlo do nível da toalha freática, acompanhado da remodelação da rede de rega e da rede viária.

Em relação ao bloco do Cértima propõe-se: melhoria do

sistema de rega e de drenagem; melhoria da rede viária; reestruturação fundiária e incremento da produção forrageira através de sucessão cultural erva/milho e da introdução de prados temporários de regadio, em rotação com a sucessão anterior.

- Reconversão do salgado aveirense (projecto do INIP) com vista à criação de peixes, moluscos e crustáceos nas salinas abandonadas e que facilmente se adaptam a tanques de cultura. A área disponível actualmente são 160 hectares de viveiros das marinhas activas, 225 hectares de marinhas com peixe e 500 hectares de marinhas abandonadas. Esta reconversão passa pela introdução de novas espécies mais adaptadas ao meio aquático existente pelo que se prevê o estabelecimento de uma estação experimental da cultura de artemia salina.
- Dotação de infra-estruturas de apoio à actividade industrial, designadamente loteamentos industriais e centros de formação industrial e apoio à indústria agroalimentar ligada à valorização dos recursos agrícolas (hortícolas, frutícolas, leite e carne).
- Dotação de infra-estruturas turísticas designadamente de equipamento desportivo capaz de alargar o período turístico e complementar o equipamento termal existente. As principais zonas a desenvolver serão: praias (desde Esmoriz até Mira), matas e reservas naturais (Buçaco e S.Jacinto) e termas (Luso e Curia).

- Manutenção da Pateira de Fermentelos através da alteração do seu actual sistema de escoamento e da dotação das infra-estruturas adequadas a resolver os problemas de poluição existentes.
- Implantação de um mercado abastecedor em Aveiro, a funcionar do lado do futuro Centro Coordenador de Transportes, conjugando-se a função de expedição com a de abastecimento.
- A melhoria da rede viária desta região passa pela sua beneficiação e criação de variantes a alguns troços assim como da ligações à auto-estrada, à via rápida e ao porto de Aveiro.

Em termos de variantes haverá a referir as seguintes na EN109, as variantes a Esmoriz-Cortegaça, a Ovar, a Avançada, a Aveiro-Ílhavo e a Mira; na EN1 variantes incluindo a a Águeda; na EN235 a variante a Oliveira do Bairro e Sangalhos; na EN223 a variante Ovar-Feira; na EN234 a variante a Cantanhede.

Considera-se de extrema importância a construção dos acessos a Norte e a Sul da cidade de Aveiro ao porto, já que irá permitir o descongestionamento do tráfego do centro da cidade e uma ligação mais rápida à EN109, ao IP5 e à auto-estrada do Norte.

- Abertura à aviação civil do Aeródromo de S. Jacinto e ligação deste a Aveiro através de lanchas rápidas. Esta estrutura tem importância ao nível do desenvolvimento do turismo da região e do apoio que poderá prestar às outras actividades desta área.

- Dotação de centros de formação profissional nas áreas mais industrializadas e nas especialidades mais carenciadas, designadamente em Aveiro, Águeda e Ovar.
- O abastecimento de água, rede de esgotos com as respectivas ETAR's e recolha e tratamento de lixos são infra-estruturas essenciais para o desenvolvimento desta região e deverão ser implementados no curto prazo, nestes concelhos.

Haverá a destacar o projecto do sistema regional de abastecimento de água a partir do rio Vouga, visando servir vários concelhos desta zona. Numa primeira fase trata-se de efectuar um conjunto de obras de captação nos aluviões do Vouga e distribuição em alta - Carvoeiro - e numa segunda fase em que se prevê que estas não sejam suficientes deverá o fornecimento ser efectuado a partir das obras hidráulicas de fins múltiplos no rio Vouga.

As redes de saneamento previstas, são essenciais para a redução dos níveis de poluição das águas subterrâneas e de superfície, com todas as suas implicações na produção agrícola e turística e no bem-estar da população residente.

V. ANEXO ESTADÍSTICO

QUADRO 1

DISTRIBUIÇÃO E EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NOS ÚLTIMOS ANOS

CONCELHOS	SUPERFÍCIE (KM2)	POPULAÇÃO			VARIACÃO %			DENSIDADE (1981)
		1960	1970	1981	60/81	60/70	70/81	
		32 274	36 372	43 216	33,9	12,7	18,8	
18 446	17 824	21 326	15,6	-3,4	19,6	137		
29 039	25 701	29 820	2,7	-11,5	16,0	137		
16 699	15 125	17 517	15,6	-9,6	27,6	221		
14 077	12 223	13 783	-2,1	-13,2	12,8	106		
46 055	51 817	60 284	30,9	12,5	16,3	306		
25 213	24 283	26 261	4,2	-3,7	8,1	243		
25 108	23 569	31 383	25,0	-6,1	33,2	418		
12 328	8 921	9 816	-20,4	-27,6	10,0	133		
35 320	40 063	45 378	28,5	13,4	13,3	303		
20 250	18 550	18 548	-8,4	-8,4	0	112		
17 478	16 401	19 305	10,5	-6,2	17,7	174		
41 303	38 674	38 717	-6,3	-6,4	0,1	99		
13 384	12 890	13 299	-0,6	-3,7	3,2	109		
TOTAL	2 319	342 413	388 653	12,0	-1,3	13,5	168	
REGIÃO CENTRO	2 327 077	1 658 322	1 750 885	-6,9	-11,8	5,6	75	
CONTINENTE	8 850 021	8 123 310	9 336 760	12,6	-2,0	14,9	106	

FONTE: X, XI e XII Recenseamento Geral da População, I.N.E., 1960/70/81

QUADRO 2

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PRESENTE

ANOS	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
CONCELHOS									
ÂGUEIDA	20 131	22 033	22 492	25 642	29 159	32 758	35 041	36 372	43 162
ALB.-A-VELHA	13 361	14 454	14 510	15 156	16 657	17 627	18 391	17 824	21 356
ANADIA	17 105	18 828	20 255	23 060	25 308	28 144	29 258	25 701	29 601
OLIV. BAIRRO	9 409	11 125	12 003	14 151	15 483	16 950	16 617	15 125	17 402
SEVER DO VOUGA	9 042	9 807	10 328	11 640	12 187	13 375	13 955	12 223	13 547
AVEIRO	24 750	27 801	27 099	31 034	35 611	39 865	46 544	51 817	61 126
ESTARREJA	19 862	21 341	20 455	22 125	23 603	24 173	24 998	24 283	26 107
ILHAVO	12 617	13 830	14 272	16 315	18 491	20 621	24 734	23 569	30 103
MURTOSA	13 447	12 717	12 871	12 890	13 624	12 873	12 152	8 921	9 602
OVAR	24 885	27 069	26 372	29 313	30 243	33 005	35 106	40 063	45 119
VAGOS	11 594	13 269	13 861	15 039	17 599	19 472	19 852	18 550	18 539
MEALHADA	9 857	11 246	11 974	13 742	15 558	17 030	17 340	16 401	19 134
CANTANHEDE	27 187	29 559	29 364	33 902	35 697	39 472	40 702	38 674	38 291
MIRA	7 969	8 510	8 848	9 627	11 399	12 952	13 171	12 890	12 701
TOTAL REGIÃO	221 216	241 588	244 704	273 636	300 619	328 313	347 861	342 413	385 790
REGIÃO CENTRO							1 862 421	1 500 570	1 757 929
CONTINENTE	4 660 095	5 547 708	5 621 977	6 360 347	7 185 143	7 856 913	8 255 414		

FONTE: Recenseamento Geral da População, I.N.E., Anos de 1900 a 1981

QUADRO 3
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO - NÚMEROS ÍNDICE

CONCELHOS \ ANOS	ANOS									
	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	
ÁGUEDA	100	109	112	127	145	163	174	181	214	
ALB.-A-VELHA	100	108	109	113	125	132	138	133	160	
ANADIA	100	110	118	135	148	165	171	150	173	
OLIV. BAIRRO	100	118	128	150	165	180	177	161	185	
SEVER DO VOUGA	100	108	114	129	135	148	154	135	150	
AVEIRO	100	112	109	125	144	161	188	209	247	
ESTARREJA	100	107	103	111	119	122	126	122	131	
ÍLHAVO	100	110	113	129	147	163	196	187	239	
MURIOSA	100	95	96	96	101	96	90	66	71	
OVAR	100	109	106	118	122	133	141	161	181	
VAGOS	100	114	120	130	152	168	171	160	160	
MEALHADA	100	114	121	139	158	173	176	166	194	
CANTANHEDE	100	109	108	125	131	145	150	142	141	
MIRA	100	107	111	121	143	163	165	162	159	

FORNTE: Recenseamento Geral da População, I.N.E., Anos de 1900 a 1981

QUADRO 4
ESTRUTURA ETÁRIA E COEFICIENTE DEPENDÊNCIA

CONCELHOS	1970 - % DA POP. TOTAL				1981 - % DA POP. TOTAL				COEFICIENTE DEPENDÊNCIA DOS +IDOSOS		COEFICIENTE DEPENDÊNCIA TOTAL	
	0-14	15-34	35-64	+65	0-14	15-34	35-64	+65	1970	1981	1970	1981
ÁGUEDA	29,5	29,2	31,7	9,6	26,1	31,9	31,8	10,2	0,16	0,16	0,64	0,57
ALB.-A-VELHA	31,3	26,6	32,5	9,5	26,3	30,6	31,3	11,7	0,16	0,19	0,69	0,61
ANADIA	27,1	28,3	34,3	10,3	25,1	28,9	34,0	12,0	0,16	0,19	0,60	0,59
OLIV. BAIRRO	25,5	27,5	34,8	12,1	24,1	26,6	36,3	13,0	0,19	0,21	0,60	0,59
SEVER DO VOUGA	29,1	26,9	33,0	11,0	26,7	28,6	31,5	13,1	0,18	0,22	0,67	0,67
AVEIRO	30,3	28,3	32,7	8,7	25,5	31,8	32,8	9,9	0,14	0,15	0,64	0,55
ESTARREJA	30,0	26,8	32,7	10,5	25,3	29,5	32,3	12,9	0,18	0,21	0,68	0,62
ÍLHAVO	30,2	31,0	30,4	8,3	27,9	32,5	30,6	9,0	0,14	0,15	0,63	0,58
MURTOSA	30,4	25,6	30,3	13,7	26,5	26,6	29,6	17,4	0,24	0,31	0,79	0,78
OVAR	33,8	29,3	28,2	8,7	28,9	32,6	29,3	9,6	0,15	0,16	0,74	0,68
VAGOS	33,7	28,0	28,3	10,0	28,6	27,4	31,6	12,4	0,18	0,21	0,78	0,70
MEALHADA	28,8	26,2	34,8	10,2	25,0	29,6	33,5	11,9	0,17	0,19	0,64	0,58
CANTANHEDE	28,4	28,7	33,2	9,7	24,5	28,0	34,4	13,1	0,16	0,21	0,62	0,60
MIRA	29,1	28,7	32,6	9,6	25,2	29,1	32,9	12,7	0,16	0,21	0,63	0,61
TOTAL	30,0	28,2	32,0	9,8	26,2	30,3	32,2	11,3	0,16	0,18	0,66	0,60
REGIÃO CENTRO	27,0	26,0	34,0	13,0	24,1	28,2	33,6	14,0	0,19	0,23	0,64	0,62
CONTINENTE	28,0	28,0	34,0	10,0	25,3	33,4	29,8	11,5	0,16	0,18	0,61	0,58

FONTE: XI, XII Recenseamento Geral da População, I.N.E., 1970 e 1981

QUADRO 5
COEFICIENTE DE DEPENDÊNCIA

CONCELHOS	C.D. INF.		C.D. IDOSOS		C.D. TOTAL	
	1970	1981	1970	1981	1970	1981
ÁGUEDA	0,48	0,41	0,16	0,16	0,64	0,57
ALB.-A-VELHA	0,53	0,42	0,16	0,19	0,69	0,61
ANADIA	0,44	0,40	0,16	0,19	0,60	0,59
OLIV. BAIRRO	0,41	0,38	0,19	0,21	0,60	0,59
SEVER DO VOUGA	0,49	0,45	0,18	0,22	0,67	0,67
AVEIRO	0,50	0,40	0,14	0,15	0,64	0,55
ESTARREJA	0,50	0,41	0,18	0,21	0,68	0,62
ÍLHAVO	0,49	0,43	0,14	0,15	0,63	0,58
MURIOSA	0,55	0,47	0,24	0,31	0,79	0,78
OVAR	0,59	0,47	0,15	0,16	0,74	0,63
VAGOS	0,60	0,49	0,18	0,21	0,78	0,70
MEALHADA	0,47	0,39	0,17	0,19	0,64	0,58
CANTANHEDE	0,46	0,39	0,16	0,21	0,62	0,60
MIRA	0,47	0,40	0,16	0,21	0,63	0,61
TOTAL	0,50	0,42	0,16	0,18	0,66	0,60
R. CENTRO	0,45		0,19	0,23	0,64	0,62
CONTINENTE	0,45		0,16	0,18	0,61	0,58

FONTE: XI e XII Recenseamento Geral da População,
I.N.E., 1970 e 1981

QUADRO 6

ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO (Ie)*

CONCELHOS	Ie 70	Ie 81
ÁGUEDA	36,5	40,3
ALB.-A-VELHA	35,7	45,6
ANADIA	43,0	51,3
OLIV. BAIRRO	50,5	57,5
SEVER DO VOUGA	42,7	50,9
AVEIRO	33,1	40,3
ESTARREJA	40,9	50,4
ÍLHAVO	30,7	34,1
MURTOSA	50,9	63,5
OVAR	29,8	34,3
VAGOS	34,1	43,7
MEALHADA	41,6	48,2
CANTANHEDE	38,9	54,7
MIRA	41,3	52,6
TOTAL	37,2	44,7

FONTE: XI, XII Recenseamento Geral da População; I.N.E., 1970, 1981

$$* Ie = \frac{P (60^+)}{P (20^-)} \times 100$$

QUADRO 7
EMIGRAÇÃO LEGAL

	EMIGRAÇÃO LEGAL			EMIG. 60-69 POP. 60 %	EMIGRAÇÃO LEGAL			EMIG. 70-79 POP. 70 %
	1960-64	65-69	1960-69		1970-74	75-79	1970-79	
ÁGUEDA	851	1 451	2 302	71,3	1 123	451	1 574	43,3
ALB.-A-VELHA	396	936	1 332	72,2	919	342	1 261	70,7
ANADIA	753	1 965	2 718	93,4	1 334	731	2 065	80,3
OLIV. BAIRRO	833	1 506	2 339	140,1	822	301	1 123	74,2
SEVER DO VOUGA	607	1 289	1 814	128,9	573	223	796	65,1
AVEIRO	848	2 216	3 064	66,5	1 815	602	2 417	46,6
ESTARREJA	883	1 913	2 796	110,8	1 727	729	2 446	100,7
ÍLHAVO	622	2 570	3 232	128,7	1 717	795	2 512	106,6
MURTOSA	780	1 428	2 208	179,1	1 662	593	2 255	252,8
OVAR	880	1 353	2 233	63,2	925	281	1 206	30,1
VAGOS	928	2 214	3 142	155,2	1 601	724	1 875	101,1
MEALHADA	257	702	959	54,9	473	135	608	37,0
CANTANHEDE	971	3 108	4 079	98,7	2 500	730	3 230	83,5
MIRA	402	1 025	1 427	106,6	919	292	1 211	93,9
TOTAL	10 011	23 676	33 687	97,1	18 110	6 929	25 039	73,0
REGIÃO CENTRO	52 218	123 629	175 847	93,5	70 154	21 527	91 681	55,3

FONTE: Boletins Secretaria de Estado da Emigração

QUADRO 8
TAXAS DE EMIGRAÇÃO POR PAÍSES DE DESTINO

VALOR EM %

	1956-1965							1966-1975							TOTAL
	ÁFRICA SUL	CANADÁ	ESTADOS UNIDOS	BRASIL	VENEZUELA	ALEMANHA	FRANÇA	ÁFRICA SUL	CANADÁ	ESTADOS UNIDOS	BRASIL	VENEZUELA	ALEMANHA	FRANÇA	
ÁGUEDA	2,9	1,5	1,2	26	14	0,1	6,6	5,6	2,7	6,1	4,0	8,8	12	24	65
ALB.-A-VELHA	3,7	3,5	5,5	24	9,1	0,2	3,8	10	5,4	23	4,9	5,8	15	28	96
ANADIA	1,5	3,5	7,3	35	12	0,2	13	5,4	7,9	32	5,3	11	6	55	127
OLIV. BAIRRO	0,2	4,8	3,0	33	58	0,3	9,9	6	6,6	18	5	48	5,7	47	142
SEVER DO VOUGA	0,4	4,5	0,5	42	5,5	1,2	39	1,1	6,4	1,9	7,5	3,2	16	70	108
AVEIRO	1,3	3,6	3,1	7,4	11,6	0,2	11,6	1,8	6,4	12	1,2	6,9	13	30	74
ESTARREJA	1,0	6,0	9,0	19	34	1,9	9,4	3,3	9,1	35	2,9	30	18	33	135
ILHAVO	0,8	6,7	9,8	14	9,7	5,6	10	3,6	25	51	1,7	4,7	31	54	173
MUROSA	0,2	8,8	45	27	39	-	3,2	4,1	26	203	3,5	39	25	36	341
OVAR	0,5	0,5	2,5	32	6,7	0,3	12	1,4	2,7	7,7	3,2	4,1	6	25	52
VAGOS	0,5	6,2	4,1	43	36	1,4	9	2,2	20	29	5,6	53	14	71	197
MENALHADA	0,1	1,1	0,2	26	2,1	0,3	6,0	1,7	4,0	5,6	1,8	0,76	11	43	70
CANTANHEDE	0,7	2,1	1,9	28	10,3	0,5	11,6	3,0	10,6	14,7	4,3	9,8	9,0	82	137
MIRA	0,1	8,7	0,6	28	2,8	0,3	7	1,6	40	7,9	4,7	1,3	7	83	148

FONTE: Boletins da Junta de Emigração
Boletins da Secretaria de Estado da Emigração

QUADRO 9
TAXA DE ACTIVIDADE

CONCELHOS	1970			1981		
	POP. ACTIVA	POP. RESIDEN.	T.A.	POP. ACTIVA	POP. RESIDEN.	T.A.
ÁGUEDA	13 595	36 968	36,8	19 512	43 216	45,1
ALB.-A-VELHA	5 475	18 010	30,4	8 388	21 326	39,3
ANADIA	8 975	25 795	34,8	12 082	29 820	40,5
OLIV. BAIRRO	5 375	15 279	35,2	8 179	17 517	46,7
SEVER DO VOUGA	4 780	12 623	37,9	5 918	13 783	42,9
AVEIRO	17 685	49 808	35,5	25 828	60 284	42,8
ESTARREJA	8 220	24 661	33,3	9 810	26 261	37,4
ÍLHAVO	8 160	24 108	33,8	11 922	31 383	38,0
MURTOSA	2 715	9 040	30,0	3 308	9 816	33,7
OVAR	13 825	40 615	34,0	17 259	45 378	38,0
VAGOS	7 205	18 516	38,9	9 456	18 548	51,0
MEALHADA	5 050	16 669	30,3	7 182	19 305	37,2
CANTANHEDE	13 320	39 080	34,1	17 920	38 717	46,3
MIRA	4 300	13 175	32,6	6 275	13 299	47,2
TOTAL	118 680	344 347	34,5	163 039	388 653	41,6

FONTE: XI, XII Recenseamento Geral da População, I.N.E., 1970 e 1981

QUADRO 10

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA POR SECTORES DE ACTIVIDADE

CONCELHOS	POPULAÇÃO ACTIVA						% DE CADA SECTOR			
	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO			
ÁGUEDA	3 625	7 320	2 650	13 595	26,7	53,8	19,5			
ALB.-A-VELHA	1 740	2 420	1 315	5 475	31,8	44,2	29,0			
ANADIA	3 710	2 680	2 585	8 975	41,3	29,9	28,8			
OLIV. BAIRRO	2 885	1 390	1 100	5 375	53,7	25,9	20,4			
SEVER DO VOUÇA	3 415	1 005	360	4 780	71,4	21,0	7,6			
AVEIRO	3 175	7 360	7 150	17 685	18,0	41,6	40,4			
ESTARRELA	2 830	3 125	2 265	8 220	34,4	38,0	27,6			
ÍLHAVO	2 860	2 765	2 540	8 160	35,0	33,9	31,1			
MURTOSA	1 380	730	605	2 715	50,8	26,9	22,3			
OVAR	2 025	8 030	3 770	13 825	14,6	58,1	27,3			
VAGOS	4 365	765	2 075	7 205	60,6	10,6	28,8			
MEALHADA	1 740	1 430	1 880	5 050	34,5	28,3	37,2			
CANTANHEDE	8 015	2 285	3 030	13 320	60,2	17,1	22,7			
MIRA	2 420	555	1 325	4 300	56,3	12,9	30,8			
TOTAL	44 185	41 860	32 650	118 680	37,2	35,3	27,5			
REGIÃO CENTRO	255 570	154 635	149 420	559 625	45,7	27,6	26,7			
CONTINENTE	939 845	963 035	1 085 290	2 988 170	31,5	32,2	36,3			

FONTE: XI Recenseamento Geral da População, I.N.E., 1970

QUADRO 11

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA POR SECTORES DE ACTIVIDADE

CONCELHOS	POPULAÇÃO ACTIVA			% DE CADA SECTOR			
	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO
ÁGUEDA	3 885	11 711	3 916	19 512	19,9	60,0	20,1
ALB.-A-VELHA	2 184	4 285	1 919	8 388	26,0	51,1	22,9
ANADIA	3 465	5 238	3 379	12 082	28,7	43,3	28,0
OLIV. BAIRRO	3 706	2 914	1 559	8 179	45,3	35,6	19,1
SEVER DO VOUGA	2 790	2 061	1 067	5 918	47,2	34,8	18,0
AVEIRO	3 261	10 718	11 849	25 828	12,6	41,5	45,9
ESTARRELA	2 239	4 880	2 691	9 810	22,8	49,9	27,3
ÍLHAVO	2 404	5 538	3 980	11 922	20,2	46,4	33,4
MURTOSA	1 341	990	977	3 308	40,5	29,9	29,6
OVAR	1 691	10 454	5 114	17 259	9,8	60,6	29,6
VAGOS	5 968	2 093	1 395	9 456	63,1	22,1	14,8
MEALHADA	1 469	2 970	2 743	7 182	20,5	41,3	38,2
CANTAREDE	9 812	4 154	3 954	17 920	54,7	23,2	22,1
MIRA	3 615	1 152	1 508	6 275	57,6	18,4	24,0
TOTAL	47 830	69 158	46 051	163 039	29,3	42,4	28,3
REGIÃO CENTRO	213 365	241 478	211 735	666 578	32	36,2	31,8
CONTINENTE	711 132	1 429 194	1 539 144	3 679 470	19,3	38,8	41,8

FONTE: XII Recenseamento Geral da População, I.N.E., 1981

QUADRO 12
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA NALGUNS
PAÍSES EUROPEUS (%)

PAÍSES	SECTORES DE ACTIVIDADE		
	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO
BÉLGICA	3	39	58
DINAMARCA	7	32	61
ESPAÑA	17	38	45
FRANÇA	9	38	53
HOLANDA	5	35	60
INGLATERRA	2	45	53
IRLANDA	20	26	54
ITÁLIA	14	38	48
R.F.A.	4	46	50
PORTUGAL	26	36	38
EUROPA DOS 9	8,2	39,9	51,9

FONTE: Statistiques de Base de la Communauté,
1981

QUADRO 13
TAXA DE DESEMPREGO POR CONCELHO
1981

CONCELHOS	PROCUR. 1.º EMP.			PROCUR. NOVO EMPR.			TOTAL DESEMP.		POP. ACTIVA		
	H	M	TOTAL (1)	H	M	TOTAL (2)	(1+2) (3)	% 3/4	(4)	H	M
ÁGUEDA	82	260	342	97	164	261	603	3,0	20 361	12 712	7 649
ALB.-A-VELHA	80	179	259	61	71	132	391	4,4	8 887	5 854	3 033
ANADIA	77	223	300	78	150	228	528	4,1	12 754	8 587	4 167
OLIV. BAIRRO	36	57	93	31	61	92	185	2,2	8 412	4 963	3 449
SEVER DO VOUGA	42	92	134	38	43	81	215	3,5	6 197	3 650	2 547
AVEIRO	149	517	666	204	350	554	1 220	4,5	27 393	17 273	10 120
ESTARREJA	107	176	283	80	68	148	431	4,1	10 396	7 212	3 184
ÍLHAVO	118	342	460	164	239	403	863	6,7	12 918	8 688	4 230
MIRTOUSA	34	71	105	22	34	56	161	4,0	3 503	2 380	1 123
OVAR	328	774	1 102	243	226	469	1 571	8,3	19 037	12 274	6 763
VAGOS	53	88	141	37	21	58	199	2,1	9 698	4 986	4 712
MEALHADA	64	190	254	69	171	240	494	6,3	7 802	7 272	2 530
CANTANHEDE	134	163	297	134	55	189	486	2,6	18 604	10 767	7 837
MIRA	69	30	99	72	43	115	214	3,3	6 556	3 655	2 901
TOTAL	1 373	3 162	4 535	1 330	1 696	3 026	7 561 (5)	4,4	172 518	108 273	64 245
	30%	70%	60%	44%	56%	40%					

FONTE: Recenseamento Geral da População, I.N.E., 1981

QUADRO 14
NÚMERO DE EXPLORAÇÕES E RESPECTIVAS ÁREAS SEGUNDO ESCALÕES DE DIMENSÃO

CONCELHOS	0 A 1 HA		1 A 2 HA		2 A 3 HA		3 A 5 HA		5 A 20 HA		+ DE 20 HA		TOTAL	
	Nº DE EXPL.	ÁREA	Nº DE EXPL.	ÁREA	Nº DE EXPL.	ÁREA	Nº DE EXPL.	ÁREA	Nº DE EXPL.	ÁREA	Nº DE EXPL.	ÁREA	Nº DE EXPL.	ÁREA
ÁGUEDA	3 155	1 211	1 297	1 057	499	607	392	582	443	871	76	235	5 862	4 563
ALB.-A-VELHA	2 014	735	801	651	363	430	301	564	233	576	16	99	3 728	3 055
ANADIA	2 773	1 154	1 034	1 055	550	889	459	1 071	456	1 716	59	528	5 331	6 413
OLIV. BAIRRO	1 375	602	877	953	383	694	343	884	177	836	3	49	3 158	4 018
SEVER DO VOUGA	1 326	404	617	324	216	152	155	142	121	187	16	28	2 451	1 237
AVEIRO	2 394	981	971	1 104	448	822	308	848	208	1 088	17	464	4 346	5 307
ESTARREJA	2 072	772	934	946	404	644	334	806	222	1 023	10	208	3 976	4 399
ÍLHAVO	1 699	588	287	363	102	221	72	226	28	208	5	309	2 193	1 915
MUROSA	287	140	194	253	126	266	94	295	98	670	8	114	807	1 728
OVAR	1 255	573	753	715	312	470	249	535	150	514	8	38	2 727	2 853
VACOS	1 593	739	1 049	1 174	480	883	340	895	149	737	4	104	3 615	4 532
MEALHADA	1 879	1 794	630	627	283	450	271	644	252	1 198	18	202	3 333	3 222
CAMPANEDE	4 185	1 775	2 301	2 308	970	1 550	867	1 988	667	2 839	31	363	9 021	10 822
MIRA	1 822	768	722	751	272	478	123	312	46	216	3	230	2 988	2 755
TOTAL DO BAIXO VOUGA	27 829	11 130	12 467	12 281	5 408	8 556	4 308	9 792	3 250	12 669	274	2 978	53 536	57 406
REGIÃO CENTRO	131 869	58 908	69 167	66 142	28 913	44 953	24 289	57 809	22 392	111 216	3 179	148 243	279 804	487 271

FONTE: Recenseamento Agrícola, I.N.E., 1979

QUADRO 15

N.º DE EXPLORAÇÕES E ÁREA SEGUNDO A SUA FORMA DE EXPLORAÇÃO

CONCELHOS	TOTAL EXPLORAÇÕES		FORMAS DE EXPLORAÇÃO SIMPLES				FORMAS EXPLORAÇÃO MISTA			TOTAL ÁREA CONTA PRÓPRIA
	N.º	ÁREA	TOTAL		CONTA PRÓPRIA		TOTAL	CONTA PRÓPRIA (ÁREA)		
			N.º	ÁREA	N.º	ÁREA		N.º	ÁREA	
ÁGUEDA	5 862	19 127	3 984	16 581	3 853	16 350	1 878	2 546	1 624	17 974
ALB.-A-VELHA	3 728	7 279	1 945	3 933	1 741	3 770	1 783	3 346	2 067	5 837
ANADIA	5 331	13 260	4 084	11 470	4 032	11 408	1 247	1 810	1 109	12 517
OLIV. BAIRRO	3 158	5 815	2 039	4 005	1 982	3 942	1 119	1 810	1 109	5 051
SEVER DO VOUGA	2 451	4 831	1 705	4 022	1 653	3 998	746	809	552	4 550
AVEIRO	4 346	15 297	2 428	11 884	1 993	11 410	1 918	3 413	1 738	13 148
ESTARRELA	3 976	7 060	2 261	3 645	2 121	3 503	1 715	3 415	2 102	5 605
ILHAVO	2 193	2 357	1 400	1 285	1 234	1 129	793	1 072	523	1 652
MURTOSA	807	2 353	356	1 061	319	959	451	1 292	662	1 621
OVAR	2 727	5 314	1 572	3 088	1 359	2 875	1 155	2 226	1 224	4 099
VAGOS	3 615	6 366	1 748	2 974	1 623	2 829	1 867	3 392	1 677	4 506
MEALHADA	3 333	7 658	2 856	7 005	2 827	7 070	477	553	376	7 446
CANTANHEDE	9 021	21 676	6 004	17 091	5 846	16 909	3 017	4 585	2 992	19 901
MIRA	2 988	12 279	1 831	10 964	1 795	10 938	1 157	1 315	548	11 486
TOTAL	53 536	130 672	34 213	99 008	32 378	87 090	17 452	30 854	18 301	115 393

FONTE: Recenseamento Agrícola, I.N.E., 1979

QUADRO 16
ÁREA AGRÍCOLA E Nº UNIDADES DE TRABALHO AGRÍCOLA

CONCELHOS	ÁREA DAS EXPLORAÇÕES	ÁREA AGRÍCOLA	U.T.A.			TOTAL	U.T.A. ÁREA AGRÍCOLA
			PROD. INDIV. E PROD. AGRÍCOLA	PERMANENTE NÃO FAMILIAR	EVENTUAL		
ÁGUEDA	19 127	4 563	10 672	832	367	11 871	2,6
ALB.-A-VELHA	7 279	3 055	5 761	87	205	6 053	2,0
ANADIA	13 260	6 413	7 776	111	542	8 429	1,3
OLIV. BAIRRO	5 815	4 018	5 252	55	247	5 554	1,4
SEVER DO VOUGA	4 831	1 237	4 546	48	50	4 644	3,8
AVEIRO	15 297	5 307	7 187	523	138	7 848	1,5
ESTARREJA	7 060	4 399	6 740	45	218	7 003	1,6
ÍLHAVO	2 357	1 915	3 283	58	37	3 378	1,8
MURTOSA	2 353	1 728	1 689	22	77	1 788	1,0
OVAR	5 314	2 853	4 803	68	116	4 987	1,7
VAGOS	6 366	4 532	7 030	10	172	7 212	1,6
MEALHADA	7 658	3 809	3 846	191	195	4 232	1,1
CANTANHEDE	21 676	10 822	12 529	294	462	13 285	1,2
MIRA	12 279	2 755	4 625	109	77	4 811	1,7
TOTAL	130 672	57 401	85 739	2 453	2 903	91 095	1,6

FONTE: Recenseamento Agrícola, I.N.E., 1979

U.T.A. - Unidade de Trabalho Agrícola

QUADRO 17

POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR SEGUNDO OS ESCALÕES ETÁRIOS

ESCALÕES ETÁRIOS CONCELHOS	- 14	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65-74	+ 75	TOTAL	% TOTAL ÁREA
	ÁGUEDA	1 009	3 120	1 959	2 455	3 077	2 461	1 374	352	15 807
ALB. - A-VELHA	767	1 740	1 210	1 430	1 608	1 377	925	276	9 333	7,2
ANADIA	425	1 547	1 571	2 081	2 593	2 231	1 352	331	12 131	9,3
OLIV. BAIRO	339	885	839	1 184	1 588	1 360	730	178	7 103	5,4
SEVER DO VOUGA	440	972	698	804	1 064	976	657	163	5 774	4,4
AVEIRO	801	2 199	1 323	1 743	2 393	1 815	1 158	278	11 710	8,9
ESTARRELA	1 074	2 069	1 300	1 678	1 889	1 596	1 164	392	11 162	8,5
ÍLHAVO	598	1 056	641	910	1 092	867	462	166	5 792	4,4
MURTOSA	157	357	208	286	377	354	303	114	2 156	1,6
OVAR	798	1 603	891	1 094	1 383	1 210	836	363	8 178	6,2
VAGOS	1 465	2 012	1 205	1 558	1 577	1 355	849	234	10 255	7,8
MELHADA	482	1 350	1 115	1 318	1 639	1 211	754	192	8 061	6,2
CAMIANHEDE	739	2 731	2 525	3 242	3 729	2 950	1 831	411	18 158	13,8
MIRA	160	696	754	897	1 026	1 054	740	207	5 534	4,2
TOTAL	9 254	22 337	16 239	20 680	25 035	20 817	13 135	3 657	131 154	100
%	7,1	17,0	12,4	15,7	19,1	15,9	10	2,8	100	

FONTE: Recenseamento Agrícola, I.N.E., 1979

QUADRO 18
PRINCIPAIS PRODUTOS DA AGRICULTURA
Acrescentado Valor Bruto
(10³ escudos)

CONCELHOS	MILHO		LEGUMES E TUBÉRCULOS		FRUTAS		FORRAGENS		VINHOS		TOTAL DA AGRICULTURA	
		%		%		%		%		%		%
ÁGUEDA	9 641	6	71 692	45	5 089	3	35 684	22	29 496	18	160 322	100
ALB. -A-VELHA	21 332	19	59 673	54	2 671	2	21 774	20	962	1	110 189	100
ANADIA	10 146	4	94 687	4	10 598	5	19 588	9	84 262	4	227 981	100
OLIV. BAIRRO	7 609	4	142 752	7	6 057	3	22 971	11	23 061	11	210 464	100
SEVER DO VOUGA	8 001	14	21 668	38	3 644	6	19 760	35	801	1	57 041	100
AVEIRO	12 708	3	313 315	83	7 683	2	34 006	9	2 038	1	377 163	100
ESTARREJA	14 643	14	38 018	38	1 331	1	43 499	43	461	0	100 987	100
ÍLHAVO	7 949	8	66 042	70	1 534	2	13 907	15	339	0	94 982	100
MURTOSA	7 072	10	30 435	42	227	0	15 385	21	16 378	23	72 044	100
OVAR	24 595	23	46 288	44	1 890	2	28 921	27	339	0	105 029	100
VAGOS	13 558	8	88 685	55	11 870	7	43 707	27	678	0	162 193	100
MEALHADA	8 145	9	31 678	35	6 334	7	10 054	11	29 529	33	89 877	100
CANTANHEDE	13 782	4	121 090	36	44 577	13	60 485	18	74 754	22	333 236	100
MIRA	9 667	10	49 025	51	13 897	15	20 692	22	-	-	95 319	100
TOTAL	168 848	8	1 175 448	54	117 402	5	390 433	18	263 098	12	2 196 827	100
REGIÃO CENTRO	499 871	5	5 050 346	50	933 807	9	1 760 751	17	829 159	8	10 142 553	100

FONTE: Estimativa da CCRC

QUADRO 19
PRINCIPAIS PRODUTOS DA PECUÁRIA

CONCELHOS	CARNE		LEITE		TOTAL DA PECUÁRIA	
		%		%		%
ÁGUEDA	23 016	10	1 060	3	32 891	100
ALB. -A-VELHA	15 188	62	2 594	11	24 371	100
ANADIA	18 742	68	643	2	27 474	100
OLIV. BAIRO	15 347	68	2 051	9	22 553	100
SEVER DO VOUGA	10 234	46	1 972	9	22 810	100
AVEIRO	19 728	20	70 833	71	99 267	100
ESTARREJA	28 241	27	67 893	66	102 888	100
ÍLHAVO	8 392	21	27 796	70	39 823	100
MURTOSA	8 405	22	26 908	72	37 588	100
OVAR	16 189	24	44 552	66	67 798	100
VAGOS	21 807	19	87 566	75	116 981	100
MEALHADA	8 923	36	2 442	10	24 936	100
CANTANHEDE	41 056	32	71 334	56	127 893	100
MIRA	10 508	22	31 585	67	46 862	100
TOTAL	245 776	31	439 229	55	794 135	100
REGLÃO CENTRO	1 094 416	43	835 098	33	2 532 697	100

FONTE: Estimativa da CCRC

QUADRO 20
EVOLUÇÃO DA PESCA DESCARREGADA

PESCA DESCARREGADA (TON.)

ANOS	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
CONTINENTE	352 004	328 149	327 367	357 157	277 108	269 837	273 333	273 499	241 595	229 006	256 222	249 088	223 582
ZONA NORTE	173 292	159 473	158 647	152 520	128 939	133 275	137 913	123 915	112 820	106 166	130 876	131 628	108 626
AVEIRO	46 092	39 272	37 995	38 540	35 867	34 544	36 868	38 328	34 840	24 997	34 474	29 441	21 441

PESCA ANTESANAL DESCARREGADA (TON.)

ANOS	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
CONTINENTE	-	-	-	47 710	40 978	48 956	51 553	52 971	47 611	47 640	60 042	71 653	74 584
ZONA NORTE	-	-	-	10 268	9 952	10 551	11 564	10 836	10 362	15 894	23 194	32 397	35 708
AVEIRO	-	-	-	188	226	322	361	674	644	567	720	848	658

BACALHAU DESCARREGADO (TON.)

ANOS	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
CONTINENTE	66 242	56 894	49 513	46 697	49 661	38 745	40 309	34 808	28 689	20 426	18 883	14 180	9 143
ZONA NORTE	52 292	42 353	37 812	35 170	39 204	32 395	34 962	32 534	26 353	18 580	17 623	14 180	8 482
AVEIRO	38 531	32 570	30 546	27 596	29 596	25 469	26 211	25 943	20 842	14 240	13 655	10 061	6 599

FONTE: Estatísticas da Pesca

QUADRO 21
INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

CONCELHOS	TOTAL DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA 1980							POPULAÇÃO 1981	EMP./ FCE. %	PRODUTIVIDADE VAB/EMP (CONTOS)	T.E.B.E. %	G. DE INDUSTRIALIZAÇÃO VAB/POP (CONTOS)
	Nº ESTAB.	EMERGO	REMUNERAÇÕES (CONTOS)	FCE (CONTOS)	VAB (CONTOS)	VEP (CONTOS)						
ÁGEDA	169	7 734	1 484 169	947 603	3 052 377	7 305 128	43 216	17,9	395	21,5	71	
ALB.-A-VELHA	44	1 659	349 344	114 120	741 720	1 926 264	21 326	7,8	447	20,4	35	
ANDARA	105	2 780	487 803	202 045	1 060 970	2 890 269	29 820	9,3	382	19,8	36	
CLIV. BAIRRO	40	1 076	196 407	79 074	392 868	999 878	17 517	6,1	365	19,6	22	
SEVER DO VOUGA	16	1 303	239 493	371 377	425 327	4 076 766	13 783	9,5	326	4,6	31	
AVIEIRO	116	8 175	2 021 572	725 071	3 188 523	10 307 833	60 284	13,4	390	11,3	52	
ESTARREJA	42	2 310	737 877	820 010	882 739	7 063 471	26 261	8,8	382	2,1	34	
ILEMO	65	3 230	720 148	458 122	1 477 168	4 080 738	31 383	10,3	457	18,6	47	
MIRIOSA	8	84	9 203	1 554	16 744	53 037	9 816	0,9	199	14,2	2	
OUAR	96	6 686	1 512 162	421 505	3 317 466	13 716 419	45 378	14,7	496	13,2	73	
VAGOS	18	96	11 278	10 749	21 556	43 600	18 548	0,5	225	23,6	1	
NEVALDA	32	1 521	319 178	87 806	624 801	1 166 907	19 305	7,9	411	26,2	32	
OMTANHEDE	59	792	117 014	74 156	154 917	533 057	38 717	2,0	196	7,1	4	
MIRA	21	278	38 906	18 798	44 326	160 738	13 299	2,1	159	3,4	3	
TOTAL	831	37 724	8 244 554	4 332 490	15 401 502	54 324 105	388 653	9,7	408	13,2	40	
REGIÃO CENTRO	2 912	119 092	23 640 725	9 970 844	43 079 295	135 675 847	1 750 885	6,8	362	14,3	25	

FONTE: Estatísticas Industriais, I.N.E., 1980

QUADRO 22

PRINCIPAIS SECTORES DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA
QUOCIENTES DE LOCALIZAÇÃO - 1980

CONCELHOS	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS							
	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	3.7	3.8
ÁGUEDA						0,8	2,2	3,5
ALB.-A-VELHA			1,5	3,9		1,0	11,7	
ANADIA	3,0		1,4			0,9		1,5
OLIV. BAIRRO						2,3	1,2	1,9
SEVER DO VOUGA	6,3							1,1
AVEIRO				4,1		1,1	2,3	2,3
ESTARREJA	2,4				6,6			
ÍLHAVO	2,8					2,1		
MURTOSA	7,6							
OVAR		1,2			1,1		1,4	2,1
VAGOS	3,2		1,8			2,2		
MEALHADA	2,5		1,7			2,1	2,9	
CANTANHEDE	1,1		2,9					2,7
MIRA	4,7		2,9			0,8		
TOTAL	1,3			1,4		0,9	1,9	2,0

Classificação das Actividades Económicas por ramos de
Actividade (CAE):

- 3.1 - Ind. Alimentares
- 3.2 - Ind. Têxteis
- 3.3 - Ind. Madeira
- 3.4 - Ind. Papel e Artes Gráficas
- 3.5 - Ind. Químicas: derivados de petróleo e carvão, borracha e plásticos
- 3.6 - Ind. de Produtos Minerais n/ Metálicos, com excepção dos derivados do petróleo bruto e carvão
- 3.7 - Metalúrgicas de Base
- 3.8 - Fabricação de Produtos Metálicos, de Máquinas, Equipamento e Material de Transporte

QUADRO 23
COEFICIENTES DE ESPECIALIZAÇÃO

CONCELHOS	COEF. ESPECIAL. EM RELAÇÃO À REGIÃO CENTRO	COEF. ESPECIAL. EM RELAÇÃO AO CONTINENTE
ÁGUEDA	0,3939	0,3977
ALB.-A-VELHA	0,4552	0,5572
ANADIA	0,3645	0,4109
OLIV. BAIRRO	0,3975	0,4411
SEVER DO VOUGA	0,6452	0,6403
AVEIRO	0,4196	0,4549
ESTARREJA	0,5733	0,5517
ÍLHAVO	0,4446	0,5581
MURTOSA	0,7953	0,7919
OVAR	0,2298	0,1250
VAGOS	0,5828	0,7036
MEALHADA	0,5123	0,6236
CANTANHEDE	0,4592	0,4253
MIRA	0,6245	0,7036
TOTAL	0,2233	0,2438
REGIÃO CENTRO	1	0,1243
CONTINENTE	-	1

QUADRO 24
UNIDADES HOTELEIRAS

CONCELHOS	HOTEL					MOTEL	ESTALAGEM					PENSÃO					ALBERGARIA	APART. HOTEL	POUSADA	TOTAL
	*****	****	***	**	*		*****	****	***	**	*	*****	****	***	**	*				
ÁGUEDA				1	2				1								1	6		
ALB.-A-VELHA					1													2		
ANADIA			2	1	2				1	1	5	6	1					19		
OLIV. BAIRRO											2							2		
SEVER DO VOUGA											1							1		
AVEIRO			2	1						1	1	2				1		9		
ESTAREJA													1					1		
ÍLHAVO			1									1	1	1				5		
MURTOSA														1			1	2		
ÓVAR									1									2		
VAGOS																		-		
MERLHADA	1		1	1	1				1		3	7						16		
CANTANHEDE													1					1		
MIRA												2						2		
TOTAL	1		6	3	4	4			4	2	17	19	3			2	1	68		
DISTRITO AVEIRO	1	1	6	6	4	4			5	2	18	22	9			2	2	84		

FONTE: Guia Hoteleiro de Portugal, Ed. Editel, 1984

QUADRO 25
UNIDADES HOTELEIRAS

CONCELHOS	CATEGORIA					TOTAL	NÚMERO QUARTOS				TOTAL QUARTOS	TOTAL CAMAS
	*****	****	***	**	*		S/B	%	C/B	%		
ÁGUEDA		2	3		1	6	33	28,4	83	71,6	116	224
ALB.-A-VELHA			2			2	10	30,3	23	69,7	33	66
ANADIA		2	7	7	3	19	302	46,7	344	53,3	646	1 202
OLIV. BAIRRO			2			2	-	-	47	100	47	94
SEVER DO VOUGA			1			1	11	73,3	4	26,7	15	30
AVEIRO		2	4	3		9	22	6,5	319	93,5	341	755
ESTARREJA				1		1	16	100	-		16	27
ÍLHAVO		1	2	1	1	5	11	11	89	89	100	199
MURTOSA		1			1	2	7	41,2	10	58,8	17	32
OVAR		1		1		2	4	100	-		4	8
VAGOS							-	-	-			
MEALHADA	1	1	5	8	1	16	171	30,9	383	69,1	554	1 059
CANTANHEDE				1		1	-	-	7	100	7	13
MIRA			2			2	-	-	30	100	30	60
TOTAL	1	10	28	22	7	68	569	30,5	1 297	69,5	1 866	3 671
DISTRITO AVEIRO	1	11	30	29	13	84	789	34,2	1 518	65,8	2 307	4 510

FONTE: Guia Hoteleiro de Portugal, Ed. Editel, 1984

QUADRO 26
EQUIPAMENTO AUXILIAR

CONCELHOS	AGÊNCIAS DE VIAGENS/TURISMO	PARQUES DE CAMPISMO				TOTAL
		ORBITUR	CÁMARAS	BASE AÉREA	CLUBES CAMP./CARAV.	
ÁGUEDA	2				1	1
ALB. -A-VELHA	1					-
ANADIA	2					-
OLIV. BAIRRO	2					-
SEVER DO VOUGA	1					-
AVEIRO	4	1		1		2
ESTARREJA	2					-
ÍLHAVO	2		1			1
MURTOSA	2		1			1
OVAR	3				3	3
VAGOS	2		1			1
MEALHADA	-					-
CANTANHEDE	2					-
MIRA	1	1	1			2
TOTAL	26	2	4	1	4	11
DISTRITO AVEIRO	29	1	3	1	6	11

FONTE: Guia do Campista, 1984

Lista Telefónica Nacional, ed. C.T.T. Regiões Norte e Centro, 1984

QUADRO 27
POPULAÇÃO ACTIVA A EXERCER UMA PROFISSÃO

CONCELHOS	SECTOR TERCIÁRIO (a)	TOTAL 6.3.1 + 6.3.2 (b)	(b) (a)	6.3.1 (c)	(c) (b)	6.3.2 (d)	(d) (b)
ÁGUEDA	3 916	197	5,0	146	74,1	51	25,9
ALB.-A-VELHA	1 919	75	3,9	59	78,7	16	21,3
ANADIA	3 379	297	8,8	181	60,9	116	39,1
OLIV. BAIRRO	1 559	66	4,2	38	57,6	28	42,4
SEVER DO VOUGA	1 067	47	4,4	34	72,3	13	27,7
AVEIRO	11 849	560	4,7	384	68,6	176	31,4
ESTARREJA	2 691	103	3,8	63	61,2	40	38,8
ÍLHAVO	3 980	183	4,6	136	74,3	47	25,7
MURTOSA	977	48	4,9	25	52,1	23	47,9
OVAR	5 114	197	3,9	172	87,3	25	12,7
VAGOS	1 395	57	4,1	39	68,4	18	31,6
MEALHADA	2 720	477	17,4	253	53,0	224	47,0
CANTANHEDE	3 954	149	3,8	123	82,6	26	17,4
MIRA	1 508	84	5,6	72	85,7	12	14,3
TOTAL	46 051	2 540	5,5	1 725	67,9	815	32,1

FONTE: XII Recenseamento Geral da População, I.N.E., 1981

LEGENDA: 6.3.1 - Restaurantes, Snack-bares, Self-services, Cafés, Bares, Cervejarias, Casas de Chá, Pastelarias, Outros Estabelecimentos . Comidas/Bebidas.

6.3.2 - Hotéis, Apartamentos, Moteis, Pousadas, Estalagens, Pensões, Casas de Hóspedes, Parques de Campismo, Outros Locais de Alojamento.

QUADRO 28
SANEAMENTO BÁSICO E ELECTRIFICAÇÃO

CONCELHOS	ÁGUA		ELECTRICIDADE			ESGOTOS	
	POP. SERVIDA	CONSUMO 1 000 m ³	CONSUMOS (MWH)			POP. SERVIDA	POP. SERVIDA
			DOMÉSTICO	INDUST.	TOTAL		
ÁGUEDA	8 847	362	14 375,2	72 469,7	93 394,3	41 579	4 844
ALB.-A-VELHA	11 058	243	4 979,7	15 258,0	23 232,2	21 326	5 056
ANADIA	13 872	544	9 418,1	29 196,3	43 734,5	29 724	4 607
OLIV. BAIRRO	2 553	73	4 746,3	25 666,3	32 492,9	17 402	-
SEVER DO VOUGA	4 774	44	2 830,8	3 215,6	7 327,4	13 312	-
AVEIRO	36 681	1 379	26 728,1	67 285,9	112 023,9	60 284	996
ESTARREJA	4 944	119	8 087,1	241 912,9	254 401,4	26 243	-
ÍLHAVO	30 520	679	11 641,4	31 400,0	47 126,5	30 520	4 291
MURTOSA	-	-	2 669,5	141,9	4 224,1	9 642	-
OVAR	13 521	541	14 479,3	46 950,3	69 098,0	45 063	12 038
VAGOS	3 118	114	4 556,7	2 602,4	9 928,3	18 130	-
MEALHADA	13 995	314	6 030,3	13 472,0	25 067,9	19 305	4 681
CANTANHEDE	14 439	791	9 769,4	9 146,1	24 614,3	37 717	4 499
MIRA	6 844	294	3 366,6	2 306,7	7 965,1	13 069	2 365
TOTAL	166 806	5 497	87 328,4	561 024,1	754 630,8	383 316	43 377
REGIÃO CENTRO	866 182	30 432	519 276,8	1 881 816,0	2 709 508,5	1 621 722	409 888

FONTE: Quadros Estatísticos, C.C.R.C., 1981

QUADRO 29
SANEAMENTO BÁSICO E ELECTRIFICAÇÃO (ESTRUTURA PERCENTUAL)

CONCELHOS	ELECTRICIDADE			ÁGUA % POP. SERVIDA	ESGOTOS % POP. SERVIDA
	% POP. SERVIDA	% CONSUMOS			
		DOMÉSTICOS	INDUSTRIAIS		
ÁGUEDA	96	15	78	20	11
ALB.-A-VELHA	100	21	66	52	24
ANADIA	99	22	67	54	16
OLIV. BAIRRO	99	15	79	15	-
SEVER DO VOUGA	96	39	44	35	-
AVEIRO	100	24	60	64	2
ESTARREJA	100	3	95	19	-
ÍLHAVO	97	25	67	97	14
MURTOSA	98	63	3	-	-
OVAR	99	21	68	30	27
VAGOS	97	46	26	17	-
MEALHADA	100	24	54	72	24
CANTANHEDE	97	40	37	37	12
MIRA	98	42	29	52	18
TOTAL	99	12	74	43	11
REGIÃO CENTRO	93	19	70	50	23

FONTE: Quadros Estatísticos, C.C.R.C., 1981

QUADRO 30
ALUNOS MATRICULADOS POR NÍVEL DE ENSINO
(1982/83)

CONCELHOS	ENSINO PRIMÁRIO			ENSINO PREPARATORIO			ENSINO SECUNDÁRIO				ALUNOS DO 12º ANO	TOTAL DE ALUNOS
	Nº SALAS	Nº ALUNOS	ALUNOS/SALA	Nº ESTABEL.	Nº ALUNOS	Nº ESTABEL.	Nº ESTABEL.	Nº ALUNOS SEC. GERAL	Nº ALUNOS SEC. COMP.	Nº ALUNOS SEC. GERAL		
ÁGUEDA	124	4 193	34	1	1 511	2	766	477	134	7 081		
ALE.-A-VELHA	62	1 969	32	1	877	1	414	69	-	3 329		
ANADIA	95	2 855	30	1	838	1	690	361	-	4 744		
OLIV. BAIRRO	50	1 606	32	1	800	1	236	44	-	2 686		
SEVER DO VOUGA	51	1 285	25	1	575	1	375	-	-	2 235		
AVEIRO	167	5 512	33	2	2 489	3	3 120	2 272	706	14 099		
ESTARREJA	76	2 442	32	1	868	1	782	249	22	4 363		
ÍLHAVO	79	2 889	37	2	1 324	1	518	70	-	4 801		
MURTOSA	36	1 127	31	1	295	1	152	-	-	1 574		
OVAR	126	4 877	39	2	1 857	2	1 329	407	76	8 546		
VAGOS	68	2 031	30	1	533	1	211	-	-	2 775		
MEALHADA	53	2 032	38	1	785	1	486	154	60	3 517		
CANTANHEDE	121	3 325	27	2	1 542	1	943	332	89	6 231		
MIRA	38	1 223	32	1	474	1	313	101	-	2 111		
TOTAL	1 146	37 366	33	18	14 768	17	10 335	4 536	1 087	68 092		

FONTE: Direcção Escolar de Aveiro e Coimbra

QUADRO 31
ENSINO SUPERIOR

RAMOS	CURSOS
Letras	Português - Francês Francês - Português Português - Inglês Inglês - Português Inglês - Alemão
Biologia	Biologia - Geologia Matemática Física e Química Ciências da Natureza Engenharia: Electrónica e Telecomunicações Geológica Ambiente - Planeamento e Poluição Cerâmica e do Vidro
(I.S.C.A.)	Contabilidade e Administração

FONTE: Universidade de Aveiro, 1984

QUADRO 32
CURSOS DO ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL

CURSOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS		CURSOS PROFSSIONAIS	
CURSOS	ESCOLAS	CURSOS	ESCOLAS
Técnico Manutenção Mecânica	Nº 2 Águeda Nº 1 Ovar	Prática Agrícola	Sec. Anadia
Téc. Instalações Eléctricas	Nº 2 Águeda	Metalomecânica	Nº 2 Águeda Sec. Cantanhede
Téc. Contabilidade e Gestão	Sec. Alb.-a-Velha Nº 1 Aveiro	Auxiliar Administrativo	Sec. Anadia Sec. Ílhavo

FONTE: Diário da República, I Série, 22/8/1984

QUADRO 33
CENTROS DE SAÚDE INTEGRADOS

CONCELHOS	CENTROS DE SAÚDE		UNIDADE DE INTERVENIMENTO			UNIDADE DE SAÚDE	PESSOAL MÉDICO		PESSOAL PARAMÉDICO	
	Nº	Nº CAMAS	Nº	OCUP. MÉD. DEZ. 83	QUADRO		EM FALTA	ENFERMEIROS	PARTEIROS	
ÁGUEÇA	1	-	-	-	7	29	2	4	1	
ALB.-A-VELHA	1	1	53	54%	7	15	3	13	1	
ANADIA	1	1	20	64,7%	6	20	1	8	-	
OLIV. BAIRRO	1	1	30	50,1%	5	12	-	7	1	
SEVER DO VOUGA	1	1	15	91%	7	10	4	3	-	
AVEIRO	1	-	-	-	6	41	6	29	1	
ESTARREJA	1	-	-	-	3	18	3	10	-	
ÍLHAVO	1	1	44	33,1%	6	21	6	19	2	
MURTOSA	1	1	30	74,1%	3	7	3	10	-	
OVAR	1	-	-	-	7	31	10	22	-	
VAGOS	1	ainda não funciona		-	2	13	3	5	-	
MEALHADA	1	1	33	44,8%	6	13	1	17	-	
CANTANHEDE	1	1	20	50%	7					
MIRA	1	-	-	-	2					
TOTAL	14	8	225	58%	74					

FONTE: Administração Regional de Saúde de Aveiro, 1984

QUADRO 34
FARMÁCIAS E LABORATÓRIOS DE ANÁLISE CLÍNICAS

CONCELHOS	FARMÁCIAS		LABORATÓRIOS ANÁLISES	MÉDICOS ANALISTAS
	NÚMERO	POSTOS MEDICAM.		
ÁGUEDA	9	5	5	-
ALB.-A-VELHA	5	1	1	-
ANADIA	11	-	1	1
OLIV. BAIRRO	7	-	-	-
SEVER DO VOUGA	3	1	1	-
AVEIRO	18	-	1	5
ESTARREJA	5	-	1	-
ÍLHAVO	7	1	2	-
MURTOSA	4	-	-	-
OVAR	12	-	2	2
VAGOS	5	-	-	-
MEALHADA	6	-	3	-
CANTANHEDE	9		1	
MIRA	5		-	
TOTAL	106		18	

Fonte: Administração Distrital de Saúde de Aveiro, 1984

COVA DA BEIRA

ÍNDICE

I. A COVA DA BEIRA: APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO REGIONAL	255
II. ANÁLISE ECONÓMICA E SOCIAL	265
1. Evolução e Estrutura Demográfica	267
2. O Sector Primário e o Projecto de Regadio	279
2.1. Estrutura Agrária e Produção	279
2.2. Pecuária	287
2.3. Silvicultura	290
2.4. Situação do Sector	290
2.5. O Projecto de Regadio	293
2.5.1. A Estrutura Agrária na Área do Regadio	293
2.5.2. Descrição Geral da Obra	299
3. O Sector Industrial	306
4. Turismo	314
5. Comércio e Serviços. Hierarquia Urbana e Áreas de Influência	316
6. Infraestruturas e Equipamentos	319
6.1. Infraestruturas Urbanísticas de Base	319
6.2. Infraestruturas de Transporte e Comunicações	327
6.3. Equipamentos Colectivos (Ensino, Saúde, Segurança Social e Desporto)..	332

III. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO	337
1. Objectivos Gerais	339
2. Objectivos Sectoriais	340
2.1. Infraestruturas	340
2.2. Sector Primário	341
2.3. Sector Industrial	342
2.4. Equipamentos	343
2.5. Serviços e Turismo	343
IV. MEDIDAS E ACÇÕES	345
V. ANEXO ESTATÍSTICO	353
VI. ALGUNS ESTUDOS E RELATÓRIOS PUBLICADOS	
SOBRE A COVA DA BEIRA	389

I. A COVA DA BEIRA:

APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO REGIONAL

1. A Cova da Beira é a designação tradicional de uma região que se distingue e individualiza de toda a Beira Interior além Cordilheira Central em virtude das suas características muito particulares.

Reparte-se de modo desigual pelos concelhos de Belmonte, Covilhã, Fundão, Sabugal e Penamacor sendo considerados no presente programa apenas os de Belmonte, Covilhã e Fundão devido ao escasso envolvimento daqueles dois últimos.

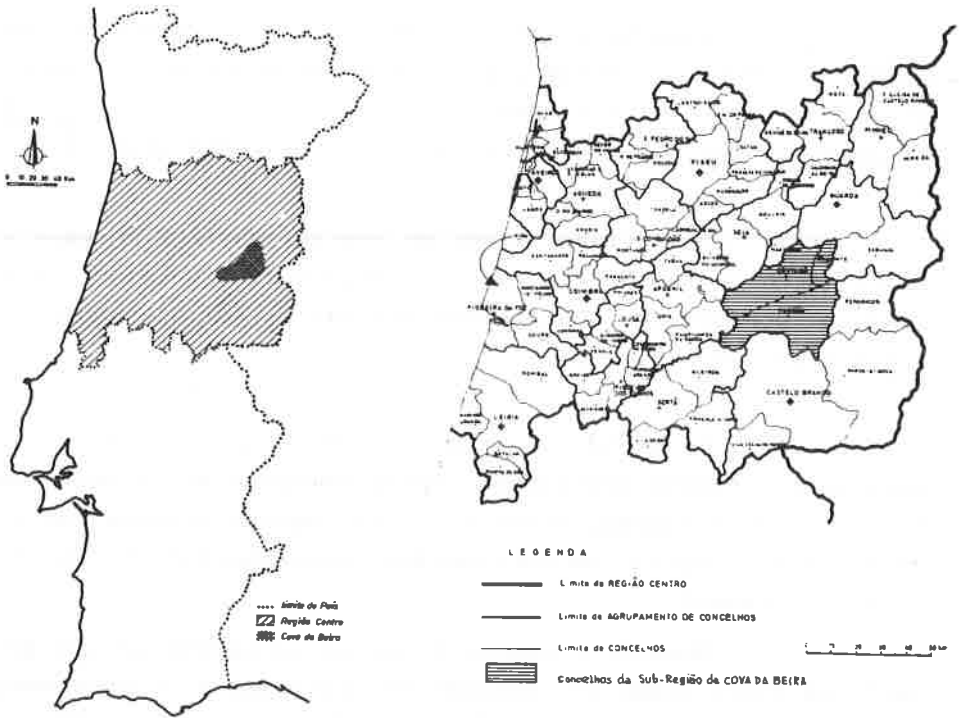
A sua localização no centro interior do país e interior da Região Centro, na proximidade da fronteira com Espanha, confere-lhe uma posição periférica relativamente às áreas mais desenvolvidas.

2. O desenvolvimento da Cova da Beira entre a principal montanha portuguesa (Serra da Estrela), a Serra da Malcata e da Gardunha, confere a esta pequena unidade fechada sobre si própria uma considerável homogeneidade tanto física como humana.

Morfologicamente é uma bacia tectónica que apresenta um fundo plano de considerável extensão e de onde emergem uma série de relevos de "pediment" que se elevam 200 a 300 metros acima da superfície.

Os solos são aluvionais ou provenientes dos granitos e de rochas do complexo xisto-grauváquico que predominam; grande parte destes solos têm aptidão para o regadio apesar de em alguns casos existirem ligeiras ou moderadas limitações.

FIG 1 - LOCALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO REGIONAL DA COVA DA BEIRA



A localização e os factores naturais conferem a esta região um clima próprio e que se caracteriza por ser húmido, mesotérmico, com grandes deficiências de água no Verão.

Encontra-se a região da Cova da Beira num espaço de transição situado no limite de duas grandes regiões de paisagem agrária: a Beira Baixa onde acaba o Alentejo e as terras altas da Beira e do Norte. "A região do sopé da Estrela e a vertente norte da serra da Gardunha, cheia de casas, intensamente irrigada e cultivada, é consagrada ao milho, às pastagnes e às hortas, enquanto, para leste, as pirâmides dos grandes inselberge graníticos dominam apenas campos de centeio, sem árvores, que anunciam a Beira Baixa, onde as aldeias ficam muito afastadas umas das outras."

3. Os concelhos que constituem o programa da sub-região da Cova da Beira, ocupam 5,8% do território e onde residia 5,7% (99 799) da população da Região Centro.

A emigração para o estrangeiro e para a área metropolitana de Lisboa constituiu a componente mais influente na evolução da população nos últimos 20 anos e o principal factor do decréscimo demográfico verificado entre 1960 e 1981 (-23%).

Neste momento, o retorno dos trabalhadores migrantes é um facto marcante apesar das dificuldades sentidas no mercado de trabalho e na sua reinserção social, tanto para a primeira como para a segunda geração.

4. A área da Cova da Beira com 36% de taxa de atividade, tem 47,3% dos activos no sector secundário, valor superior à taxa regional (36,3%), 22,2% no primário (32% na região) e 30,5% no terciário (31,7% na região).

A repartição concelhia daqueles valores revela uma forte dependência do sector primário em Belmonte (41,9%) e Fundão (40,1%), enquanto na Covilhã (56,6%) é o sector secundário o que absorve maior volume de população activa.

5. Trata-se duma área onde coexistem as pequenas e as grandes explorações agrícolas com uma dimensão média (4,26 ha) superior à Região Centro (3,62 ha); a sua fragmentação e a dimensão média dos blocos (1,44 ha) é igualmente superior à da região (0,42 ha).

6. Os 202 estabelecimentos industriais da Cova da Beira empregam 9 829 pessoas o que representa, respectivamente, 6,9% e 8,3% dos valores globais da região. O número de activos por unidade (49) é superior à média regional (41). Estes valores só se verificam devido à forte concentração e dependência que esta área apresenta relativamente ao sector têxtil.

7. A dotação da área em infraestruturas urbanísticas (redes de água, esgotos, energia eléctrica e recolha de lixos) apresenta-se relativamente desequilibrada e insuficiente. Apenas 65,7% da população tem acesso ao abastecimento público domiciliário de água e só 43,2% é servida por rede de esgotos. O sistema de recolha de lixos abrange 81% da população da área. A cobertura de energia eléctrica é satisfatória (98% da população está servida).

ALGUNS INDICADORES SÓCIO-ECONÓMICOS DA SUB-REGIÃO COVA DA BEIRA

	BELMONTE	COVILHÃ	FUNDÃO	COVA DA BEIRA	REGIÃO CENTRO	
- Superfície	Km ² % R.C.	114,56 0,49	556,43 2,39	701,65 3,02	1 372,64 5,90	23 270,77 100
- População (1981)	% R.C.	6 765 0,39	60 945 3,48	32 089 1,83	99 799 5,70	1 750 885 100
Variação 60-70		-28,4	-15,0	-26,5	-21,1	-9,4
70-81		3,7	-1,7	-8,2	-2,3	6,0
60-81		-25,7	-16,5	-32,6	-23,0	-4,0
- Densidade (hab/Km ²)		59,1	109,5	45,7	72,7	75,2
- Emigração 1960-74	% E. 1960-69/P60	1 764 18,8	11 836 13,8	9 053 17,0	22 653 15,3	224 802 9,4
- Estrutura Etária (1981) %						
0-14 anos		17,7	18,6	20,2	19,1	24,1
15-64 anos		63,4	63,8	62,7	62,7	61,8
+ 64 anos		18,9	17,6	18,2	18,2	14,1
Coeficiente Dependência		0,58	0,49	0,66	0,55	0,62
- População Activa (1981) %						
Sector Primário		41,9	11,2	40,1	22,2	32,0
" Secundário		27,0	56,6	33,2	47,3	36,3
" Terciário		31,1	32,2	26,7	30,5	31,7
Pop. Activa/Pop. Total		36,9	37,3	35,2	36,6	38,0
Agricultura (1979)						
- Número de Explorações		1 177	4 384	6 278	11 839	279 804
- Sup.média das explorações (ha)		3,11	4,79	4,10	4,26	3,62
- Nº médio blocos/exploração		2,70	2,77	3,14	2,96	-
- Sup. média dos blocos (ha)		1,15	1,73	1,30	1,44	0,42
Utilização actual do solo %						
- Taxa de arborização		17,0	32,3	28,7	29,3	35,5
- Taxa de incultos		28,1	25,9	19,3	22,8	16,7
Produção (1977) %						
1. Agrícola (% na R.C.)		0,65	2,61	3,56	6,82	100
2. Silvícola (% na R.C.)		0,24	2,55	3,48	6,27	100
3. Pecuária (% na R.C.)		0,64	1,94	2,14	4,72	100
Indústria (1980)						
- Número empregados/estabelec.		36	64	16	49	41
- VAB (% na R.C.)		0,23	5,48	0,38	6,08	100
- VAB/empregado (10 ³ esc.)		214,2	280,2	171,2	266,6	361,7
- VAB/População Total (10 ³ esc.)		14,7	38,7	5,1	26,3	24,6
Alojamentos Familiares (1981) %						
- sem retrete		44,9	37,8	53,5	43,7	34,1
- sem água		30,2	30,7	53,9	38,7	37,9
- sem banho		56,5	52,8	69,8	58,9	53,6
População servida por						
- abastecimento água		77,9	72,8	49,7	65,7	49,5
- rede de esgotos		54,6	51,7	24,6	43,2	23,4
- recolha de lixos		94	84	73	81	44
- electricidade		96	99	96	98	93
Km de estradas rurais/Km ²		0,27	0,60	0,48	0,51	0,23
Nº habitantes/médico		1 353	1 741	1 782	1 721	713
Taxa de mortalidade infantil (1979)		2,5	3,0	1,2	2,4	3,5
% Partos sem assistência (1979)		14	1	7	-	-

8. A localização desta área confere-lhe uma acessibilidade muito fraca tanto no contexto regional como nacional. A melhoria das acessibilidades locais (viação rural e municipal) e ao exterior deve merecer particular atenção.

9. O reconhecimento das carências e obstáculos ao desenvolvimento e das potencialidades que a Cova da Beira encerra levou, a partir dos anos 60, à concentração de grandes investimentos públicos no intuito de aí criar um pólo que promovesse o desenvolvimento da Beira Interior.

Para além da criação do Instituto Universitário da Beira Interior, as restantes acções então iniciadas visavam dotar o sector produtivo de infraestruturas capazes de o dinamizar e diversificar. É nesta lógica que se inicia o Projecto de Regadio e se procede à instalação do Parque Industrial da Covilhã, iniciativas que não produziram ainda os resultados esperados.

O presente programa de desenvolvimento que tem no Projecto de Regadio a sua principal linha de força, justifica-se pela necessidade de, por um lado, promover acções conducentes à máxima rendibilidade dos vultosos investimentos já efectuados nesta área e, por outro, ajudar a coordenar e a compatibilizar intersectorialmente as acções iniciadas ou previstas.

Compreendendo esta necessidade a Administração Central tomou a decisão de autonomizar a partir de 1983 a inscrição no OGE das verbas destinadas às obras a realizar nesta área sob a designação de Programa Integrado de Desenvolvimento Regional da Cova da Beira.

Mais recentemente (2 de Julho de 1985; resolução do Conselho de Ministros nº 29/85) criava o Gabinete Coordenador do P.I.D.R. da Cova da Beira, fixando como objectivos prioritários:

- a) No domínio das obras hidroagrícolas, a promoção do rápido aproveitamento de toda a área;
- b) No domínio da agricultura, a criação de serviços de apoio às cooperativas e aos agricultores individuais;
- c) No domínio da indústria, a criação de condições para corrigir o actual perfil mono-industrial da área;
- d) A criação das infraestruturas e dos serviços, tanto de âmbito autárquico como da administração central, capazes de proporcionar a melhoria das condições de vida das populações locais.

II. ANÁLISE ECONÔMICA E SOCIAL

1. EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DEMOGRÁFICA

1. Todos os concelhos que constituem a Cova da Beira apresentaram até 1950 uma evolução demográfica positiva que não se afastou da verificada no Continente. Os respectivos índices são, no entanto, diferentes e apresentam relativamente a 1864 variações de população que se situam entre +87% (Fundão) e +133% (Covilhã).

As três décadas seguintes apresentam nítidos contrastes com as anteriores.

Enquanto a Covilhã e Fundão conheciam ainda ligeiros acréscimos entre 1950 e 1960 em Belmonte desenhava-se já o início de um período de recessão que se vai agudizar e atingir todos os concelhos entre 1960 e 1970.

Entre 1970 e 1981, a sorte dos concelhos é já diferente; apesar de Belmonte ser o único que regista aumento de população (+ 243), na Covilhã (- 1 069) e no Fundão (- 2 869) verificam-se ligeiros decréscimos.

No termo das três décadas o Fundão e Belmonte viram a sua população reduzida em 35,7% e 31,3% respectivamente.

2. A principal causa do comportamento demográfico verificado nos últimos 30 anos reside fundamentalmente no fenómeno migratório que, sendo importante em todo o continente, se revestiu nesta área de uma grande intensidade.

Acompanhando a inserção do nosso País e em particular desta região no quadro da divisão do trabalho, o fluxo migratório assumiu duas formas: uma interna, polarizada pe

**FIG. 3 - DENSIDADE POPULACIONAL
1981**

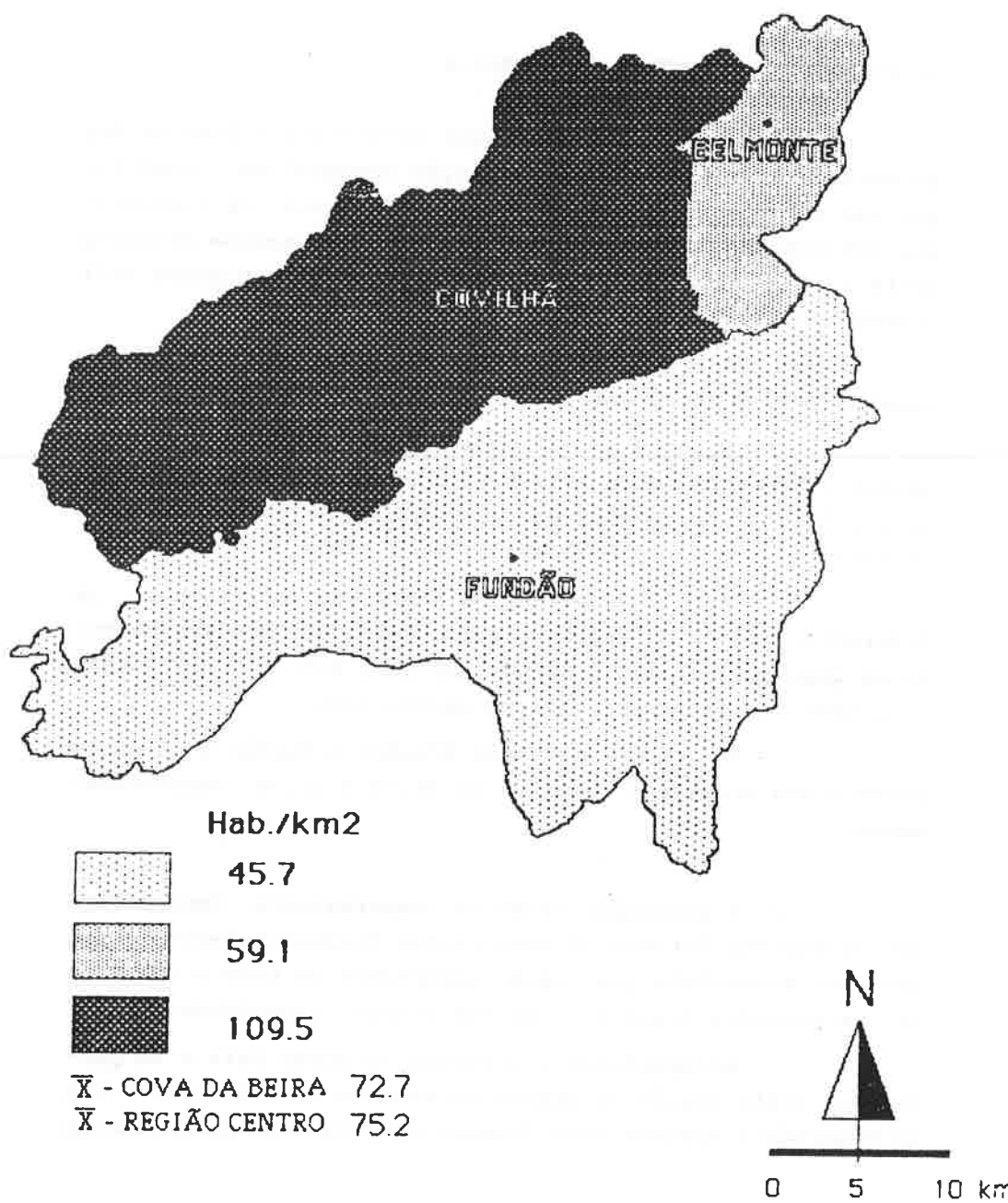
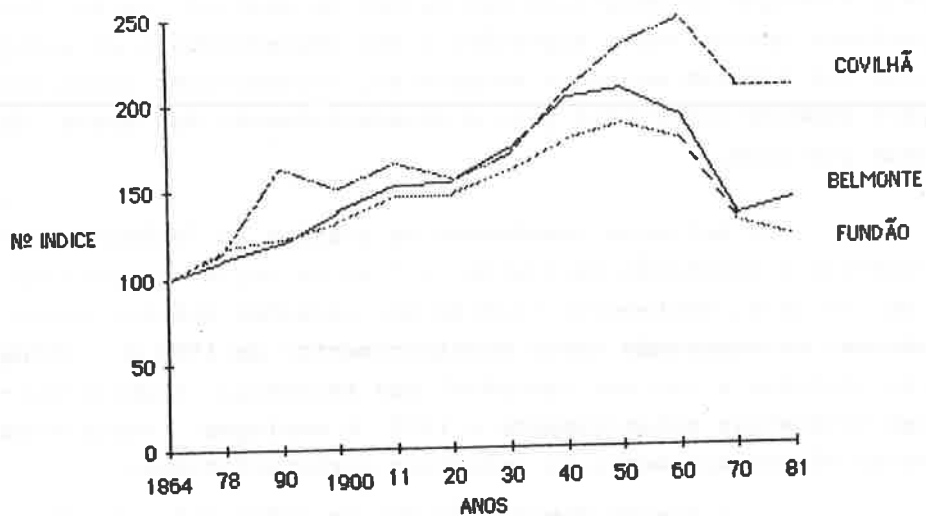


FIG. 4 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO
1864-1981



lo litoral e principais centros urbanos com destaque para Lisboa e outra externa, que foi mais intensa a partir dos anos 50 correspondendo à emigração para a Europa, particularmente para a França e a Alemanha.

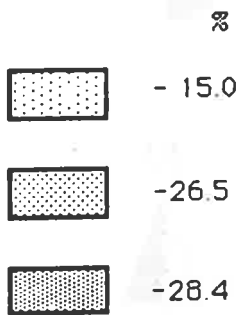
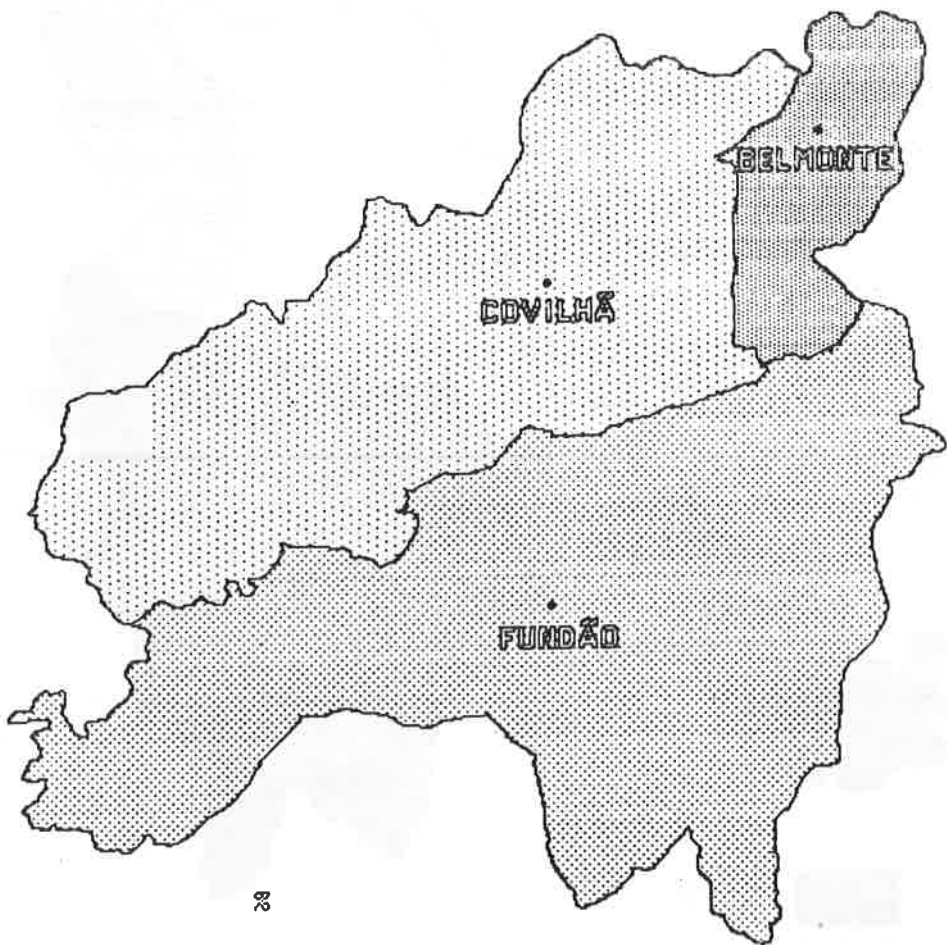
Foi esta a componente que adquiriu maior importância e significado; durante os anos 60, que são os de maior êxodo, abandonaram a Cova da Beira 19 877 pessoas (15,3% dos residentes).

O retorno é um aspecto que deve merecer alguma atenção, não tanto pelo número de casos já verificados, mas pela situação da emigração nos países de destino. Seria importante aproveitar a experiência dos regressados e as economias que fizeram enquanto emigrantes, criando-lhes condições para poderem contribuir para o desenvolvimento das áreas de onde partiram.

3. Sofrendo igualmente os efeitos do fenómeno migratório a população residente na Cova da Beira encontrava-se, em 1970, fortemente erodida dos escalões etários intermédios, evidenciando certo envelhecimento; em 1981 a situação continua a não ser favorável mas evidencia significativas diferenças relativamente a 1970. A evolução verificada nesta década apresenta as seguintes características:

- grande diminuição dos escalões etários até aos 15 anos e ligeiro aumento dos residentes com mais de 65 anos em todos os concelhos da Cova da Beira;
- os escalões considerados produtivos (15-64 anos) apresentam igualmente ligeiros decréscimos, com excepção do de Belmonte.

FIG. 5 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO
1960-1970



X COVA DA BEIRA -21.2
X REGIÃO CENTRO - 9.4
X CONTINENTE - 2.0

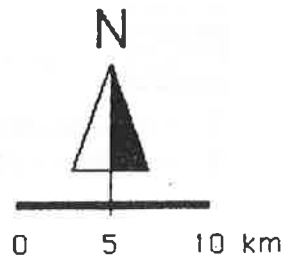


FIG. 6 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO
1970-1981

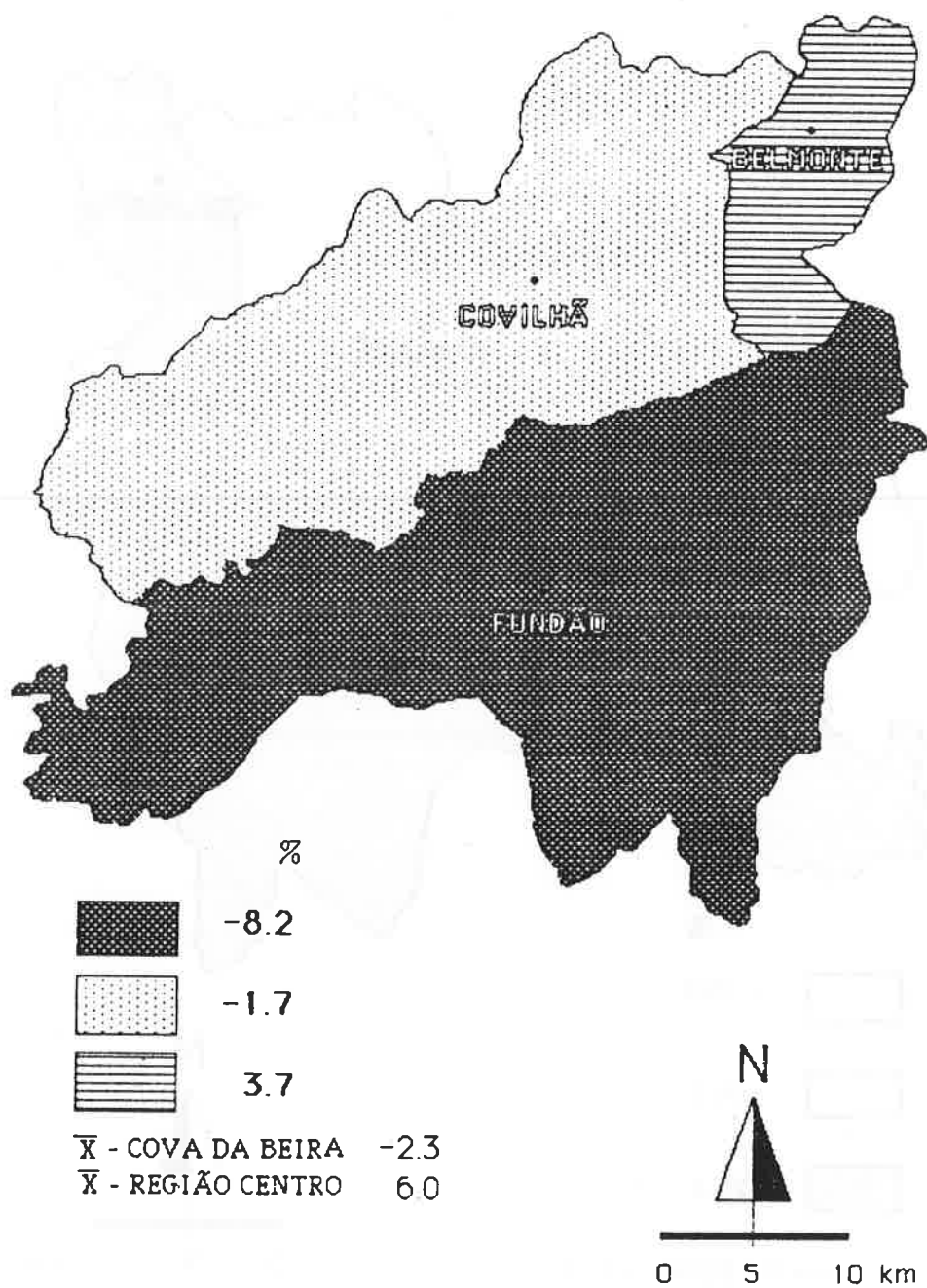


FIG. 7 - NUMERO DE EMIGRANTES LEGAIS
1955-1974

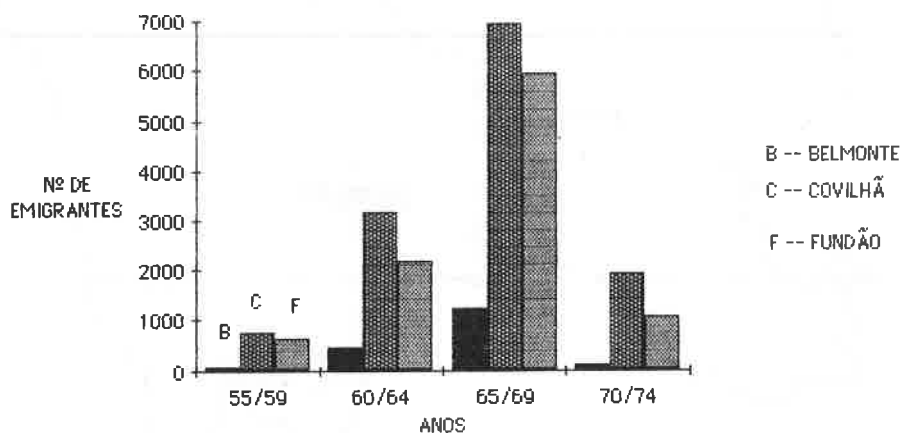
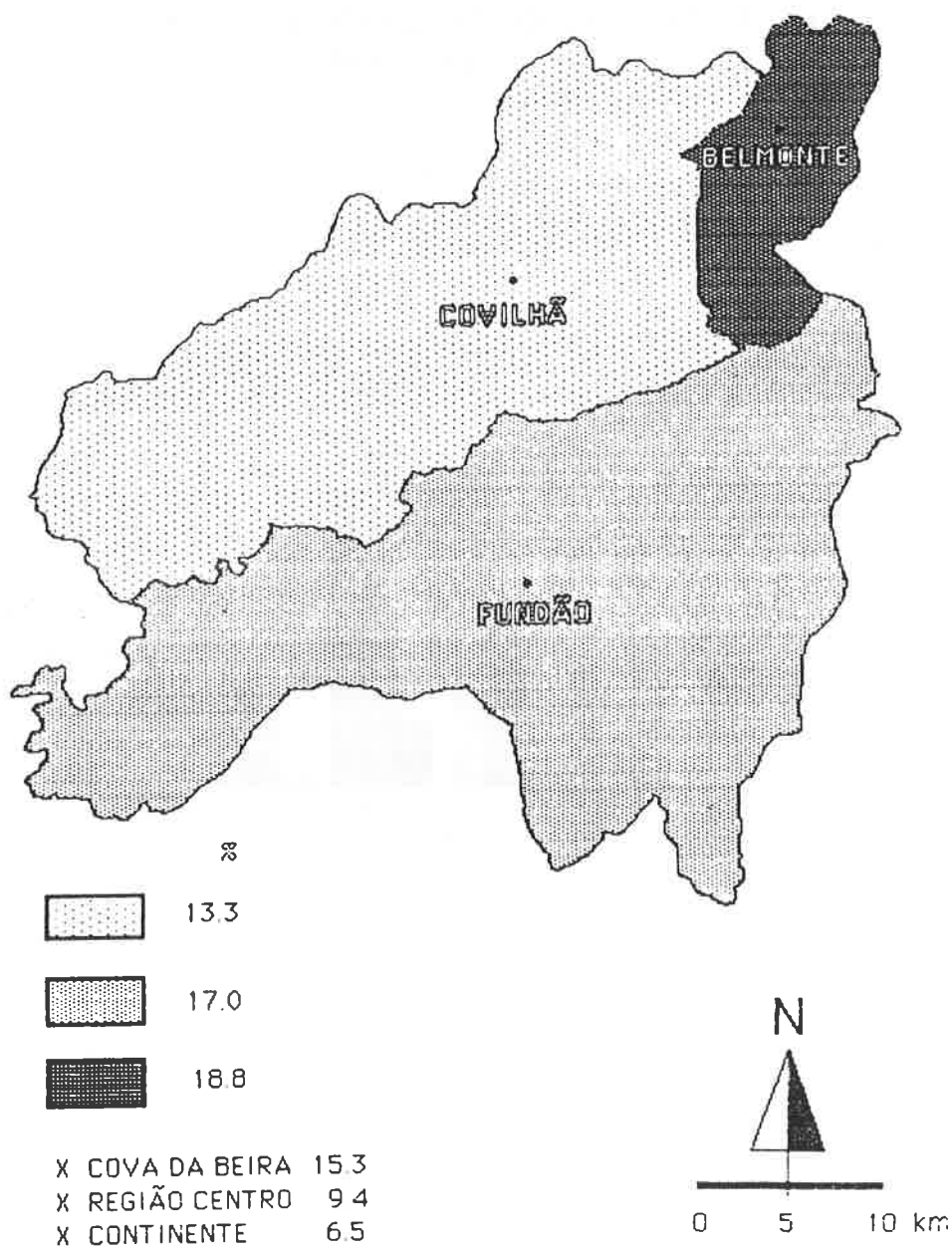


FIG. 8 - TAXA EMIGRATORIA
1960-1969



A melhoria que o coeficiente de dependência apresenta nos concelhos de Belmonte e Covilhã ficou a dever-se, não a uma melhoria na estrutura demográfica, mas ao forte de créscimo observado nos estratos mais jovens.

4. O peso da população activa na população total conheceu na década de 60 uma diminuição geral, situação que na década seguinte foi profundamente alterada.

Em 1981 as diferenças entre os concelhos são pouco significativas (35,2% no do Fundão e 37,3% no da Covilhã), taxa de actividade que se pode considerar relativamente baixa.

A agricultura ainda é, à excepção do concelho da Covilhã, o sector que ocupa maior número de pessoas (mais de 40%), apesar de conhecer em todos eles e desde 1960 uma diminuição gradual.

O secundário encontra-se mais implantado na Covilhã onde detém mais de 50% da sua população activa, apresentando valores mais modestos nos restantes, apesar do aumento significativo verificado entre 1970 e 1981.

A tendência evolutiva evidencia de forma clara a diminuição do sector primário e o grande incremento do sector dos serviços em todos os concelhos. Aquela diminuição pode ser explicada tanto por variações de conceito utilizados na preparação dos recenseamentos como pela importância progressiva que a pluriactividade agrícola adquiriu na área (apenas 17% das pessoas dos agregados domésticos agrícolas trabalham a tempo completo nesta actividade).

FIG. 9 - ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO
1981

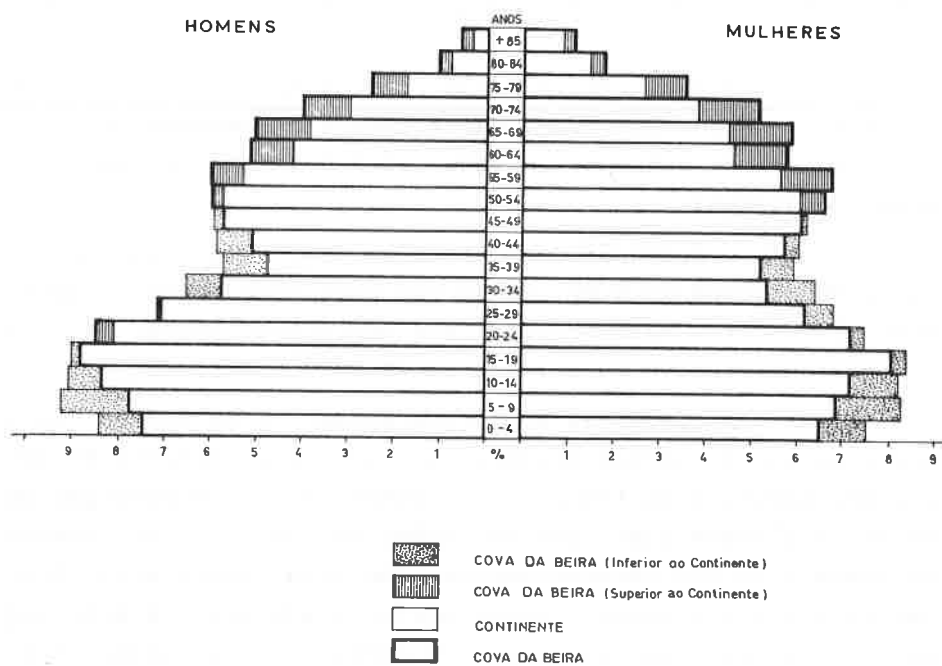
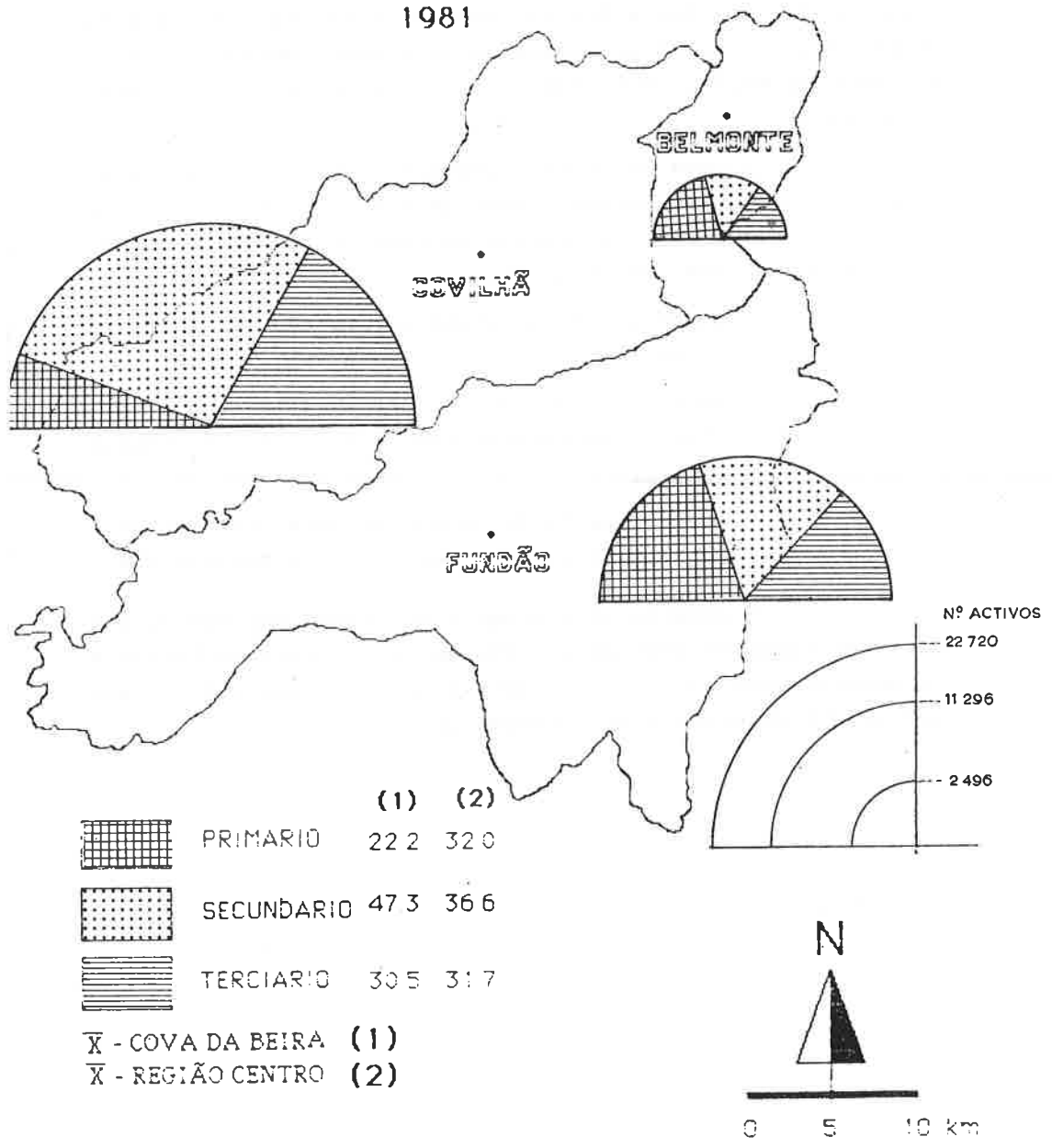


FIG. 10 - REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA
 POR SECTORES DE ACTIVIDADE
 1981



5. Não se conhecem os valores exactos que o desemprego atinge nos concelhos da Cova da Beira; são, no entanto, conhecidos os graves problemas sociais resultantes da instabilidade de emprego motivados, particularmente, pela indústria têxtil.

A Cova da Beira é portanto, uma bacia de emprego particularmente sensível, onde já é sentida e tende a aumentar a pressão sobre o mercado de trabalho local causada por vários motivos, entre quais:

- a procura de um primeiro emprego por parte dos jovens;
- libertação de mão-de-obra resultante duma possível e necessária reconversão na indústria têxtil;
- com a libertação da mão-de-obra excedentária ou em situação de subemprego na agricultura.

O aumento do emprego e do rendimento dos agregados familiares através da criação de novos empregos estáveis, tendencialmente mais qualificados e melhor remunerados deve ser um dos objectivos de actuação prioritários.

2. O SECTOR PRIMÁRIO E O PROJECTO DE REGADIO

2.1. Estrutura Agrária e Produção

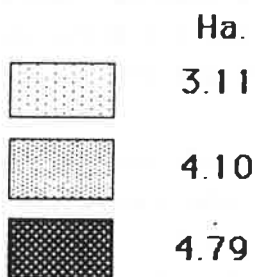
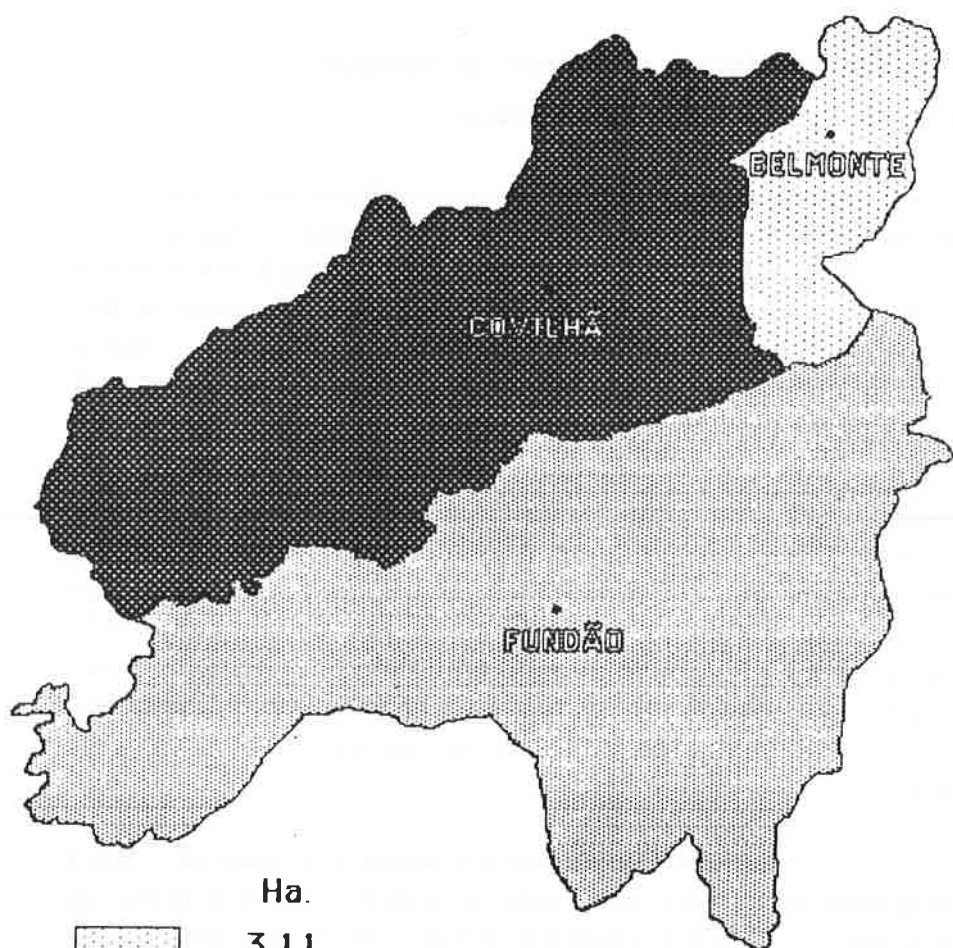
1. Na Cova da Beira os responsáveis pela gestão das empresas agrícolas são maioritariamente idosos e com um fraco nível de escolaridade, o que à partida poderá vir a ser um entrave às mudanças desejadas. Com efeito, predominam os dirigentes com idades iguais ou superiores a 55 anos, cerca de 53% do número total, percentagem claramente superior à média do Continente (45,5%).

No que diz respeito aos níveis de escolarização, a situação era mais grave na Cova da Beira que no Continente. Com efeito, as taxas de analfabetismo são aí sempre mais elevadas: no caso dos dirigentes das explorações com menos 20 hectares essa percentagem eleva-se a 60,5% no total dos três concelhos e 43,9% no Continente. Também na direcção das explorações com mais de 20 hectares se encontra um elevado número de indivíduos que não sabem ler nem escrever (35,7% na Cova da Beira e 28% no Continente).

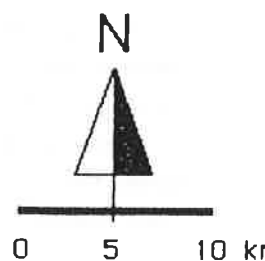
2. Em termos de estrutura agrária a Cova da Beira corresponde a uma área de transição entre o Sul e o Norte do país o que aliás nos é sugerido pelos valores que os concelhos apresentam.

Em 1968 as explorações agrícolas com menos de 20 ha apresentavam em Belmonte, Covilhã e Fundão superfícies médias de 2,2, 2,8 e 2,3 hectares, respectivamente, valores próximos da média do Continente (2,5 ha), o que não acontecia com as médias relativas à superfície das grandes explorações (70,7, 71,3 e 70 ha), bastante distanciadas da média do Continente (102,5). Em 1979, as primeiras apresentavam 2,1,

FIG. 11 - SUP. MEDIA DAS EXPLORAÇÕES
1979



\bar{X} - COVA DA BEIRA 4.26
 \bar{X} - REGIÃO CENTRO 3.62



1,8 e 2,3 ha enquanto as segundas registavam 52,2, 225,5 e 93,4 ha. Os valores observados nestas duas datas evidenciam uma tendência geral para uma diminuição tanto no número como na superfície ocupado pelas explorações agrícolas, traduzindo-se de igual modo na diminuição da superfície média das explorações; no entanto, esta tendência não é uniforme já que só nas explorações mais pequenas se verificam idênticas diminuições de superfície média, enquanto as maiores registam aumentos consideráveis.

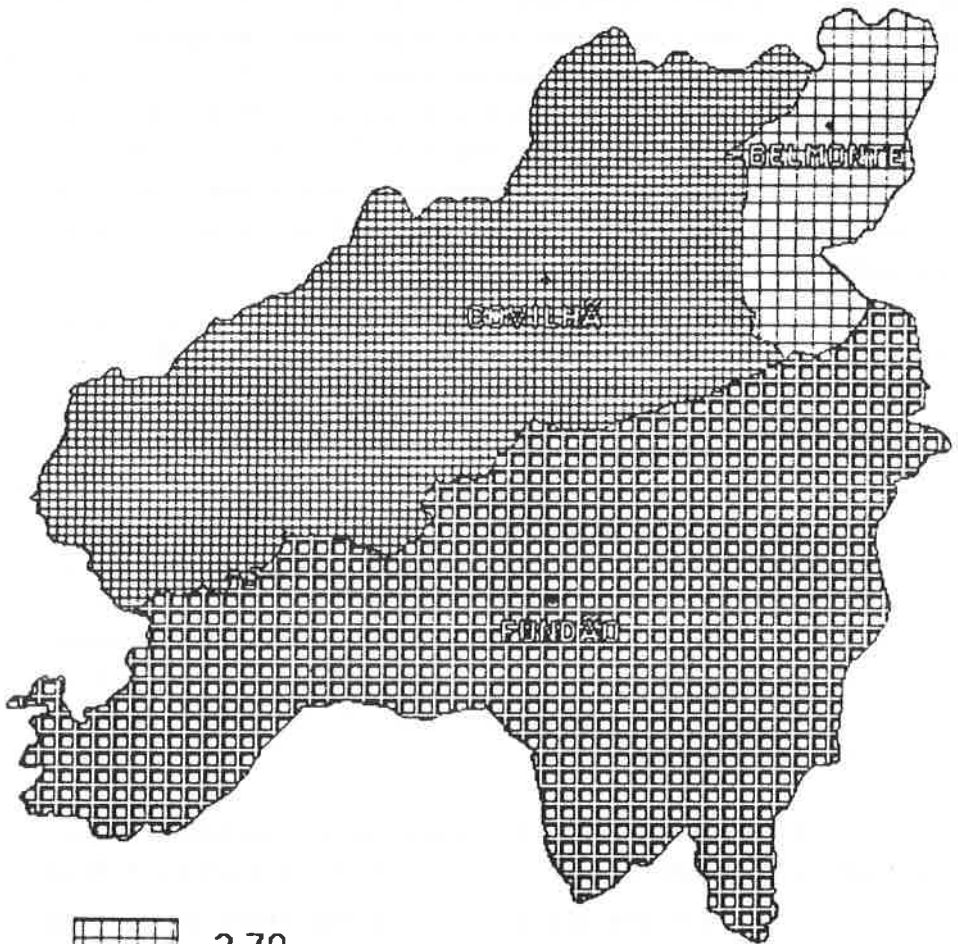
Outro aspecto igualmente relevante e que evidencia o desequilíbrio existente na estrutura fundiária diz respeito à superfície ocupada por cada uma destas classes de explorações.

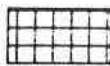
Com efeito, considerando os três concelhos, às 520 explorações (3,8% do total), que em 1968 detinham mais de 20 ha, correspondiam 36 621 hectares, cerca de 53% da superfície agrícola. Em 1979 esta discrepância aumentou ainda mais (1,7% do número de explorações detinham 51,5% da superfície agrícola) verificando-se, deste modo, uma concentração cada vez maior de superfície agrícola em explorações de dimensão mais elevada.

3. O parcelamento das explorações agrícolas é outro aspecto igualmente significativo da estrutura fundiária.

Os valores observados nos concelhos da Cova da Beira apresentam-se bastante homogêneos quer quanto ao número médio de blocos por exploração (Belmonte 3,6 e 2,7, em 1968 e 1979 respectivamente; Covilhã, 4,17 e 2,77; Fundão 2,92 e 3,14) quer quanto à superfície média (1,15, 1,73 e 1,30 em 1979).

FIG. 12 - NUMERO MEDIO DE BLOCOS POR EXPLOR
1979

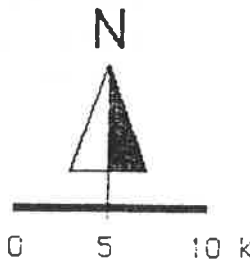


 2.70

 2.77

 3.14

\bar{X} - COVA DA BEIRA 2.96



Quanto à evolução observada entre 1968 e 1979 nos concelhos de Cova da Beira verificamos:

- uma ligeira diminuição do número de blocos por exploração;

- as explorações de mais de 20 ha registam uma diminuição do número de blocos enquanto a respectiva superfície média aumenta significativamente; mas nas de menos de 20 ha verificamos, dum modo geral, uma diminuição tanto no número médio de blocos por exploração como na superfície média dos blocos.

Este facto podendo relacionar-se com os critérios que presidiram à elaboração dos recenseamentos aponta, no entanto, o reforço fundiário das maiores explorações agrícolas, devido particularmente, ao seu menor parcelamento.

4. A relação jurídica do produtor relativamente à exploração que dirige, assume nesta área um relevo importante, pois condiciona a tomada de decisões que envolvam investimentos de capital que permaneçam necessariamente adstritos à própria terra, como seja a plantação de um pomar ou de outra cultura ou infraestrutura de carácter permanente. Em 1968, das 13 590 explorações existentes nos três concelhos, 65,4% eram explorados por conta própria, 18,5% de arrendamento e as restantes eram mistas ou com outra forma.

A superfície que cada uma destas formas de exploração representa em cada um dos três concelhos é bastante díspar, repartindo-se do seguinte modo:

		Conta própria	Arrendamento	Mista e outras formas
Belmonte	1968	50,8	17,4	31,8
	1979	71,5	11,1	17,4
Covilhã	1968	55,5	20,0	24,5
	1979	86,3	5,7	8,0
Fundão	1968	59,5	18,1	22,4
	1979	56,1	12,3	31,6

A evolução verificada entre 1968 e 1979 faz dois aspectos fundamentais:

- diminuição do arrendamento em todos os concelhos, com particular destaque no da Covilhã;

- aumento da superfície das explorações por conta própria em Belmonte e na Covilhã enquanto no Fundão se verificou a sua diminuição acompanhada do aumento da superfície das explorações mistas.

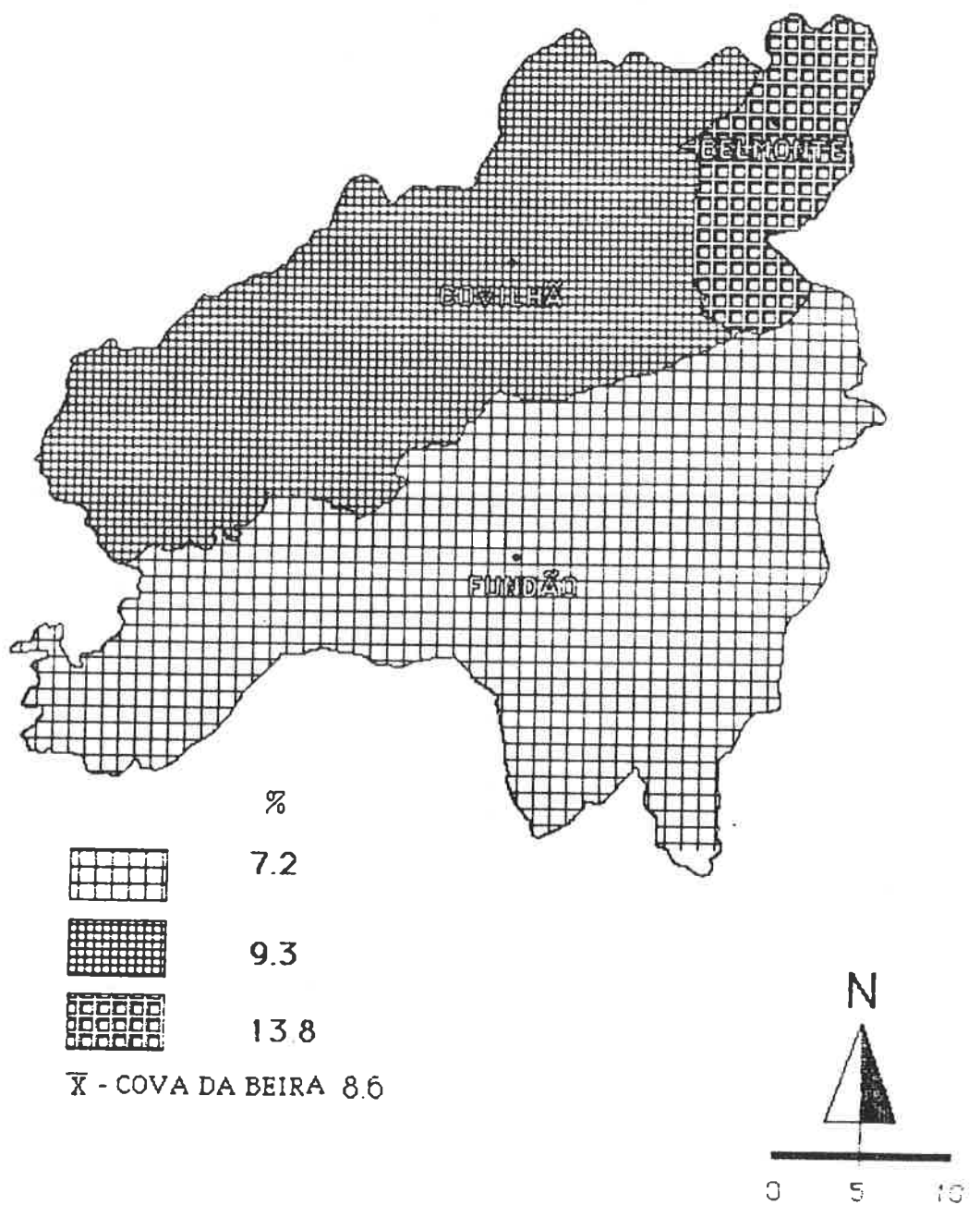
5. A importância que o sector agrícola detém na área da Cova da Beira fá-lo destacar tanto do pecuário como do silvícola. Em 1977 a sua produção representava em todos os concelhos mais de 55% do total dos três sectores; valor muito mais elevado que o verificado em 1970. No entanto, esta produção assenta num número restrito de culturas, com particular destaque para a batata e forragens, que representam mais de 60% em Belmonte e na Covilhã; no Fundão onde o azeite adquire uma importância considerável, apresenta uma estrutura produtiva mais diversificada. A produção frutícola, que

1977

	PRODUÇÃO AGRÍCOLA		PRODUÇÃO	PECUÁRIA			
	%	Produções principais (% da produção agrícola)		%	%		
Belmonte 1970 1977	77 710	41,1 55,4	Batata (68,4), Forragem (12,2), Azeite (3,2)	5 662	4,4 4	56 886	54,5 40,6
Covilhã 1970 1977	312 503	51 57,3	Batata (53), Vinho (14), Forragem (11,5)	60 477	19,6 11,1	172 727	29,4 31,6
Fundão 1970 1977	426 663	50,4 61,0	Azeite (11,0), Batata (10,8), Forragem (10,4)	82 436	21,4 11,8	190 531	28,2 27,2

Unidade: 10³ Esc.

FIG. 13 - NUMERO DE EXPLORAÇÕES
COM MACIEIRAS - 1979



não é possível quantificar, adquire uma grande importância na economia de muitas explorações agrícolas

A produção silvícola e pecuária cujo peso relativo diminuiu entre 1970 e 1977 adquire um grande significado pela complementaridade que representa na economia de grande parte das explorações agrícolas.

6. Em virtude da importância que assumem na Cova da Beira analisamos seguidamente a evolução verificada em certas culturas permanentes. O olival é a que ocupa maior extensão (3 933 e 3 415 ha), seguida pela vinha (2 350 e 2 345 ha), enquanto os pomares existentes atingem 627 ha em 1968 e 1 839 em 1979. Através destes números depreendemos que as árvores de fruta é a única cultura que, neste período conheceu uma significativa expansão, enquanto a vinha e o olival viram as suas extensões reduzidas.

O aumento verificado nos pomares ocorreu em todos os concelhos tanto ao nível da respectiva superfície como espécies; as pomoideas e as prunoideas, que aumentaram 2,5 e 7 vezes a sua extensão, foram as que conheceram maior expansão, destacando-se particularmente o pêsego na Covilhã e o pêsego e a cereja no Fundão.

2.2. Pecuária

A pecuária reveste-se duma importância fundamental na economia de grande parte das explorações agrícolas desta área; no entanto, o número dos seus efectivos tem conhecido uma diminuição geral acentuada no caso dos ovinos, caprinos e suínos enquanto que nos bovinos se regista um ligei

FIG. 14 - NUMERO DE EXPLORAÇÕES
COM GADO BOVINO - 1979

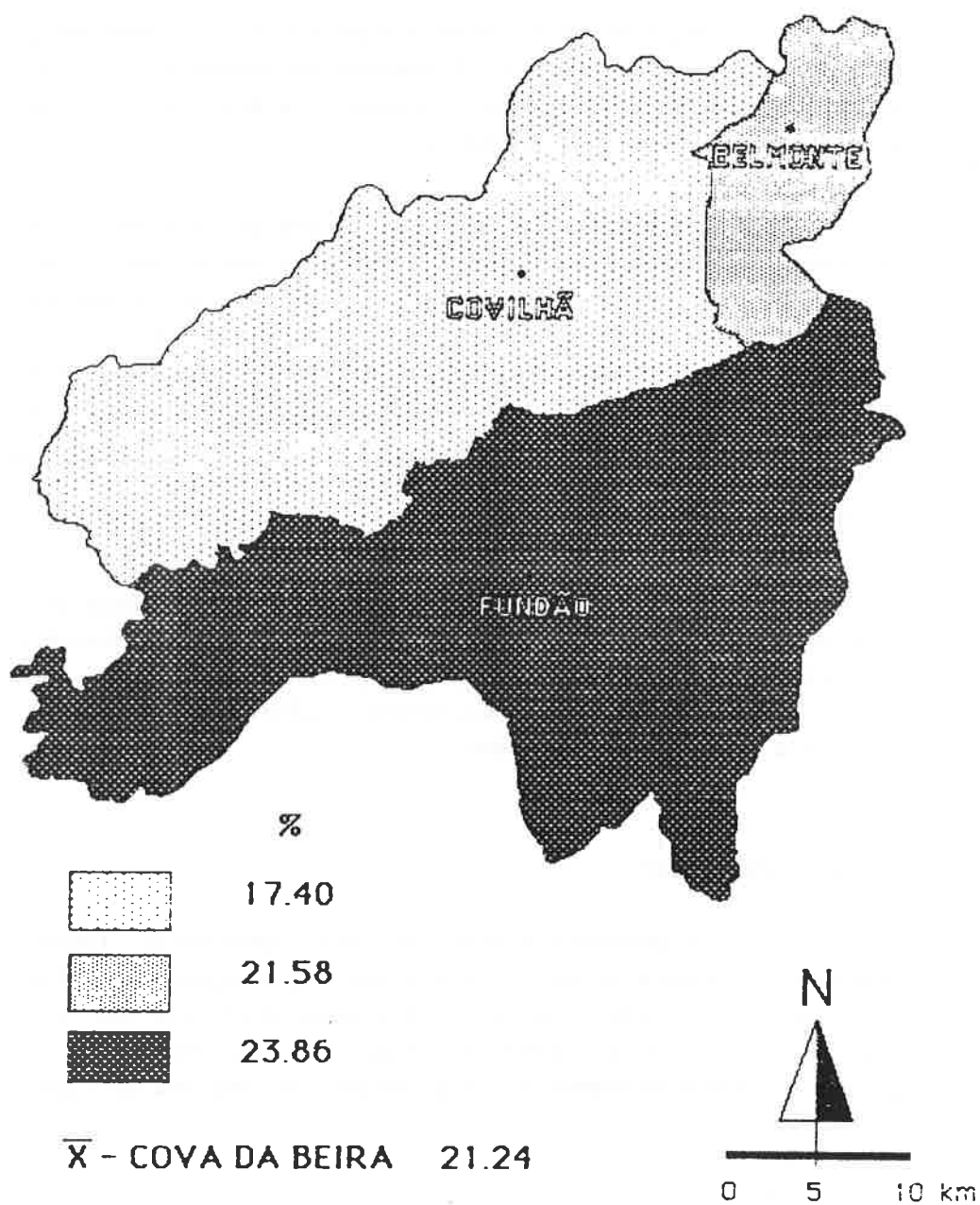
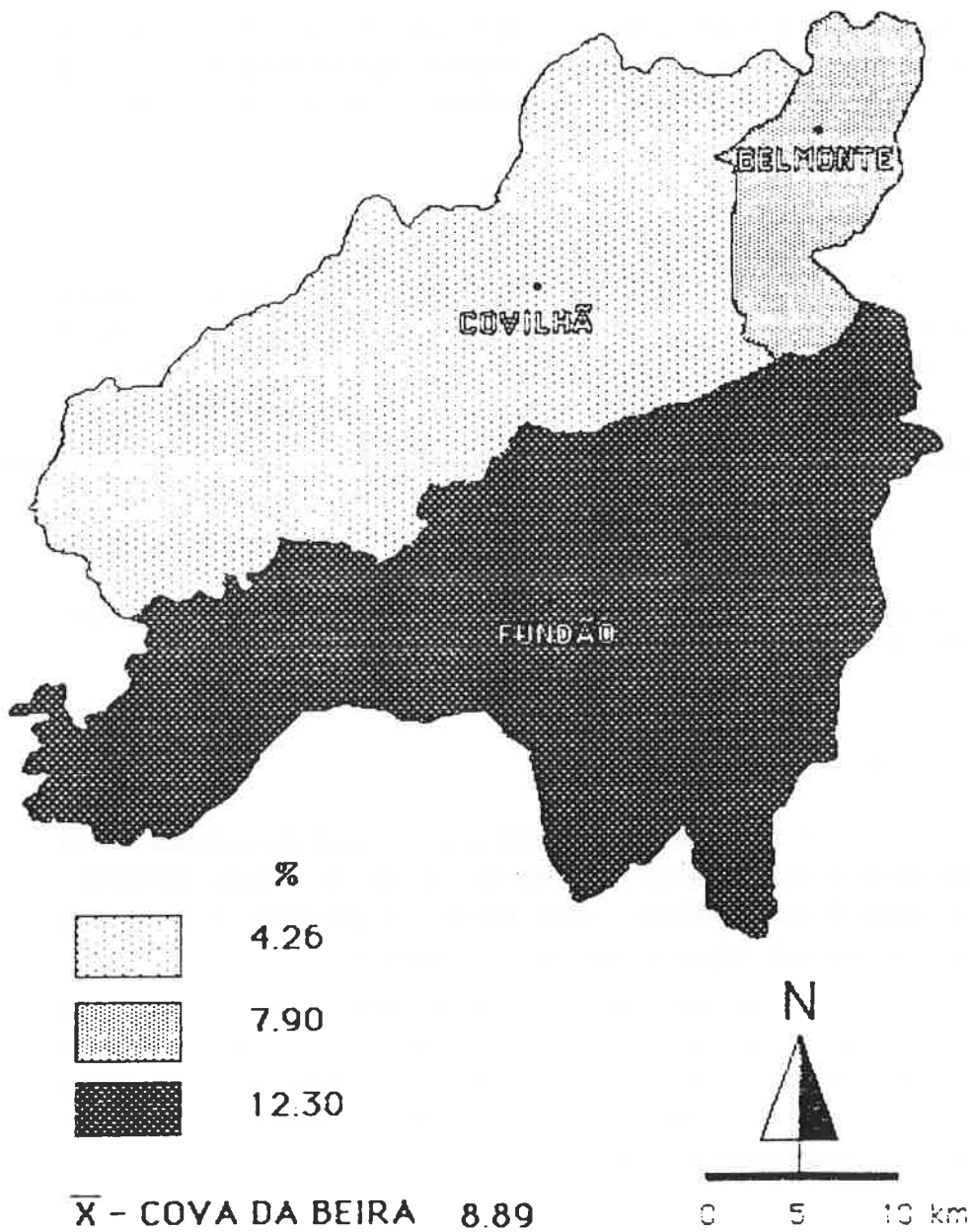


FIG. 15 - NUMERO DE EXPLORAÇÕES
COM GADO OVINO - 1979



ro aumento. Os ovinos que se encontram representados em 11% das explorações é a espécie que apresenta um número de cabeças (33,6) por exploração mais elevado; os suínos (36% das explorações e 3 cabeças), os caprinos (32% e 3,8 cabeças) e os bovinos (21% e 32 cabeças) embora representados em maior número de explorações têm ocorrência em média mais baixa.

2.3. Silvicultura

Na Cova da Beira a floresta ocupa 29,3% da sua superfície total, destacando-se os concelhos da Covilhã (32,2%) e do Fundão (28,4%) por serem os mais acidentados; a espécie predominante é o pinheiro bravo, assistindo-se recentemente a grandes plantações de eucalipto.

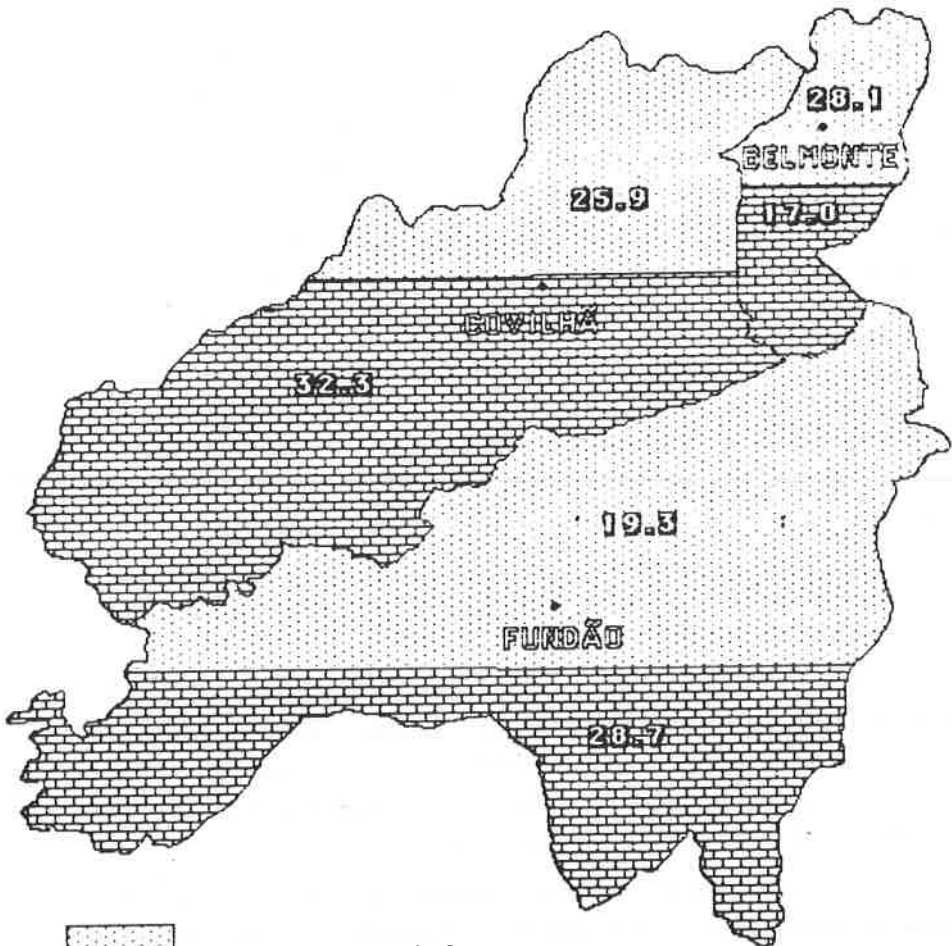
Se atendermos a um mais racional aproveitamento das potencialidades dos solos desta sub-região será de esperar uma expansão ainda maior de floresta tanto em áreas actualmente agricultadas como em parte dos incultos que atingem 22,8% da superfície total da área.

2.4. Situação do Sector

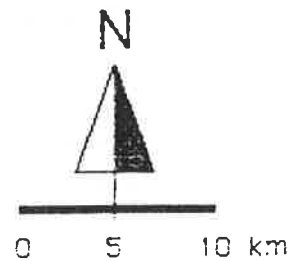
1. Os factores actuantes no desenvolvimento da actividade agrícola da Cova da Beira impõem alguns condicionamentos à sua prática, encerrando, no entanto, algumas virtualidades que importa ter em consideração.

Do que expusemos inicialmente podemos concluir que o quadro natural da Cova da Beira não é particularmente desfavorável ao desenvolvimento da actividade agrícola encerrando potencialidades bem diversificadas tanto para a agricultura como para a floresta.

FIG. 16 - UTILIZAÇÃO DO SOLO : ARBORIZAÇÃO E INCULTOS



 INCULTOS (1)
 ARBORIZAÇÃO (2)



	(1)	(2)
\bar{X} - COVA DA BEIRA	22.8	29.3
\bar{X} - REGIÃO CENTRO	16.7	35.5

2. Assistiu-se na Cova da Beira, a exemplo de muitas áreas do interior, a um progressivo abandono dos campos mercê de condicionalismos económicos e sociais que propiciavam um êxodo das populações e a um depauperamento das explorações agrícolas. Deste modo, a população das áreas rurais da Cova da Beira apresenta, de um modo geral, elevado índice de envelhecimento (53% dos empresários tinham mais de 55 anos) e baixos níveis de alfabetização; a mão-de-obra agrícola apresenta, igualmente, baixos níveis de produtividade.

Um número elevado de empresas agrícolas, que na maior parte dos casos se encontram descapitalizadas, pratica ainda uma agricultura de subsistência (comercializam menos de 30% da sua produção, especialmente no bloco da Meimoa), a tempo parcial (bloco do Fundão) e de base familiar.

3. A estrutura agrária da Cova da Beira caracteriza-se pela existência de explorações de pequena dimensão (média de 4,26 ha), associada a uma grande fragmentação e dispersão dos seus prédios (3 blocos por exploração). Isto não significa que um número restrito de explorações não detenha uma área agrícola considerável.

Por outro lado, a relação jurídica do produtor com a terra tem condicionado fortemente o investimento e as culturas de tipo perene, pois existe um número significativo de explorações sob a forma de arrendamento.

4. A comercialização dos produtos agrícolas é deficiente e os canais de escoamento fortemente dependentes de intermediários.

As cooperativas existentes por falta de recursos e de apoios, têm dificuldade em responder às necessidades dos seus associados.

São igualmente deficientes as infraestruturas a jusante da produção agrícola, tanto a nível da conservação (rede de frio), como da transformação local dos produtos.

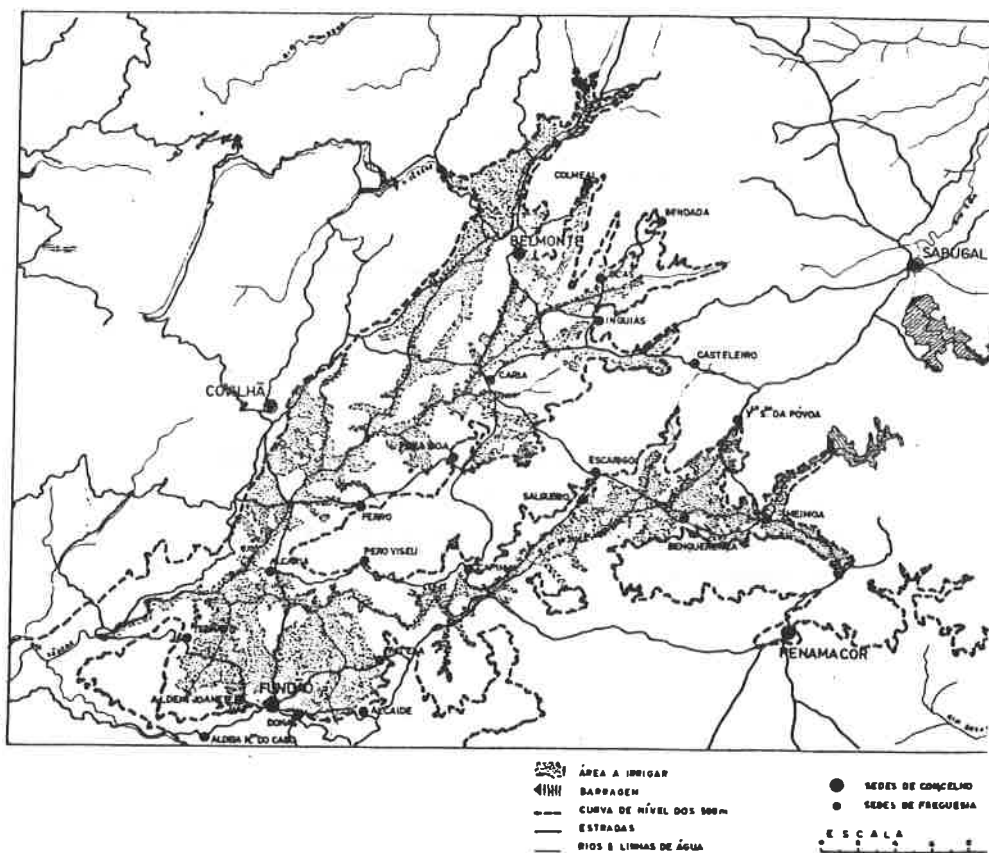
5. As dificuldades de recurso ao crédito, por juros inacessíveis ou pela demora na sua concessão, associado ao pouco apoio técnico aos agricultores que potencie a capacidade inovadora existente, podem ser apontados como outros estrangulamentos impeditivos do desenvolvimento agrícola da área.

2.5. O Projecto de Regadio

2.5.1. A Estrutura Agrária na Área do Regadio

1. A área a beneficiar pelo Plano de Regadio da Cova da Beira compreende 14 429 hectares distribuídos por 27 freguesias dos concelhos de Belmonte, Covilhã, Fundão, Penamacor e Sabugal, assim repartida:

FIG. 17 - AREA A BENEFICIAR PELO PROJECTO DE REGADIO



SUPERFÍCIE A BENEFICIAR PELO PLANO DE REGA
DA COVA DA BEIRA

SUBLOCO	Nº DE FREGUESIAS	ÁREA TOTAL DAS FREGUESIAS (ha)	ÁREA A REGAR	
			(ha)	%
MEIMOA	6	19 643	3 944	20,1
FUNDÃO	10	16 059	5 213	32,5
COVILHÃ	9	25 212	5 102	20,2
SABUGAL	2	4 037	170	4,2
TOTAL	27	64 951	14 429	22,4

Os elementos disponíveis e que seguidamente apresentamos dizem respeito, não à área das 27 freguesias, mas apenas a 31 596 ha, correspondentes à área dos prédios total ou parcialmente atingidos pelo regadio, ou seja 48,7% da área das 27 freguesias.

Num total de 6 127 explorações, 3 852 são exploradas por conta própria (62,8%), 1 059 estão arrendadas (17,3%), 1 144 são mistas e em 72 explorações (1,2%) subsistem formas mais tradicionais de exploração, como o sistema de parceria.

FORMAS DA EXPLORAÇÃO DA TERRA

SUBLOCO	NÚMERO DE EXPLORAÇÕES	CONTA PRÓPRIA		ARRENDAMENTOS		MISTAS		OUTRAS	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
MEIMOA	1 937	1 324	68,4	198	10,2	415	21,4	-	-
FUNDÃO	1 885	1 123	59,6	381	20,2	305	16,2	-	-
COVILHÃ	1 938	1 238	63,9	325	16,8	339	17,5	36	1,8
SABUGAL	367	147	40,1	109	20,4	75	20,4	36	9,8

Da análise deste quadro pode concluir-se que as explorações por conta própria predominam no subloco ⁽¹⁾ da Meimoa (68,4%), onde o arrendamento só abrange 10,2% das explorações. No subloco do Fundão verifica-se a mais alta percentagem de explorações constituídas exclusivamente por prédios arrendados, 20,2%, logo seguido pelo subloco da Covilhã com 16,8%.

Estes valores vêm confirmar a tendência quanto à forma de exploração por arrendamento na área do regadio. Esta situação é mais corrente neste área e nas freguesias com maior tendência para a urbanização, localizadas na proximidade dos aglomerados urbanos do Fundão e Sabugal, como acontece nas freguesias de Donas (31,5%), Telhado (25,0%), Aldeia de Joanes (57,6%) e Fundão (40,5%), por um lado, e Sabugal (29,8%) e Quintas de S. Bartolomeu (29,2%), por outro lado.

Contrariamente, no Comeal da Torre (7,9%) e nas freguesias do sector oriental da área estudada, Casteleiro (10,9%), Benquerença (3,7%), Maçainhas (4,9%) e Vale da Senhora da Póvoa (9,2%), as explorações por conta própria asumem maior relevo.

A maior pulverização da propriedade observa-se nas freguesias de Benquerença (7,4 prédios por exploração) Escarigo (3,1), Salgueiro (4,4) e Meimoa (3,4).

Relacionado o parcelamento das explorações com a respectiva forma de exploração, verifica-se no subloco da Meimoa, uma estreita correspondência entre a média elevada de prédios por exploração e a baixa percentagem de explorações arrendadas (casos das freguesias de Benquerença, Meimoa, Salgueiro, Vale da Senhora da Póvoa e Escarigo), o que a leva a pensar que nas outras áreas em que o processo de arrendamento de terras está mais generalizado ele constitui um factor

(1) Estes sublocos constituem compartimento da área a reger e foram definidos pela DGRAH com base no faseamento do projecto.

de emparcelamento da terra. Do mesmo modo, a forma mista de exploração pretende obviar em muitos casos à fragmentação de propriedade ou à sua reduzida extensão.

Analisando agora os tipos de empresas agrícolas, classificadas segundo o contributo que cabe ao trabalho familiar no resultado da empresa bem como a parte de vendas e autoconsumo neste resultado (1), verifica-se que 2 683 explorações são de subsistência, 895 a tempo parcial, 1 843 familiares, 98 patronais e 403 são consideradas mistas.

As explorações de subsistência, que representam 45,3% do número total, são aquelas onde os resultados obtidos "não são suficientes para remunerar de maneira satisfatória o trabalho familiar nem a sua estrutura consegue o pleno emprego", sendo autoconsumida mais de 70% da sua produção. Apesar de não sabermos que área representam, o seu número é, percentualmente, mais baixo na área do Plano da Rega, do que acontecia para o conjunto dos concelhos de Fundão e Belmonte em que o autoconsumo era predominante em 73,3% das explorações.

As explorações a tempo parcial encontram-se mais representadas nas freguesias de Donas, Fatela, Valverde, Fundão, Alcaide, Sabugal, Quintas de S. Bartolomeu, Benquerença, Meimoa e Vale da Senhora da Póvoa, com valores superiores aos da média da área do regadio. Observa-se esta situação tanto nas freguesias localizadas nas proximidades do Fundão e do Sabugal, lugares onde a possibilidade de emprego fora do sector agrícola é maior como naquelas onde a população envelhecida adquire significado e o trabalho é complemento das reformas e pensões.

(1) Relatório citado.

A distribuição das explorações familiares coincide, em larga medida, com o conjunto de freguesias em que se verificavam as mais altas percentagens de explorações por conta própria: Belmonte, Bendada, Casteleiro, Colmeal da Torre, Fatela, Fundão, Meimoa e Peraboa.

As explorações patronais, que ocorrem em número menos expressivo, são, "caracterizadas pelo não exercício do trabalho executado pelo agregado familiar do empresário". Embora, como nos outros casos, não seja possível apresentar o valor correspondente à superfície que representam, nota-se, a título exemplificativo, que a 4 dessas explorações no subloco do Fundão, correspondiam 36% da área total.

Finalmente as explorações mortas, 6,8% do número total, são explorações abandonadas, sobretudo devido à emigração. Escarigo constitui o caso mais extremo com 46,6% de explorações abandonadas, o que é um valor elevado, mesmo na área em que se inclui: Benquerença, 10,2%; Meimoa, 8,6% e Salgueiro, 12,6%.

Os seus dirigentes, que são maioritariamente analfabetos (80%), correspondem em larga medida às explorações de subsistência (50% no subloco da Meimoa). Apesar do obstáculo que representam pela sua natural resistência à inovação (pela idade e pela falta de preparação técnica) desempenham um papel socialmente útil uma vez que mantêm em funcionamento, se bem que a níveis muito fracos de produtividade, explorações que de outro modo poderiam ficar abandonadas.

Com idades compreendidas entre os 50 e 65 anos existe um grupo numeroso, representando 44% do total e correspondendo de um modo geral a explorações de tipo familiar se bem que muitos deles acumulem o trabalho da sua explora-

ção com outra actividade, quer como assalariados agrícolas eventuais, quer trabalhando em ramos estranhos à agricultura. Entretanto, o analfabetismo ainda representa nesta classe etária um valor muito elevado (62%).

Representando 26% do total de dirigentes, os agricultores do estrato etário dos 25 aos 49 anos, constituem a maioria dos dirigentes mais jovens. Para obstar aos problemas das suas explorações mal dimensionadas, sem dinheiro para investir, muitos deles recorreram a um segundo emprego (59%). A taxa de analfabetismo embora superior à média do País é, neste grupo, mais baixa (34%), tendo 63% a instrução primária.

Por último, importa salientar a transformação operada com a emigração, nomeadamente ao nível da direcção das explorações agrícolas, em que muitas das funções sociais tradicionalmente desempenhadas pelos homens passaram a sê-lo por mulheres. Assim, só no subloco da Meimoa, estas representam actualmente 27% do total dos empresários agrícolas, 10,2% no subloco do Fundão e 9,8% no da Covilhã.

2.5.2. Descrição Geral da Obra⁽¹⁾

1. Generalidades

O regadio da Cova da Beira insere-se no plano de aproveitamento dos recursos hídricos da bacia superior do Zêzere e Alto Côa.

Trata-se de um Aproveitamento Hidráulico de fins múltiplos que visa o benefício pela rega de uma área de cerca de 14 400 hectares (1.^a fase), o abastecimento de água

(1) In: DGHEA - Projecto de Desenvolvimento Agrário da Cova da Beira, Dez. 1983, pág. 46 e segs.

às populações e indústria, a regularização fluvial e a defesa contra cheias e a produção de energia eléctrica aproveitando as transferências de caudais das cabeceiras do rio Côa (bacia hidrográfica do Douro) para a Meimoa (bacia hidrográfica do Tejo) com uma queda de 220 metros.

A origem da água, nesta primeira fase, será obtida com a construção da barragem do Sabugal, no rio Côa e a barragem da Meimoa na ribeira do mesmo nome, ligadas entre si por um túnel seguido de galeria, em pressão com cerca de 4 Km, alimentando uma central hidroeléctrica com a produção média anual de 33,7 GWh. Os recursos hídricos regularizados por estas duas albufeiras são da ordem de $105 \times 10^6 \text{ m}^3$ por ano.

A partir da barragem da Meimoa desenvolve-se um canal condutor geral, com funcionamento compensado por armazenamentos localizados, o qual vai alimentando, sem qualquer bombagem, as redes secundárias de rega por aspersão dos blocos da Meimoa, Fundão e Covilhã (Margem Esquerda do Zêzere). O bloco do Sabugal é alimentado directamente a partir da barragem do Sabugal.

Numa segunda fase prevê-se o aproveitamento dos recursos hídricos do rio Zêzere na zona de Valhelhas, permitindo vir a beneficiar pela rega cerca de 3 000 hectares de terrenos na margem direita daquele rio e a interligação com o sistema hidráulico Côa-Meimoa através do prolongamento do canal de Belmonte, conseguindo-se assim, com uma criteriosa exploração das diferentes origens de água, vir a reforçar, com origem no Zêzere, a rega dos blocos da primeira fase e aumentar a área a beneficiar.

2. Rede de Rega

A rede primária de rega é constituída por canais a céu aberto, que se desenvolvem e meia encosta, com ar mazenamentos localizados.

A rede secundária, que faz a distribuição da água para rega na área a beneficiar, insere-se ou directamente no canal ou nos reservatórios de compensação existentes ao longo do canal. Esta rede é constituída por condutas enterradas de fibrocimento, admitindo-se que possam ser de PVC ou polietileno as condutas de diâmetro igual ou inferior a 150 mm.

Uma vez que a rede primária se desenvolve a cotas relativamente altas, a rede secundária funcionará sob pressão necessária ao funcionamento da rede, sem qualquer bom bagem suplementar.

As redes primária e secundária de rega serão projectadas e construídas pelo Estado, sendo a rede móvel, que faz a distribuição de água no terreno a partir das tomadas de rega, adquirida pelos agricultores, contando porém com o apoio financeiro dos serviços oficiais.

A rede de rega está sendo planeada de forma que, em cada tomada de rega, se disponha permanentemente de um caudal, calculado em função da área servida, e de uma pressão de serviço mínima. Para isso, as tomadas de rega serão equipadas com um limitador de caudal e um regulador de pressão. O limitador de caudal impedirá que, em cada tomada, se retire maior caudal que o previsto, evitando-se a falta de água ou queda de pressão nas tomadas de rega situadas a jusante.

Para o estabelecimento do plano de implantação das tomadas de rega, procurar-se-á respeitar os seguintes critérios:

a) Cada tomada de rega disporá de uma ou mais saídas, servindo cada uma sua parcela de rega. Além do limitador de caudal e regulador de pressão, cada saída será equipada com um contador de água;

b) Cada saída de tomada de rega serve uma parcela de rega. Esta parcela abrange um ou mais prédios, até ao máximo de 10, nos casos extremos de mais dispersão predial;

c) As tomadas de rega estão, regra geral, implantadas ao lado de estradas e caminhos agrícolas existentes ou projectados. Este procedimento tem em vista facilitar o acesso às tomadas pelos agricultores e às operações de manutenção e fiscalização. Sempre que possível, no entanto, deverá evitar-se a localização de tomadas ao longo de estradas de grande circulação;

d) Como limites das parcelas tomam-se estradas e caminhos agrícolas, linhas de água, socalcos e limites de prédios;

e) Em zonas de maior divisão predial será também maior a concentração de tomadas de rega, passando-se o contrário em zonas de prédios de maior área. No primeiro caso, e para maior economia, não só se colocarão as tomadas nos limites das parcelas, como cada tomada será dotada de várias saídas (até 6), regando cada saída a sua parcela. No segundo caso, e sempre que possível, a tomada será colocada no centro da parcela de rega;

f) Cada saída dará acesso directo à parcela de rega correspondente prevendo-se que, com a execução de projectos de emparcelamento ou por associação, cada agricultor não necessite de atravessar com a sua rede móvel prédios de agricultores vizinhos;

g) Para maior uniformidade de rega na parcela, as tomadas serão localizadas de modo a que a sua cota não seja inferior em mais de 3 metros à do ponto mais alto nem situem a mais de 400 metros do ponto mais afastado da parcela que rega;

h) De um modo geral, serão eliminadas, nesta primeira fase, as parcelas que não disponham de um mínimo de 2,5 Kg de pressão na tomada de rega.

3. Necessidades Hídricas

O cálculo das necessidades hídricas das diferentes culturas e rotações previstas na área da Cova da Beira foi efectuada em 1980⁽¹⁾. No quadro seguinte resumem-se as necessidades em água, no mês de ponta (Julho), com 80% da probabilidade da ocorrência ser menor:

Culturas	m ³ /ha
Olival*	2 426
Vinha	1 530
Pomar (Macieira)	2 040
Horta	2 870
Prado	2 050
Cultura arvense**	1 613

* Considerando culturas subjacentes em parte da área
** Média ponderada de 4 rotações tipo

(1) Necessidades hídricas do Perímetro da Cova da Beira DGHEA, 1980.

O cálculo do caudal unitário foi efectuado para o bloco da Meimoa, partindo da distribuição cultural existente e prevista no futuro nos vários sub-blocos ⁽²⁾.

Partindo de uma eficiência de rega na parcela de 0,8 e do coeficiente de intensificação cultural $K = \frac{\text{superfície regada}}{\text{superfície equipada}} = 0,9$ atingiu-se um caudal unitário $u = 1,1$ l/s/ha admitindo-se, na média dos sub-blocos que a rega se faria, no mês de ponta, durante 16 horas nos 31 dias.

O cálculo do caudal unitário para os restantes blocos ainda não foi efectuado, e dependerá da distribuição cultural, fixando-se desde já, como máximo, para o mês de ponta, a necessidade de regar 18 horas em 31 dias.

4. Infraestruturas Rurais

Em paralelo com a rede de rega, terá lugar a execução de outras infraestruturas, nomeadamente a rede viária rural e a rede fundamental de drenagem, além das obras de regularização fluvial dos principais cursos de água e defesa contra cheias.

No que respeita à rede viária projecta-se fundamentalmente proceder à melhoria de caminhos já existentes de forma a dar-lhes um traçado, largura e pavimento adequados às exigências de circulação e transporte. Só excepcionalmente, e em troços relativamente curtos, serão abertos novos caminhos. Assim, estão previstos três tipos de caminhos rurais:

(2) Projecto de Desenvolvimento Agrícola da Cova da Beira. Projecto da Rede Secundária de Rega por aspersão dos sub-blocos C.1 e C.2.1 do bloco da Meimoa. DGHEA, 1983.

a) Caminhos principais de ligação - destinam -se a melhorar a ligação entre povoações próximas. Terão uma largura de pavimento de 4,00 m, com bermas de 0,75 m (largura total de 5,50 m);

b) Caminhos rurais principais - para ligação dos aglomerados urbanos à zona agrícola. Terão uma largura de pavimento de 3,50 m, com bermas de 0,75 m (largura total de 5,00 m), permitindo o livre cruzamento de veículos e máquinas agrícolas;

c) Caminhos rurais secundários - complementando a rede de caminhos rurais principais, ligando estes à área agrícola. Terão uma largura de pavimento de 3,00 m com bermas de 0,50 m (largura total de 4,00 m), permitindo a circulação condicionada de veículos e equipamentos agrícolas.

O sistema de drenagem a executar simultaneamente com a rede de rega e de caminhos tem como objectivo prioritário escoar as águas fluviais que das encostas adjacentes, se concentram na área agrícola. Um sistema de valas convenientemente dimensionadas, que encaminharão esses caudais para os principais cursos de água, reduzirá o risco de prejuízos causados quer nas culturas quer nos caminhos. Isto é tanto mais importante quanto é certo que, na actualidade, muitos dos caminhos funcionam, no Inverno, como linhas de água.

A rede complementar de drenagem e enxugo, quando necessária, virá a entroncar nas valas principais, sendo custeada directamente pelos agricultores, com apoio dos serviços do Ministério da Agricultura.

3. O SECTOR INDUSTRIAL

1. A actividade industrial que se desenvolve na Cova da Beira adquire, no contexto da Região Centro interior, uma importância considerável; verifica-se, no entanto, um grande desequilíbrio quanto à implantação industrial assumindo esta características particulares e um significado diferente consoante os concelhos considerados.

2. A indústria extractiva é particularmente relevante no concelho da Covilhã onde se faz a exploração de volfrâmio, estanho e cobre no Couto Mineiro da Panasqueira (Barroca Grande, Aldeia de S. Francisco de Assis). As restantes explorações de produtos minerais metálicos (estanho, etc.) são de dimensão e impacto muito mais reduzidos, existindo muitas jazidas ainda não exploradas susceptíveis de serem aproveitadas.

A extracção dos produtos minerais não metálicos (argilas, areias e algum granito) está condicionada pela procura local para a construção civil ou pelas cerâmicas de barro vermelho existente no concelho do Fundão.

3. A importância da indústria transformadora em cada concelho facilmente se evidencia através do peso que o emprego e o produto neles gerado assumem: no da Covilhã encontramos os valores mais elevados, representando o emprego na indústria 56,6% da sua população activa total e o PIB 38,1%; no Fundão, com valores mais modestos (33,2% e 8,3%) a indústria, ainda possui algum significado com uma importância mais reduzida. O emprego verificado no concelho de Belmonte (27,0%) e o PIB (3,2%) são inferiores evidenciando a fraca implantação.

FIG. 18 - P.I.B. DA INDUSTRIA TRANSFORMADORA
1970- % NO PIB TOTAL

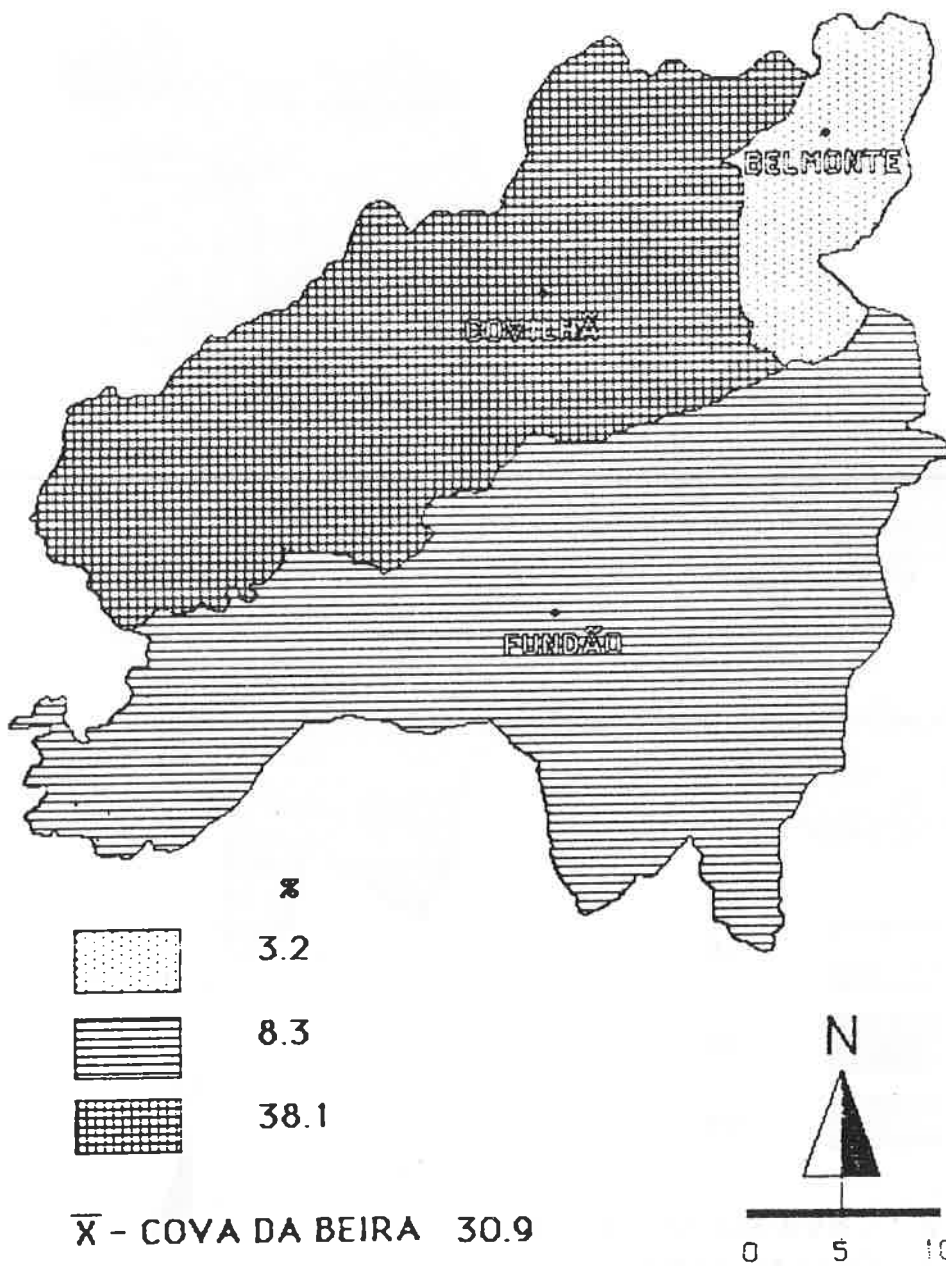


FIG. 19 - NUMERO DE EMPREGADOS POR ESTABELECIMENTO - 1980

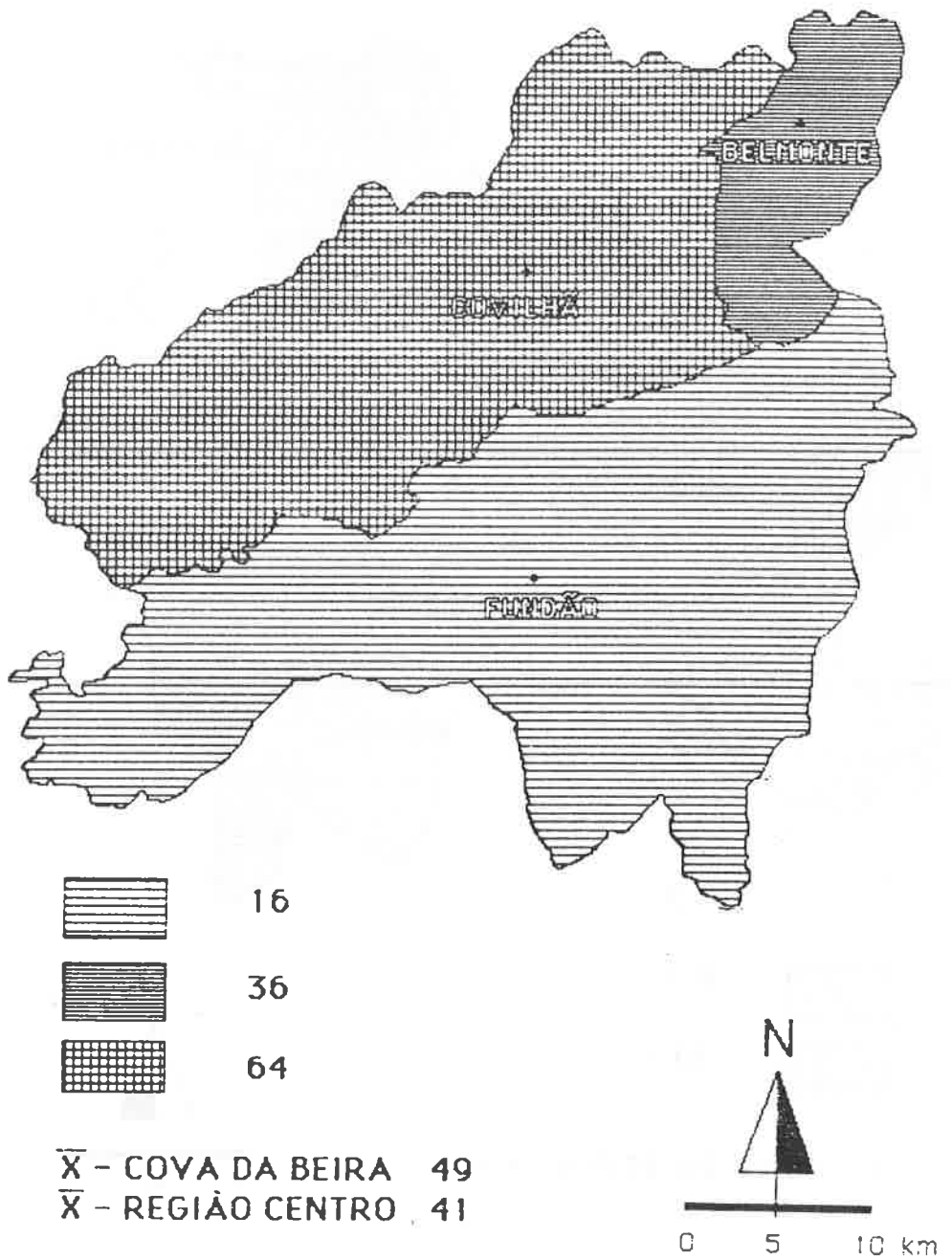
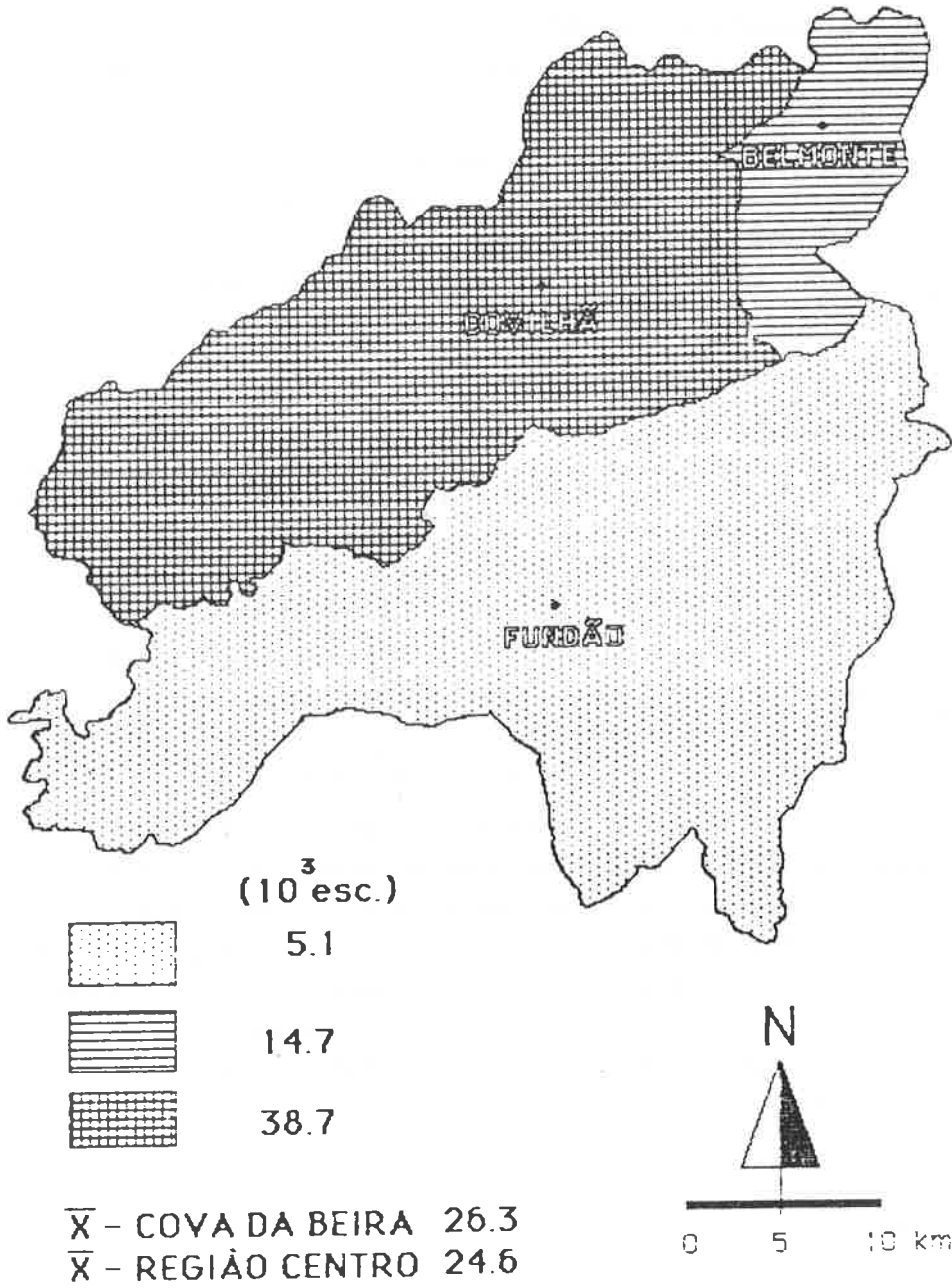


FIG. 20 - V.A.B. / POPULAÇÃO TOTAL
1980



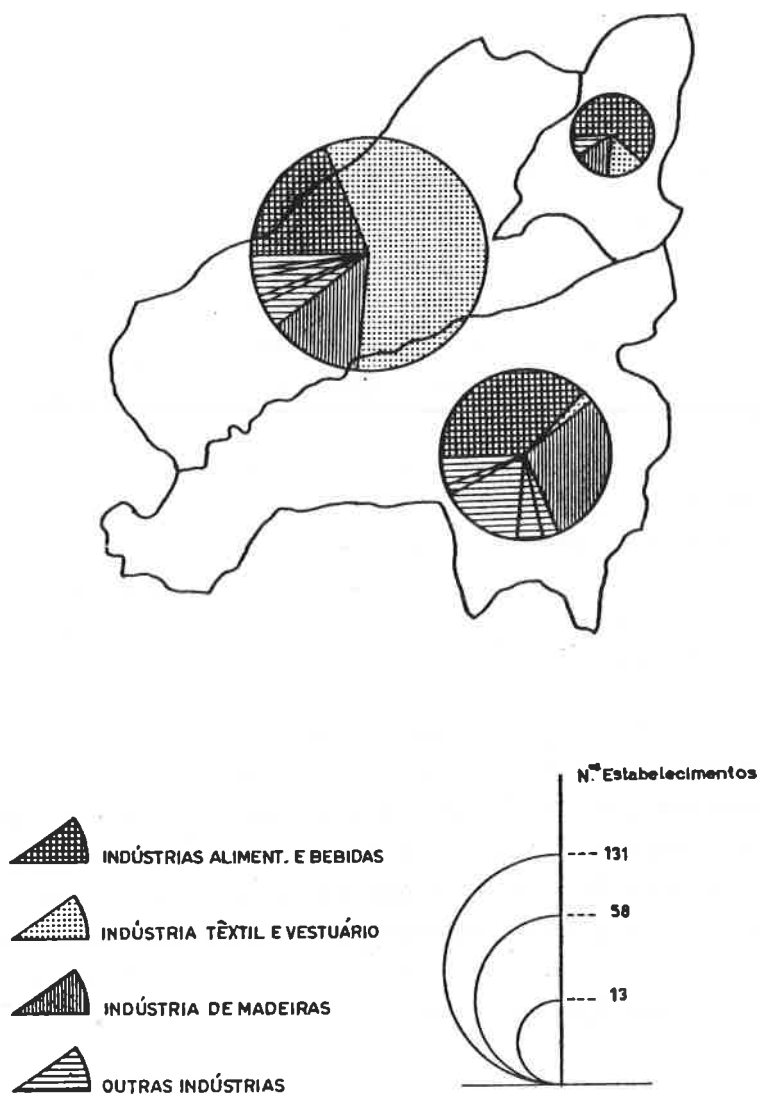
4. Analisando a implantação dos diferentes sectores industriais na Cova da Beira, destaca-se o sector têxtil pela sua importância económica (84,3% e 87,5% do VBP) e pelo emprego (82,1% e 84,8%) que mantém em 1972 e 1980 respectivamente.

As empresas que se dedicam à produção de têxteis estão predominantemente instaladas no concelho da Covilhã, tanto na cidade como em lugares próximos (Tortosendo, Unhais e Aldeia do Carvalho). As restantes unidades deste sector que encontramos nos outros concelhos orientam a sua produção para o fabrico de artigos de vestuário, o que corresponde em certa medida a uma reconversão do têxtil, ramo de maior tradição na área.

As indústrias alimentares, que apresentam um número considerável de estabelecimentos, não adquirem idêntica expressão se atendermos ao pessoal ao serviço e à respectiva produção. Embora o seu peso seja maior na Covilhã, é nos restantes concelhos que, relativamente, adquirem maior significado, devido à ausência de outros tipos de indústrias; neste ramo, o concelho do Fundão merece destaque particular pela importância e expansão que aí tem conhecido.

Atendendo às transformações que se vão operar no campo agrícola, este ramo pode conhecer algum desenvolvimento; no entanto, este incremento que se pode traduzir no melhor aproveitamento e transformação locais da produção agrícola da Cova da Beira (hortícola, frutas, pecuária, vinho e azeite) não terá capacidade, por si só, de absorver a mão-de-obra que provavelmente será libertada doutras actividades, nomeadamente a agricultura e o têxtil.

FIG. 21 - REPARTIÇÃO SECTORIAL DOS ESTABELECIMENTOS DA INDUSTRIA TRANSFORMADORA - 1980



Os restantes ramos industriais, que actualmente conhecem uma fraca implantação, (cerâmica, metalomecânica ligeira, etc.) adquirem uma importância estratégica fundamental pois deles depende a dinamização da actividade industrial da área.

5. O têxtil de lanifícios deve merecer uma atenção particular tanto pela importância que assume na área como pela crítica situação que actualmente atravessa.

As empresas deste sector caracterizam-se, de um modo geral, por uma estrutura financeira desequilibrada, com encargos elevados, descapitalizadas e onde se efectuaram poucos investimentos. A este facto associa-se o envelhecimento do seu parque de máquinas, o que acarreta uma baixa de produtividade e a perda de competitividade; gestão deficiente, ausência de quadros técnicos e má racionalização do processo produtivo, podem ser apontados nalguns casos, como outros estrangulamentos que afectam o sector. Por outro lado, a mão-de-obra não tem sido objecto de adequadas acções de reciclagem e formação.

6. Do que acabamos de expôr facilmente se conclui que a estrutura industrial da Cova da Beira assenta numa desigual implantação tanto geográfica como sectorial; este é pois um dos aspectos negativos da actividade industrial desta área que além de conhecer uma fraca diversificação sectorial conhece uma grande dependência, sobretudo em termos de emprego, dum único sector (o têxtil) que, no presente, é agravada por uma situação estrutural de crise.

Conjuga-se ainda a pouca elasticidade dos sectores mais representados (têxteis, alimentares e cerâmicas) que são pouco susceptíveis de dinamizar a actividade industrial da área.

Outros aspectos podem igualmente ser apontados como entraves ao desenvolvimento industrial da área:

- a localização interior, com redes rodo e ferroviárias insuficientes e degradadas;
- sistemas de incentivos inexistentes ou pouco eficientes e o recurso ao crédito e ao apoio técnico bastante dificultado, com uma tramitação lenta e burocrática.

7. Esta região possui, no entanto, algumas potencialidades a ter em conta para o seu desenvolvimento industrial; entre outras podemos apontar:

- a existência de uma pré disposição ao investimento, com bastantes projectos em carteira;
- abundância de mão-de-obra;
- facilidades de instalação, pois foram criadas zonas ou parques industriais, com as infraestruturas necessárias;
- oportunidades de mercado, sobretudo no que diz respeito às indústrias alimentares, pois a procura interna e externa destes bens não está saturada. Paralelamente, estas indústrias terão facilidades de obtenção de matérias-primas, sobretudo após a implantação do Regadio da Cova da Beira;
- a indústria de confecções tem vantagens comparativas no contexto nacional e pode beneficiar de vantagens de aglomeração.

4. TURISMO

1. A actividade turística da Cova da Beira desenvolve-se em função dos atractivos oferecidos pela Serra da Estrela e por toda a faixa raiana que serão objecto de análises pormenorizadas nos respectivos programas. Esta última área ainda pouco desenvolvida turisticamente reserva algumas potencialidades baseada em dois elementos principais: diferentes zonas ligadas ao património histórico-natural e à actividade cigenética.

A Cova da Beira, particularmente a Covilhã, oferece uma das principais entradas no Parque Natural da Serra da Estrela, único local do país onde é possível praticar desportos de Inverno .

Estes motivos originam consideráveis fluxos turísticos de passagem, tanto no Verão como no Inverno, compostos maioritariamente por nacionais.

2. Articulando estas duas procuras turísticas destas duas áreas a Cova da Beira integra-se nos respectivos circuitos devido à oferta de equipamentos que faculta. No entanto, as infraestruturas de apoio a esta actividade são escasas, face à procura em determinadas épocas e que se estima em 700 camas (incluindo alguns quartos particulares registados como turismo de habitação). É ainda de referir a não existência de parques de campismo ou caravanismo numa área com particulares aptidões para esta modalidade originando situações de ocupação desregrada em determinados locais da Serra da Estrela.

3. Face às potencialidades que encerra será de esperar uma expansão da actividade turística nesta área; portanto torna-se necessário conjugar diversas acções que envolvam: a promoção da área, a melhoria das acessibilidades e das infraestruturas de apoio (aumentar o número de camas, melhorando competitivamente a categoria das unidades hoteleiras ; proporcionar condições para a prática do campismo caravanismo).

5. COMÉRCIO E SERVIÇOS. HIERARQUIA URBANA E ÁREAS DE INFLUÊNCIA

1. A partir da ocorrência de funções centrais privadas e públicas nos aglomerados do agrupamento, foi possível estabelecer uma hierarquia para cada um dos sectores, revelando a importância relativa dos lugares centrais da área.

2. No sector privado estão incluídas todas as unidades de comércio e serviços, sendo Covilhã o centro melhor equipado (62 funções centrais (f.c.) e 567 unidades funcionais (u.f.) seguindo-se-lhe o Fundão e o Tortosendo com 61 f.c. - 353 u.f. e 37 f.c. - 125 u.f. respectivamente. Belmonte ocupa o quarto lugar da hierarquia (32 f.c. e 103 u.f.). A ocorrência destas unidades de comércio e serviços relacionam-se directamente com a população a servir não apenas no centro considerado, mas ainda na área dele dependente, particularmente para as actividades de carácter mais específico.

3. As funções do sector público não se relacionam tão estreitamente com o dinamismo económico local, decorrendo antes da hierarquia já existente na Administração Pública e das procuras sociais. Assim a importância administrativa dos lugares (sedes de freguesia e concelho) bem como os aumentos nos consumos colectivos (saúde, ensino, segurança social, lazer) determina por si, o tipo de equipamento a instalar.

Dentro da área, é Covilhã o centro com maior número de funções (48), seguindo-se-lhe as restantes sedes de concelho, (Fundão 34 e Belmonte 25).

4. Directamente relacionado com o equipamento funcional de cada centro e as respectivas acessibilidades (distância-tempo), cada um daqueles centros principais desenvolveram diferentes áreas de influência. Para bens de natureza mais específica (algumas especialidades médicas por exemplo) Covilhã e Fundão atraem as populações de praticamente toda a Cova da Beira.

A aquisição de bens de consumo mais correntes (farmácia, confecções, móveis, electrodomésticos) evidencia que as 3 sedes de concelho e nalguns casos certas sedes de freguesia têm equipamento suficiente para servir as populações locais.

5. Decorrendo da análise que tem vindo a ser feita e considerando o território do agrupamento um subsistema do todo regional e ainda de acordo com a proposta de rede urbana para a Região Centro, deverá ser incrementada a localização de equipamentos e serviços de nível sub-regional na Covilhã.

No entanto, pela tendência manifestada, particularmente pelo Fundão, para servir a área envolvente, devem ser instalados neste lugar alguns equipamentos colectivos e certos serviços nomeadamente de apoio à actividade agrícola.

6. INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

6.1. Infraestruturas Urbanísticas de Base

1. Os concelhos da Cova da Beira apresentam características idênticas às da Região Centro e do Continente na relação entre o número de famílias e o número de alojamentos, existindo em qualquer dos casos um número de alojamentos superior ao número de famílias.

No entanto, a percentagem de ocupação de alojamentos na Cova da Beira (72,3%) é inferior à registada na Região Centro (77,2%) e no Continente (81,7%). Esta situação deriva do facto de existirem muitas habitações de emigrantes não ocupadas esperando pelo regresso definitivo dos seus proprietários; em contrapartida, nas sedes de concelho, observa-se grande procura de fogos para habitar.

2. Contrariamente, as condições de habitabilidade dos alojamentos ocupados, apresentam aqui maiores carências que na Região Centro e no Continente:

- enquanto na Região Centro 65,9% dos alojamentos possuem retrete (77,8% no Continente), na Cova da Beira apenas 56,3% a possuem; o concelho do Fundão é aquele que apresenta pior situação (46,5%);

- no que diz respeito à existência de banho, a Cova da Beira regista 41,1%, (Região Centro, 46,4%), encontrando-se novamente o concelho do Fundão em pior situação (30,2%);

- finalmente, com 38,7% dos alojamentos sem água, a Cova da Beira é ainda bastante carente (Continente 26,7%, Região Centro 37,9%), particularmente no Fundão (53,9%).

FIG. 23 - ALOJAMENTOS FAMILIARES OCUPADOS SEM RETRETE

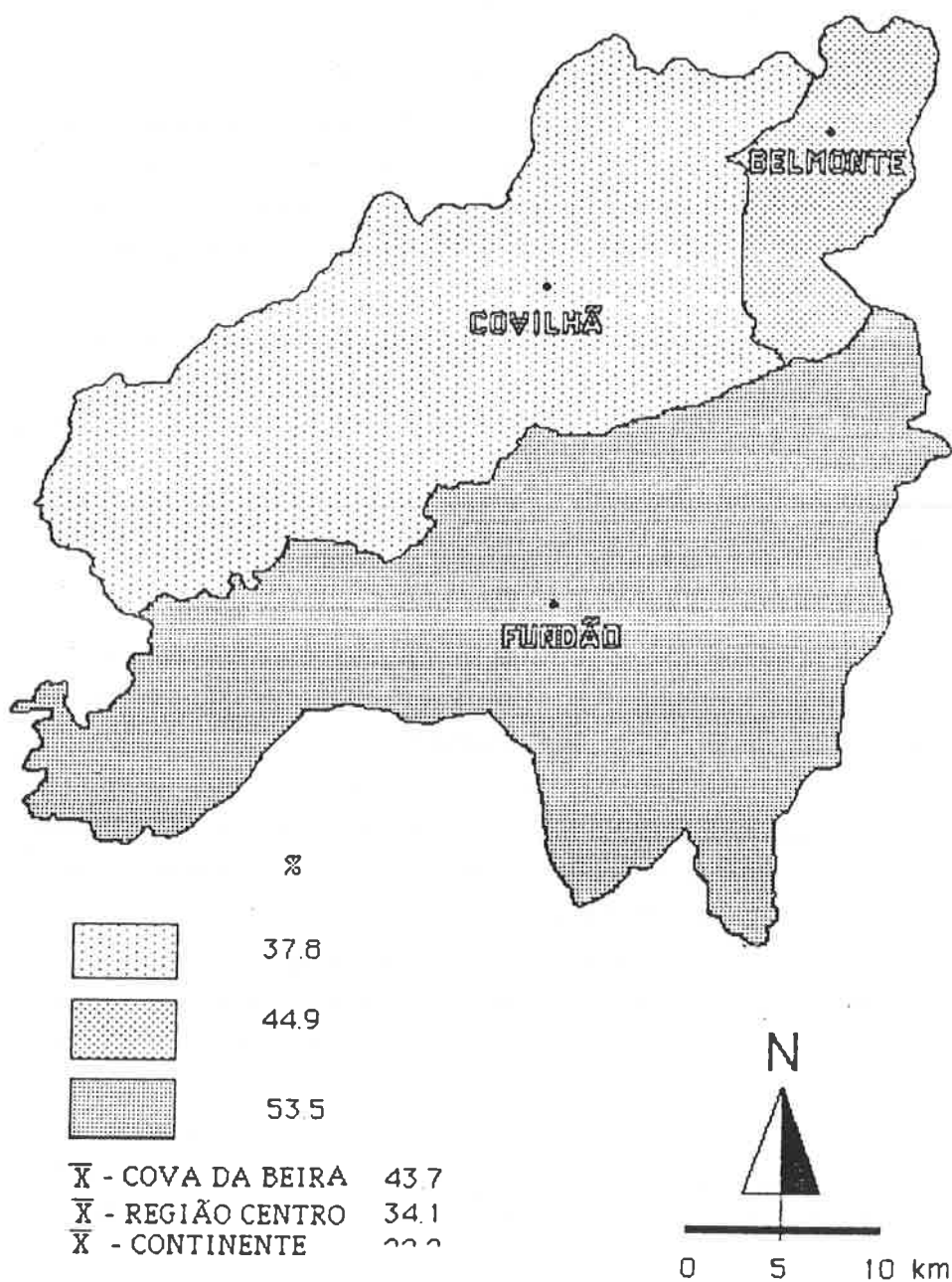
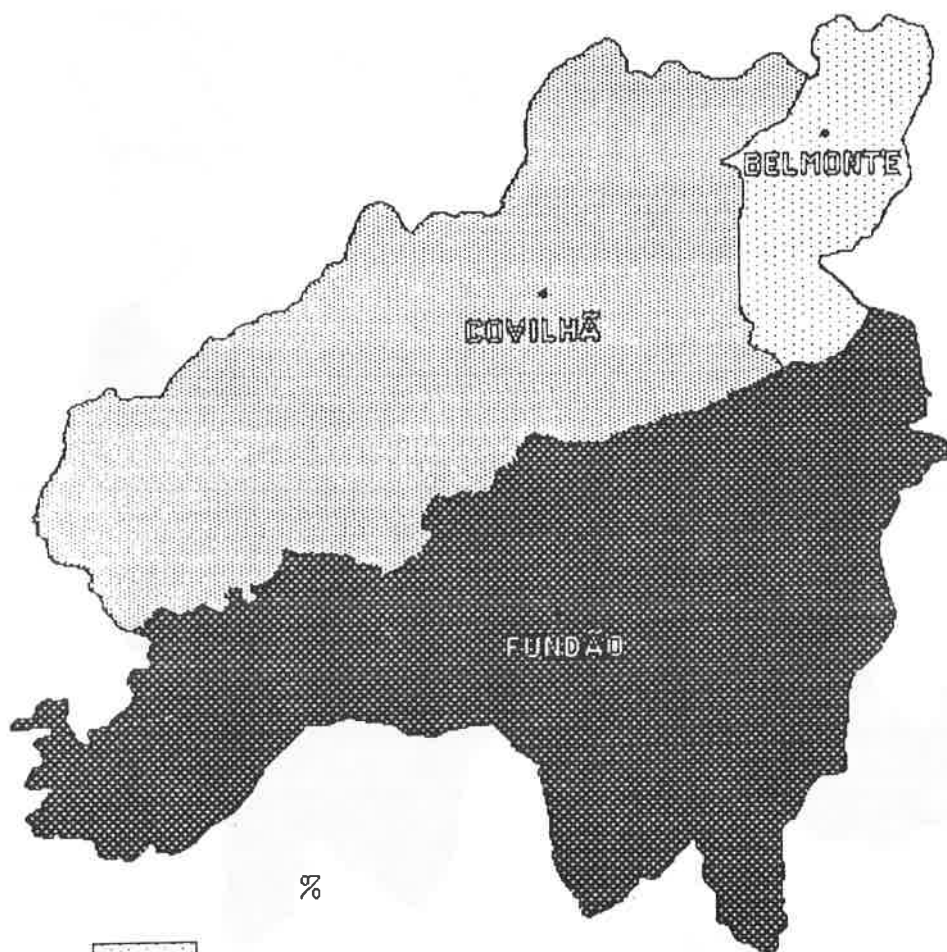
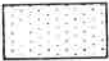




FIG. 24 - ALOJAMENTOS FAMILIARES OCUPADOS SEM ÁGUA



	%
	30.2
	30.7
	53.9
\bar{X} - COVA DA BEIRA	38.7
\bar{X} - REGIÃO CENTRO	37.9
\bar{X} - CONTINENTE	...

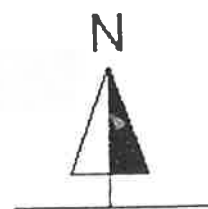
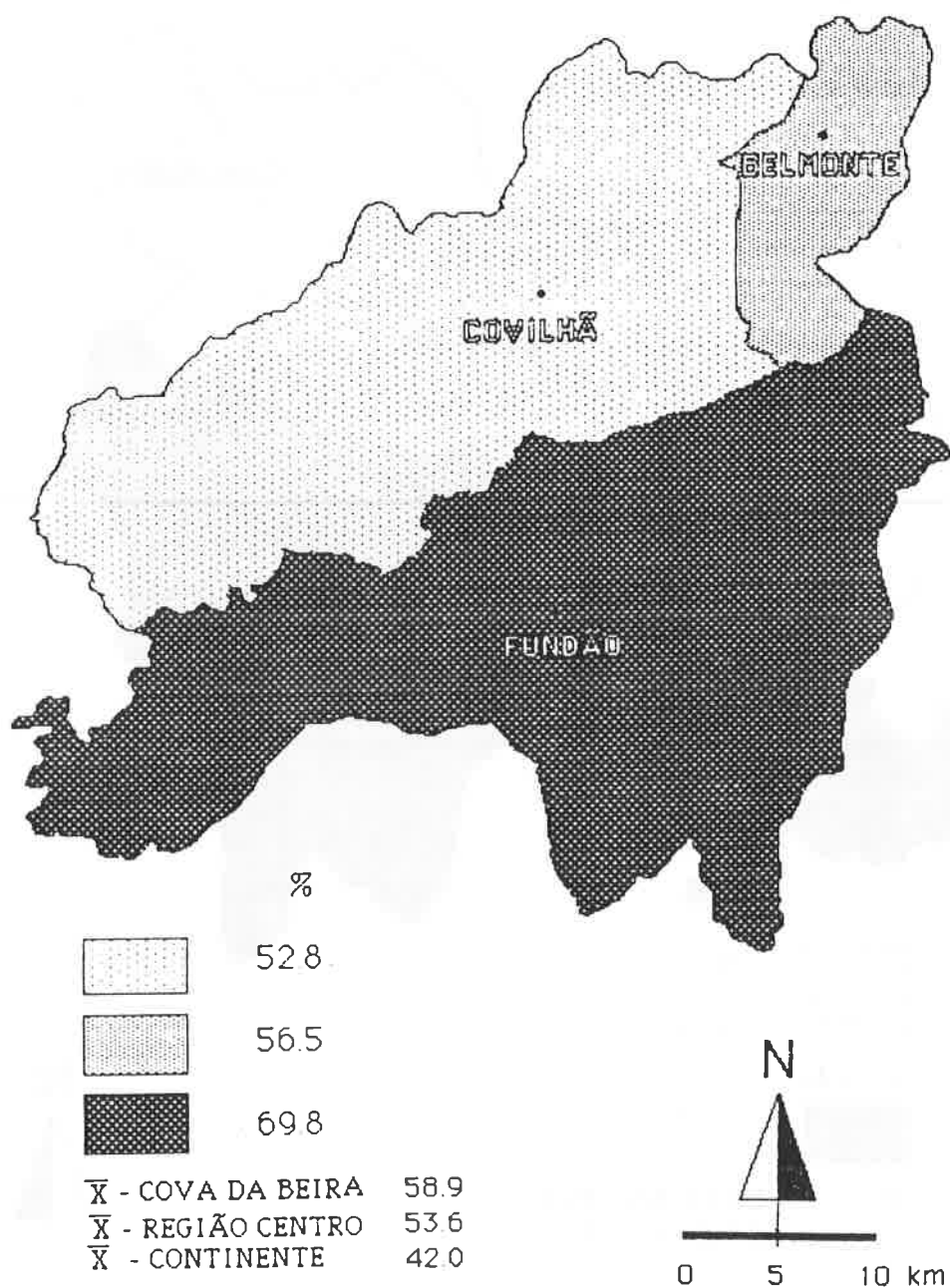


FIG. 25 - ALOJAMENTOS FAMILIARES OCUPADOS SEM BANHO



Por outro lado, além das condições de habitabilidade, já enunciadas não serem as melhores, convém referir que grande parte dos alojamentos estão bastante degradados.

3. Tomando como referência a população servida por rede de água e esgotos, verificamos que a Cova da Beira apresenta uma situação melhor quando comparada com a Região Centro: na Cova da Beira 65,7% da população é servida por rede de água, (77,9% no concelho de Belmonte, 72,8% no da Covilhã e 49,7% no Fundão; o valor da Região Centro é de 49,5%).

No que diz respeito a esgotos, na Região Centro apenas 23,4% da população é servida enquanto na Cova da Beira esse valor é de 43,2%, (Belmonte 54,6%, Covilhã 51,7% e Fundão 24,6%).

Apesar de a Cova da Beira apresentar melhores valores que a Região Centro, ainda se verificam grandes deficiências, continuando grande parte da população, sobretudo a residente nas áreas rurais, sem acesso à rede de água e de esgotos, particularmente no concelho do Fundão (49,7% e 24,6% respectivamente).

O custo deste tipo de infraestruturas é agravado pela grande dispersão das populações ainda não servidas.

4. A recolha de lixo apresenta-se, em termos de cobertura da população, de uma forma diferenciada. Enquanto em Belmonte 80% da população é beneficiada por este tipo de serviço, na Covilhã o valor é de 75% e no Fundão atinge-se apenas 60%. Apesar da maioria da população ser contemplada pela recolha de lixo, saliente-se a inexistência de uma estação de tratamento dos resíduos provenientes do lixo.

FIG. 26 - POPULAÇÃO SERVIDA POR ABASTECIMENTO DE ÁGUA

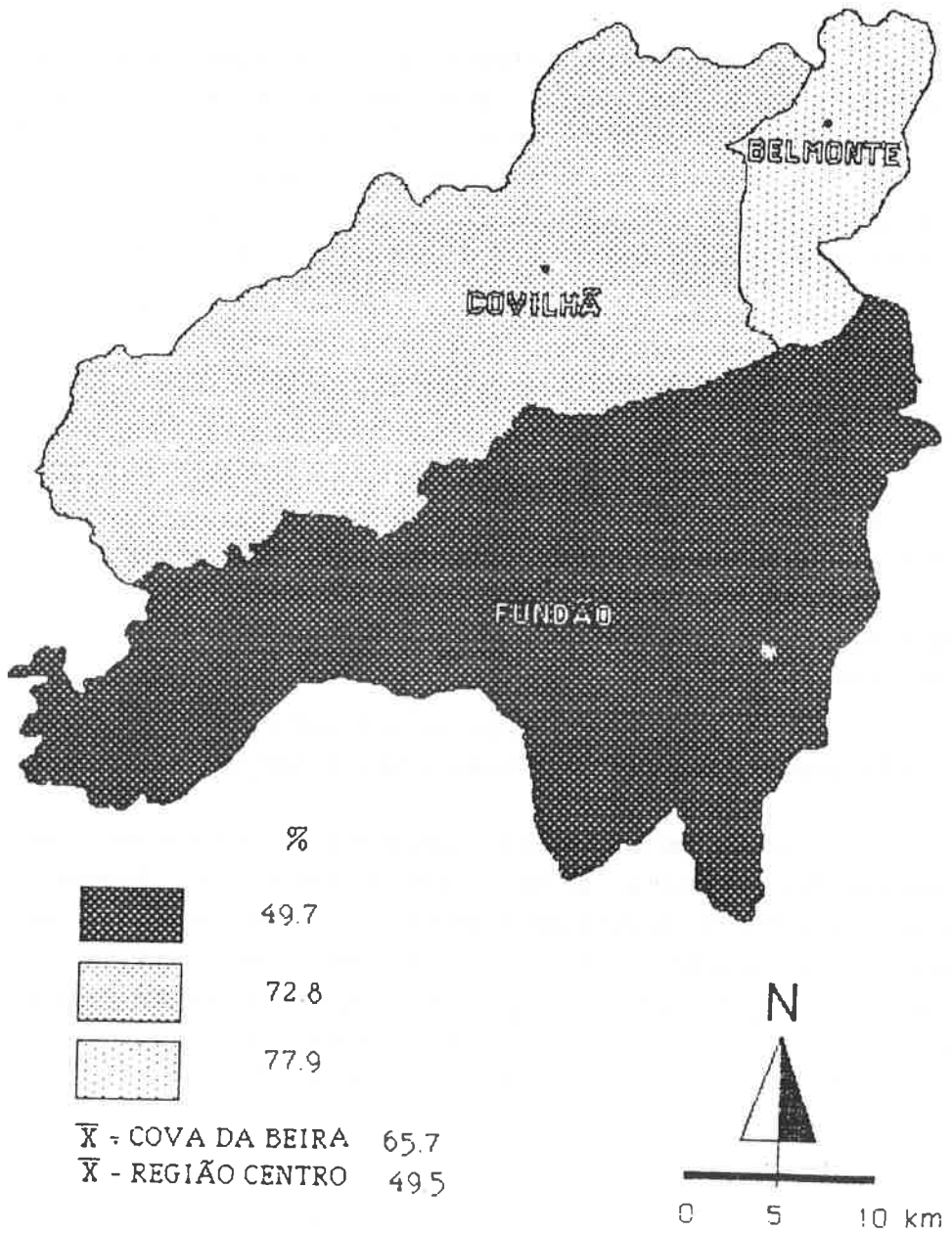
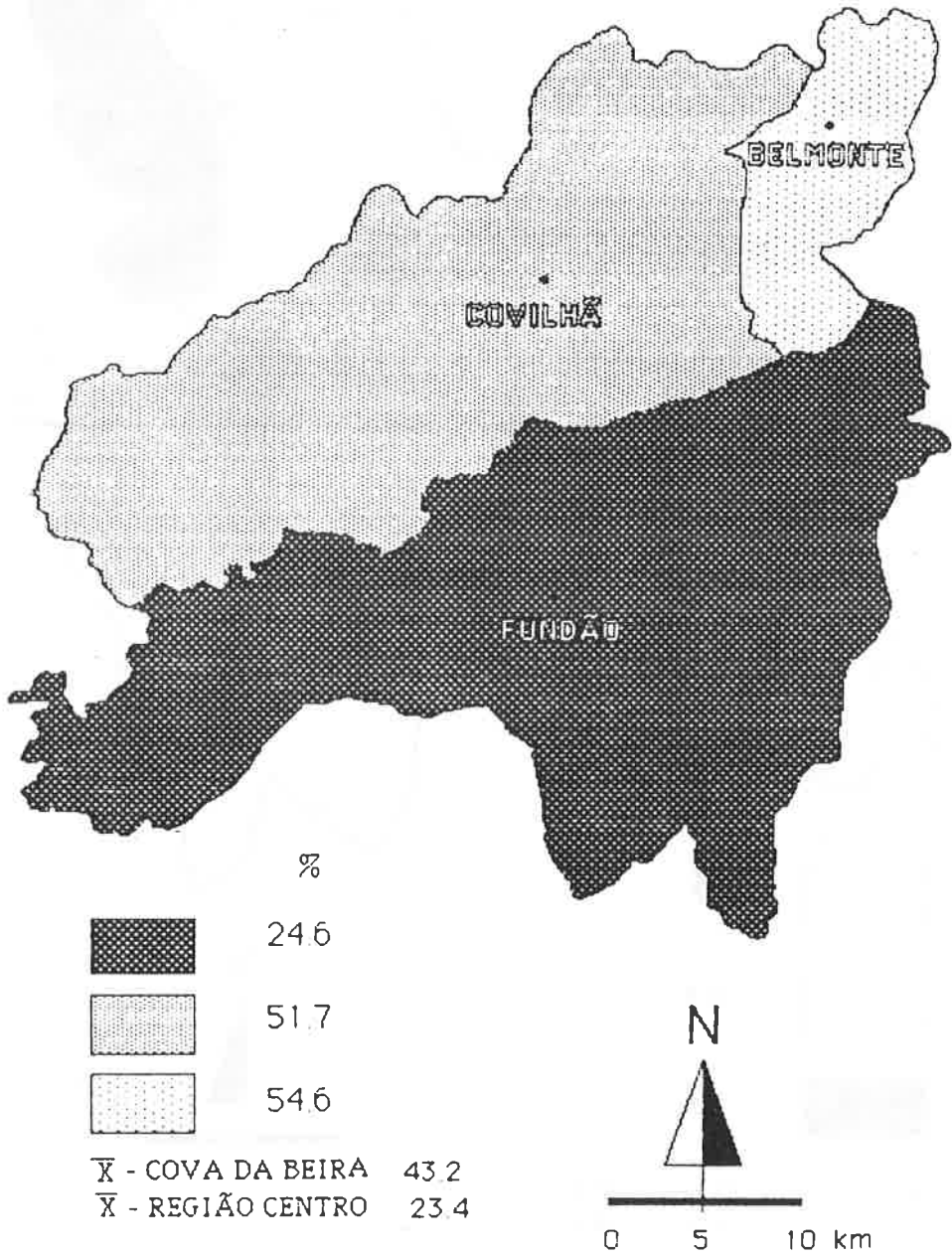
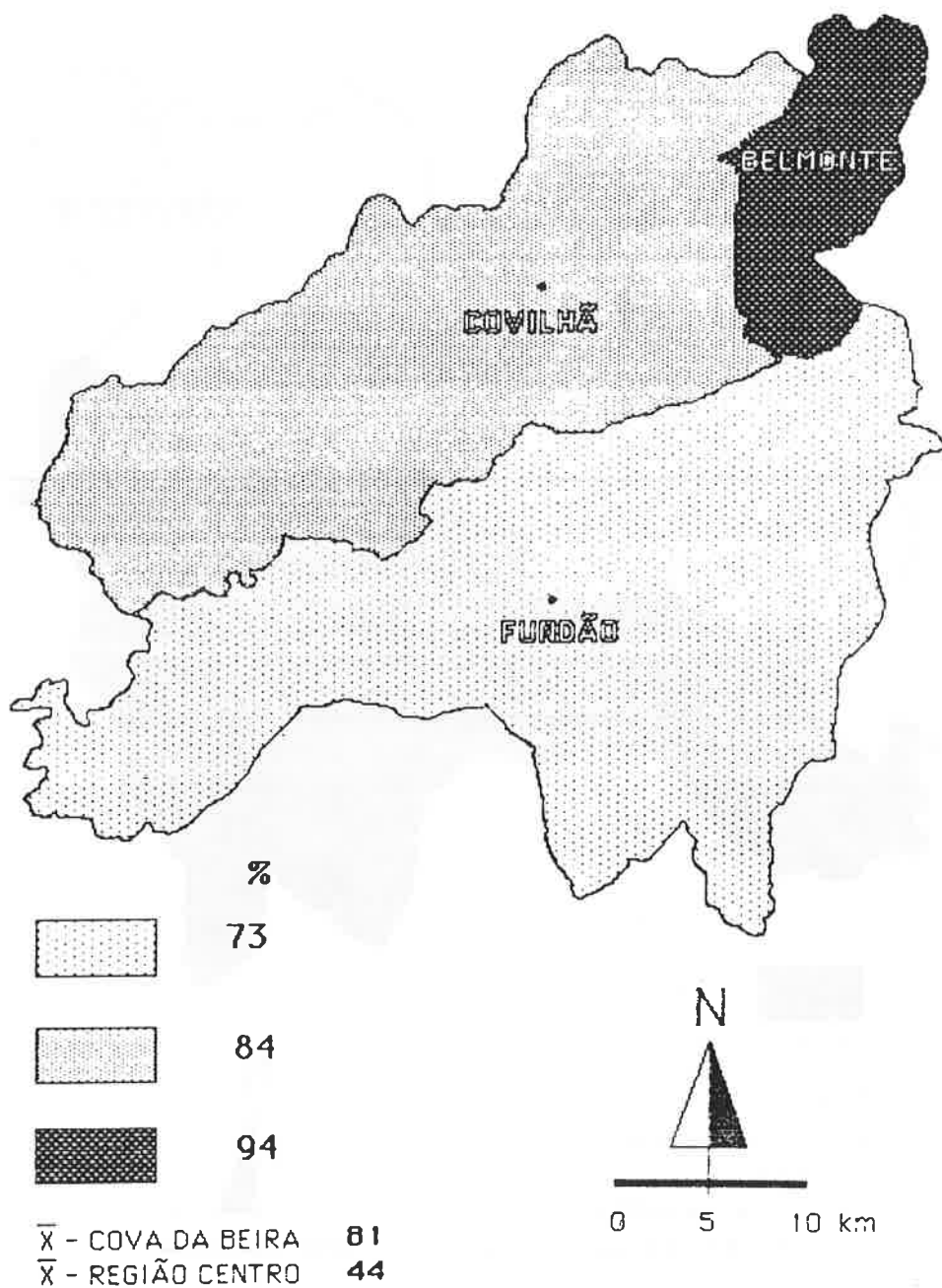


FIG. 27 - POPULAÇÃO SERVIDA POR REDE DE ESGOTOS



**FIG. 28 - POPULAÇÃO SERVIDA POR
RECOLHA DE LIXOS**



5. O fornecimento de energia eléctrica abrange a quase totalidade da população; em virtude da concentração industrial no concelho da Covilhã, 56% do consumo de energia eléctrica da Cova da Beira é usado para fins industriais.

6.2. Infraestruturas de Transporte e Comunicações

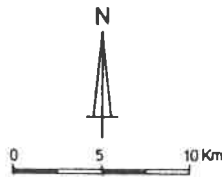
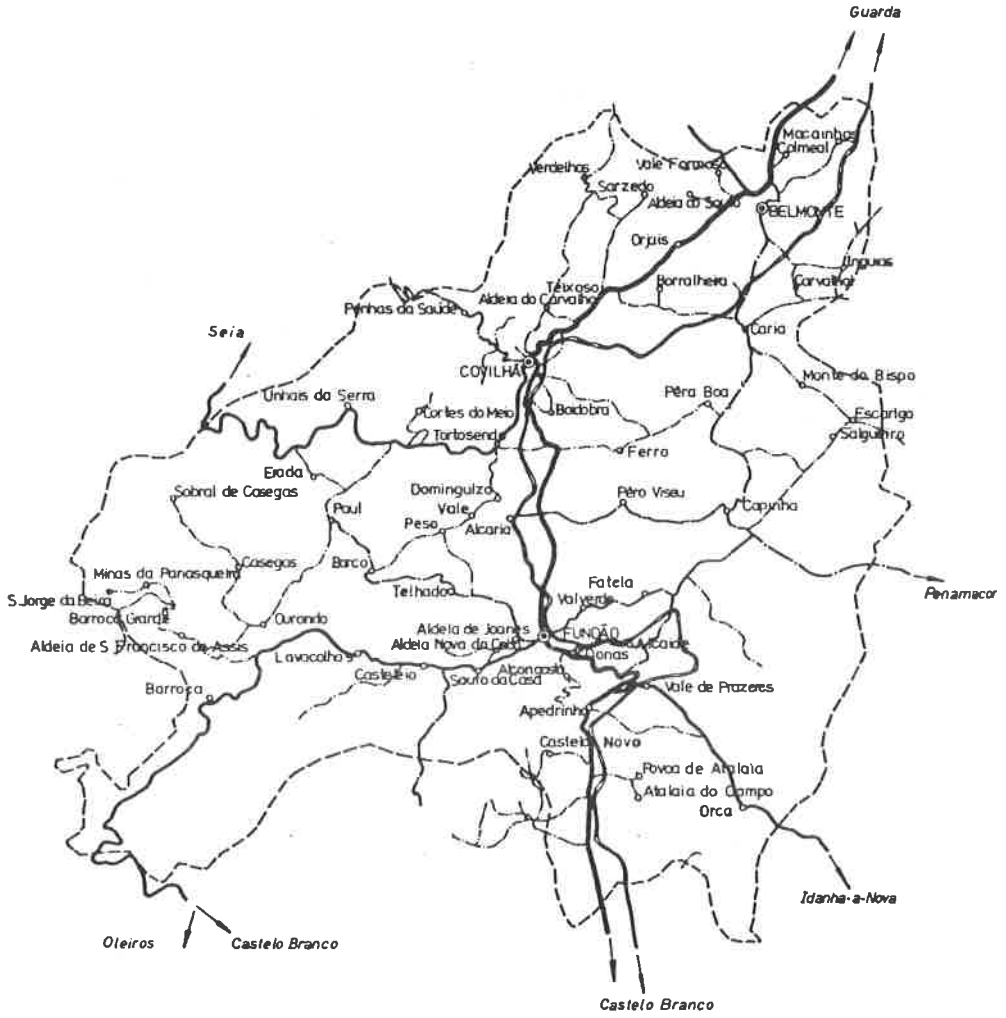
1. A existência de um bom sistema de transportes e de comunicações é condição fundamental para a promoção do desenvolvimento de qualquer área, particularmente das periféricas, como é o caso da Cova da Beira.

Deste modo, deve ser desenvolvido um grande esforço para melhorar e dotar esta área de novos equipamentos e infraestruturas que assegurem a melhoria das acessibilidades e comunicações tanto no interior da Cova da Beira como no exterior.

2. O carácter periférico e acidentado da região vem agravar as ligações ao exterior. Este facto, associado à sinuosidade do traçado rodoviário, torna morosas as ligações tanto a Lisboa e ao Litoral como a Vilar Formoso, principal posto fronteiriço terrestre; a melhoria destes traçados, dotando-os de vias de circulação rápidas, torna-se fundamental para facilitar as trocas com o exterior e desbloquear o isolamento da região.

As distâncias a percorrer entre os centros no interior da Cova da Beira sendo fisicamente pequenas são fortemente penalizados pelos traçados sinuosos, estreitos e pelo piso degradado em que se encontram as rodovias.

FIG. 29 - REDE VIÁRIA



LEGENDA

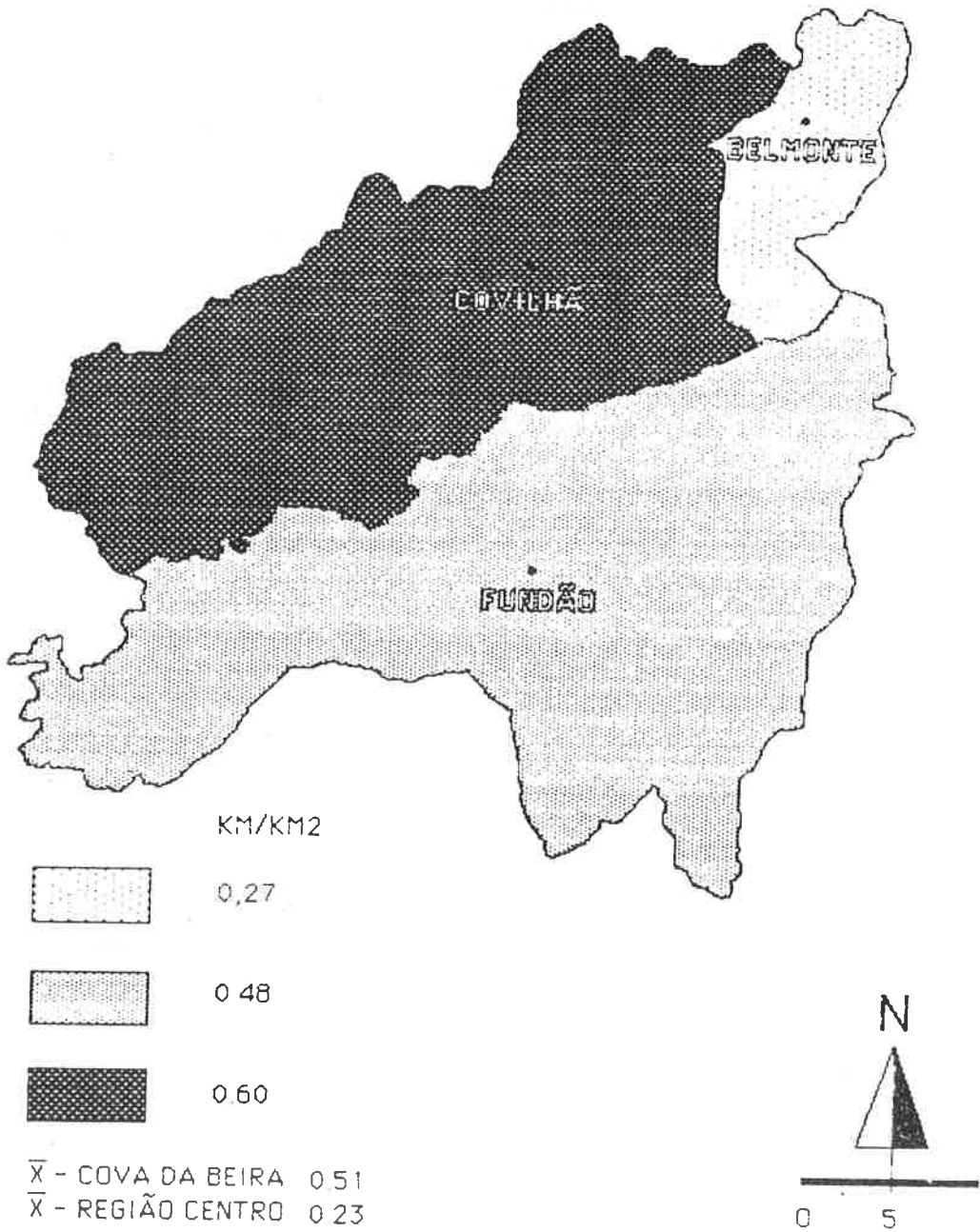
- Limite do Agrupamento
- ⊙ Sede de Concelho
- Sede de Freguesia e lugares principais
- Estrada Nacional de 1.ª
- " " " 2.ª
- " " " 3.ª
- Outras estradas e caminhos municipais
- Caminho de Ferro (via larga e única)

Devemos sublinhar ainda que a proposta do Plano Rodoviário Nacional apresenta uma nova classificação das ligações rodoviárias que irá transferir a responsabilidade de manutenção e a consequente conservação de grande parte da rede viária para as autarquias locais. Esta medida, a ser tomada, acarretaria para as autarquias maiores dificuldades por incapacidade física e financeira para cumprir aquelas tarefas, levando necessariamente a uma degradação, ainda mais acentuada, das estradas da Cova da Beira.

3. A rede viária local pela importância social e económica que representa para as respectivas comunidades deve merecer das autarquias um tratamento especial. Para além da necessária abertura de novas estradas, as actualmente existentes são de faixas muito estreitas e encontram-se, em muitos casos, bastante degradadas e a necessitar de reparações. Estão nestas situações dois tipos de vias:

- as que ligam os aglomerados populacionais localizados em áreas mais remotas e isoladas e que coincidem, de um modo geral, com o sector sudoeste da Cova da Beira onde predomina a montanha (Serras da Gardunha e da Cordilheira Central);
- as que permitem o acesso aos terrenos agrícolas e à floresta, permitindo o escoamento dos respectivos produtos. Uma acessibilidade fácil aos campos, sobretudo na área do futuro perímetro de rega é uma das condições para o seu melhor e mais rentável aproveitamento.

FIG. 30 - ESTRADAS RURAIS / KM2



4. A linha de caminho de ferro da Beira Baixa, que serve a Cova da Beira, apresenta uma boa definição do traçado, encontrando-se, no entanto, degradada e não totalmente aproveitada. As instalações de apoio a passageiros e mercadorias estão em mau estado, assim como os acessos das estações da C.P. aos centros urbanos, o que contribui para uma reduzida utilização do caminho de ferro por passageiros e mercadorias; se fossem melhorados o estado da linha, as instalações de apoio e a acessibilidade das estações aos principais centros urbanos era possível aumentar a procura a este meio de transporte.

5. A Cova da Beira possui, no aeródromo da Covilhã, a possibilidade de um mais rápido acesso aos principais centros do país, apesar dos problemas com que se debate, nomeadamente de manutenção, sobretudo no Inverno.

6. A inserção da Cova da Beira num eficiente e moderno sistema de comunicações é condição indispensável para o desenvolvimento do seu tecido produtivo. Deste modo, assume importância estratégica no seu processo de desenvolvimento o reforço e o melhoramento, que nalguns casos, implica a introdução de novas tecnologias de comunicação, das redes telefónicas e de telex bem como de distribuição postal que actualmente servem a área.

6.3. Equipamentos Colectivos

1. A caracterização da Região em termos de ensino, saúde e equipamentos de Segurança Social, face à situação existente e aos limiares exigidos para um serviço satisfatório às populações pode ser resumida no quadro seguinte:

	BELMONTE	COVILHÃ	FUNDÃO
1. ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL			
PRIMÁRIO	Satisfatório	Satisfatório	Satisfatório
PREPARATÓRIO	Satisfatório	Carenciadíssimo	Muito Carenciado
SECUNDÁRIO	Carenciado	Carenciadíssimo	Carenciadíssimo
ESPECIAL	Muito Carenciado	Muito Carenciado	Muito Carenciado
SUPERIOR	Carenciado	Carenciado	Carenciado
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Carenciado	Carenciado	Carenciado
2. SAÚDE			
HOSPITAIS DISTRITAIS	Carenciado	Carenciado	Carenciado
CENTROS SAÚDE DISTRITAIS		Carenciado	
CENTROS SAÚDE CONCELHIOS	Bom		Aceitável
UNIDADES INTERNAMENTO DO CENTRO SAÚDE CONCELHIO	Bom		Bom
UNIDADES MÉDICO-SOCIAIS			
CENTROS SAÚDE MENTAL	Muito Carenciado	Carenciado	Muito Carenciado
FARMÁCIAS	Bom	Bom	Bom
3. EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA SOCIAL			
CRECHES	Carenciado	Muito Carenciado	Carenciado
JARDINS INFÂNCIA	Satisfatório	Carenciado	Satisfatório
ACTIV. TEMPOS LIVRES	Carenciado	Carenciado	Muito Carenciado
INTERNATOS	Aceitável	Aceitável	Aceitável
LARES	Carenciado	Satisfatório	Carenciado
CENTROS DE DIA	Carenciado	Carenciado	Carenciadíssimo
EQUIPAMENTOS PARA DEFICIENTES	Muito Carenciado	Muito Carenciado	Muito Carenciado

Fonte: Contribuição para o estudo da Região da Beira Interior, CEP, nº 22, 1981

Desta análise conclui-se que a situação não é, na generalidade, satisfatória agravando-se para os serviços de nível ou especialização mais elevados.

2. Em termos de ensino merece destacar a existência do Instituto Universitário da Beira Interior sediado na Covilhã que, convenientemente articulado e adaptado ao perfil de necessidades e exigências do tecido produtivo local, pode ser um precioso instrumento de promoção do desenvolvimento regional.

3. Se tivermos em atenção o equipamento desportivo existente na Cova da Beira, pode considerar-se que a oferta é pouco diversificada, sendo 67% das instalações utilizadas como campos de futebol.

Por outro lado, 80% são recintos descobertos, garantindo uma cobertura razoável prestando, no entanto, um serviço de pouca qualidade (são maioritariamente de terra batida, sem iluminação e não possuem balneários).

Os clubes e associações desportivas existem em grande quantidade, sendo a maior parte das infraestruturas desportivas construídas por sua iniciativa, pelo que se deve ter em atenção a sua acção, da qual depende grandemente o desenvolvimento da actividade desportiva na região.

Existe grande carência de professores de Educação Física e de animadores desportivos, que permitiriam melhorar a qualidade de serviço e o correcto funcionamento das instalações desportivas existentes e das que há que criar.

Os conjuntos de equipamentos a criar devem localizar-se nas proximidades das instalações escolares, sendo

dimensionadas de acordo e em função da sua localização e da possível área de influência.

Para uma correcta cobertura em termos de instalações desportivas, devem hierarquizar-se de acordo com as necessidades e a importância das populações servidas.

III. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO

1. Objectivos Gerais

- Reforçar o tecido produtivo da Cova da Beira de forma a criar condições propícias para que esta área funcione como pólo de fixação e atracção tanto dos seus naturais como das populações provenientes da Beira Interior;
- criar um número de empregos tendo como requisito mínimo a absorção dos níveis demográficos correspondentes ao saldo fisiológico e ao previsível retorno de emigrantes no estrangeiro;
- criar novos empregos na indústria e no terciário de molde a manter os níveis demográficos expressos no ponto anterior;
- aumentar o rendimento disponível e qualidade de vida das populações;
- melhorar as acessibilidades físicas locais e no interior da região bem como ao resto do país e aos postos fronteiriços de acesso aos países do continente europeu;
- maximizar o aproveitamento dos recursos locais (naturais, humanos e financeiros - poupanças e remessas dos emigrantes naturais da área) mobilizando-os para a promoção do seu próprio desenvolvimento.

2. Objectivos Sectoriais

2.1. Infraestruturas

- Promover a instalação de áreas convenientemente infraestruturadas para fins industriais;
- melhorar e desenvolver o sistema de telecomunicações;
- integrar as principais vias que atravessam a Cova da Beira no sistema nacional, particularmente a rodoviária e ferroviária de molde a melhorar a acessibilidade desta área;
- expandir a rede viária municipal permitindo um apoio mais eficiente aos aproveitamentos produtivos agrícolas (regadio) e florestais, como aos lugares mais isolados;
- dotar os aglomerados de pequena e média dimensão (750-1 000 hab.) de redes de saneamento básico (água e esgotos);
- completar a electrificação dos lugares ainda não servidos e oferecer às explorações agrícolas oportunidades para a sua utilização;
- cobrir com a recolha de lixo todos os lugares da região e promover a sua gestão integrada pelos municípios da Cova da Beira;

2.2. Sector Primário

- Acelerar o crescimento do produto agrícola da sub-região;
- aumentar os níveis de produtividade, produção e rendimento;
- melhorar os circuitos de comercialização, permitindo a adequada integração no mercado, eliminando os estrangulamentos existentes a montante e a jusante da produção;
- criar infraestruturas (rede frio, etc.) e condições que promovam a articulação e integração progressiva da agricultura com o sector industrial;
- melhorar a utilização dos recursos humanos do sector através de acções de formação profissional, promovendo e privilegiando o acesso de jovens agricultores à gestão das empresas agrícolas.

* * *

- Implementar o Projecto de Regadio transformando as obras hidráulicas num verdadeiro pólo dinamizador do desenvolvimento da agricultura da área;
- reconverter as culturas e formas de ocupação do solo não só nas áreas de regadio como áreas de sequeiro, através de um correcto ordenamento agrário;

- introdução e difusão de inovações nos domínios dos tipos e técnicas de cultivo;
- reordenamento da produção frutícola no sentido de potencializar as espécies mais adequadas no binómio aptidão natural-mercado;
- desenvolvimento e melhoria da produção pecuária, devidamente ajustada às economias de regadio e sequeiro;
- expansão e integração do sector agro-pecuário no conjunto das indústrias agro-alimentares;
- reordenamento da ocupação florestal não só em termos de exploração como de espécies.

2.3. Sector Industrial

- Reestruturação do sector têxtil-lanifícios no sentido da sua modernização tecnológica e organizativa de molde a conferir-lhe a necessária competitividade. Este objectivo deverá ser conseguido no contexto global do sector têxtil da coroa envolvente da Serra da Estrela (concelhos de Covilhã, Manteigas, Gouveia e Seia);
- diversificação da actual estrutura industrial quer pela adequada expansão horizontal como pelo desenvolvimento vertical do sector;

- mobilizar os potenciais endógenos, nomeadamente no que respeita:
 - à capacidade de iniciativa empresarial local
 - à qualificação da mão-de-obra disponível
 - às matérias-primas
 - às infraestruturas existentes (parque e loteamentos industriais, instalações fabris, etc.)
- reconversão, qualificação e adequação da mão-de-obra à procura manifestada pelo mercado de trabalho.

2.4. Equipamentos

- Provisão de meios técnicos e recursos humanos para a rede de saúde;
- adequação da rede escolar às transformações operadas no sistema de povoamento;
- adequação curricular às necessidades do mercado de trabalho (ensino secundário, cursos superiores e formação profissional).

2.5. Serviços e Turismo

- Modernização das unidades existentes tanto do sector público como do privado, conferindo-lhes maior capacidade e eficiência;

- implantar as unidades necessárias à prossecução dos objectivos de desenvolvimento enunciados para os sectores produtivos;
- desenvolvimento de infraestruturas hoteleiras de apoio às funções de relação desempenhadas por esta sub-região do centro do país e em complementaridade com a actividade turística desenvolvida em torno do parque natural da Serra da Estrela (ver P.I.D.R. S. Estrela) e em articulação com os circuitos turísticos organizados em função da actividade turística da Raia;
- aproveitamento das potencialidades turísticas locais nas vertentes paisagísticas, histórico-cultural e cinegético.

IV. MEDIDAS E ACÇÕES

A promoção do desenvolvimento económico e social na área da Cova da Beira só é possível através da implementação de acções cuja concretização depende de entidades públicas, privadas e mistas; as acções que seguidamente enunciámos, visam a prossecução dos objectivos indicados, cobrindo predominantemente os domínios da administração pública (local e central).

1. O impacto de acções da competência das autarquias, circunscreve-se ao nível das comunidades locais, repercutindo-se directa e imediatamente na suas actividades.

Os projectos em curso, a executar ou previstos orientam-se predominantemente para os seguintes domínios:

- saneamento básico e abastecimento de água, electrificação e recolhas de lixo, procurando dotar primeiramente os lugares de maiores dimensões;
- rede viária municipal, melhorando ou abrindo novas vias que facilitem o acesso a instalações (por exemplo Parque Industrial da Covilhã) e áreas produtivas (agrícolas e florestais) ou a povoações localizadas em áreas de pior acessibilidade (nalguns casos em áreas de montanha);
- produtivo, nomeadamente infraestruturas de apoio à actividade industrial (áreas industriais do Fundão e de Belmonte);
- social, como são os casos de edifícios administrativos, infraestruturas urbanas, habitação social, creches, centros de apoio à terceira idade, etc..

Em função dos recursos disponíveis e das prioridades autárquicas, foram seleccionados para apresentação a concurso do FEDER os projectos que constam do quadro seguinte. São de referir ainda, pelo impacto que terão no desenvolvimento da área os projectos que envolvem mais do que um município e dos quais destacamos:

- o abastecimento de água ao concelho do Fundão e a uma freguesia do concelho da Covilhã;
- a estação de tratamento de lixos e outros resíduos sólidos, trata-se de uma acção conjunta de 4 câmaras que tem por objectivo evitar a concentração de lixos em condições precárias e sem qualquer aproveitamento. Pretende-se controlar a poluição e defender o meio ambiente, produzindo-se também um composto fertilizante a utilizar pela agricultura da região;
- alguns troços de rede viária municipal.

2. A dificuldade em conhecer todos os projectos sectoriais em curso ou previstos pelos serviços centrais da administração ou regionais deles dependentes e a necessidade de se alcançar maior eficiência e rendibilidade, implica maior compatibilização e coordenação nas acções a empreender.

2.1. O esforço feito em anos anteriores tendo como ponto de referência o Projecto de Regadio possibilitou a inscrição autónoma de verbas no PIDDAC relativamente às acções da administração central. O quadro que apresentamos mostra as acções e a respectiva programação a empreender neste domínio.

PROJECTOS DA ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA APRESENTADOS A

CONCURSO DO FEDER

10³ esc.

CONCELHO	Tipo de Investimento	Nº Proj.	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA			
			Custo Total do Invest.	Anterior 1985	1985/1986	1987
BELMONTE	Saneamento Básico	3	32 988	-	32 988	-
	Rede Viária Mun.	1	23 248	-	13 120	10 128
	TOTAL	4	56 236	-	46 108	10 128
COVILHÃ	Saneamento Básico	4	173 163	78 551	77 572	17 040
	Rede Viária Mun.	5	121 812	-	99 874	21 938
	TOTAL	9	294 975	78 551	177 446	38 978
FUNDÃO	Saneamento Básico	5	131 820	-	100 514	31 306
	Área Industrial (1ª fase)	1	73 190	31 190	42 000	-
	TOTAL	6	205 010	31 190	142 514	31 306
COVA DA BEIRA	Saneamento Básico	12	337 971	78 551	211 074	48 346
	Rede Viária Mun.	6	145 060	-	112 994	32 066
	Área Industrial	1	73 190	31 190	42 000	-
	TOTAL	19	556 221	109 741	366 068	80 412

PROJECTOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL DO FIDR COVA DA BEIRA (FIDRAC)

DESIGNAÇÃO	SECTOR	ORGANISMO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	DESPESA						CRÉDITO TOTAL
				AME 31/12/84	1985	1986	1987	1988	ANOS SEQUINTE	
Aproveitamento hidroagrícola da Cova da Beira Rede de rega, enxugo e viária Redimensionamento das explorações minifundiárias-emparelamento Investigação agrícola Acções de experimentação em regadio	Agricultura Silvicultura Pecuária	DGRAH	1973/1987	1 172 246	230 000	450 000	440 000	-	-	2 292 246
		DGEFA	1976/1990	338 351	500 000	590 000	650 000	573 000	1 000 700	3 652 051
		IGEF	1980/1990	54 454	61 000	106 000	81 000	81 000	206 999	590 453
		INLAER	1984/1990	12 500	18 361	27 907	32 250	35 570	60 180	186 768
		DRBI	1985/1990	-	15 000	36 000	43 000	30 000	33 000	157 000
Criação de unidade tecnológica no sector lanifícios na Covilhã	Indústria	MIE-SEI- -LAPMEI	1984	1 500	-	-	-	-	-	1 500
		MES-SEOP- -DOCE	1982/1985	413 610	230 000	-	-	-	-	643 610
Instalações para os ensinos básico e secundário	Educação		1973/1990	1 992 661	1 054 361	1 209 907	1 246 250	719 570	1 300 879	7 523 628
PIDR COVA DA BEIRA										

2.2. Complementando estas acções outras terão de ser implementadas com prioridade nomeadamente as que se destinem a apoiar a actividade produtiva.

Neste âmbito é particularmente importante a criação de condições para um apoio técnico e financeiro mais eficaz às iniciativas de investimentos privados.

Um programa de reestruturação do sector têxtil deve merecer um destaque especial; este programa específico não pode ignorar outras iniciativas que visem a promoção e o desenvolvimento da actividade industrial na Cova da Beira. A definição de um sistema de incentivos ao investimento industrial e acções de formação profissional de mão-de-obra são igualmente imprescindíveis;

O apoio à actividade agrícola da Cova da Beira envolvendo, entre outras, as seguintes medidas:

- acções de formação profissional especialmente para os jovens agricultores, de acordo com as solicitações que o novo cenário agrícola vai exigir; concomitantemente, especializar e reciclar os técnicos de molde a poderem concretizar as convenientes acções de extensão rural;
- apoio às cooperativas como forma de ultrapassar os estrangulamentos e distorções existentes na comercialização dos produtos agrícolas.

2.3. De acordo com o objectivo de melhorar as acessibilidades da Cova da Beira e as condições de vida das populações, concorrendo igualmente para apoiar o desenvolvimento das actividades produtivas propõem-se as seguintes acções no domínio das infraestruturas e equipamentos:

- melhorar as ligações rodoviárias do itinerário complementar entre a Guarda e Castelo Branco bem como a E.N. 230 que liga a Covilhã à estrada da Beira (E.N. 17);
- modernizar a via ferroviária da Beira Baixa no troço Guarda-Castelo Branco;
- melhorar os serviços de transportes e de comunicações prestados pelas empresas que operam nestes sectores (R.N., C.P., C.T.T.);
- efectuar o levantamento das carências nos estabelecimentos de saúde existentes;
- estudar as necessidades de valência nos ensinos secundário, médio e superior;
- efectuar acções de formação profissional nos domínios da agricultura, da indústria, dos serviços e do turismo em articulação com as entidades dos respectivos sectores;

V. ANEXO ESTADÍSTICO

QUADRO Nº 1
 SUPERFÍCIE, POPULAÇÃO E DENSIDADE

CONCELHOS	ÁREA (Km ²)	Nº DE FREGUESIAS	POPULAÇÃO	DENSIDADE
			1981	1981
Belmonte	114,56	5	6 765	59.1
Covilhã	556,43	28	60 945	109.5
Fundão	701,65	30	32 089	45.7
C.da Beira	1 372,64	63	99 799	72.7
% na Reg.Centro	5,90	5,98	5,70	-
Reg.Centro	23 270,77	1 053	1 750 885	75,5

Fontes: Comissão Nacional do Ambiente,
 XII Recenseamento Geral da População, INE, 1981

QUADRO Nº 2
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

ÁREA GEOGRÁFICA	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
CONCELHOS												
BELMONTE	4 743	5 239	5 694	6 573	7 261	7 362	8 130	9 572	9 848	9 109	6 357	6 765
	100	111	120	139	153	155	175	202	208	192	134	143
COVILHÃ	29 368	33 998	47 968	44 427	48 400	45 583	49 934	60 608	68 522	72 957	61 046	60 945
	100	116	163	151	165	155	170	206	233	248	208	208
FUNDÃO	26 749	31 170	32 873	35 248	39 295	39 571	42 932	47 575	49 941	47 593	34 789	32 089
	100	117	123	132	147	148	161	178	187	178	130	120
TOTAL	60 860	71 007	86 535	86 248	94 956	92 516	101 056	117 755	128 311	129 659	102 192	99 799
	100	117	142	142	156	152	166	193	211	213	168	164
DISTRITOS												
CASTELO BRANCO	159 901	177 440	206 155	217 179	243 586	241 574	262 285	304 592	324 577	316 536	252 341	234 230
	100	111	129	136	152	151	164	191	203	198	158	148
GUARDA	214 507	233 202	251 940	264 531	274 372	259 386	259 504	295 663	307 667	320 606	213 538	205 631
	100	109	118	123	128	121	121	138	143	132	100	96
TOTAL DO CONTINENTE	3 327 392	4 303 664	4 713 319	5 039 744	5 586 053	5 668 232	6 334 507	7 218 882	7 921 913	8 292 975	8 074 975	9 279 377
	100	110	120	128	142	144	161	184	202	211	206	236

1 - VALOR ABSOLUTO

2 - NÚMERO ÍNDICE (1864=100)

Fonte: Recenseamento da População, INE.

QUADRO 2-A - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NAS FREGUESIAS

CONCELHOS	1864	1960	1970	1981	1864/1960	60/70	60/81	70/81
BELMONTE								
Belmonte + Colmeal da Torre	4 743	9 109	6 522	6 765	92,1	-28,4	-25,7	+ 3,7
Caria	1 773	1 123+2 827	2 293	2 503	1) 122,8	-18,9	-11,5	9,1
Colmeal da Torre	1 704	3 130	2 142	2 153	83,7	-31,6	-31,2	0,5
Ingerias	-	1 123	673	757	1) 122,8	-40,1	-32,6	12,5
Maçainhas	746	1 280	878	883	71,6	-31,4	-31,0	0,6
	520	749	536	469	44,0	-28,4	-37,4	-12,5
COVILHÃ								
Aldeia do Carvalho	29 368	72 957	62 014	60 945	148,4	-15,0	-16,5	- 1,7
Aldeia de S. Francisco de Assis	1 059	4 754	3 751	5 582	348,9	-21,1	17,4	48,8
Aldeia do Souto	-	2 508	1 890	1 886	2) 477,1	-24,6	-24,8	-0,2
Barco	482	562	407	347	16,6	-27,6	-38,3	-14,7
Boidobra	539	2 070	1 321	1 261	284,0	-36,2	-39,1	- 4,5
Casegas	740	1 838	1 414	1 477	148,4	-23,1	-19,6	4,5
Conceição	918	1 710	1 146	910	86,3	-33,0	-46,8	-20,6
Cortes do Meio	2 076	10 150	11 308	10 565	388,9	11,4	4,1	- 6,6
Dominguizo	845	1 625	1 314	1 066	92,3	-19,1	-34,4	-18,9
Erada	433	1 100	1 027	1 102	154,0	- 6,6	0,2	7,3
Ferro	595	1 589	1 220	1 111	167,1	-23,2	-30,1	- 8,9
Orjais	1 454	2 186	1 498	1 811	50,3	-31,5	-17,2	20,9
Ouroudo + Aldeia de S. Francisco	919	1 386	1 071	1 028	50,8	-22,7	-25,8	- 4,0
Paul	571	2 508 + 787	470	504	477,1	-40,3	-36,0	7,2
Peraboa	1 080	2 316	1 755	1 565	114,4	-24,2	-32,4	-10,8
Peso + Vales do Rio	809	1 775	1 212	1 176	119,4	-31,7	-33,7	- 3,0
Santa Maria	1 290	2 094	1 401	833 + 735	62,3	-33,1	-25,1	11,9
S. Jorge da Beira	2 509	4 261	4 615	4 011	69,8	8,3	- 5,9	-13,1
S. Martinho	463	3 306	1 718	1 572	614,3	-48,0	-52,5	- 8,5
S. Pedro	2 005	5 909	5 996	5 222	196,2	1,5	-11,6	-12,9
Sarzedo	2 272	3 246	3 687	3 254	42,9	13,6	0,2	-11,7
Sobral de Casegas	555	561	390	297	1,1	-30,5	-47,1	-23,8
Teixoso	531	1 457	1 197	943	174,4	-17,8	-35,3	-21,2
Tortozendo	2 359	4 297	3 751	4 076	82,2	-12,7	- 5,1	8,7
Unhais da Serra	2 204	5 795	4 571	5 147	162,9	-21,1	-11,2	12,6
Vale Formoso	893	2 499	1 739	1 826	179,8	-30,4	-26,9	5,0
Verdelhos	1 110	1 141	573	708	2,8	-49,8	-37,9	23,6
Vales do Rio	657	2 006	1 572	930	3) 205,3	-21,6	-53,6	-40,8
	-	-	-	833	62,3	-	-	-

QUADRO 2-A (CONT.)

CONCELHOS	1864	1960	1970	1981	1864/1960	60/70	60/81	70/81
FUNDÃO	26 749	47 593	34 958	32 089	77,9	-26,5	-32,6	- 8,2
Alcaide	1 293	1 237	863	791	-4,3	-30,2	-36,1	- 8,3
Alcaria	573	1 510	1 067	960	163,5	-29,3	-36,4	-10,0
Alcomogosta	881	1 159	894	727	31,6	-22,9	-37,3	-18,7
Aldeia de Joanes	328	665	565	779	102,7	-15,0	-17,1	37,9
Aldeia Nova do Cabo	810	1 128	796	614	39,3	-29,4	-45,6	-22,9
Alpedrinha	1 634	2 002	1 445	1 362	22,5	-27,8	-32,0	- 5,7
Atalala do Campo	460	1 358	891	811	195,2	-34,4	-40,3	- 9,0
Barroca	863	1 391	940	911	61,2	-32,4	-34,5	- 3,1
Bogas de Baixo	395	1 218	785	528	208,4	-35,6	-56,7	-32,7
Bogas de Cima	529	1 253	1 072	847	136,9	-14,4	-32,4	-21,0
Capinha	1 014	1 540	1 072	874	51,9	-40,1	-43,2	- 4,8
Castelajo	1 161	1 616	1 265	1 069	39,2	-21,7	-33,8	-15,5
Castelo Novo	1 115	1 125	469	583	0,9	-58,3	-48,2	24,3
Donas	902	1 297	947	859	43,8	-27,0	-33,8	- 9,3
Escarriço	334	664	523	498	98,8	-21,2	-25,0	- 4,8
Fateira	1 095	2 255	1 592	1 255	105,9	-29,4	-44,3	-21,2
Fundão	2 375	5 651	5 328	5 792	137,9	- 5,7	2,5	8,7
Janelro de Cima	498	622	560	542	24,9	-10,0	-12,9	- 3,2
Lavacinhos	527	621	381	426	17,8	-38,6	-31,4	11,8
Orca	1 184	2 405	1 406	1 175	103,1	-41,5	-51,1	-16,4
Pero Visen	1 115	1 711	1 099	954	53,5	-35,8	-44,2	-13,2
Póvoa de Atalala	487	1 287	924	848	164,3	-28,2	-34,1	- 8,2
Salgueiro	879	1 733	1 209	1 077	97,1	-30,2	-37,9	-10,9
Silvares	1 094	1 545	1 280	1 241	113,2	-45,1	-46,9	- 3,0
Soalheira	845	1 545	2 109	1 244	82,8	36,5	-36,4	-41,0
Souto da Casa	1 132	1 780	1 282	1 132	57,2	-28,0	-36,4	-11,7
Telhado	880	1 104	735	701	25,5	-33,4	-36,5	- 4,9
Vale de Prazeres + Mata de Rainha	1 801	4 025	2 317	323+1 881	123,5	-42,4	-45,2	- 0,8
Valverde	545	1 359	1 296	1 285	149,4	- 4,6	- 5,4	- 0,1
Mata da Rainha	-	-	-	323	-	-	-	-

EMIGRAÇÃO LEGAL

		ÁFRICA DO SUL	CANADÁ	ESTADOS UNIDOS	BRASIL	VENEZUELA	ALEMANHA	FRANÇA	OUTROS PAÍSES DA EUROPA	OUTROS PAÍSES	TOTAL	% POP. EMIGRADA NA DÉCADA 60
RELATÓRIO	55/59	1	5		18	1		41		19	85	18.8
	60/64	0	8	2	11	0	8	407	11	16	463	
	65/69	0	0	2	1	1	51	1 192	6	0	1 253	
	70/74	0	0	0	0	0	20	74	1	1	96	
COVILHÃ		1	13	4	30	2	79	1 714	18	36	1 897	
	55/59	2	135	4	134	92		295	3	78	743	13.8
	60/64	6	247	10	71	41	4	2 681	59	33	3 152	
	65/69	33	289	31	19	39	221	6 098	164	10	6 904	
70/74	3	305	17	12	5	530	1 017	43	9	1 941		
		44	976	62	256	177	755	10 091	269	30	12 740	
FURNÃO	55/59	3	67	15	102	105		321	3	27	653	17.0
	60/64	11	136	27	54	64	3	1 796	75	4	2 170	
	65/69	37	127	40	4	29	146	5 425	116	11	5 935	
	70/74	4	144	46	5	12	168	661	36	5	1 081	
		55	474	128	165	210	317	8 203	230	57	9 839	
COVA DA BEIRA	55/59	6	207	19	254	198		657	6	134	1 481	15.3
	60/64	17	391	39	136	105	15	4 884	145	53	5 785	
	65/69	70	416	73	24	69	418	12 715	286	22	14 092	
	70/74	7	449	63	17	17	718	1 752	80	25	3 118	
		100	1 463	194	431	389	1 151	20 008	517	223	24 476	

Fonte: Boletins da Junta de Emigração e Secretaria de Estado da Emigração.

QUADRO Nº 3-A
EMIGRAÇÃO LEGAL

	COVA DA BEIRA		REGIÃO CENTRO		CONTINENTE
	Val. Absolutos	% R.C.	Val. Absolutos	% Continente	
1960-64	5 785	11.08	52 218	34.31	152 212
1965-69	14 092	11.40	123 629	32.07	385 548
1970-74	3 118	4.44	70 154	30.65	228 908
1960-74	22 995	9.35	246 001	32.09	766 668

QUADRO Nº 4

POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO

	BELMONTE		COVILHÃ		FUNDÃO		COVA DA BEIRA		DISTRITO CASTELO BRANCO		DISTRITO GUARDA	
	HM	M	HM	M	HM	M	HM	M	HM	M	HM	M
0- 4 ANOS	294	148	4 596	2 343	2 063	1 082	6 953	3 573	14 727	7 556	14 066	7 016
5- 9 ANOS	425	221	4 803	2 432	2 087	1 076	7 315	3 729	15 748	8 069	15 078	7 605
10-14 ANOS	481	232	4 933	2 569	2 345	1 223	7 759	4 024	17 446	8 871	16 939	8 616
15-19 ANOS	562	293	5 260	2 646	2 599	1 301	8 421	4 240	19 223	9 801	18 103	9 247
20-24 ANOS	532	282	4 871	2 512	2 399	1 272	7 802	4 066	16 790	8 785	15 395	8 008
25-29 ANOS	423	210	4 411	2 281	1 815	948	6 649	3 439	13 386	7 004	11 100	5 691
30-34 ANOS	284	148	3 823	1 933	1 397	692	5 504	2 773	11 587	5 829	9 313	4 619
35-39 ANOS	313	140	3 259	1 512	1 400	644	4 972	2 296	10 768	4 946	9 169	4 106
40-44 ANOS	372	163	3 357	1 570	1 630	716	5 359	2 449	12 462	5 641	10 673	4 989
45-49 ANOS	446	220	3 499	1 612	1 920	910	5 865	2 742	14 288	6 527	11 688	5 300
50-54 ANOS	477	223	3 698	1 720	2 052	938	6 227	2 881	15 622	7 176	12 606	5 830
55-59 ANOS	442	207	3 686	1 702	2 201	982	6 329	2 891	16 080	7 481	13 469	6 243
60-64 ANOS	434	191	3 010	1 423	1 972	879	5 416	2 493	14 109	6 575	11 879	5 584
65-69 ANOS	436	218	2 896	1 318	2 070	933	5 402	2 469	14 453	6 754	12 442	5 899
70-74 ANOS	385	164	2 221	923	1 900	850	4 506	1 937	12 589	5 753	10 950	4 905
75-79 ANOS	274	109	1 501	601	1 207	524	2 982	1 234	8 311	3 510	6 982	2 767
80-84 ANOS	109	42	713	254	645	231	1 467	527	4 213	1 588	3 672	1 322
85 E+ ANOS	76	27	408	125	387	138	871	290	2 428	819	2 107	693
TOTAL	6 765	3 238	60 945	29 476	32 089	15 339	99 799	48 053	234 230	112 685	205 631	98 440

FONTE: XII Recenseamento Geral da População, INE, 1981.

QUADRO Nº 4-A
 POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO (%)

	BELMONTE		COVILHÃ		FUNDÃO		COVA DA BEIRA		CASTELO BRANCO		GUARDA	
	HM	M	HM	M	HM	M	HM	M	HM	M	HM	M
0- 4 ANOS	4.35	4.57	7.54	7.95	6.43	7.05	6.97	7.44	6.29	6.71	6.84	7.13
5- 9 ANOS	6.28	6.83	7.88	8.25	6.50	7.01	7.33	7.76	6.72	7.16	7.33	7.73
10-14 ANOS	7.11	7.16	8.09	8.72	7.31	7.97	7.77	8.37	7.45	7.87	8.24	8.75
15-19 ANOS	8.31	9.05	8.63	8.98	8.10	8.48	8.44	8.82	8.21	8.70	8.80	9.39
20-24 ANOS	7.86	8.71	7.99	8.52	7.48	8.29	7.82	8.46	7.17	7.80	7.49	8.13
25-29 ANOS	6.25	6.49	7.24	7.74	5.66	6.18	6.66	7.16	5.71	6.22	5.40	5.78
30-34 ANOS	4.20	4.57	6.27	6.56	4.35	4.51	5.52	5.77	4.95	5.17	4.53	4.69
35-39 ANOS	4.63	4.32	5.35	5.13	4.36	4.20	4.98	4.77	4.60	4.39	4.46	4.17
40-44 ANOS	5.50	5.03	5.51	5.33	5.08	4.67	5.37	5.10	5.32	5.01	5.19	5.07
45-49 ANOS	6.59	6.79	5.74	5.47	5.98	5.93	5.88	5.71	6.10	5.78	5.67	5.38
50-54 ANOS	7.05	6.89	6.07	5.83	6.39	6.12	6.24	6.00	6.67	6.37	6.13	5.92
55-59 ANOS	6.53	6.39	6.05	5.77	6.86	6.40	6.34	6.02	6.86	6.64	6.55	6.34
60-64 ANOS	6.42	5.90	4.94	4.83	6.15	5.73	5.43	5.19	6.02	5.83	5.78	5.67
65-69 ANOS	6.45	6.74	4.75	4.47	6.45	6.08	5.41	5.14	6.17	5.99	6.05	5.99
70-74 ANOS	5.69	5.06	3.64	3.13	5.92	5.54	4.52	4.03	5.37	5.11	5.33	4.98
75-79 ANOS	4.05	3.37	2.46	2.04	3.76	3.43	2.98	2.56	3.55	3.11	3.40	2.81
80-84 ANOS	1.61	1.30	1.18	0.86	2.01	1.51	1.47	1.10	1.80	1.41	1.79	1.34
85 E + ANOS	1.12	0.83	0.67	0.42	1.21	0.90	0.87	0.60	1.04	0.73	1.02	0.70
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

QUADRO Nº 5

POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS
E O COEFICIENTE DE DEPENDÊNCIA

ÁREA GEOGRÁFICA	ANO	0-14	15-34	35-64	+ 64	Coef. de Dependência
BELMONTE	1970	1 475	1 415	2 580	980	0.61
	1981	1 200	1 801	2 484	1 280	0.58
COVILHÃ	1970	16 495	18 185	21 535	6 350	0.58
	1981	11 332	18 365	20 509	7 739	0.49
FUNDÃO	1970	8 605	8 840	13 080	4 660	0.61
	1981	6 495	8 210	11 175	6 209	0.66
COVA DA BEIRA	1970	26 575	28 440	37 195	11 990	0.59
	1981	19 027	28 376	34 168	15 228	0.55
DIST. CAST. BRANCO	1970	60 925	65 188	93 800	34 445	0.60
	1981	47 921	60 986	83 329	41 994	0.62
DIST. GUARDA	1970	57 315	50 475	74 455	28 483	0.69
	1981	46 083	53 911	69 484	36 153	0.67
REGIÃO CENTRO	1970	452 530	1 006 715		192 790	0.64
	1981	422 663	1 082 408		245 814	0.62

Fonte: XII Recenseamento Geral da População, INE, 1981

QUADRO Nº 5-A

POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS (%)

ÁREA GEOGRÁFICA	ANO	0-14	15-34	35-64	+64
BELMONTE	1970	22.87	21.94	40.00	15.19
	1981	17.74	26.62	36.72	18.92
COVILHÃ	1970	26.36	29.07	34.42	10.15
	1981	23.52	30.13	33.65	12.70
FUNDÃO	1970	24.46	25.13	37.17	13.24
	1981	20.24	25.58	34.83	19.35
COVA DA BEIRA	1970	25.50	27.29	35.70	11.51
	1981	22.07	28.43	34.24	15.26
DIST. CAST. BRANCO	1970	23.95	25.63	36.88	13.54
	1981	20.45	26.04	35.58	17.93
DIST. GUARDA	1970	27.20	23.95	35.33	13.52
	1981	22.41	26.22	33.79	17.58
REGIÃO CENTRO	1970	27.39	60.94		11.67
	1981	24.14	61.82		14.04

QUADRO Nº 6

REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SECTORES DE ACTIVIDADE

ÁREA GEOGRÁFICA	ANOS	PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO		TOTAL DA POP. ACTIVA	POPULAÇÃO RESIDENTE	% DA POP. ACTIVA NA POP. TOTAL
		NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%			
BELMONTE	1960	2 169	68.2	529	16.6	481	15.2	3 179	9 109	34.9
	1970	1 335	61.0	280	12.8	575	26.2	2 190	6 522	33.6
	1981	1 046	41.9	674	27.0	776	31.1	2 496	6 765	36.9
COVILHÃ	1960	9 247	33.2	12 922	46.5	5 643	20.3	27 812	72 952	38.1
	1970	5 610	23.3	12 650	52.6	5 800	24.1	24 060	62 014	38.8
	1981	2 540	11.2	12 856	56.6	7 324	32.2	22 720	60 945	37.3
FUNDÃO	1960	11 020	65.7	3 298	19.7	2 445	14.6	16 763	47 593	35.2
	1970	6 610	56.3	2 025	17.2	3 105	26.5	11 740	34 958	33.6
	1981	4 526	40.1	3 754	33.2	3 016	26.7	11 296	32 089	35.2
TOTAL DA COVA DA BEIRA	1960	22 436	47.0	16 749	35.1	8 569	17.9	47 754	129 654	36.8
	1970	13 555	35.7	14 955	39.4	9 480	24.9	37 990	103 494	36.7
	1981	8 112	22.2	17 284	47.3	11 116	30.5	36 512	99 799	36.6
DISTRITO DE CASTELO BRANCO	1960	66 447	57.6	28 874	25.0	20 072	17.4	115 393	316 536	36.5
	1970	44 190	49.5	23 965	26.8	21 185	23.7	89 340	255 575	34.9
	1981	26 034	31.8	31 993	39.1	23 807	29.1	81 834	234 230	34.9
DISTRITO DA GUARDA	1960	64 685	67.8	16 464	17.3	14 275	14.9	95 424	282 606	33.8
	1970	41 280	59.5	14 085	20.3	13 975	20.2	69 340	213 538	32.5
	1981	31 334	43.4	23 003	31.9	17 847	24.7	72 184	205 631	35.1
REGIÃO CENTRO	1970	258 985	45.9	155 640	27.6	150 220	26.6	564 845	1 500 570	37.6
	1981	213 259	32.0	241 468	36.3	210 893	31.7	665 620	1 750 885	38.0

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE.

QUADRO Nº 7

PRODUTORES INDIVIDUAIS SEGUNDO O TEMPO DE ACTIVIDADE NA EXPLORAÇÃO

	SEM ACTIVIDADE		25 %		25% a 50%		50% a 75%		75% a 100%		TEMPO COMPLETO	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
BELMONTE	1 025	413	1 024	485	363	248	152	94	82	46	31	
COVILHÃ	2 554	1 214	1 939	1 121	1 874	993	1 309	894	567	2 609	1 231	
FUNDÃO	3 283	1 587	2 970	1 859	3 039	3 636	1 696	2 227	1 004	3 110	1 677	
COVA DA BEIRA	6 862	3 214	5 933	3 465	5 541	6 449	3 157	3 215	1 653	5 765	2 939	
REGIÃO CENTRO	189 321	97 284	168 546	106 616	132 015	108 694	48 547	81 848	27 021	160 743	64 070	

Fonte: Recenseamento Agrícola do Continente, INE, 1979.

QUADRO Nº 8

PRODUTORES INDIVIDUAIS SEGUNDO O TEMPO NA EXPLORAÇÃO
E POR ACTIVIDADE REMUNERADA FORA DA EXPLORAÇÃO

	ACTIVIDADE PRINCIPAL DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS QUE SE DEDICAM A MENOS DE 50% À SUA EXPLORAÇÃO					ACTIVIDADE SECUNDÁRIA DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS QUE SE DEDICAM A MAIS DE 50% À SUA EXPLORAÇÃO						
	OUTRAS EXPLOR. AGRÍCOLAS	INDÚSTRIA (inc.ext)	CONST. CIVIL	COMÉRCIO TURISMO	OUTRAS ACTIV.	SEM ACTIV.	OUTRAS EXPLOR. AGRÍCOLAS	INDÚSTRIA (inc.ext)	CONST. CIVIL	COMÉRCIO TURISMO	OUTRAS ACTIV.	SEM ACTIV.
BELMONTE	271	49	82	64	160	281	29	-	3	6	11	214
COVILHÃ	233	280	180	95	403	352	464	149	121	54	381	1 657
FUNDÃO	371	229	279	129	646	485	851	58	137	108	625	2 350
COVA DA BEIRA	875	558	541	288	1 209	1 118	1 344	207	261	168	1 017	4 221

FONTE: Recenseamento Agrícola do Continente, 1979.

QUADRO Nº 9

NÚMERO E SUPERFÍCIE DAS EXPLORAÇÕES E DOS BLOCOS

	Ha	Explorações		Blocos		Dimensão
		Nº	Área (ha)	Nº	Nº Médio p. Expl.	Média Explor.
BELMONTE	0- 2	857	726	1 908	2.2	0.85
	2- 5	193	700	738	3.8	3.63
	5-20	104	1 037	409	3.9	9.97
	20-50	18	603	93	5.2	33.50
	50	5	597	23	4.6	119.40
	TOTAL	1 177	3 663	3 175	2.7	3.11
COVILHÃ	0- 2	3 290	2 840	7 870	2.4	0.86
	2- 5	695	2 169	2 656	3.8	3.12
	5-20	341	2 907	1 540	4.5	8.52
	20-50	37	1 237	46	1.2	33.43
	50	21	11 843	28	1.3	563.95
	TOTAL	4 384	20 996	12 140	2.7	4.79
FUNDÃO	0- 2	4 392	4 263	12 498	2.8	0.97
	2- 5	1 161	3 979	4 203	3.6	3.43
	5-20	600	5 812	2 505	4.2	9.69
	20-50	82	3 201	377	4.6	39.04
	50	43	8 477	153	3.6	197.14
	TOTAL	6 278	25 732	19 736	3.1	4.10
COVA DA BEIRA	0- 2	8 539	7 829	22 276	2.6	0.92
	2- 5	2 049	6 848	7 597	3.7	3.34
	5-20	1 045	9 756	4 454	4.3	9.34
	20-50	137	5 041	516	3.8	36.80
	50	69	20 917	206	3.0	303.14
	TOTAL	11 839	50 391	35 051	3.0	4.26

Fonte: Recenseamento Agrícola do Continente, INE, 1979.

QUADRO Nº 10 - NÚMERO E SUPERFÍCIE DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

	NÚMERO		SUPERFÍCIE (HA)		SUPERFÍCIE (1968/79)	Nº EXPLORAÇÕES (1968/79)	%
	1968	1979	1968	1979			
	SUP. MÉDIA DAS EXPLORAÇÕES		1968	1979			
BELMONTIE	1	40	2 825,99	1 200	70,65	42,50	- 58,49
	2	1 315	2 946,00	2 463	2,24	12,24	- 16,40
	3	1 355	5 771,99	3 663	4,26	13,14	- 36,54
COVILHÃ	1	153	10 910,45	13 080	71,31	62,09	+ 19,89
	2	4 110	11 763,30	7 916	2,84	5,26	- 32,71
	3	4 293	22 673,75	20 996	5,28	2,12	- 7,40
FUNDÃO	1	327	22 884,75	11 678	69,98	61,77	- 48,97
	2	7 615	17 853,40	14 054	2,34	19,20	- 21,28
	3	7 942	40 738,15	25 732	5,13	20,95	- 36,84
COVA DA BEIRA	1	520	36 621,19	25 958	70,43	60,38	- 29,12
	2	13 070	32 562,70	24 433	2,49	10,99	- 24,97
	3	13 590	69 183,89	50 391	5,09	12,88	- 27,16
% da Cova da Beira na Região Centro	1	12,07	16,84	5,34	50,48	153,03	
	2	5,02	5,84	3,31	2,14	2,67	
	3	5,13	8,93	4,11	2,93	4,38	
REGIÃO CENTRO	1	4 307	217 430,83	486 497*	2,14	2,67	
	2	260 405	557 415,05	738 858*	2,93	4,38	
	3	264 712	774 845,88	1225 355*			

Fonte: Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente, INE, 1968
 RAC, INE, 1979

* Total dos 6 distritos

1. 20 ha
2. 20 ha
3. Total

QUADRO Nº 11 - NÚMERO E SUPERFÍCIE MÉDIA DOS BLOCOS DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

	NÚMERO		Nº MÉDIO BLOCOS P/ EXPLORAÇÃO		SUP. MÉDIA DOS BLOCOS (HA)		VARIACÃO NÚMERO BLOCOS %	
	1968	1979	1968	1979	1968	1979		
BELMONTE	1	364	1,16	9,83	5,04	7,76	10,34	- 68,13
	2	4 495	3 059	3,41	2,65	0,66	0,81	- 31,95
	3	4 859	3 175	3,59	2,70	1,19	1,15	- 34,66
COVILHÃ	1	955	259	6,24	4,46	11,42	50,50	- 72,88
	2	16 945	11 881	4,09	2,75	0,69	0,67	- 29,88
	3	17 900	12 140	4,17	2,77	1,27	1,73	- 32,18
FUNDÃO	1	1 692	530	5,85	4,24	13,53	22,03	- 67,68
	2	21 465	19 206	2,82	3,12	0,83	0,73	- 10,52
	3	23 157	19 736	2,92	3,14	1,76	1,30	- 14,77
COVA DA BEIRA	1	3 011	905	5,79	4,39	12,16	28,68	- 69,94
	2	42 905	34 146	3,28	2,94	0,76	0,72	- 20,41
	3	45 916	35 051	3,38	2,96	1,51	1,44	- 23,66

1 - > 20 ha
 2 - < 20 ha
 3 - Total

Fonte: Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente, INE, 1968
 Recenseamento Agrícola do Continente, INE, 1979.

QUADRO Nº 12 - EXPLORAÇÕES SEGUNDO A UTILIZAÇÃO DA TERRA

	ÁREA TOTAL DAS EXPLORAÇÕES		ÁREA ARÁVEL LIMPA		ÁREA C/ CULTURAS PERMANENTES (a)		ÁREA C/ PRADOS E PASTAGENS PERMAN. (b)		ÁREA FLORESTAL (c)	
	1968	1979	1968	1979	1968	1979	1968	1979	1968	1979
BELMONTÉ	1	2 825,99	1 200	1 876,05	178	250,54	304	0,45	344,08	214
	2	2 946,00	2 463	1 977,45	579	576,85	702	36,5	394,90	244
	3	5 771,99	3 663	3 853,50	757	827,39	1 006	36,95	738,98	458
COVILHÃ	1	10 910,45	13 080	4 796,15	637	1 191,08	787	202,30	2 132,97	4 152
	2	11 763,30	7 916	6 115,15	2 980	1 540,10	2 065	231,25	3 587,55	1 685
	3	22 673,75	20 996	10 911,30	3 617	2 731,18	2 852	433,55	5 720,52	5 837
FUNDÃO	1	22 884,75	11 678	12 003,94	1 275	6 794,31	1 046	789,05	4 008,83	1 655
	2	17 853,40	14 054	10 654,20	4 079	2 841,60	2 814	190,25	3 875,25	2 196
	3	40 738,15	25 732	22 658,14	5 354	9 635,91	3 860	979,30	7 884,08	3 851
COVA DA BEIRA	1	36 621,19	25 958	18 676,14	2 090	8 235,93	2 137	991,80	6 485,88	6 021
	2	32 562,70	24 433	18 746,80	7 638	4 958,55	5 581	458,00	7 857,70	4 125
	3	69 183,89	50 391	37 422,94	9 728	13 194,48	7 718	1 449,80	14 343,58	10 146

Fonte: Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente, INE, 1968
Recenseamento Agrícola do Continente, INE, 1979

(a) Com ou sem culturas sob coberto

(b) As pastagens ou prados sob coberto florestal incluem-se no conjunto "Área Florestal": Limpa

(c) Não inclui também áreas como matas e estevas (incultas) onde o homem intervém só para colher

1 - 20 ha
2 - 20 ha
3 - Total

QUADRO Nº 13 -- FORMAS DE EXPLORAÇÃO DA TERRA

	CONTA PRÓPRIA						ARRENDAMENTO						MISTA E OUTRAS FORMAS						TOTAL	
	1968		1979		1968		1979		1968		1979		1968		1979		1968		1979	
	NºEXPL	ÁREA	NºEXPL	ÁREA	NºEXPL	ÁREA	NºEXPL	ÁREA	NºEXPL	ÁREA	NºEXPL	ÁREA	NºEXPL	ÁREA	NºEXPL	ÁREA	NºEXPL	ÁREA	NºEXPL	ÁREA
BELMONTE	1	15	1 088,48	14	700	7	555,84	3	176	18	1 181,67	6	324	40	2 825,99	23	1 200	1	200	
	2	910	1 846,10	923	1 919	170	449,25	140	232	235	650,65	91	312	1	315 294,00	1	154	2	463	
	3	925	2 934,58	937	2 619	177	1 005,09	143	408	253	1 832,32	97	636	1	355 577,19	1	177	3	663	
COVILHÃ	1	75	4 784,70	45	12 227	44	3 049,90	6	391	34	3 075,85	7	462	153	10 910,45	58	13 080	4	326	
	2	2 830	7 791,50	3 231	5 898	575	1 496,00	570	810	735	2 475,80	525	1 208	4	140 117,63	4	326	7	916	
	3	2 905	12 576,20	3 276	18 125	619	4 545,90	576	1 201	769	5 551,65	532	1 670	4	293 226,73	4	384	20	996	
FUNDÃO	1	178	12 823,85	53	4 913	49	4 108,63	24	1 728	100	5 952,31	48	5 037	327	2 884,79	125	11 678	7	615	
	2	4 885	11 403,85	4 345	9 525	1 665	3 239,95	742	1 436	1 065	3 209,65	1 066	3 093	7	615 178,53	6	153	14	054	
	3	5 063	24 227,70	4 398	14 438	1 714	7 348,58	766	3 164	1 165	9 161,96	1 114	8 130	7	942 407,38	6	278	25	732	
COVA DA BEIRA	1	268	18 697,03	112	17 840	100	7 714,37	33	2 295	152	10 209,83	61	5 823	520	36 621,23	206	25 958	13	070	
	2	8 625	21 041,45	8 499	17 342	2 410	5 185,20	1 452	2 478	2 035	6 336,10	1 682	4 613	13	070 325,62	11	633	24	433	
	3	8 893	39 738,68	8 611	35 182	2 510	12 899,57	1 485	4 773	2 187	16 545,93	1 743	10 436	13	590 691,83	11	839	50	391	

Fonte: Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente, INE, 1968
 Recenseamento Agrícola do Continente, INE, 1979

- 1 - > 20 ha
 2 - < 20 ha
 3 - Total

QUADRO Nº 13-A
FORMAS DE EXPLORAÇÃO DA TERRA

	TIPO DE EXPLORAÇÃO	% de Área		% de Número de Explorações	
		1968	1979	1968	1979
BELMONTE	Conta própria	50.8	71.5	68.3	79.6
	Arrendamento	17.4	11.1	13.1	12.1
	Mista e outras	31.8	17.4	18.6	8.3
COVILHÃ	Conta própria	55.5	86.3	67.7	74.7
	Arrendamento	20.1	5.7	14.4	13.1
	Mista e outras	24.4	8.0	17.9	12.2
FUNDÃO	Conta própria	59.5	56.1	63.7	70.1
	Arrendamento	18.1	12.3	21.6	12.2
	Mista e outras	22.4	31.6	14.7	17.7
COVA DA BEIRA	Conta própria	57.4	69.8	65.4	72.7
	Arrendamento	18.7	9.5	18.5	12.6
	Mista e outras	23.9	20.7	16.1	14.7

QUADRO Nº 14
PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Quantidade: hl/ton Valor: 10³ esc. Ano 1977

CÓDIGOS	CONCEITOS	BELMONTÉ		COVILHÃ		FUNDÃO		COVA DA BETRA		REG. CENTRO VALOR
		QUANT.	VALOR (centos)	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	
010020	Trigo	74	444	1 102	6 624	1 185	7 123	2 361	14 191	25,70
010050	Milho em grão	331	2 053	2 069	12 838	2 794	17 325	5 194	32 206	3,34
010120	Centeio	277	1 299	391	1 832	1 491	6 993	2 159	10 124	7,19
010170	Batata	6 822	53 145	21 279	165 762	5 890	45 879	33 991	264 786	7,83
010250	Feijão	45	2 039	183	8 260	351	15 834	579	26 133	4,96
010040	Palha trigo	98	223	1 470	3 336	1 590	3 609	3 158	7 168	26,53
010070	Palha milho	---	---	---	---	---	---	---	---	---
010780	Forragem	---	9 488	---	35 959	---	44 254	---	89 701	5,27
011710	Vinho comum	---	780	---	43 644	---	2 338	---	46 762	6,00
011780	Azeite	205	2 464	1 133	13 590	---	46 745	---	62 799	37,93
	Produção Agrícola Total		77 710		312 503		426 663		816 876	6,82
020020	Madeira para poste		821		8 920		5 441		15 182	2,96
020040	Madeira em taras		2 280		24 803		26 722		53 805	6,25
020090	Resina pinheiros		1 248		14 094		14 625		29 967	6,35
020140	Castanha		257		5 421		19 618		25 296	15,85
	Produção Silvícola Total		5 662		60 477		82 436		148 575	6,27
030010	Gado Bovino Jovem		2 347		8 799		11 146		22 292	3,69
030020	Gado Bovino Adulto		2 375		15 438		19 000		36 813	2,84
030060	Gado Ovíno		10 728		21 456		46 487		78 671	13,08
030070	Gado Caprino		1 034		8 275		10 344		19 653	11,31
030080	Gado Suíno	966	19 504	4 641	53 637	287	68 265	5 894	141 406	4,30
030340	Leite de vaca	246	9 310	585	44 741	234	2 771	2 065	56 822	2,97
030350	Leite de ovelha	50	1 863	485	4 419	1 234	9 331	1 111	15 613	12,57
030360	Leite de cabra		380		3 661		4 356		8 397	10,28
	Produção Pecuária Total		56 886		172 727		190 531		420 144	4,72

Fonte: Regionalização da Produção do Sector Primário para 1977, MAI-MFP, 1983

QUADRO Nº 15 - EFECTIVOS PECUÁRIOS

	BOVINOS						OVINOS						CAPRINHOS						SUÍNOS						No de cabeças (1972/1979)							
	1972		1979		1972		1979		1972		1979		1972		1979		1972		1979		1972		1979		1972		1979		1972		1979	
	No Total de cabeças	No de fêmeas	No de explorações	1	2	No Total de cabeças	No de explorações	1	2	No Total de cabeças	No de explorações	1	2	No Total de cabeças	No de explorações	1	2	No Total de cabeças	No de explorações	1	2	No Total de cabeças	No de explorações	1	2	Bovina	Ovina	Caprina	Suína			
REAJCITE	679	771	647	254	3.04	21.58	6 433	4 800	93	51,62	7,90	591	687	279	2,46	23,70	3 253	2 435	336	7,24	28,55	+13,5	-25,4	-20,7	-25,2							
COVILHAS	3 036	2 818	2 525	763	3,69	17,40	14 956	8 623	187	46,11	4,26	9 413	5 003	1 207	4,19	23,53	8 811	3 873	1 342	2,89	30,61	- 6,9	-41,3	-46,2	-56,5							
FUNCO	3 756	4 463	3 780	1 498	2,84	24,86	22 021	21 973	773	28,43	12,30	11 593	8 894	2 333	3,81	37,26	11 346	6 594	2 595	2,54	41,33	+18,8	-31,4	-23,2	-41,9							
CAPA DA BEIRA	7 463	8 652	6 952	2 515	3,20	21,24	53 420	35 396	1 053	33,61	8,89	21 997	14 644	3 831	3,83	31,25	23 310	12 902	4 273	3,02	35,10	+ 7,9	-33,7	-33,4	-45,1							
NA REGIÃO CENTRO		2,82					1,52						5,48					2,23														
REGIÃO CENTRO		276 184					446 084						267 104					579 453														

1 - 1/2 de cabeças por exploração

2 - 1 de exploração com gado

Fonte: Arrolamento Geral do Gado, INE, 1972
Recenseamento Agrícola do Continente, INE, 1979.

QUADRO Nº 16 - POMARES

	ÁREA TOTAL 1978	CERRADOS (A)				POMARES (B)				PRUNOMEIS (C)				CERQUELETO		CERVA		TOTAL															
		1978		1979		1978		1979		1978		1979		1978	1979	1978	1979	1978	1979														
		1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2														
ÁREA TOTAL	91,57	280	6	2,6	-	1	-	37	70,47	193	162	176	21	17	7	16,5	55	66	59	4	2	-	-	2	12	197	104,61	549	286	676	520,10	674	460
CONTÁBIL	194,7	698	9	12,0	7	5	4	37	156,20	430	408	363	101	65	10	26,5	347	164	191	63	36	40	40,5	36	24	386	656,70	1.230	1.090	631	765,18	1.262	1.065
PLANTIO	340,5	999	50	67,18	101	206	88	104	224,85	401	453	387	79	92	14	48,59	346	204	166	149	177	39	127,45	50	60	1.304	3.191,75	2.546	2.039	945	1.064,4	1.717	820
COM. EM DEBIDA	426,77	1.957	65	81,75	108	212	92	178	451,52	1.104	1.023	926	201	174	31	92,5	646	434	410	278	215	79	167,05	88	96	1.887	3.933,06	4.235	3.415	2.352	2.949,48	3.653	2.945

- 1 - Número de Explorações
- 2 - Superfície (ha)

Fonte: - Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente, INE, 1968
 - Recenseamento Agrícola do Continente, INE, 1979.

QUADRO Nº 17

IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA NA ACTIVIDADE ECONÓMICA DA COVA DA BEIRA

Unidade: 10³ esc.

	PIB IND. TRANS.	% TOTAL DA C.B.	PIB TOTAL	%	% PIB IND. TRANS. NO PIB TOTAL
BELMONTE	2 064	0.4	65 592	3.9	3.2
COVILHÃ	487 471	94.4	1 278 976	76.6	38.1
FUNDÃO	26 952	5.2	325 383	19.5	8.3
COVA DA BEIRA	516 487	100.0	1 669 951	100.0	30.9

FONTE: Repartição Regional do Produto: ensaio para 1970, INE, 1974

QUADRO Nº 18 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, PESSOAL AO SERVIÇO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

		Número Estabelecimentos			Pessoal ao Serviço			Valor B. Produção (10 ³ Esc.)		
		1957	1972	1980	1957	1972	1980	1957	1972	1980
BELMONTE	1	147	67	13	306	196	464	5 597	8 488	196 668
	2	39	28	8	96	47	35	3 419	4 872	12 666
	3	59	17	2	106	107	410	917	2 197	178 545
COVILHÃ	1	705	360	131	10 080	9 104	8 417	756 510	1 222 132	5 309 100
	2	260	102	25	590	421	206	20 936	60 437	92 205
	3	306	180	76	8 942	8 178	7 921	711 624	1 119 202	5 068 049
FUNDÃO	1	554	254	58	1 478	890	948	52 299	101 803	492 315
	2	269	146	22	681	353	309	35 912	58 816	131 359
	3	147	35	...	306	84	...	1 942	1 176	...
COVA	1	1 406	681	202	11 864	10 190	9 829	814 406	1 332 423	5 998 083
DA	2	568	276	55	1 367	821	550	60 267	124 125	236 230
BEIRA	3	512	182	...	9 354	8 369	...	714 483	1 122 575	...

Fontes: - Inquéritos Industriais, INE, 1957, 1972
Estatísticas Industriais, INE, 1980

1. Indústria transformadora total
2. Alimentares
3. Têxteis

N.B. A leitura destes valores evidenciam discrepâncias que se devem à cobertura e aos critérios utilizados na sua obtenção.

Deste modo, a sua análise terá de ser feita com cuidado.

V.B.P. a preços correntes..

QUADRO Nº 19

DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	PESSOAL AO SERVIÇO	FBCF *	VBP *	VAB *
BELMONTE					
3. INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	13	464	28 302	196 668	99 390
3.1. Ind. Alimen, Beb, Tabaco	8	35	185	12 666	5 704
3.2. Ind. Text, Vestuário, Couro
3.3. Ind. Madeira e Cortiça
3.4. Ind. Pap, A. Gráf, Ed. Public.	-	-	-	-	-
3.5. Indústrias Químicas
3.6. Ind. prod. minerais não metal	-	-	-	-	-
3.7. Ind. metalúrgicas de base	-	-	-	-	-
3.8. Fab. prod. metal, equi, transp	-	-	-	-	-
3.9. Outras ind. transformadoras	-	-	-	-	-
COVILHÃ					
3. INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	131	8 417	193 060	5 309 100	2 358 669
3.1. Ind. Alimen, Beb, Tabaco	25	206	1 353	92 205	33 615
3.2. Ind. Text, Vestuário, Couro	76	7 921	177 709	5 068 049	2 255 802
3.3. Ind. Madeira e Cortiça	17	135	8 207	76 935	33 593
3.4. Ind. Pap, A. Gráf, Ed. Public.	5	71	3 104	32 642	17 202
3.5. Indústrias Químicas
3.6. Ind. prod. minerais não metal	3	20	950	7 038	1 629
3.7. Ind. metalúrgicas de base
3.8. Fab. prod. metal, equi, transp	3	57	1 737	31 471	16 751
3.9. Outras ind. transformadoras	-	-	-	-	-
FUNDÃO					
3. INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	58	948	32 900	492 315	162 325
3.1. Ind. Alimen, Beb, Tabaco	22	309	3 535	135 359	26 608
3.2. Ind. Text, Vestuário, Couro
3.3. Ind. Madeira e Cortiça	17	160	2 088	52 541	23 825
3.4. Ind. Pap, A. Gráf, Ed. Public.
3.5. Indústrias Químicas	3	20	2 827	54 400	12 279
3.6. Ind. prod. minerais não metal	9	136	19 852	96 173	42 866
3.7. Ind. metalúrgicas de base
3.8. Fab. prod. metal, equi, transp	3	28	546	15 658	3 920
3.9. Outras ind. transformadoras	-	-	-	-	-
COVA DA BEIRA					
3. INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	202	9 829	254 262	5 998 083	2 620 384

Fonte: Estatísticas Industriais - INE, 1980

* Unidade: 10³ esc.

... Não divulgado por sigilo estatístico.

QUADRO Nº 20

IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA DA COVA DA BEIRA NA REGIÃO CENTRO

	Número de Estabelec.	Possual ao Serviço	FECF *	VAP *	VAB *
3. INDÚSTRIA TRANSFORMADORA (Total da Cova da Beira)					
A	202	9 829	254 262	5 998 083	2 620 384
B	6,94	8,25	2,55	4,42	6,08
C	2 912	119 092	9 970 844	135 675 847	43 079 295
3.1. Ind. Alimentação, Bebidas, Tabaco					
A	55	550	5 073	240 230	65 927
B	6,34	3,81	0,27	0,92	1,29
C	868	14 449	1 897 533	26 199 964	5 130 337
3.2. Ind. Têxteis, Vestuário, Calçado					
A	79	8 583	208 193	5 377 074	2 401 812
B	24,61	25,50	14,92	23,75	30,42
C	321	33 655	1 395 344	22 639 257	7 896 306
3.3. Ind. Madeira e Cortiça					
A	36	313	11 320	134 853	57 418
B	5,07	2,74	2,05	1,91	2,37
C	710	11 426	553 336	7 061 046	2 419 242
3.4. Ind. Papel, Artes Gráficas, Edições, Public					
A	7	107	3 764	38 792	20 457
B	3,95	1,56	0,33	0,30	0,38
C	177	6 854	1 137 174	13 125 246	5 421 128
3.5. Ind. Químicas					
A	5	27	2 827	54 980	12 605
B	2,27	0,31	0,27	0,29	0,31
C	220	8 627	1 047 020	19 009 457	4 085 155
3.6. Ind. Prod. Minerais não metálicos					
A	12	156	20 802	103 211	44 495
B	3,30	0,66	1,07	0,50	0,47
C	364	23 816	1 936 793	20 687 233	9 494 824
3.7. Ind. Metalúrgicas de base					
A	2	8	..	1 714	1 126
B	5,71	0,30	..	0,04	0,10
C	35	2 670	339 337	4 450 818	1 128 690
3.8. Fab. Prod. Metálicos, Equip., Transporte					
A	6	85	2 283	47 129	20 671
B	2,37	0,49	0,14	0,21	0,27
C	253	17 478	1 677 130	22 079 177	7 517 560
3.9. Outras indústrias transformadoras					
A	-	-	-	-	-
B	-	-	-	-	-
C	5	117	3 924	51 067	6 852

A - Cova da Beira

B - % Cova da Beira na Região Centro

C - Região Centro

* Unidade: 10³ esc.

QUADRO Nº 21

ALOJAMENTOS FAMILIARES OCUPADOS, SEGUNDO O TIPO DE ALOJAMENTO, POR SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, INSTALAÇÃO DE BANHO E ESGOTOS

	NÚMERO DE FAMÍLIAS	Nº ALOJAMENTOS		ALOJAMENTOS OCUPADOS							
		Ocupados	Total	com retrete	sem retrete	com água no alojamento	sem água só no edifício	com água	sem água	com banho	sem banho
BEI-MONTE	2 465	2 462	3 801	1 356	1 106	1 680	38	744	1 071	1 391	
COVILHÃ	19 086	18 904	24 564	11 762	7 142	12 946	152	5 806	8 913	9 991	
FUNDÃO	11 298	11 202	16 671	5 210	5 992	5 081	82	6 039	3 387	7 815	
COVA DA BEIRA	32 849	32 568	45 036	18 328	14 240	19 707	272	12 589	13 371	19 197	
REGIÃO CENTRO	539 376	526 881	682 439	347 034	179 847	315 967	11 111	199 803	244 547	282 334	
CONTINENTE	2 803 028	2 688 128	3 290 621	2 090 829	597 299	1 919 230	51 186	717 712	1 559 297	1 128 831	

Fonte: XII Recenseamento Geral da População e Habitação, INE, 1981.

QUADRO Nº 21-A

ALOJAMENTOS FAMILIARES OCUPADOS, SEGUNDO O TIPO DE ALOJAMENTO, POR SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, INSTALAÇÃO DE BANHO E ESGOTOS

	Aloj. ocupados ----- Aloj. Totais x 100	% alojamentos ocupados							
		com retrete	sem retrete	com banho	sem banho	com água	sem água		
BELOMONTE	64,8	55,1	44,9	43,5	56,5	69,8	30,2		
COVILHÃ	77,0	62,2	37,8	47,2	52,8	69,3	30,7		
FUNDÃO	67,2	46,5	53,5	30,2	69,8	46,1	53,9		
COVA DA BEIRA	72,3	56,3	43,7	41,1	58,9	61,3	38,7		
REGIÃO CENTRO	77,2	65,9	34,1	46,4	53,6	62,1	37,9		
CONTINENTE	81,7	77,8	22,2	58,0	42,0	73,3	26,7		

QUADRO Nº 22

ALOJAMENTOS CLÁSSICOS OCUPADOS
SEGUNDO O NÚMERO DE ALOJAMENTOS NO EDIFÍCIO

	BELMONTE	COVILHÃ	FUNDÃO	COVA DA BEIRA
Edifícios com				
1 Alojamento	2 094	11 447	9 468	23 009
2 Alojamentos	275	2 660	870	3 805
3 "	39	1 179	363	1 581
4 "	27	990	122	1 139
5 a 9 "	21	1 645	313	1 979
10 e + "	-	895	41	936

Fonte: XII Recenseamento Geral da População e Habitação, INE, 1961.

QUADRO Nº 23
 POPULAÇÃO SERVIDA POR
 REDE DE ÁGUA E ESGOTOS

	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO SERVIDA			
		ÁGUA	%	ESGOTOS	%
BELMONTE	6 765	5 270	77,9	3 694	54,6
COVILHÃ	60 945	44 351	72,8	31 490	51,7
FUNDÃO	32 089	15 949	49,7	7 889	24,6
COVA DA BEIRA	99 799	65 570	65,7	43 073	43,2
REGIÃO CENTRO	1 750 885	866 182	49,5	409 888	23,4

Fonte: XII Recenseamento Geral da População e Habitação,
 INE, 1981.

QUADRO Nº 24
ENERGIA ELÉCTRICA.

	BELMONTE	COVILHÃ	FUNDÃO
% Pop. servida	96	99	96
Consumo Doméstico MWh	1 412,9	25 211,0	7 226,6
% no consumo	32,0	25,5	44,7
Consumo Industrial MWh	1 473,4	61 145,6	4 624,0
% no consumo	33,4	61,9	28,6
Consumo Total MWh	4 415,4	98 720,6	16 165,2

FONTES: Administração Local em Números
Estatística das Instalações Eléctricas, MIE

QUADRO Nº 25

INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

	BELMONTE	COVILHÃ	FUNDÃO	COVA DA BEIRA
CAMPOS DE FUTEBOL com medidas regulamentares	2	20	14	36
sem medidas regulamentares	4	12	18	34
CIRCUITOS DE MANUTENÇÃO	-	2	-	2
POLIDESPORTIVOS	-	6	9	15
PISCINAS	1	3	2	6
PAVILHÕES	-	5	1	6
GINÁSIOS	-	3	1	4
CAMPOS DE TÊNIS	-	-	1	1
TANQUES APRENDIZAGEM NATAÇÃO	-	1	-	1

FONTE: D.G.D. de Castelo Branco, 1985.

QUADRO Nº 26

SAÚDE

	BELMONTE	COVILHÃ	FUNDÃO	COVA DA BEIRA
HOSPITAIS	-	1	1(*)	2
CENTROS DE SAÚDE	1	1	1	3
NÚMERO DE MÉDICOS	5	35	18	58
NÚMERO DE HABITANTES/MÉDICO	1 353	1 741	1 782	1 721
NÚMERO DE ENFERMEIROS	5	31	14	50
NÚMERO DE HABITANTES/ENFERMEIROS	1 353	1 966	2 292	1 996
NÚMERO DE CAMAS HOSPITALARES	-	247	117	364
NÚMERO DE FARMÁCIAS (mais Postos de Medicamentos)	2	16	9	27
NÚMERO DE HABITANTES/FARMÁCIA	3 383	3 809	3 565	3 696
TAXA DA MORTALIDADE INFANTIL (1979)	2,5	3,0	1,2	-
% PARTOS SEM ASSISTÊNCIA (1979)	14	1	7	-

Fontes: Administração Regional de Saúde de Castelo Branco, 1984
Hospital Distrital da Covilhã, 1984
Hospital Distrital do Fundão, 1984

(*) Não se considerou o Hospital de Alpedrinha.

VI. ALGUNS ESTUDOS E RELATÓRIOS PUBLICADOS
SOBRE A COVA DA BEIRA

Desenvolvimento Regional

Duarte Simões - Planeamento Regional - Cova da Beira, Fundação, 1963.

CPRC - Estudos Preparatórios do IV Plano de Fomento. Relatório apresentado pelo G.T. nº 6. Estudos relativos ao desenvolvimento económico e social da Cova da Beira. Coimbra, 1972.

CPRC - Reorganização da Indústria de Lanifícios e a Criação de Novas Indústrias na Cova da Beira. Relatório apresentado pelo G.T. nº 6 - Cova da Beira. Coimbra, Setembro, 1973.

CPRC - Idem, Anexo nº III. Proposta de implantação do Parque Industrial do Pólo de Desenvolvimento da Covilhã. Coimbra, Setembro, 1973.

C. M. da Covilhã - Desenvolvimento Sócio-Económico da Cova da Beira. Covilhã, 1970.

CCRC/GTZ - Programa Integrado de Desenvolvimento para a Cova da Beira e zona da Raia Portuguesa - Coimbra, Março de 1983.

Agricultura e Projecto de Regadio

MOP - Avaliação Económica do Aproveitamento Hidro-Agrícola da Cova da Beira (1.^a fase ampliado). Setembro, 1977.

MAP-MOP - Grupo de Trabalho para a Cova da Beira - Aproveitamento Hidro-Agrícola da Cova da Beira. Aspectos Técnicos e Económico-Sociais. Outubro, 1977.

MAFA-DGHEA - Projecto de Desenvolvimento Agrário da Cova da Beira (estudo de viabilidade). Dezembro, 1983.

DRABI - PDI da Cova da Beira. Projecto de Desenvolvimento para o sector Agro-Pecuário. Junho, 1984.

CCRC - Estrutura Agrária e Inovação na Cova da Beira. Coimbra, 1983.

Ordenamento Urbano

DGPU - Plano da Área Territorial da Covilhã - Cova da Beira, 1980.

CCRC - Agrupamento de Concelhos da Covilhã: hierarquia de centros e áreas de influência, Coimbra, 1982.

CEP - Contribuição para o estudo da Região da Beira Interior. Os equipamentos colectivos. Inventários dos equipamentos e análise da situação, nº 22, Maio de 1981.

DÃO - LAFÕES

ÍNDICE

I.	INTRODUÇÃO	399
II.	ANÁLISE SÓCIO-ECONÓMICA	405
	1. Demografia	407
	1.1. População residente - Densidade populacional	
	1.2. A Emigração	407
	1.3. Estrutura etária da população	407
	1.4. Estrutura da população activa	411
	1.5. População activa desempregada	413
	2. Actividades Produtivas	421
	2.1. Agricultura, Pecuária e Silvicultura,.....	423
	2.1.1. A ocupação do solo	423
	2.1.2. A divisão da propriedade agrícola ...	423
	2.1.3. Natureza das explorações	427
	2.1.4. Estrutura etária dos trabalhadores agrícolas	429
	2.1.5. As produções agrícola, pecuária e silvícola	430
	2.1.5.1. Produções agrícolas	431
	2.1.5.2. Produções pecuárias	434
	2.1.5.3. Produções silvícolas	437
	2.1.6. Síntese	438
	2.2. Sector industrial	441
	2.2.1. Grau de industrialização	441
	2.2.2. Dimensão média das empresas	441
	2.2.3. Indicadores de localização	445
	2.3. Turismo	448

3. Infraestruturas e Equipamento	449
3.1. Infraestruturas de transporte	449
3.2. Infraestruturas Básicas	449
3.3. Infraestruturas sociais	454
3.3.1. Educação e Formação Profissional	454
3.3.2. Saúde e Assistência	455
III. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO	457
IV. MEDIDAS E ACÇÕES	461
1. Sector Primário	463
2. Sector Industrial	467
3. Sector do Turismo	467
4. Infraestruturas e Equipamento	468
V. ANEXO ESTATÍSTICO	473

I. INTRODUÇÃO

A área do Dão-Lafões compreende os concelhos dos agrupamentos de Viseu (Castro Daire, Mangualde, Nelas, Penalva do Casteló, Sátão, Vila Nova de Paiva e Viseu) de Santa Comba Dão (Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela), de S. Pedro do Sul (S. Pedro do Sul, Oliveira de Frades e Vouzela) e, ainda, o concelho de Aguiar da Beira.

A sua superfície (348 333 Ha) corresponde a cerca de 15% da Região Centro e a sua população (295 094 Hab.) representa cerca de 17% da população da mesma região. A densidade populacional desta área é de 85 Hab./Km², um pouco superior à densidade média da região onde está inserida, a Região Centro (75 Hab./Km²).

A variação da população foi negativa (-13%) entre 1960 e 1970 tendo iniciado a sua recuperação na década seguinte, a um ritmo de + 4,5%. A explicação deste comportamento reside, por um lado, no êxodo registado, no período 1955-74, no qual se conhece a fracção legal de emigração de cerca de 48 600 habitantes, e, por outro, no retorno, após 1974, de nacionais residentes nas ex-colónias e, em parte, no regresso de alguns emigrantes.

Os extractos populacionais em idade activa (15-64) tem um peso demasiado reduzido na estrutura etária da população.

Em termos gerais podemos dizer que cerca de metade da sua população activa está afectada ao sector primário, distribuindo-se a outra metade, em partes relativamente iguais, pelos sectores terciário e secundário, ocupando respectivamente, 26,2% e 24,7% dos activos.

O sector primário que, como vimos, é o sector que utiliza o maior número de activos, não se pode considerar actualmente, um sector eficiente, pois os seus 50% de acti-

vos só geram 36% do total do Valor Acrescentado desta área, denotando um baixo nível de produtividade. Dentro deste sector, o sub-sector da silvicultura embora apresentando alguns problemas, incêndios que ano a ano devastam áreas consideráveis e utilização de técnicas inadequadas, pode-se considerar com enormes potencialidades que há que explorar.

Como alternativa ao sector primário onde há um excedente considerável de população a ele afecto (nem sempre a considerar como população empregue no sector), aparecem-nos os sectores secundário e terciário. O sector secundário é aquele que se encontra numa fase mais incipiente de implantação, a avaliar pelo número de activos nele empregue e pelo baixo grau de industrialização que apresenta, ressaltando alguns concelhos da faixa sudeste desta área com apreciável dinamismo industrial.

As potencialidades desta área, devido à sua posição geográfica, quer em termos de região quer em termos de país, excelentemente servida pelas vias rodoviárias de ligação às fronteiras terrestres e aos portos de escoamento existentes no litoral, conferem-lhe características especiais de desenvolvimento, não só do sector secundário mas, em especial, do sector terciário.

Os recursos naturais da área (minerais, agrícolas e outros) poderão fornecer à indústria os inputs necessários para a sua transformação, desde que sejam criadas condições, nomeadamente condições de vida, que permitam fixar técnicos e quadros com capacidade de introduzir e gerir novas tecnologias. Este esforço apresenta vantagens se for dirigido à utilização do software, recorrendo ao hardware na estrita medida do necessário, já que este requer avultados investimentos que nem sempre estarão disponíveis.

O sector terciário aparece-nos como sendo o segundo maior utilizador da população activa, embora desenvolva

essencialmente funções de primeiro nível. Possui no entanto, localização estratégica para, servindo de imediato como verdadeiro entreposto comercial, poder vir no futuro a desenvolver um nível superior de funções dentro deste setor.

No sistema de relações inter-regionais o desenvolvimento desta área parece vocacionado para poder contribuir para o descongestionamento de algumas áreas do litoral que lhe é adjacente.

II. ANÁLISE SÓCIO-ECONÓMICA

1. DEMOGRAFIA

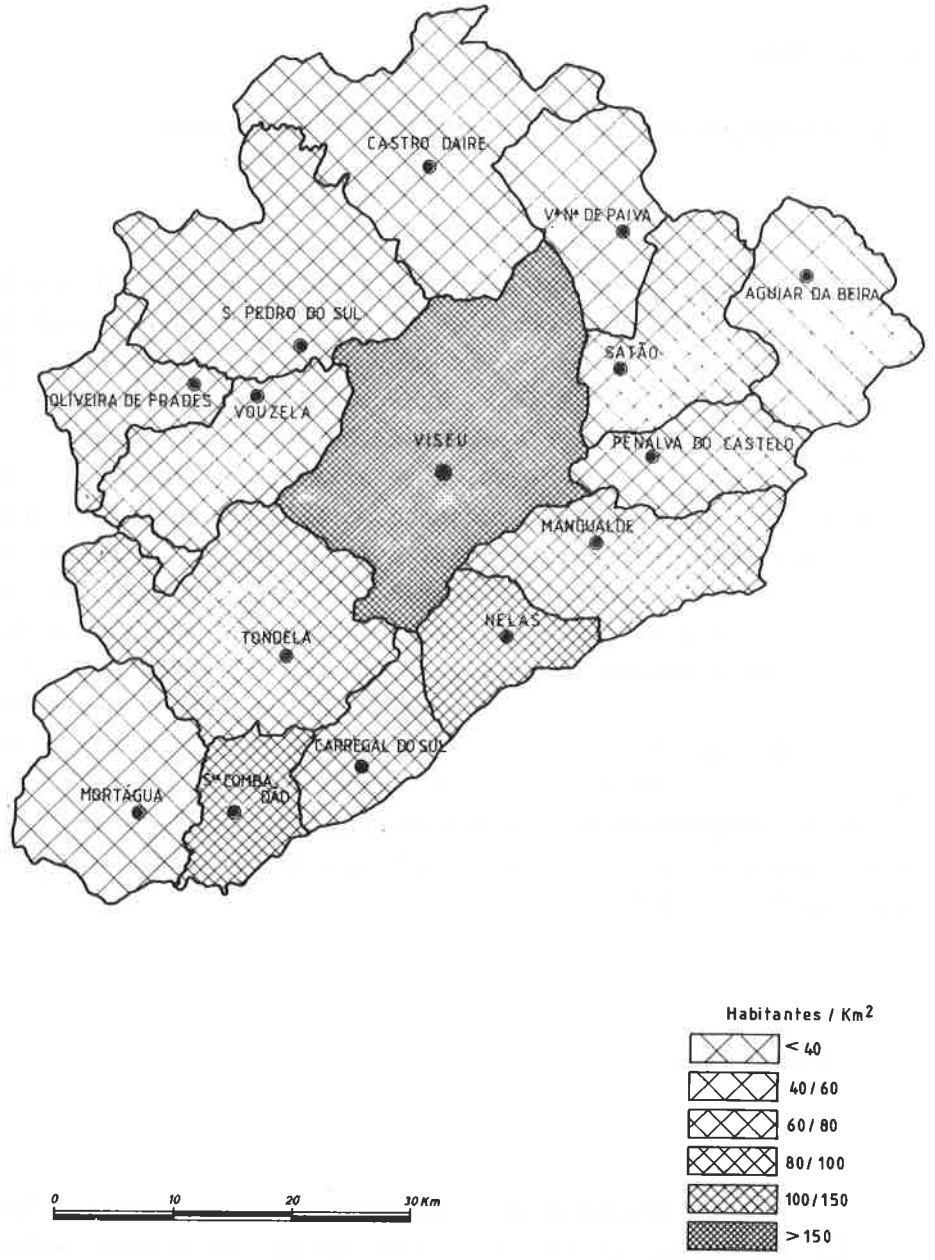
1.1. População Residente - Densidade Populacional

A região delimitada para efeitos do PDSR Dão/Lafões apresenta em 1981 uma população de 295 094 pessoas que se encontram distribuídas, com uma densidade média de 85 hab/Km² pelos 348 333 ha de superfície, exceptuando-se os concelhos de Santa Comba Dão, Nelas e Viseu mais densamente povoados e os concelhos de Vila Nova de Paiva e Aguiar da Beira que o são mais escassamente. No seu conjunto, a Região Dão-Lafões apresenta uma densidade populacional (85 hab/Km²) superior à Região Centro (75 hab/Km²). Observando o comportamento dos níveis populacionais entre 1960 e 1981, nota-se que a população diminuiu acentuadamente na década 60-70 (-13%) recuperando, embora a um ritmo menor (+4,5%), na década seguinte. Neste comportamento são de salientar os concelhos de Vila Nova de Paiva, Sátão, Penalva do Castelo e Castro Daire, pelo ritmo acentuado do decréscimo da sua população e os concelhos de Viseu, Mangualde e Santa Comba Dão, pela recuperação observada nos anos de 1970 a 1981.

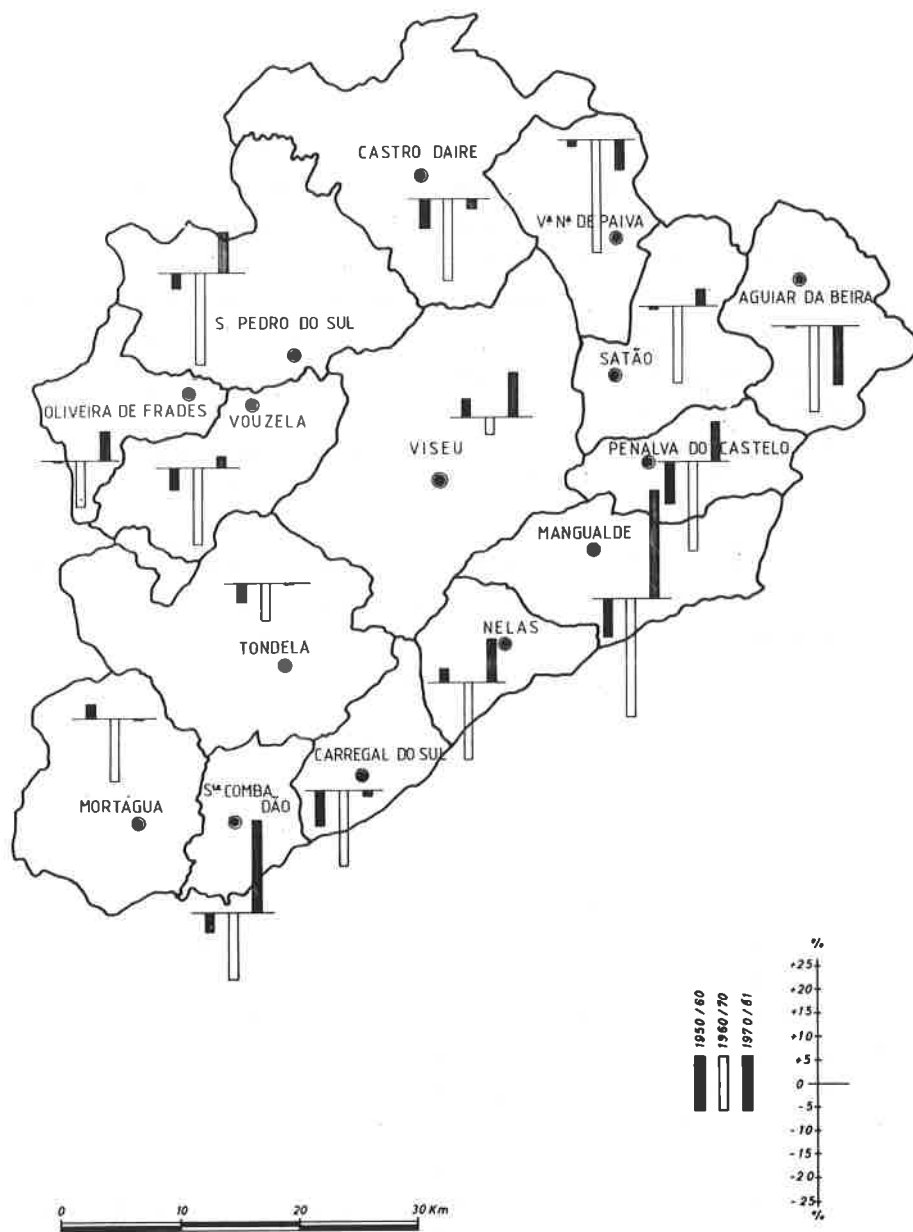
1.2. A Emigração

A emigração é um fenómeno que assume, nesta área, valores muito significativos, tornando-se importante referirlos pelas inevitáveis implicações económicas e sociais.

Densidade populacional



Varição da população residente



No conjunto da área, o ritmo de emigração foi mais elevado na década 1965-74 que na imediatamente anterior, 1955-64, em resultado fundamentalmente do que, neste domínio, aconteceu nos concelhos dos Agrupamentos de Viseu e Santa Comba Dão. No Agrupamento de Viseu, o volume de emigração relativamente à população média na década de 1955-1964 representou 56,8% enquanto na década seguinte, 1965-74, atingiu 123,9%. Neste comportamento são de salientar os concelhos de Viseu (de 34,6% passou a 116,0%) e Vila Nova de Paiva (de 121% passou para 215%), embora todos os restantes tenham registado aumentos significativos no ritmo de emigração, com excepção do concelho de Castro Daire (de 74,2% passou a 60,6%). No Agrupamento de Santa Comba Dão a variação da taxa emigratória (de 48,1% passou a 112,5%) reflecte o que do mesmo modo aconteceu em qualquer dos seus concelhos, salientando-se Mortágua (de 79,9% passou a 170,6%) pela elevada amplitude da variação e Tondela (de 82,6% passou a 89,6%) pelo motivo inverso.

No Agrupamento de São Pedro do Sul o volume de emigração relativamente à população média representou, na década de 1955-64, 46,5% aumentando ligeiramente na década seguinte para 58,2%. Dos três Municípios que o compõem apenas o de Oliveira de Frades duplicou o ritmo de emigração (passou de 28,0% a 56,9%) sendo, no entanto, o de São Pedro do Sul aquele que registou taxas emigratórias mais significativas nas duas décadas (56,5% em 1955/64 e 64,5% em 1965/74).

No concelho de Aguiar da Beira a taxa emigratória de 71,1% nos anos de 1955/64 passa para 110,8% na década seguinte. (Anexo 2).

1.3. Estrutura etária da população

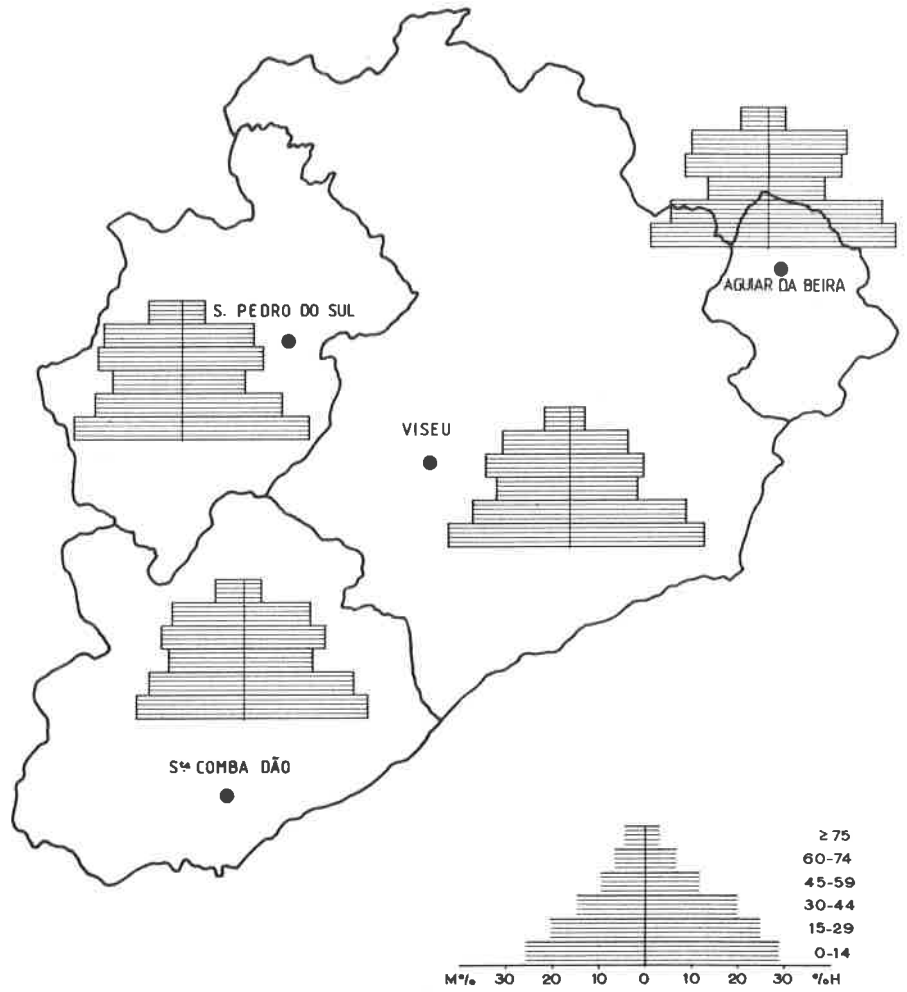
Da repartição da população residente por grupos etários (Qd.3 em anexo) é de salientar a importância relativa substancialmente elevada, dos grupos etários dos 0-14 anos e dos + 65 no conjunto dos residentes. Note-se que, no conjunto da região, aqueles grupos etários (conjuntamente) representam 41,4% da população total residente, observando-se comportamento idêntico na desagregação desse valor por agrupamento de concelhos.

Em percentagem da pop. total

Agrup.	S.P.Sul	S.C.Dão	Viseu	Ag.Beira	TOTAL
0-14	25,1	26,7	28,5	26,2	27,5
+ 65	16,5	14,3	12,9	15,8	13,9
TOTAL	41,6	41,0	41,4	42,0	41,4

Em consequência do peso relativamente elevado dos "inactivos" nos "activos", os valores encontrados para os coeficientes de dependência calculados por agrupamentos de concelhos, variam entre 0,69 e 0,72. O coeficiente de dependência,

População Residente Por Grupos Etários



no conjunto da Região Dão-Lafões, situa-se em 0,7, valor superior ao da Região Centro (0,64) e ao do Continente (0,61) conforme se pode observar no quadro seguinte:

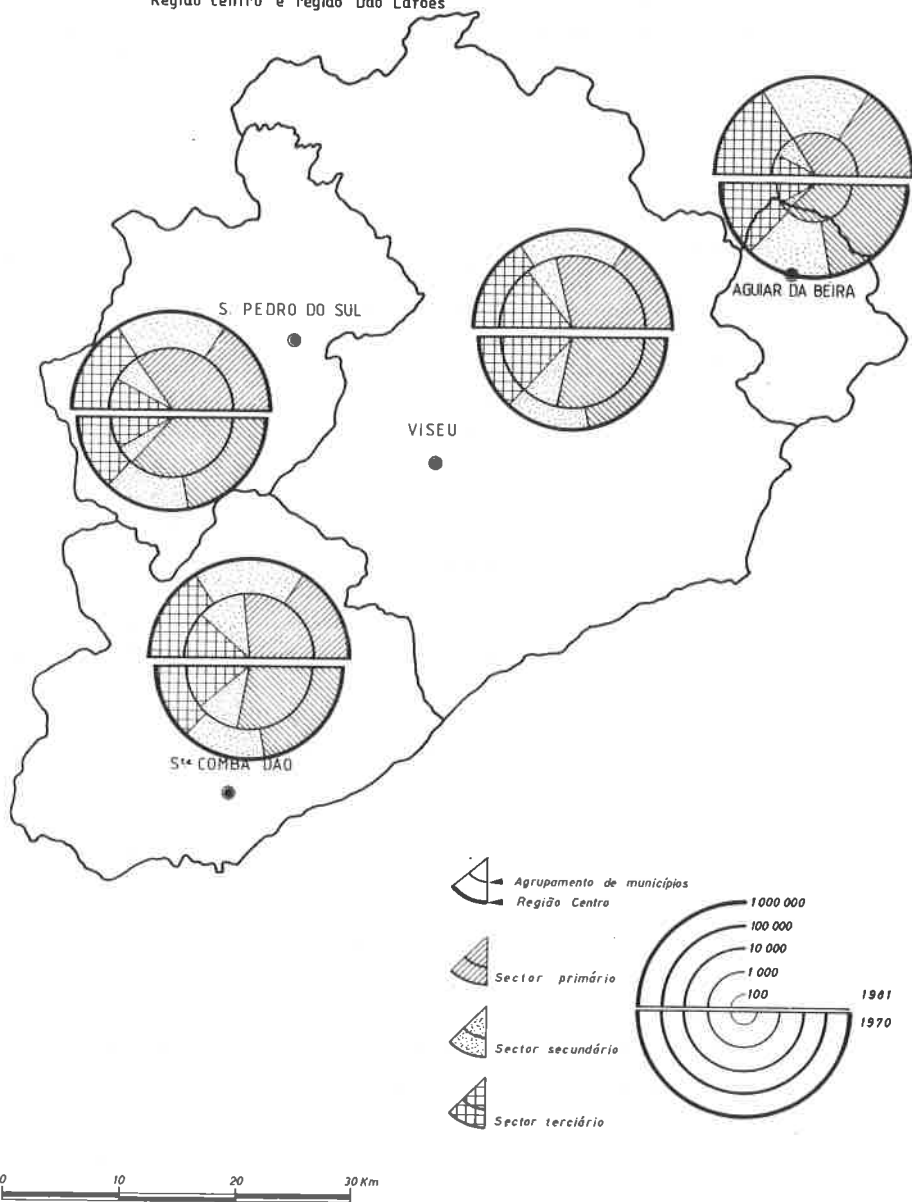
Agrup. Concelhos	0-14	15-34	35-64	65	TOTAL	Coef. de Dependência
S.P. SUL	11292	11133	15174	7419	45018	0,71
S.C. Dão	19857	19632	24112	10632	74233	0,69
Viseu	49244	47466	53824	22290	172824	0,70
Concelho Ag.Beira	1912	1928	2291	1154	7285	0,72
Total da Área	82305	80159	95401	41495	299360	0,70
Total Reg.Centro	422663	1 082 408		245814	1750885	0,64
Total Continente	2359877	5 904 547		1072336	9336760	0,61

1.4. Estrutura da população activa

Em termos globais, pode dizer-se que cerca de metade (49,1%) da população activa desta região se encontra afectada a actividades do sector primário, seguindo-se 26,2% dos

Repartição da população activa por sectores (1)

Região centro e região Dão Lafões



activos afectos ao sector terciário e os restantes 24,7% afectos ao sector secundário. O desiquilíbrio desta distribuição acentua-se quando, desagregando, observamos os concelhos do Agrupamento de S. Pedro do Sul e os concelhos de Castro Daire e Aguiar da Beira. A distribuição é relativamente mais equilibrada nos concelhos de Carregal do Sal, Mangualde, Santa Comba Dão, Nelas e Viseu.

Comparando a repartição da população activa em 1981 e 1970 é de salientar que, apesar de, em termos absolutos, o número de activos ter aumentado em todos os sectores (primário, secundário e terciário), em termos relativos, a importância da população activa do sector primário é substancialmente reduzida (49,1% em 1981 contra 59,8% em 1970) em favor da população activa dos sectores secundários (24,7% em 1981 contra 16,6% em 1970) e terciário (26% em 1981 contra 23,6% em 1970). Este comportamento verifica-se na maioria dos concelhos (de forma mais acentuada nos concelhos de Vila Nova de Paiva e Sátão) exceptuando-se os concelhos de Oliveira de Frades, Vouzela, Tondela, Nelas e Penalva do Castelo em que o aumento da importância relativa da população activa do sector secundário coexiste com a diminuição da importância relativa dos sectores primário e terciário, acentuando-se, no entanto, a diminuição do primário.

No sentido de comparar a variação da população activa por sectores, de 1970 para 1981 na área Dão-Lafões, com o comportamento da mesma variável na região Centro, calcularam-se os desvios absolutos e relativos entre a variação real e variação padrão, entendendo-se por variação padrão aquela que teria ocorrido na área em análise, se nela os sectores (primário, secundário e terciário) se tivessem comportado como o fizeram no conjunto da região Centro. Com efeito, e analisando

do o quadro seguinte, conclui-se que na região Dão-Lafões os activos dos sectores primário e secundário aumentaram a um ritmo superior ao registado na região Centro (desvios absolutos positivos), o inverso acontecendo com o sector terciário (desvio absoluto negativo). Desagregando por agrupamento de concelhos, verifica-se que 80% do desvio positivo do sector primário se regista no agrupamento de S. Pedro do Sul, registando o agrupamento de Viseu o único desvio negativo. No sector secundário, 72,7% do desvio positivo regista-se no agrupamento de concelhos de Viseu, apresentando o agrupamento de Santa Comba Dão um desvio negativo, embora pouco significativo em termos absolutos. No sector terciário todos os agrupamentos de concelhos apresentam desvios negativos denotando, apesar do aumento da importância relativa que o sector terciário registou na área Dão-Lafões, um ritmo e uma implantação do sector terciário notáveis na região Centro. O quadro seguinte e os anexos 5 e 6 documentam a análise feita sobre a variação da população activa por sectores, e na área Dão-Lafões e na região Centro, tentando ao mesmo tempo, a perspetivação dos desequilíbrios regionais. a).

(Anexos: 4, 5 e 6).

oooooooooooo000000oooooooooooo

a) Atente-se na limitação decorrente da natureza da repartição mais ou menos equilibrada registada em 1970.

R E G I Õ E S	POPULAÇÃO ACTIVA 1970			POPULAÇÃO ACTIVA 1981						DESVIOS ABSOLUTOS						DESVIOS RELATIVOS					
	Primár.	Secund.		Primário		Secundário		Terciário		Pos.	Neg.	I	II	III	Pos.	Neg.	I	II	III		
		Terciár.	Real	Padrão	Real	Padrão	Real	Padrão	Real											Real	Padrão
	Real	Padrão	Real	Padrão	Real	Padrão	Real	Padrão	Real	Padrão	Pos.	Neg.	Pos.	Neg.	Pos.	Neg.	Pos.	Neg.	Pos.	Neg.	
AGR.S.PEDRO DO SUL	10 750	1 435	2 445	14 420	10 192	2 983	2 379	3 744	3 267	3 744	4 228	604		477	80,8	21,2			13,4		
AGRUP.S.COBEA DÃO	13 225	5 205	5 275	13 276	12 539	8 509	8 631	6 554	8 077	737			122	1523	14,1		100		42,7		
AGRUPAM. DE VISSU	29 645	8 535	13 795	26 535	28 106	16 218	14 152	19 686	21 124		1571	2066	1438			100	72,7		40,4		
AGUIAR DA BEIRA	1 710	180	370	1 890	1 621	472	298	443	567	269		174		124	5,1	6,1			3,5		
TOTAIS	55 350	15 355	21 885	56 121	52 458	28 182	25 460	29 950	33 512	5 234	1571	2844	122	3562	100	100	100	100	100		
REGIÃO DÃO-IAFÕES	55 330	15 355	21 885	56 121	52 458	28 182	25 460	29 950	33 512	+ 3 663		+ 2 722		-3562							
REGIÃO CENTRO	224 935	145 625	137725	213259	213 259	241 468	241 468	210 893	210 893												

Em termos de evolução, a análise dos desequilíbrios pode ser efectuada com recurso à chamada "análise das componentes da variação" ou análise "Shift-Share", cuja aplicação detalhada se apresenta em anexo e de seguida um resumido comentário. (Anexo 6).

A variação da população activa de 1970 a 1981, no seu conjunto e por sectores, na região Dão-Lafões, é utilizada como padrão na análise das componentes da variação líquida registada a nível de cada uma das sub-regiões definidas pelos concelhos do agrupamento de Viseu, do agrupamento de S. Pedro do Sul, do agrupamento de Santa Comba Dão e ainda do concelho de Aguiar da Beira (este isoladamente). Independentemente da natureza da variação mais ou menos equilibrada do padrão utilizado, apresenta-se com variação líquida positiva apenas o agrupamento de São Pedro do Sul (0,17); o concelho de Aguiar da Beira registou uma variação a um ritmo igual ao do conjunto da região (daí apresentar uma variação líquida nula) e os agrupamentos de Viseu e Santa Comba Dão apresentam variações líquidas negativas (-0,04).

A variação líquida positiva do agrupamento de São Pedro do Sul foi obtida exclusivamente à custa da componente regional (0,27) uma vez que a componente estrutural é negativa (-0,1). Isto é, os efeitos esperados, por via das características estruturais do conjunto da região, são negativos na comparação com o padrão, enquanto é substancialmente positivo o resultado do confronto da evolução efectiva da sub-região com a que deveria ter-se verificado se os sectores se tivessem comportado, em termos médios, como o fizeram no conjunto das sub-regiões em análise.

No agrupamento de Viseu, a variação líquida foi negativa e resultou do somatório do comportamento das componentes estrutural e regional/sectorial, ambas negativas.

No agrupamento de Santa Comba Dão a variação líquida negativa resultou da componente estrutural positiva (0,02) excedida pela variação regional/sectorial negativa (-0,06).

No concelho de Aguiar da Beira a variação da população activa por sectores efectuou-se a um ritmo igual ao do conjunto da região, e, resultou da componente estrutural razoavelmente negativa (-0,11) compensada, na sua totalidade pela componente regional/sectorial, positiva (0,11).

RESUMO DOS RESULTADOS DO ANEXO 6

	S.P. Sul	Viseu	S.C. Dão	Ag. Beira
Dèsvio Total	0,17	- 0,04	- 0,04	0,00
Comp.Est.	- 0,10	- 0,01	0,02	- 0,11
" Reg.	0,27	- 0,03	- 0,06	0,11

Com os elementos constantes do quadro acima, procedeu-se à elaboração da figura 1.

Nota: Em anexo apresenta-se a aplicação detalhada do método das componentes de variação.

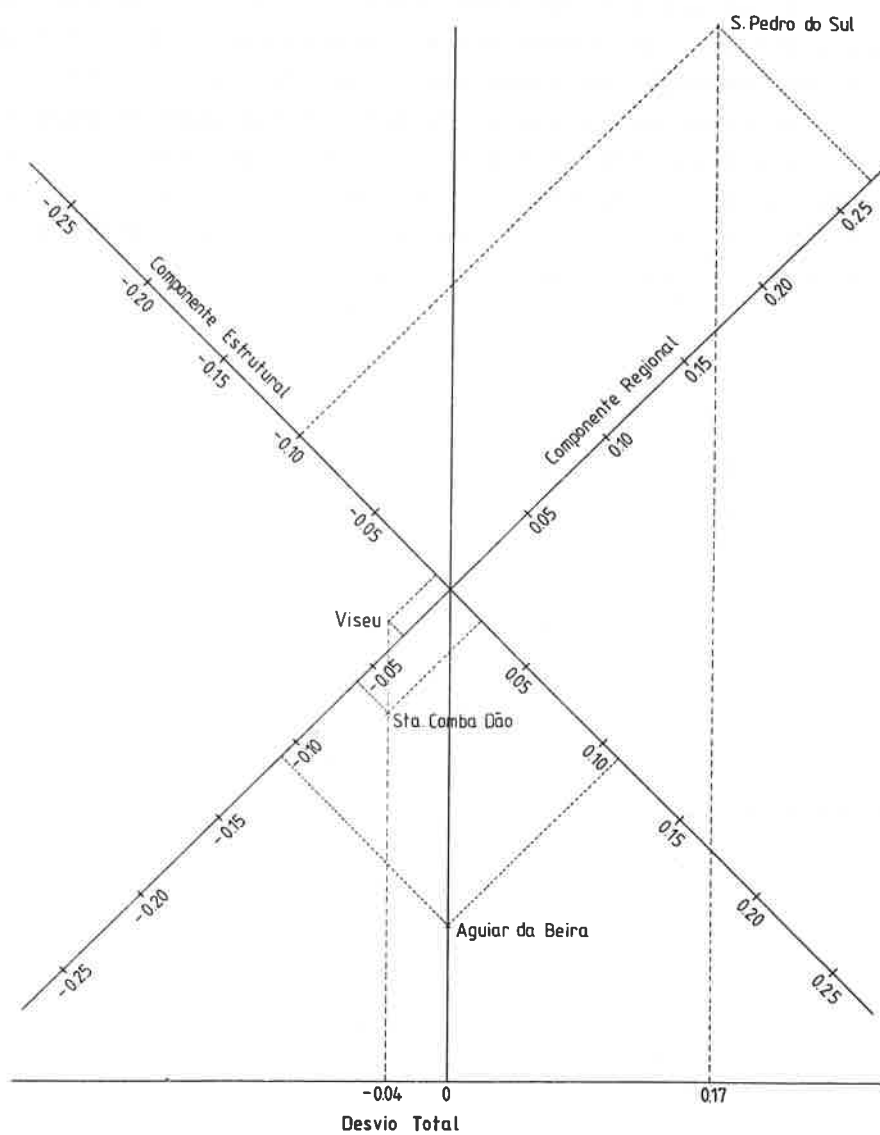


Fig. 1 - Componentes da variação

1.5. População activa desempregada

Na área do Dão-Lafões, existem entre os 15 e 65 anos, cerca de 6.000 desempregados, enquanto na região Centro esse valor ascende a 33.394, o que faz com que o Dão-Lafões participe em cerca de 18% dos desempregados da Região Centro.

É nos detentores de cursos médios e superiores que o desemprego do Dão-Lafões atinge, relativamente ao da região o valor menos elevado, isto é, cerca de 13% desta classe de indivíduos é residente na área Dão-Lafões.

Enquanto na área Dão-Lafões 71,5% do desemprego reside em indivíduos com um baixo nível de escolaridade, isto é, com o ensino primário mais preparatório, onde ainda cerca de 50% destes indivíduos têm idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, na região Centro os indivíduos com esta formação escolar detêm cerca de 68% dos desempregados totais onde os jovens de 15 - 24 anos correspondem a cerca de 66,6%.

1.6. Em síntese, da caracterização demográfica ressaltam alguns aspectos que de algum modo podem representar problemas.

Assim, sendo uma área com razoável densidade populacional e que originou um elevado volume de emigração nem todos os concelhos manifestaram igual capacidade de atracção e/ou retenção dos fluxos populacionais.

A população residente por grupos etários (1981) apresenta os níveis etários activos (15-34 e 35-64) demasiadamente reduzidos relativamente aos restantes níveis das pirâmides de idades.

A repartição de população activa por sectores, embora tendo evoluído de 1970 para 1981 no sentido de tipo de repartição que apresenta a região Centro, ainda mantém no sector primário cerca de 50% dos activos.

No que respeita à população em idade activa desempregada, verificamos que os maiores problemas estão, por um lado, no grau relativamente baixo de instrução, por outro, e o mais comum ao nível da região, na idade do maior número de desempregados, jovens, na maioria dos casos à procura do 1º emprego.

O que atrás referimos leva-nos imediatamente a concluir que as características demográficas desta área constituem um particular desafio em termos de desenvolvimento regional.

2. ACTIVIDADES PRODUTIVAS

2.1. Agricultura, Pecuária e Silvicultura

2.1.1. A ocupação do solo

Da superfície total da área Dão-Lafões 48% é superfície de utilização florestal, 17,2% de utilização agrícola, 16% são terrenos incultos e 18,8% superfície de ocupação social (anexo 8).

Desagregando por agrupamentos de concelhos, pode dizer-se que no agrupamento de concelhos de Viseu a superfície florestal é percentualmente inferior (45,5%) em benefício da superfície agrícola (19,2%) e da superfície social (21,6%). No agrupamento de concelhos de S. Pedro do Sul a superfície florestal e os incultos apresentam-se percentualmente superiores (52,6% e 20,8% respectivamente) em prejuízo da superfície agrícola (14,2% e 12,4%). No agrupamento de concelhos de Santa Comba Dão a mancha florestal apresenta a maior importância relativa da região em análise (56,7%) em prejuízo principalmente da superfície dos incultos (8,9%). No concelho de Aguiar da Beira há a salientar a importância relativa dos terrenos incultos (25,1%), bastante superior à média da região, em prejuízo, de forma idêntica, de qualquer das outras ocupações consideradas (anexo 7).

OCUPAÇÃO DO SOLO

unidades: ha

Agrupamentos de Concelhos	Sup. Total	Sup. Florestal		Sup. Agrícola		Incultos	Sup. Social	
		%		%				
Agrup. Viseu	175700	100	74710	15,3	33791	69	60	78
Agrup. S. C. Dão	84900	100	49190	204	13309	56,6	32	67,4
Agrup. S. P. Sul	67100	100	35270	189,4 52,6	9526	15,7	74,9 20,8	18,7 44,6 12,4
Conc. Ag. Beira	19900	100	8810	159,5 44,3	3042	55,1 15,3	90,4 25,1	55 15,3
Região Dão-Lafões	347600	100	167980	48,0	59668	17,2	16,0	65182 18,8

Fontes: "Inventário Florestal do Continente"

"Recenseamento Agrícola de 1979"

"A Região Centro em Mapas e Números", CCRC 1983

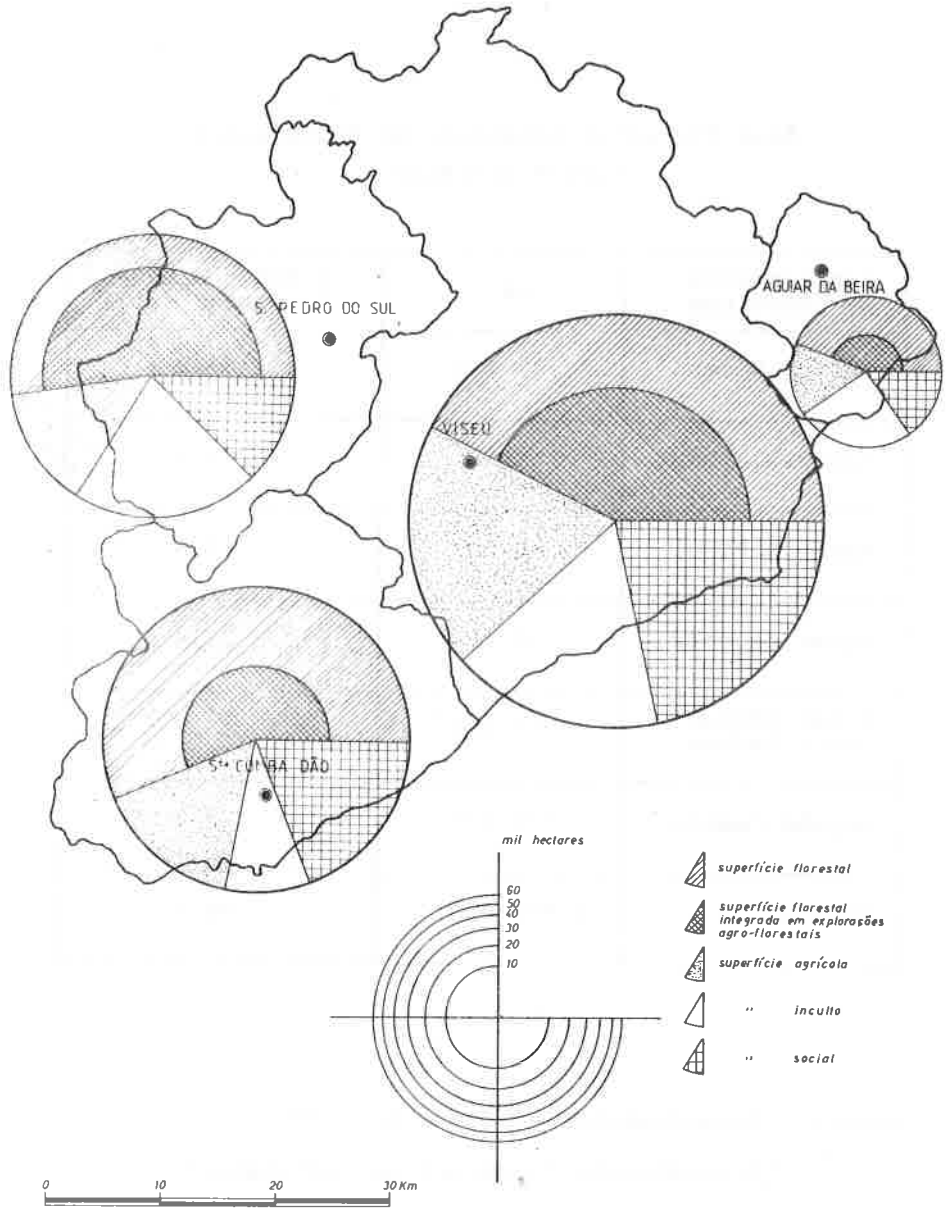
Área Florestal Integrada em Explorações
Agro-Florestais

Agrupamentos de Concelhos	Ha	% sobre a Área Florestal Total
Agrup. Viseu	27 784	37,2
Agrup.S.C.Dão	11 503	23,9
Agrup.S.P.Sul	21 257	60,3
Aguiar da Beira	2 416	27,4
Total Região Dão - Lafões	62 960	37,7
Região Centro	279 435	26,8
Continente	1 373 891	46,5

Fontes: "Recenseamento Agrícola de 1979"

"Investimento Florestal do Continente"

Ocupação do solo



É interessante observar que a área florestal integrada em explorações agro-florestais representa apenas 37,7% da área florestal total da Dão-Lafões, valor superior ao encontrado para o conjunto da região Centro (20,8%) mas inferior ao encontrado para o Continente (46,5%). Desagregando por agrupamentos de concelhos, é de salientar o agrupamento de concelhos de S. Pedro do Sul onde a área florestal sob exploração representa 60,3% do total da área florestal. No agrupamento de concelhos de Viseu este indicador assume o valor médio da região, enquanto no agrupamento de concelhos de Santa Comba Dão e no concelho de Aguiar da Beira se situa a níveis significativamente inferiores (23,9% e 27,4%, respectivamente).

2.1.2. A divisão de propriedade agrícola

A superfície ocupada pelas explorações agro-florestais (147857 ha), representando 43% de superfície total da região em análise, compreende em cerca de 50%, explorações com menos de 5 ha que representam 92% do total das explorações.

É uma região de explorações agrícolas de pequena dimensão, com um nível de fragmentação relativamente elevado. A dimensão média das explorações é de 2,8 ha, com um número médio de blocos por exploração de 10,1 de que resulta uma dimensão média de blocos de 0,28 ha. A exploração das unidades produtivas agrícolas é feita por conta própria em 62% dos casos, e abrangendo 76% da área agro-florestal total, 30% das explorações integrando 20% da área agro-florestal em regime de exploração mista prefazem a quase totalidade das explorações, restando em regime de arrendamento uma área insignificante.

SINTESE DO ANEXO 9

Agrupamento de Concelhos	Exploração		Blocos		Dimensão média		Formas de Exploração				Formas de Exploração Mista	
	nº	área (ha)	nº	nº médio explor.	Exp.	Blocos	Conf. Própria	área	nº	área	Arrendamento	nº
Agrup. de Viseu	27516	75494	286064	10,4	2,7	0,26	16123	55460	3027	4183	8366	15852
Agrup. S.C. Dão	14429	35720	141907	9,8	2,5	0,26	9712	28133	843	787	3870	6293
Agrup. S.P. Sul	9462	30889	89778	9,5	3,3	0,35	6071	24605	598	857	2793	5421
Conc. Ag. Beira	1868	5754	20206	10,8	3,1	0,29	955	3772	83	105	830	1875
TOTAL	53275	147857	537955	10,1	2,8	0,28	32861	111970	4551	5932	15859	29441
Estrut. das Explorações	nº						62%		8%		30%	
	área	100						76%		4%		20%

Fonte: Recenseamento das Explorações Agrícolas de 1979

A desagregação por agrupamento de concelhos fornece-nos comportamentos estruturalmente muito semelhantes, como se conclui da leitura do quadro acima e se pode apreciar mais em pormenor, na observação do anexo 9.

2.1.3. - Natureza das Explorações

Do cálculo das Unidades de Trabalho Agrícola é de salientar o facto de 93,1% corresponderem a unidades de trabalho agrícolas de produtores individuais e pessoas do agregado familiar, identificando a natureza familiar da exploração da maioria das unidades produtivas, cuja racionalidade condicionará o modo de reagir a quaisquer medidas de política que eventualmente se possam querer implementar no sector. (anexo 1)

A combinação dos factores produtivos, terra e trabalho, pode avaliar-se pelo cálculo do indicador SAU/UTA (Solo Arável Útil/Unidades de Trabalho Agrícola).

SAU/UTA

Agrupamentos de Concelhos	SAU (Ha)	UTA	SAU/UTA
Agrup. de Viseu	33 791	42 368	0,80
Agrup. S.C. Dão	13 309	20 813	0,64
Agrup. S.P. Sul	9 526	16 496	0,58
Aguiar da Beira	3 042	2 820	1,08
Região Dão-Lafões	59 668	82 497	0,72

Paralelamente, é interessante observar que, para o conjunto da região, em 64% das explorações (medidas em área) mais de 50% dos trabalhos agrícolas são executados pelas pessoas do agregado familiar do produtor, enquanto apenas em 38% das explorações o rendimento, do agregado familiar do produtor, provém de exploração em mais de 50%. (Veja-se anexo 12). Isto dá uma ideia do nível do sub-emprego agrícola nesta região e complementa, um pouco, a análise que se possa fazer do indicador SAU/UTA.

2.1.4. A Estrutura etária dos "Trabalhadores Agrícolas"

No conjunto dos trabalhadores agrícolas da região, 42% tem mais de 65 ou menos de 25 anos, 34% tem idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos e os restantes 24% tem idades entre os 26 e os 44 anos.

Esta estrutura repete-se sem variações percentuais significativas ao nível de cada um dos agrupamentos de concelhos, conforme se pode verificar no quadro abaixo.

Agrup. de Conc	< 14		14-25		26-44		45-64		+ 65		TOTAL	%
		%		%		%		%		%		
Ag. Viseu	5607	7,9	13908	19,6	16497	23,2	24445	34,3	10667	15,0	71124	100
S.C. Dão	2383	6,6	6375	17,6	9416	26,0	12399	34,2	5673	15,6	36246	100
S.P. Sul	2294	9,2	4079	16,4	5907	23,7	8452	33,9	4207	16,8	24939	100
Ag. Beira	378	7,8	965	20,0	1041	21,6	1559	32,4	875	18,2	4818	100
Total	10662	7,8	25327	18,5	32861	24,0	46855	34,1	21422	15,6	137127	100

2.1.5. As produções Agrícola , Pecuária e Silvícola

2.1.5.1. Produções Agrícolas

Nesta área, a produção agrícola e pecuária apresenta, em termos de valor de produção, importância semelhante, 44% e 39% respectivamente, enquanto as produções silvícolas representam cerca de 16% do valor da produção do sector.

No conjunto da produção agrícola, as produções arvenses (milho em grão e batata) representam 50,5%, seguindo-se-lhe a produção de forragens 28,2%, o vinho com 8,6%, o feijão seco com 8,4% e o centeio com 4,3%.

No agrupamento de Viseu, a hierarquização de produções encontrada para o conjunto de área Dão-Lafões repete-se, o mesmo não acontecendo no agrupamento de S. Pedro do Sul em que a produção de forragens é a mais significativa (48,2%) seguida de produções arvenses (milho e batata-33,5%), feijão seco (10,4%), vinho (6,5%) e centeio (1,4%). No agrupamento de Santa Comba Dão, as produções agrícolas hierarquizam-se de forma idêntica à do conjunto da área com excepção do vinho e do feijão seco que trocam de posição.

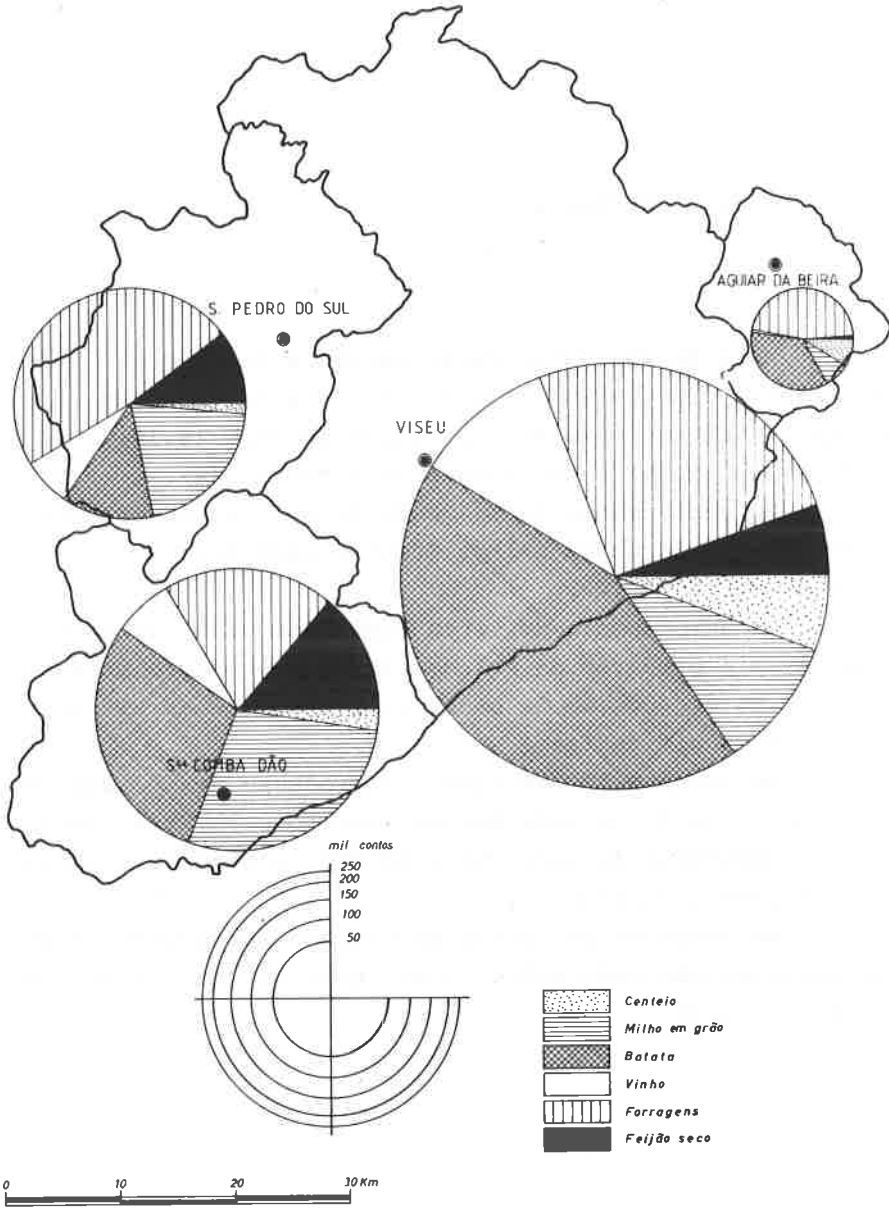
Em Aguiar da Beira a primeira produção é a das forragens (45,8%) seguindo-se a batata (35,9%), centeio (9,0%), milho em grão (7,6%) e feijão seco (1,2%).

PRODUÇÕES AGRÍCOLAS

Valores em 10³ escudos

Agrupamentos	010120 Centeio		010050 Milho em Grão		010170 Batata		011710 Vinho		010780 Forragens		010260 Feijão Seco			
S. Pedro Sul	2 786	1,4	41 200	20,6	25 785	12,9	13 067	6,5	96 360	48,2	20 746	10,4	199 944	100
S. Comba Dão	7 666	2,5	86 999	28,1	90 538	29,2	20 951	6,8	60 907	19,6	42 913	13,8	309 974	100
Viseu	38 259	5,8	63 928	9,6	286 601	43,3	69 284	10,5	167 623	25,3	36 742	5,5	662 437	100
Aguilar Beira	3 183	9,0	2 708	7,6	12 770	35,9	161	0,5	16 288	45,8	433	1,2	35 543	100
TOTAL	51 894	4,3	194 835	16,1	415 694	34,4	103 463	8,6	341 178	28,2	100 834	8,4	1 207 898	100

Produções Agrícolas



2.1.5.2. Produções Pecuárias

Mais de 2/3 da produção pecuária da área é gado suíno (45%) e gado bovino (32,2%). A restante produção diz respeito a gado ovino (8,4%), produção de ovos (8,1%), coelhos do campo (3,9%) e galináceos do campo (2,4%).

No agrupamento de S. Pedro do Sul 76% da produção pecuária é produção de suínos (38%) e gado bovino jovem (12,4%) e adulto (25,6%).

No agrupamento de Santa Comba Dão 48,2% da produção pecuária é produção de suínos, 21,3% é produção de gado bovino, 12,8% é produção de ovos, referindo apenas as produções mais significativas.

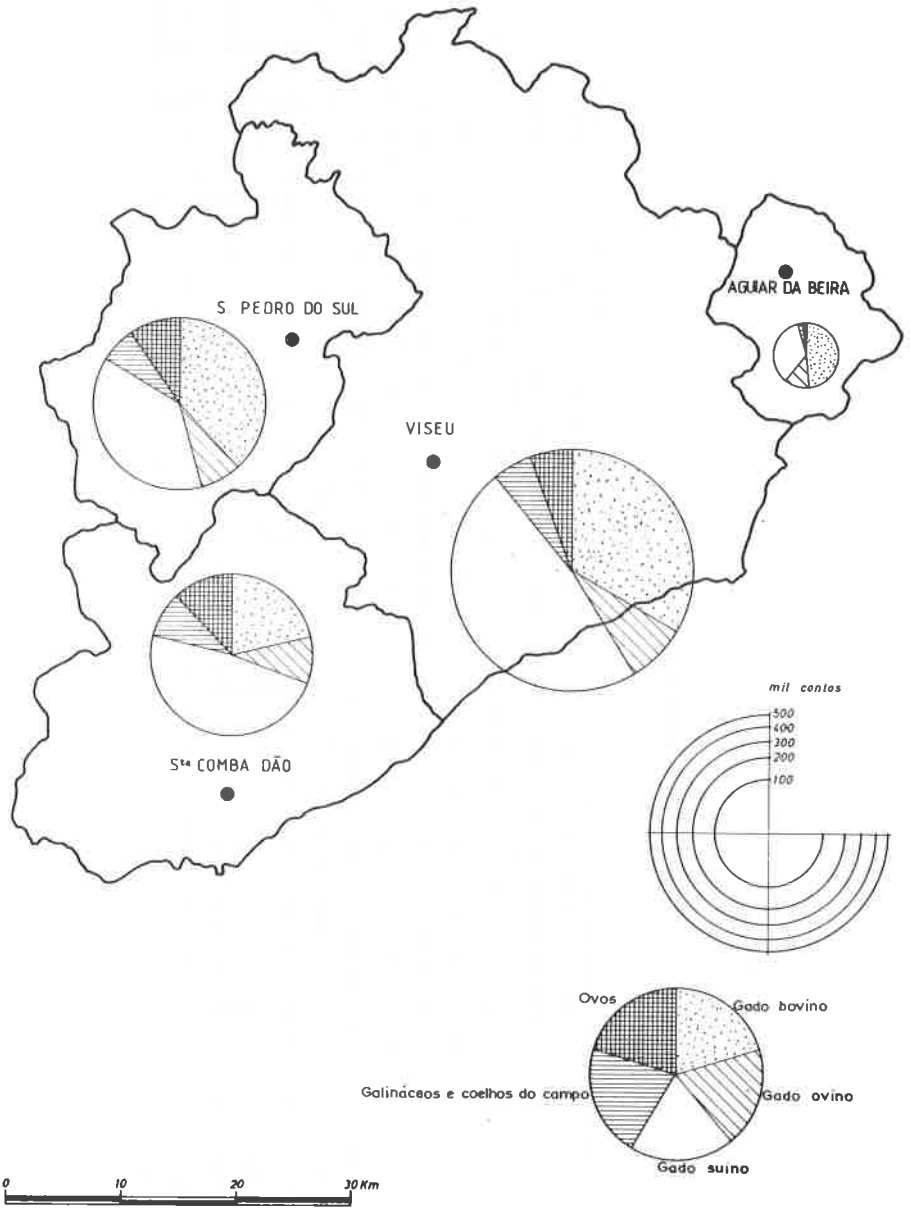
No agrupamento de Viseu, a produção de suínos (47,8%), a produção de gado bovino (adulto - 21,2% e jovem 12,1%) e a produção de gado ovino (8,0%) representam cerca de 90% da produção pecuária.

No concelho de Aguiar da Beira as produções mais significativas são gado suíno (35%), gado bovino (33,3%) e gado ovino (12,1%).

PRODUÇÕES PECUÁRIAS

Agrupamentos	030010 Gado Bovino Jovem		030020 Gado Bovino Adulto		030060 Gado Ovino		030080 Gado Suíno		030090 Galináceos do Campo		030190 Coelho do Campo		030200 Ovos		TOTAL	
S. Pedro Sul	33641	12,4	69124	25,6	20851	7,7	102631	380	7679	2,8	10517	3,9	26009	9,6	270452	100
S. Comba Dão	12816	5,4	37704	15,9	22010	9,3	114704	482	9932	4,2	9972	4,2	30562	128	237700	100
Viseu	62477	12,1	109971	21,2	41702	8,0	247519	478	7694	1,5	19885	3,8	28778	5,6	518026	100
Aguiar Beira	7305	21,2	9426	27,3	4171	12,1	12074	350	253	0,7	607	1,7	693	2,0	34529	100
TOTAL	116239	10,9	226225	21,3	88734	8,4	476928	450	25558	2,4	40981	3,9	86042	8,1	1060707	100

Produções Pecuárias



2.1.5.3. Produções Silvícolas

A produção da madeira em toros representa quase 50% de produção total de produtos silvícolas, seguindo-se-lhe a produção de resina de pinheiro (27,9%) e a produção de madeira para pasta (20,3%).

Observando estas produções por agrupamento de concelhos pode dizer-se que a repartição é semelhante, havendo algumas variações na forma como a produção (dum modo geral) se reparte entre madeira para pasta e madeira em toros.

AGRUP.	020020 Madeira para Pasta		020040 Madeira em Toros		020090 Resina de Pinheiro		020140		TOTAL	
S.P.Sul	16350	18,3	45087	50,4	25741	28,8	2279	2,5	89457	100
S.C.Dão	33174	25,9	59882	46,9	33834	26,5	848	0,7	127738	100
Viseu	36326	17,8	10944	49,4	57835	28,3	9260	4,5	204365	100
Ag.Beira	3748	18,2	10446	50,6	6009	29,1	421	2,1	20624	100
TOTAL	89598	20,3	216359	48,9	123419	27,9	12808	2,9	442184	100

2.1.6. Síntese

De acordo com as características demográficas da população desta área onde, como se referiu, em 1981, ainda estava afectada ao sector primário, cerca de 50% da sua população activa e da importância que foi referida no que concerne ao sector produtivo do sector agrícola há que identificar uma série de estrangulamentos face ao desenvolvimento preconizado para esta região.

Dum modo geral a melhoria do nível de produtividade de explorações e culturas encontra-se prejudicada pela dificuldade na adopção de novas técnicas de cultura e pelas deficiências existentes no domínio da comercialização e distribuição dos produtos.

1. Independentemente da importância relativa da vitivinicultura em termos de valor de produção é neste sub-sector que se encontra afectada de forma permanente uma percentagem muito significativa da população agrícola desta área. Por outro lado, o facto de nesta área se encontrar a produção dum vinho de marca bem colocado tanto no mercado interno como externo fazem com que este sub-sector seja objecto de análise mais detalhada.

Assim, são apresentados como principais estrangulamentos ao desenvolvimento da vitivinicultura da região, os seguintes:

- O pequeno dimensionamento e demasiado parcelamento das vinhas;
- Implantação de vinhas em localizações indevidas;
- Encepamentos incorrectos com castas sem valor enológico regional;
- Práticas e amanhos culturais inadequados ou de condução defeituosa;
- Inexistência duma política que valorize a genuidade e tipicidade dos vinhos;

- Inexistência de infraestruturas nas organizações de vitivinicultores para a comercialização directa dos seus vinhos;
- Deficiente preparação técnico-económica dos vitivinicultores e trabalhadores agrícolas.

Relativamente à vinificação, envelhecimento e comercialização das vinhas os principais problemas são designadamente:

- a) a nível de capacidade de vinificação:
 - Insuficiente, antiquada e desaconselhável tecnicamente quando se trata dos viticultores isolados;
 - Insuficiente, ao ponto de não poderem admitir mais associados, quando se trata de adegas cooperativas;
- b) Escassa capacidade de armazenamento-envelhecimento;
- c) a nível de instalações de engarrafamento - apenas uma entidade, a União das Adegas Cooperativas, engarrafa vinhos mas, não possui instalações próprias para o fazer, servindo-se provisoriamente das "precárias instalações da Federação dos Vinicultores do Dão".

2. Embora não se encontrando significativamente vulgarizada mas, atendendo às potencialidades de desenvolvimento futuro a fruticultura justificará nesta área alguma atenção. Relativamente aos pomares existentes os principais problemas referem-se ao seu envelhecimento, enxertos inadequados, a variedades de valor comercial ultrapassado e baixas densidades de povoamento. Com igual aptidão pode considerar-se a produção de frutos secos nomeadamente a da avelã. Os problemas maiores da cultura da aveleira prendem-se com o ser desordenada e constituída por variedades de baixo valor comercial o que lhe confere características de cultura fortuita.

3. Sendo a silvicultura um sub-sector cuja produção encontra aptidão numa percentagem elevada do solo desta região, podem-se no entanto, identificar alguns problemas que vão desde a utilização incorrecta de algumas áreas para outros fins, passando pela ocorrência de frequentes incêndios até à carência de técnicos e formação técnica na organização e exploração dos povoamentos florestais.

2.2. Sector Industrial

2.2.1. - Grau de Industrialização

Um primeiro indicador que consideramos de interesse para a análise do significado da indústria nesta área, é o GRAU DE INDUSTRIALIZAÇÃO. Este indicador compara o VALOR ACRESCENTADO BRUTO da indústria transformadora com a população residente:

$$\frac{\text{VAB}}{\text{Pop. res.}}$$

Quanto mais elevado for este quociente maior será a importância da indústria transformadora nesta área relativamente à população que aí reside (anexo 16).

A área do PLSDR Dão/lafões apresenta um grau de industrialização (7,7) muito pouco significativo nomeadamente quando o comparamos com o da Região Centro (24,6) e o do Continente (29,9).

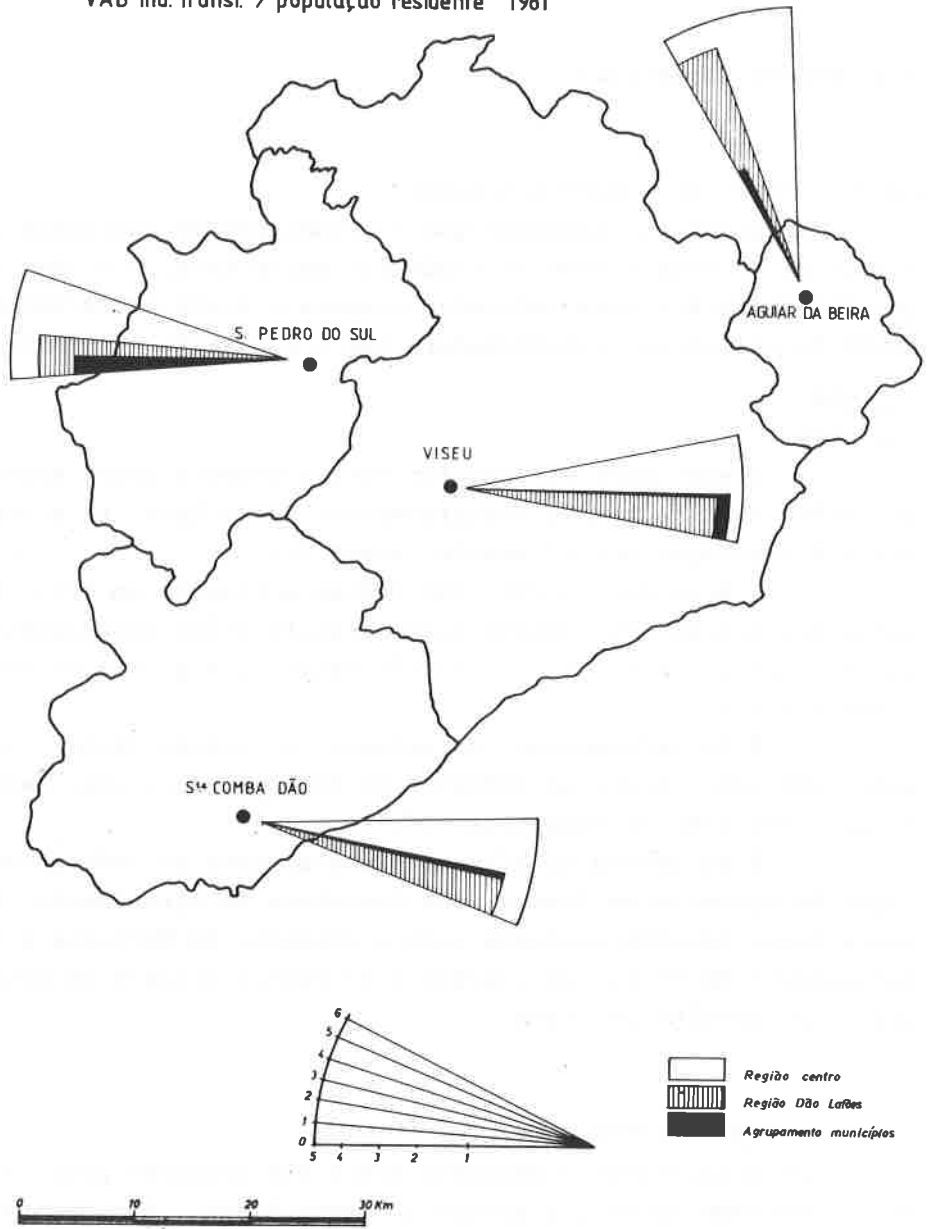
É de referenciar, no entanto, o elevado valor que este indicador assume no concelho de Nelas (30,3), logo seguido pelo concelho de Mangualde (21,3).

É de assinalar ainda o razoável grau de industrialização de Oliveira de Frades, dos Concelhos do Agrupamento de Santa Comba Dão, com destaque para o concelho de Mortágua e no Agrupamento de Viseu, os concelhos de Castro Daire e um pouco abaixo o concelho de Viseu.

2.2.2. - Dimensão Média das Empresas

Ao analisarmos a dimensão média das empresas pelo nível de emprego médio por estabelecimento é nos Agrupamentos de Viseu e Santa Comba Dão que se encontram as empresas de maior dimensão da área.

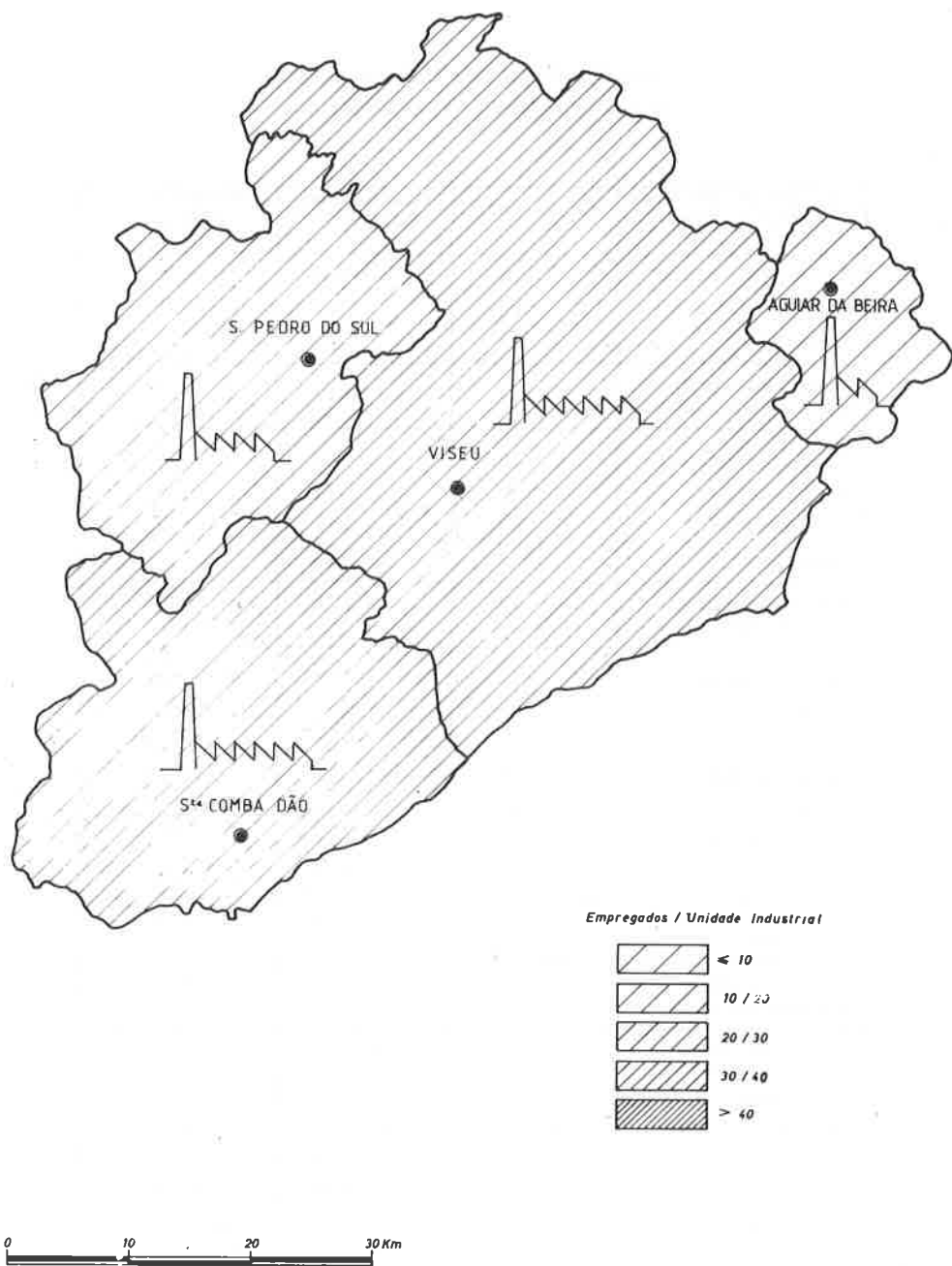
VAB ind. transf. / população residente 1981



DIMENSÃO MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

Concelhos da Área do Dão-Lafões	Nº de Unid.	Pessoal ao Serviço	Dimensão Média
Oliveira Frades	8	103	12,9
S.Pedro do Sul	20	294	14,7
Vouzela	16	120	7,5
Total do Agrup. de S. Pedro Sul	44	517	11,8
Carregal do Sal	18	302	16,8
Mortãgua	15	644	42,9
St.Comba Dão	22	261	11,9
Tondela	42	905	21,5
Total do Agrup. de S.Comba Dão	97	2 112	21,8
Castro Daire	16	157	9,8
Mangualde	24	1 285	53,5
Nelas	13	428	32,9
Penalva Castelo	5	37	7,4
Sátão	10	143	14,3
V.Nova de Paiva	7	25	3,6
Viseu	99	1 799	18,2
Total do Agrup. de Viseu	174	3 874	22,3
Concelho de Aguiar da Beira	8	33	4,1
Total da Área Dão-Lafões	323	6 536	20,2
Região Centro	2 952	119 092	40,3
Continente	14 053	678 092	48,3

Nível de emprego médio por estabelecimento na industria transformadora



No agrupamento de Santa Comba Dão é de destacar o concelho de Mortágua em que a dimensão média das suas empresas é superior à da Região Centro. Dentro do Agrupamento de Viseu são de destacar pela sua elevada dimensão média os concelhos de Mangualde e ainda o de Nelas.

Podemos no entanto dizer que a área do Dão/Lafões é constituída por empresas de reduzida dimensão.

2.2.3. - Indicadores de Localização

Com base nos indicadores de localização calculados para a Região Centro, pode considerar-se que a área do PDSDR Dão/Lafões possui uma estrutura relativamente especializada a avaliar pelos coeficientes de especialização dos agrupamentos de concelhos de S.Pedro do Sul, Viseu e Santa Comba Dão, respectivamente, 0,510003, 0,351446, 0,341277. Desagregando ao nível concelhio verificamos que é de salientar pelo elevado grau de especialização os concelhos de Oliveira de Frades (0,7827), Castro Daire (0,7445), Mortágua (0,7700) e Carregal do Sal (0,8080). Os concelhos de S.Pedro do Sul (0,4426), Mangualde (0,4975) e Viseu (0,3941) são também de referenciar pela sua maior diversificação industrial traduzida nos coeficientes de especialização referidos. Apesar de tudo, a área do Dão/Lafões (0,3213) no seu conjunto apresenta uma estrutura mais diversificada do que qualquer dos concelhos referenciados.

Dos 26 sectores da indústria transformadora implantados na Região Centro, 24 têm expressão no Agrupamento de Viseu realçando-se, por ordem decrescente, as indústrias da borracha, a fabricação de mobiliário, artes gráficas e edição de publicações, indústrias básicas de ferro e aço e construção de material de transporte, como sendo os sectores com grau de implantação mais significativo, comparativamente com a Região Centro. No Agrupamento de Concelhos de Santa Comba

Dão existem implantados 13 sectores de indústria transformadora dos quais se realça a fabricação de mobiliário e indústrias da madeira, as indústrias básicas de metais não ferrosos e as indústrias de alimentação com importância relativa na área superior à que apresentam no conjunto da Região Centro. No Agrupamento de Concelhos de S. Pedro do Sul existem, com expressão, 10 sectores de indústria transformadora, sendo as indústrias de alimentação, as indústrias da madeira, a fabricação de máquinas não eléctricas e as artes gráficas as que se apresentam com peso relativo superior à média da Região Centro.

Na área do Dão/Lafões são de destacar as indústrias da madeira (33), indústrias básicas de ferro e aço (37), as indústrias do papel (34), as alimentares (31) e a indústria de produtos metálicos (38), pela sua maior implantação na área do que no conjunto da Região Centro.

Anexos: 18 e 18-A; 19 e 19-A.

Depois de identificados os sectores da indústria mais significativos na área do PSDR Dão/Lafões vamos tentar visualizar a tendência de evolução da respectiva estrutura através da análise dos pedidos de financiamento apresentados ao abrigo do S.I.I.I. Globalmente os 75 pedidos de financiamento no valor de 1 362 418 contos eram provenientes dos concelhos de Viseu (30,5) e Tondela (26,1), notando-se ainda Nelas (8,2), Castro Daire (7,6) e Santa Comba Dão (7,0). Do conjunto dos projectos de investimento tentado, 16% foram para indústria de alimentação, 13,8% para extracção de minerais não metálicos, 12,9% para fabricação de máquinas não eléctricas, 8,2% para indústria de madeira, artefactos de madeira, cortiça (excepto mobiliário), 8% para construção de material de transporte.

Do exposto se conclui que os pedidos de financiamento em análise se dirigiam para sectores que duma maneira geral já tinham expressão mais ou menos significativa na área, salientando os concelhos de Viseu e Tondela pelo montante de pedidos quando pensamos no seu grau de industrialização (grau de industrialização 7,3 e 7,0 respectivamente). A caracterização feita da indústria transformadora baseia-se em elementos referentes ao ano de 1980, o que nos parece não retratar totalmente a indústria actual. Independentemente disso, trata-se duma área onde as unidades industriais apresentam uma dimensão muito reduzida e um fraco adensamento da malha industrial. Com excepção dos sectores de produtos metálicos e das indústrias básicas de ferro e aço, os restantes sectores mais significativos (31, 33 e 34) são sectores com forte utilização dos recursos naturais da área, o que constitui capacidade de utilização do potencial de desenvolvimento endógeno da região.

Não se podendo considerar esta área industrializada a verdade é que nestes últimos anos devido essencialmente às melhorias das infraestruturas rodoviárias e industriais alguma industrialização teve lugar. As acções pensadas para a área permitem-nos referir as suas potencialidades para um maior e mais diversificado desenvolvimento industrial, não esquecendo o que se poderá dever à transformação dos recursos naturais.

2.3 - Turismo

As actividades turísticas desta região andam essencialmente ligadas ao termalismo que nesta área apresenta grandes potencialidades (Caldas da Felgueira; Caldas da Cavaça; Termas de S. Gemil; Termas do Carvalhal e Termas de São Pedro do Sul), e que, não têm sido objecto de grande atenção. Tudo quanto for feito, para a sua dinamização e completo aproveitamento, trará reflexos significativos a nível do desenvolvimento turístico.

Deste conjunto há a salientar as Termas de S. Pedro do Sul que se encontram numa fase de reequipamento e dinamização contando já com um novo, moderno e bem dimensionado Centro Termal, que lhe permitirá desenvolver técnicas novas e novos vectores curistas da maior relevância social.

Além do aproveitamento das termas que como já referimos constitui uma excelente potencialidade desta área, a sua beleza natural, o seu ambiente ecológicamente equilibrado e alguns dos seus centros urbanos, fazem atrair a esta área um fluxo crescente de turistas.

Este afluxo é potenciado pela razoável acessibilidade já existente e em curso, nomeadamente por via das boas ligações à fronteira interior com a Espanha e ao litoral.

Na impossibilidade de comparação da capacidade hoteleira da área com a da Região Centro (ou outro qualquer padrão) optou-se por apresentar apenas em anexo um quadro recente da capacidade turística em termos de dormidas em hotel, e do número de lugares em parques de campismo. (anexo 20)

3. INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

3.1. Infraestruturas de Transporte

Na área em análise, os meios de transporte utilizados mais vulgarmente são os rodoviários, sem esquecer a importância que de certa maneira tem a linha de caminho de ferro da Beira Alta, não havendo, contudo, possibilidade de quantitativamente compararmos os dois tipos de infraestruturas de transporte (rodovias e ferrovias).

O sistema de comunicações rodoviárias tende a desenvolver-se segundo dois eixos fundamentais, no sentido N-S o conjunto denominado de I.P.₃ (Vila Real-Viseu-Figueira da Foz), no sentido E-W o I.P.₅ (Vilar Formoso-Viseu-Aveiro). A esta rede fundamental estão ligados os principais centros urbanos através duma rede complementar de estradas nacionais às quais se juntam ainda algumas estradas municipais. Tendo em atenção a importância nesta área das infraestruturas rodoviárias enquanto parte dum conjunto de factores de localização de indústrias em alguns concelhos industrialmente mais vocacionados, e ainda enquanto factores de desenvolvimento dum modo geral, residem no estudo e no traçado de algumas vias os problemas mais significativos.

3.2. Infraestruturas Básicas

Quanto às condições de habitabilidade do Dão/Lafões verificamos que o indicador que aparece com o valor mais ele

vado é o da população servida por electricidade. Embora este indicador apresente aqui um valor ligeiramente inferior ao da Região Centro podemos considerá-lo relativamente satisfatório.

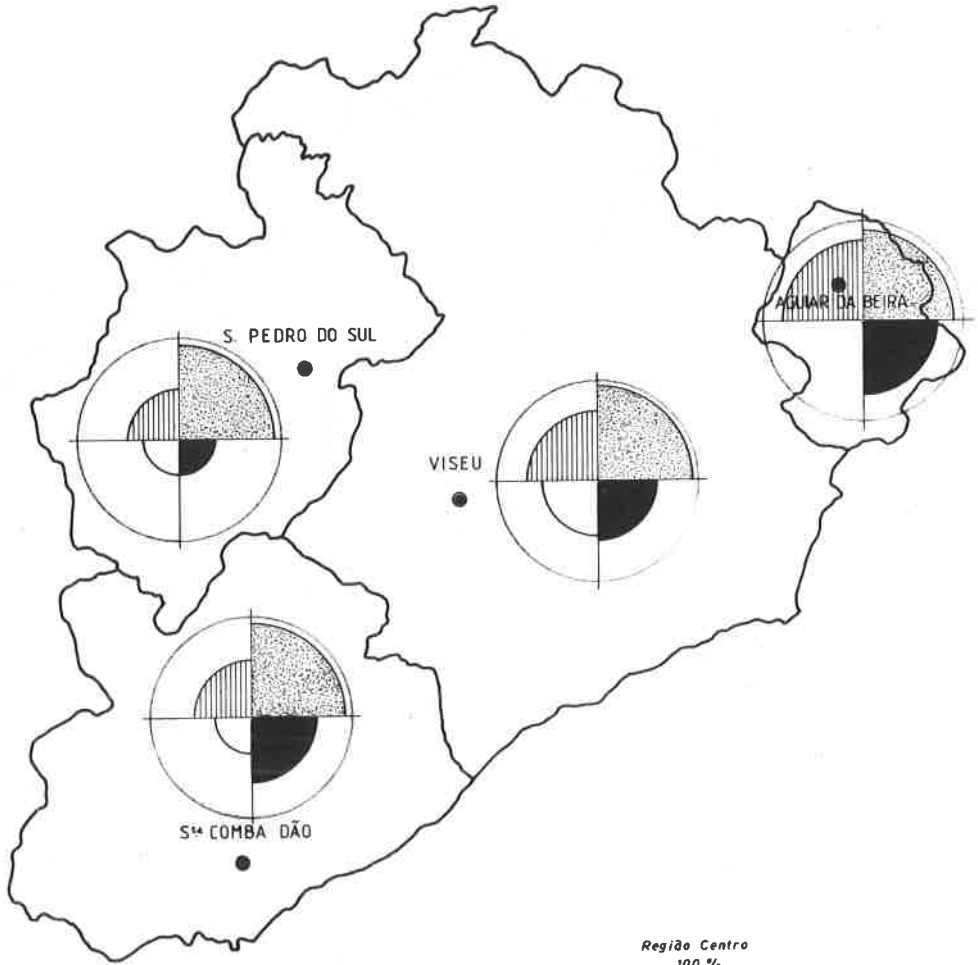
A percentagem da população abastecida por água é muito reduzida, rondando os 40%, valor bastante abaixo do que se encontra para a Região Centro que é de 50%. Este valor médio da área é conseguido à custa da existência de alguns centros urbanos com estas carências já razoavelmente satisfeitas a par de concelhos muito carenciados.

Quanto à recolha de lixos e à existência de esgotos, a área Dão/Lafões encontra-se muito mal servida, sendo de salientar no entanto um maior desfazamento relativamente à Região Centro quando se trata da recolha de lixos do que quando se trata de esgotos. (Anexo 21).

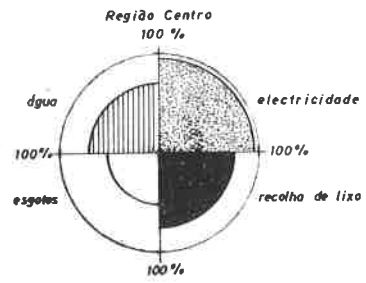
RESUMO DO ANEXO 21

	POPUL. RESID.	ÁGUA		ELECTRICID.		ESGOTOS		LIXOS	
		Pop.Serv	%	Pop.Serv	%	Pop.Serv	%	Pop.Serv.	%
AGRUP. S.C. DÃO	72 433	23 022	31,8	63 915	88,2	8 213	11,3	30 909	42,7
AGRUP. S.P. SUL	45 018	11 255	25	40 126	89,1	4 876	10,8	5 316	11,8
AGRUP. VISEU	170 358	78 573	46,1	149 475	87,7	47 200	27,7	61 985	36,4
AGUIAR DA BEIRA	7 285	4 579	62,8	5 895	80,9	-	54,9	3 997	54,9
TOTAL	295 094	117 429	39,8	259 411	87,9	60 289	20,4	102 207	34,6
REGIÃO CENTRO	1 750 885	886 182	49,5	1 621 722	92,6	409 888	23,4	925 053	52,8

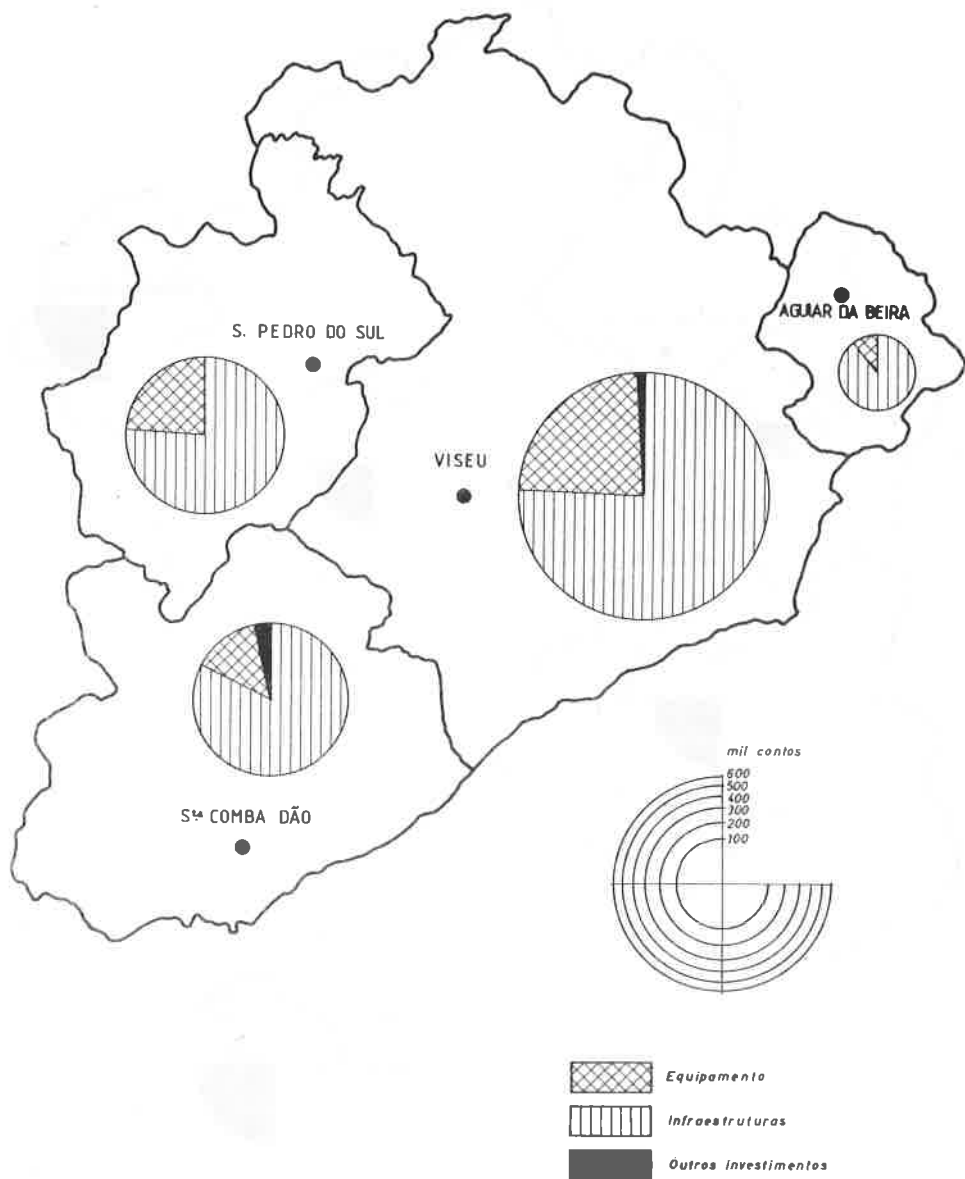
Infraestruturas básicas



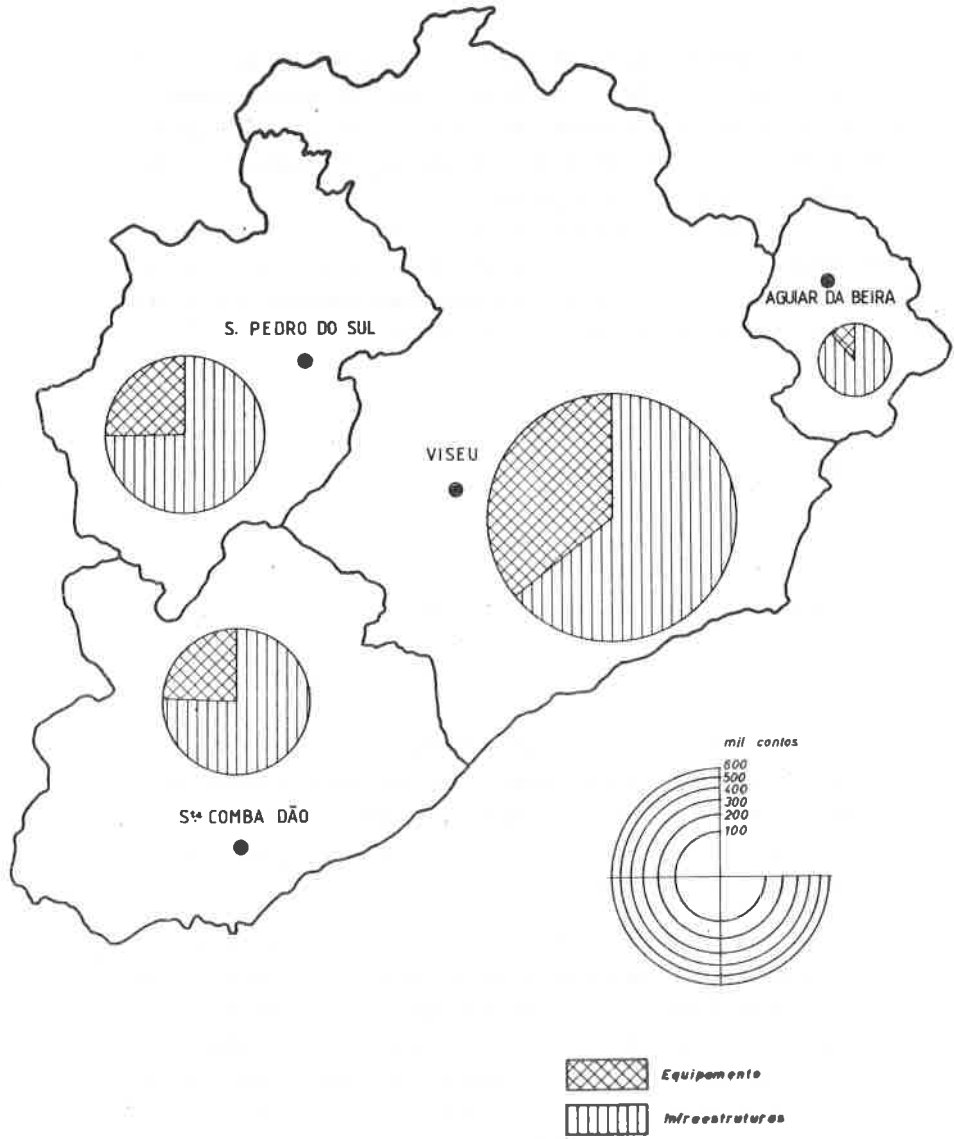
S.ª COMBA DÃO



Repartição sectorial do investimento municipal 1982



Repartição sectorial do investimento municipal 1983



No domínio das infraestruturas e equipamento é de salientar o esforço de investimento que vem sendo desenvolvido pelas autarquias locais, em especial no que se refere a infraestruturas básicas e de transporte (Saneamento Básico, Electrificação e Viação Rural).

Em 1982, no conjunto da área, os municípios investiram em média em infraestruturas 80,9% do investimento total. Em 1983 o investimento em infraestruturas representou cerca de 70% do investimento total. (Anexo 22).

3.3. Infraestruturas Sociais

3.3.1. Educação e Formação Profissional

Na generalidade podemos dizer que o nível de instrução dos residentes desta área é relativamente baixo, pois cerca de 69% do total da população com idade superior a 12 anos e com actividade económica, não possui mais do que o ensino primário elementar.

O facto do nível de instrução ser muito baixo é um dos problemas que se pode apontar para que os objectivos a atingir nesta área, quer o de uma agricultura mais eficiente, quer o de uma maior e mais diversificada industrialização, possam ser atingidos. A resposta a este tipo de problemas encontra dificuldades na pouca atenção, até agora dada, à formação técnico-profissional orientada para a formação de quadros médios e à formação profissional mais orientada para trabalhadores que possuam alguma qualificação técnica.

3.3.2. Saúde e Assistência

Nesta área existe um hospital distrital e ainda centros de saúde em todos os concelhos, dos quais 64% possuem secções de internamento. Todos os concelhos com excepção de Vila Nova de Paiva e Mortágua possuem extensões de saúde em número variável. (Anexo 23).

No que concerne ao número de médicos clínicos gerais e ao número de enfermeiros, as carências são variáveis. Relativamente aos primeiros as carências mais significativas encontram-se no concelho de Viseu (97%) e no concelho de Penalva do Castelo (75%). Relativamente aos enfermeiros necessários as carências são muito significativas em especial nos concelhos de S. Pedro do Sul, Vouzela, Mortágua, Castro Daire e Sátão (Anexo 24).

Podemos considerar que esta área está muito mal servida de infraestruturas de assistência à infância e terceira idade, já que este tipo de infraestruturas é inexistente num grande número de concelhos. (Anexo 25).

III. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO

Este programa de desenvolvimento encerra em si os objectivos que constituem as principais linhas de força no sentido de se atingir o crescimento económico necessário e possível tentando acautelar por um lado possíveis problemas de congestionamento (nomeadamente ao nível ambiental) e por outro lado exaustos de dimensionamento no caso das infraestruturas de apoio às actividades produtivas.

A nível demográfico, o principal objectivo consiste em fixar população no necessário nível de formação técnico e profissional de modo a obter-se a estrutura ajustada. A realização deste objectivo coexiste com um outro, o de criar condições de habitabilidade a vários níveis, incluindo a dotação em equipamento lúdico-cultural.

O desenvolvimento do sector primário passa pela modernização dos seus sistemas de produção de forma a obter graus de produtividade que evitem enclaves na remuneração dos factores de produção independentemente dos sectores a que estejam afectos. O sucesso deste objectivo está condicionado pela capacidade de atracção que o sector secundário conseguir criar, e que passará pelo reforço da sua implantação bem como pelo adensamento da sua malha industrial.

As principais orientações a imprimir nos sectores primário e secundário concorrem para um melhor equilíbrio da repartição sectorial da população activa e do rendimento.

Sendo uma região com razoável potencial de recursos naturais, humanos, e de infraestruturas, a orientação das actividades produtivas deverá maximizar a sua utilização de forma a promover o desenvolvimento endógeno da área.

O financiamento do desenvolvimento passa pela capacidade de activar poupanças, nomeadamente das criadas por vezes fora desta área e que por motivos extra-económicos a ela afluem.

O carácter periférico desta área face ao litoral e responsável em parte pela sua difícil dinamização, conjugado com o seu carácter central face à região e mesmo ao país, impõe-nos que consideremos como um dos objectivos primordiais de desenvolvimento a melhoria do nível das suas acessibilidades.

IV. MEDIDAS E ACÇÕES

Tendo em atenção a análise sócio-económica desta área (caracterização e problemas - Capítulo I) e o que seguidamente se indica como objectivos de desenvolvimento (Capítulo II) passaríamos a formular, neste capítulo, algumas das medidas e acções que nos parecem as mais convenientes para conseguir tais desideratos.

No conjunto das acções, algumas há que se encontram já em curso, umas pelos ministérios respectivos, outras pelas autarquias locais.

1 - Sector Primário

Considerando conjuntamente agricultura, pecuária e silvicultura são de salientar duas medidas de carácter muito geral:

- O fomento do associativismo, como forma de ultrapassar estrangulamentos a jusante e a montante das explorações, de especial interesse em zonas minifundiárias;
- a formação profissional.

No que se refere à primeira é de salientar do Plano de Desenvolvimento da Agrocoop-Beiras os investimentos projectados para a construção de quatro entrepostos que servirão igualmente de Centros de Concentração de Oferta de produtos alimentares a localizar em: Mundão, Mangualde, Lafões e Mortágua.

Na área da formação profissional deve destacar-se:

- a criação dum Centro de Formação Profissional que ministre cursos de natureza diversificada para agricultores e jovens agricultores;
- a formação, reciclagem e especialização de técnicos especialmente vocacionados para as solicitações do meio rural.

Como acções de natureza mais dirigida são de salientar:

a) na agricultura

- intensificação de regadios - neste âmbito, não só há um conjunto de projectos de regadios a apresentar, como se está a desenvolver um programa de regadios colectivos com a ajuda de técnicos franceses a levar a cabo durante o ano de 1986;
- abertura de caminhos fazendeiros;
- reestruturação fundiária (emparcelamento, re formas antecipadas, etc.).

Mais concretamente para a vitivinicultura, há a salientar a necessidade da reconversão e valorização da vinha na área da região demarcada do Dão no sentido de:

- viabilizar as explorações vitícolas, através do seu redimensionamento e racional mecanização;
- obter das vinhas a reconverter apenas produção de vinhos de qualidade a comercializar com denominação de origem controlada;
- reconverter sem aumentar a área total da vinha actualmente existente, com excepção de particulares novas plantações de interesse regional.

Estas medidas são aplicáveis a concelhos que pertencendo à região da área demarcada do Dão, tanto estão incluídos neste PDSR, como no PDSR da Serra da Estrela.

A reconversão deverá executar-se nos termos dos seguintes moldes estruturais:

- sob a forma de "explorações vitícolas individuais - compreendidas entre uma área mínima e máxima a fixar em função das particularidades da estrutura fundiária da região";
- sob a forma de "módulos de exploração de vinha colectiva" por emparcelamento e/ou agricultura de grupo com áreas previsionais.

No que se refere à vinificação e em face dos problemas expostos no capítulo I sente-se a necessidade de se estabelecer um programa regional de criação e/ou reestruturação das estruturas de vinificação, envelhecimento e comercialização dos vinhos da região no sentido de:

- criar condições que possibilitem aos vitivinicultores isolados, que reúnam condições para tal, a conveniente vinificação, envelhecimento, engarrafamento e comercialização directa dos seus vinhos;
- auxiliar e promover o conveniente apetrechamento das actuais instalações, ou das instalações a construir do sector cooperativo, destinadas aos mesmos fins.

No âmbito das preocupações com a reconversão da vinha das regiões demarcadas foi enviado, pelo Ministério da Agricultura e Pescas à CEE, dentro do Programa de Ajudas de Pré-Adesão, um primeiro projecto sobre a reconversão da vinha do Dão.

b) na pecuária

No sub-sector de produção de ovinos e caprinos, e tendo sempre em atenção o que foi dito no Capítulo I, são de salientar as seguintes medidas:

- apoio técnico e económico para a aquisição de ovinos de leite e para a reconstrução de currais e casas de ordenha;
- implantação e melhoramento dos pastos;
- criação de câmaras de cura colectiva para queijo, em conjugação com o fomento do cooperativismo dos seus produtores;
- assistência veterinária especialmente organizada.

c) na silvicultura

Tendo em atenção a predominante aptidão florestal da região, são de salientar actuações prioritárias do tipo:

- arborização de áreas nuas e disponíveis, baldias ou privadas - florestação de uso múltiplo;
- reconversão para a cultura florestal de áreas indevidamente entregues à cultura agrícola;
- condução, tratamento e exploração, com melhores técnicas florestais, dos povoamentos existentes;
- construção e beneficiação das infraestruturas necessárias;
- protecção contra fogos.

2. Sector Industrial

No sector industrial além das acções directamente ligadas ao sector, outras há, que não estando nessa posição, poderão influenciar tanto ou mais o desenvolvimento industrial nesta área. Estão neste caso as infraestruturas viárias (de que falaremos mais adiante), e as zonas ou loteamentos industriais. Entre estes, será de salientar o Loteamento Industrial de Coimbrões (Viseu), que mereceu o financiamento de Ajudas de Pré-Adesão, pela sua localização estratégica na Região Centro e na faixa sudeste da área delimitada para efeitos do Programa Dão/Lafões, zona de manifesto dinamismo industrial. Acresce que o esforço de infraestruturar industrialmente esta área não se limita ao caso acabado de expor já que existem nalguns casos, em fase de implementação, noutros em fase de projecto, zonas industriais na maioria dos concelhos que compõem a área deste programa.

Como medidas mais directamente ligadas ao sector industrial podemos apontar a legislação criada recentemente pelo Ministério da Indústria. Dentro desta legislação destacaremos aquela que tem a ver directamente com a área em causa, e também a criada tendo em vista a indústria do interior. Encontra-se no 1º caso a legislação dentro do âmbito da Resolução do Conselho de Ministros nº 60 - A/83 que aprova as iniciativas necessárias à criação dos Centros Tecnológicos Sectoriais, onde se destaca, pelo grande interesse que representa para esta área, o Centro Tecnológico da Madeira. No 2º caso a resolução do Conselho de Ministros nº 15/84 de 24 de Fevereiro que aprova as iniciativas necessárias à criação dos Centros de Desenvolvimento Industrial do Interior, nomeadamente o de Viseu.

3. Sector Turismo

No sector do Turismo além de várias acções ao nível autárquico, está previsto um projecto a desenvolver em várias fases por uma empresa privada de desenvolvimento regional (Beira Vouga) de apoio às Termas de S. Pedro do Sul.

4. Infraestruturas e Equipamento

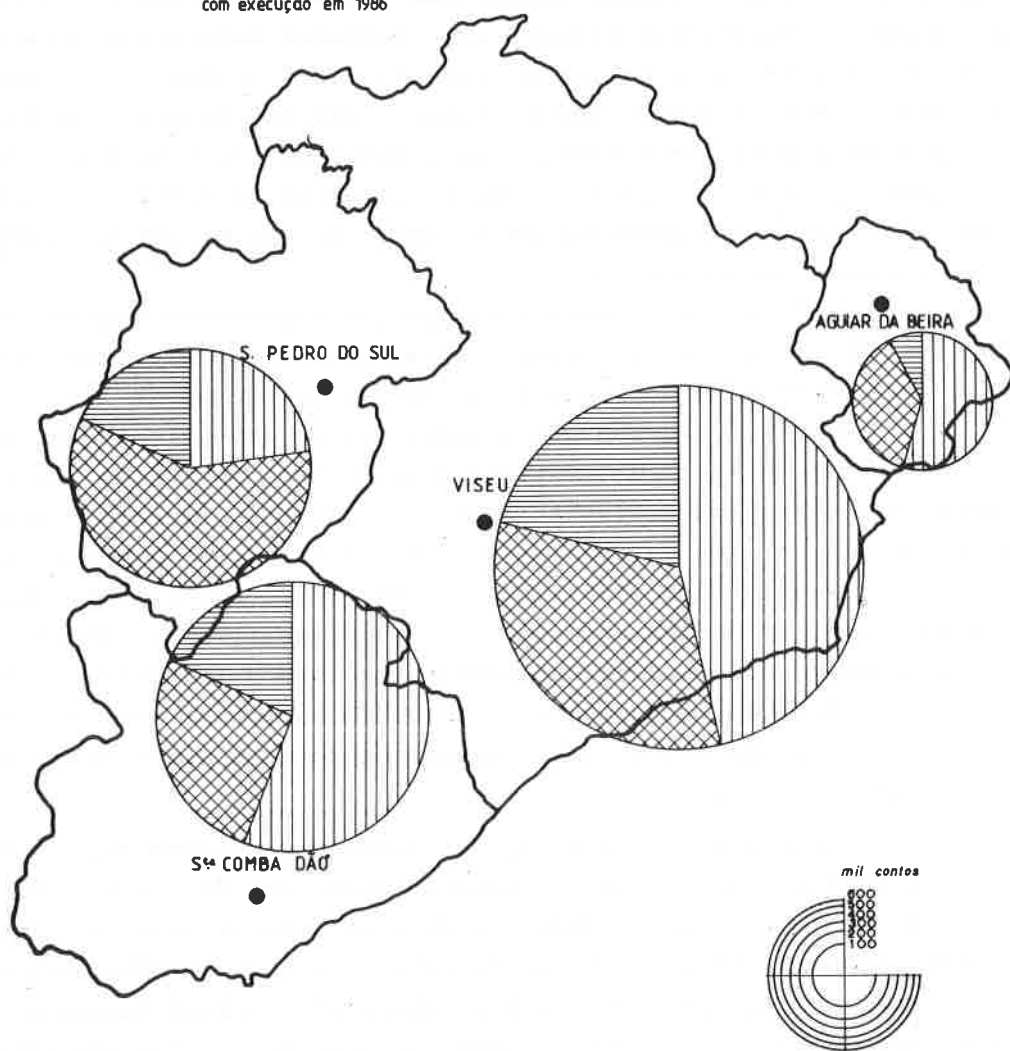
No domínio das infraestruturas, as acções previstas estão essencialmente a cargo do Ministério do Equipamento Social e das autarquias locais. Estas acções apresentam-se com um desenvolvimento mais detalhado uma vez que neste domínio existe colaboração regular com as autarquias locais e daí resulta um conhecimento mais aprofundado das respectivas carências e intenções de investimento.

Dos projectos de investimento previstos pelos municípios, foram seleccionados para este programa aqueles que têm execução em 1986 e cujo valor de investimento não é inferior a 6 000 milhares de escudos. O valor total do investimento nestas condições totaliza um montante de 7.393.682 milhares de escudos a que corresponde um investimento per capita de 25 milhares de escudos, cuja programação, no período de 1985-1989, se pode encontrar no anexo 26. Daquela montante de investimento, 46,8% refere-se à área do agrupamento de municípios de Viseu, 25,5% à do agrupamento de Santa Comba Dão, 20,7% à do agrupamento de S. Pedro do Sul e 7% ao concelhos de Aguiar da Beira (anexo 26).

O investimento em Saneamento Básico (3.286.479 milhares de escudos) representa 44,5% do total do investimento previsto e localiza-se em 48,8% na área do agrupamento de Viseu, 32,1% na do agrupamento de Santa Comba Dão, 10,6% na do agrupamento de S. Pedro do Sul e 8,5% no concelho de Aguiar da Beira (anexo 27).

De rede viária municipal encontram-se previstos projectos no valor de 2.691.790 milhares de escudos, representando 41,2% do total previsto, repartindo-se pelas áreas dos agrupamentos de concelhos do seguinte modo: 41,2% no agrupamento de Viseu, 33,5% no agrupamento de S. Pedro do Sul, 18% no agrupamento de Santa Comba Dão e 7,5% no concelho de Aguiar da Beira (anexo 28).

Repartição sectorial do investimento municipal previsto 1985-1989
com execução em 1986



Os projectos de investimento previsto em infraestruturas de apoio a actividades produtivas referem-se essencialmente a parques e loteamentos industriais, mercados municipais e parques de campismo em zonas especialmente vocacionadas. O volume de investimento correspondente atinge 1.384.968 milhares de escudos e as acções respectivas localizam-se em 52,4% na área do agrupamento de Viseu, 24,5% na do agrupamento de Santa Comba Dão, 20,2% na do agrupamento de S. Pedro do Sul e 2,9% no concelho de Aguiar da Beira. (anexo 29)

O investimento em electrificação representa apenas 0,4% do total do investimento previsto e tem unicamente expressão nos concelhos de Penalva do Castelo, Tondela e Nelas (anexo 30).

Assim, e uma vez que a estrutura de investimento em infraestruturas de apoio a actividades produtivas reflecte sensivelmente a estrutura do investimento globalmente previsto, pode dizer-se que na área do agrupamento de concelhos de Viseu, o investimento previsto se distribui de forma muito equilibrada pelos sub-sectoros de investimento mais significativos, enquanto no agrupamento de concelhos de Santa Comba Dão o investimento em Saneamento Básico representa mais de 50% e no agrupamento de S. Pedro do Sul quase 60% do investimento se destina a projectos de rede viária municipal.

Com efeito, as autarquias locais desenvolvem acções essencialmente no domínio das infraestruturas básicas, rede viária e outras de apoio a actividades produtivas, sem prejuízo do que possam fazer em infraestruturas de outro nível, é o Ministério do Equipamento Social a entidade responsável, a nível nacional, pela implantação de infraestruturas dum modo geral, nomeadamente, rede viária nacional, infraestruturas de educação, desporto, saúde e assistência social.

Ao nível das diversas Direcções Gerais, este Ministério tem previstas várias acções para a área em estudo. São de salientar, pela importância de que se revestem para esta área, as suas propostas a nível da rede viária, onde estão pensados investimentos na ordem dos 1.600.000 milhares de escudos com a construção ou rectificação de vários troços que fazem parte da rede principal ou complementar.

Ao nível das infraestruturas de educação e de saúde ou tros investimentos estão previstos. Estão neste caso as escolas preparatórias de Aguiar da Beira, Oliveira de Frades, Lageosa (Tondela), Nelas e Sátão. Dentro do Ensino Superior Universitário existem previstas obras de readaptação na Escola Superior de Educação, no valor de 130.000 milhares de escudos.

No domínio da saúde estão previstos centros de saúde em Castro Daire, Tondela e Vila Nova de Paiva, e ainda, obras de construção e beneficiação do antigo Hospital Distrital de Viseu.

Notas:

(1) A escala utilizada no cálculo dos círculos apresentados nesta representação cartográfica não está, como é evidente, correctamente elaborada. A incorrecção utilizada constitui a forma de rodear a dificuldade em representar conjuntamente valores com amplitudes numéricas elevadas, por exemplo, Aguiar da Beira e a Região Centro que em 1981 apresentam respectivamente 2 805 hab e 665 620 hab.

V. ANEXO ESTADÍSTICO

A N E X O 1

C O N C E L H O S	SUPERFÍCIE (ha)	POPULAÇÃO			VARIACÃO %			DENSIDADE 1981
		1960	1970	1981	60/81	60/70	70/81	
		1960	1970	1981	60/81	60/70	70/81	
Oliveira de Frades	14 745	10 858	9 797	10 391	- 5,6	- 9,8	6,06	70
São Pedro do Sul	34 868	24 273	19 505	21 220	-12,5	-19,6	8,8	61
Vouzela	19 165	15 641	13 082	13 407	-13,9	-16,4	2,5	70
AGRUP. SÃO PEDRO DO SUL	68 778	50 772	42 384	45 010	-12,1	-16,5	6,2	65
Carregal do Sal	11 710	13 468	11 291	11 137	-17,0	-16,2	- 1,4	95
Mortágua	24 859	13 024	11 300	11 291	-14,5	-13,2	- 0,1	45
Santa Comba Dão	11 254	13 723	11 786	14 099	- 1,1	-14,1	19,6	125
Tondela	37 325	38 917	35 845	35 906	- 9,3	- 8	0,2	96
AGRUP. SANTA COMBA DÃO	85 148	79 132	70 222	72 433	-10,0	-11,3	3,2	85
Castro Daire	37 625	25 031	20 788	20 411	-19,3	-17	- 1,8	64
Mangualde	22 072	23 341	17 458	21 438	- 9,4	-25,1	22,8	97
Nelas	12 452	16 504	13 801	15 069	-10,9	-16,4	9,2	121
Penalva do Castelo	13 593	13 686	11 123	10 172	-26,6	-18,7	8,6	75
Sátão	19 840	16 824	14 099	13 587	-20,0	-16,2	3,6	68
Villa Nova de Paiva	17 737	8 931	6 834	6 420	-27,0	-23,5	- 6,1	36
Viseu	50 720	79 890	77 012	84 293	5,8	- 3,6	9,5	166
AGRUPAMENTO VISEU	174 039	184 177	161 115	170 358	- 7,4	-12,5	5,7	98
Aguiar da Beira	20 368	10 215	8 343	7 205	-29,8	-18,3	-12,7	36
TOTAL	348 333	324 296	282 064	295 094	- 9,2	-13	+ 4,6	85
REGIÃO CENTRO	2 327 077	1 880 764	1 665 818	1 750 885	- 6,9	-11,4	+ 4,5	75

ANEXO 2

C O N C E L H O S	EMIGRAÇÃO 55-64	EMIGRAÇÃO 65-74	TAXA EMIGRATÓRIA 55-64 %	TAXA EMIGRATÓRIA 65-74 %
Oliveira de Frades	304	558	28,0	56,9
São Pedro do Sul	1 371	1 259	56,5	64,5
Vouzeira	686	650	43,9	49,7
AGRUP. SÃO PEDRO DO SUL	2 361	2 467	46,5	58,2
Carregal do Sal	915	1 638	67,9	145,1
Mortágua	1 040	1 928	79,9	170,6
Santa Comba Dão	587	1 119	42,8	94,9
Tondela	1 264	3 213	82,6	89,6
AGRUP. SANTA COMBA DÃO	3 806	7 898	48,1	112,5
Castro Daire	1 857	1 260	74,2	60,6
Mangualde	1 451	2 657	62,2	152,2
Nelas	949	2 023	57,5	146,6
Penalva do Castelo	1 144	1 767	83,6	158,9
Sátão	1 213	1 861	72,1	132,0
Vila Nova de Paiva	1 081	1 470	121,0	215,1
Viseu	2 767	8 931	34,6	116,0
AGRUP. VISEU	10 462	19 969	56,8	123,9
Aguiar da Beira	726	908	71,1	108,8
T O T A L	17 355	31 242	53,5	110,8

NOTA: Txs. em permilagem.

ANEXO 3

POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPOS ETÁRIOS

1981

C O N C E L H O S	0-14	15-64	65	TOTAL	COEF. DE DEPEND.
Oliveira de Frades	2 589	6 155	1 647	10 391	68,8
São Pedro do Sul	5 372	12 461	3 387	21 220	70,2
Vouzela	3 331	7 691	2 385	13 407	74,3
AGRUP. SÃO PEDRO DO SUL	11 292	26 307	7 419	45 018	71,1
Carregal do Sal	2 690	6 707	1 740	11 137	66,05
Mortágua	2 747	6 997	1 547	11 291	61,4
Santa Comba Dão	3 580	8 503	2 016	14 099	65,8
Tondela	9 040	21 537	5 329	35 906	66,7
AGRUP. SANTA COMBA DÃO	18 057	43 744	10 632	72 433	65
Castro Daire	5 483	11 682	3 246	20 411	74,7
Mangualde	5 341	12 799	3 298	21 438	67,5
Nelas	3 842	9 191	2 036	15 069	64,0
Penalva do Castelo	2 607	5 766	1 797	10 170	76,41
Sátão	3 907	7 839	1 841	13 587	73,3
Vila Nova de Paiva	1 853	3 659	908	6 420	75,5
Viseu	23 743	50 354	9 164	83 261	65,4
AGRUP. VISEU	46 778	101 290	22 290	170 358	68,2
Aguiar da Beira	1 912	4 219	1 154	7 285	72,7
TOTAL DA ÁREA	78 039	175 590	41 495	295 124	68,1
REGIÃO CENTRO	422 663	1 082 408	245 814	1 750 885	61,8

FONTE: XII Recenseamento da População.

A N E X O 4

POPULAÇÃO ACTIVA POR SECTOR DE ACTIVIDADE

1981

CONCELHOS E AGRUPAMENTOS	SECTOR PRIMÁRIO		SECTOR SECUNDÁRIO		SECTOR TERCIÁRIO		TOTAL	
		%		%		%		%
Oliveira de Frades	3 599	69,2	814	15,6	792	15,2	5 205	100
São Pedro do Sul	5 720	67,0	1 217	14,3	1 597	18,7	8 534	100
Vouzela	5 101	73,6	952	13,7	878	12,7	6 931	100
AGRUP. SÃO PEDRO DO SUL	14 420	69,8	2 983	14,4	3 267	15,8	20 670	100
Carregal do Sal	1 537	40,9	1 332	35,4	892	23,7	3 761	100
Mortágua	2 174	46,3	1 520	32,3	1 007	21,4	4 701	100
Santa Comba Dão	1 677	33,4	1 763	35,1	1 583	31,5	5 023	100
Tondela	7 888	53,1	3 894	26,2	3 072	20,7	14 854	100
AGRUP. SANTA COMBA DÃO	13 276	46,9	8 509	30,0	6 554	23,1	28 339	100
Castro Daire	4 838	67,6	1 179	16,5	1 142	14,3	7 160	100
Mangualde	2 917	36,6	2 775	34,8	2 280	28,6	7 972	100
Nelas	2 500	44,5	1 742	31,0	1 374	24,5	5 616	100
Penalva do Castelo	2 176	61,0	794	22,3	595	16,7	3 565	100
Sátão	3 083	60,9	1 097	21,7	880	17,4	5 060	100
Vila Nova de Paiva	1 006	55,2	410	22,5	406	22,3	1 822	100
Viseu	10 015	32,1	8 221	26,3	13 008	41,6	31 244	100
AGRUP. VISEU	26 535	42,5	16 218	26	19 686	31,5	62 439	100
Aguilar da Beira	1 890	67,4	472	16,8	443	15,8	2 805	100
TOTAL ÁREA	56 121	49,1	28 182	24,7	29 950	26,2	114 253	100
TOTAL R. CENTRO	213 259	32,0	241 468	36,3	210 893	31,7	665 620	100
TOTAL CONTIN.								100

A N E X O 5

POPULAÇÃO ACTIVA POR SECTOR DE ACTIVIDADE

1970

CONCELHOS E AGRUPAMENTOS	SECTOR PRIMÁRIO		SECTOR SECUNDÁRIO		SECTOR TERCIÁRIO		TOTAL	
		%		%		%		%
Oliveira de Frades	3 335	76,6	285	6,5	730	16,8	4 350	100
São Pedro do Sul	4 280	70,2	700	11,5	1 115	18,3	6 095	100
Vouzela	3 135	74,9	450	10,7	600	14,3	4 185	100
AGRUP. SÃO PEDRO DO SUL	10 750	73,5	1 435	9,8	2 445	16,7	14 630	100
Carregal do Sal	1 905	52,4	950	26,1	780	21,4	3 635	100
Mortágua	2 495	59	880	20,8	855	20,2	4 230	100
Santa Comba Dão	1 695	50,6	785	23,4	870	26	3 350	100
Tondela	7 130	57,1	2 590	20,7	2 770	22,2	12 490	100
AGRUP. SANTA COMBA DÃO	13 225	55,8	5 205	22	5 275	22,2	23 705	100
Castro Daire	6 850	85,6	520	6,5	630	7,9	8 000	100
Mangualde	2 755	49,3	1 370	24,5	1 460	26,1	5 585	100
Nelas	2 335	52,5	980	22	1 235	27,7	4 450	100
Penalva do Castelo	2 555	69	385	10,4	765	20,6	3 705	100
Sátão	3 265	72,4	420	9,3	825	18,3	4 510	100
Vila Nova de Paiva	1 740	77	165	7,3	355	15,7	2 260	100
Viseu	10 145	43,4	4 695	20,0	8 525	36,5	23 365	100
AGRUP. VISEU	29 645	57,1	8 535	16,4	13 795	26,6	51 875	100
Aguar da Beira	1 710	75,6	180	8	370	16,4	2 260	100
TOTAL	55 330	59,8	15 355	16,6	21 885	23,6	92 470	100
R. CENTRO	224 935	44,3	145 625	28,6	137 725	27,1	508 285	100

A N E X O 6

POPULAÇÃO ACTIVA POR SECTORES - 1970

REGIÕES SECTORES	AGRUP. S.P. SUL	AGRUP. VISEU	AGRUP. S.COMBA D.	CONCELHO AG. BEIRA	TOTAL
I	10 750	29 645	13 225	1 710	55 330
II	1 435	8 535	5 205	180	15 355
III	2 445	13 795	5 275	370	21 885
TOTAL	14 630	51 875	23 705	2 260	92 470

POPULAÇÃO ACTIVA POR SECTORES - 1981

REGIÕES SECTORES	AGRUP. S.P. SUL	AGRUP. VISEU	AGRUP. S.COMBA D.	CONCELHO AG. BEIRA	TOTAL
I	14 420	26 535	13 276	1 890	56 121
II	2 983	16 218	8 509	472	28 182
III	3 265	19 686	6 550	443	29 950
TOTAL	20 670	62 439	28 339	2 805	114 253

$$\delta = + 0,24$$

$$\delta_i: \delta_{S.P.S.} = + 0,41; \quad \delta_{VISEU} = 0,20; \quad \delta_{STA.COMBA} = 0,20; \quad \delta_{AG.BEIRA} = 0,24$$

$$\delta_j: \delta_I = 0,01; \quad \delta_{II} = 0,84; \quad \delta_{III} = 0,32$$

NOTA:

δ = tx. de variação da população activa total
 δ_i = txs. " " da população activa por regiões
 δ_j = " " " da população activa por sectores

ANEXO 6 (Cont.)

$$[0,01; 0,84; 0,32] \quad [R 70] = [2 095; 11 880; 6 192; 287]$$

$$\int_i^i : \quad \int_{S.P.S.}^i = 0,14 \quad \int_{VISEU}^i = 0,23 \quad \int_{STA.COMBA}^i = 0,26 \quad \int_{AG.BEIRA}^i = 0,13$$

$$\underbrace{x_i (\int_i - \int)}_{\text{VARIAC\~AO L\~QUIDA}} = x_i (\int_i^i - \int) + x_i (\int_i - \int_i^i)$$

VARIACÃO LÍQUIDA

O desvio $(\int_i - \int)$ é explicado pelas componentes associadas a:

- $(\int_i^i - \int)$ que reflecte as características estruturais
- $(\int_i - \int_i^i)$ " " " " sectoriais/regionais

$D_i = \int_i - \int$	S.P. SUL	VISEU	S.COMBA D.	AGUIAR BEIRA
	0,17	- 0,04	- 0,04	0
Comp. Est. ($\int_i^i - \int$)	-0,1	- 0,01	0,02	- 0,11
Comp. Reg. ($\int_i - \int_i^i$)	0,27	- 0,03	- 0,06	0,11

NOTA:

\int_i^i = txs. de variação da população activa das regiões "i" se nelas os sectores "j" tivessem evoluído como o fizeram no conjunto das regiões.

POPULAÇÃO ATIVA DESEMPREGADA POR GRUPOS ETÁRIOS E NÍVEL DE INSTRUÇÃO

CONCELHOS	POPULAÇÃO ATIVA DESEMPREGADA POR GRUPOS ETÁRIOS														
	NÃO SABER LER NEM ESCRVER				PRIMÁRIO + PREPARATÓRIO				SECUNDÁRIO + PROFESSORAL						
	15-24	25-34	35-49	50-65	TOTAL	15-24	25-34	35-49	50-56	TOTAL	15-24	25-34	35-49	50-65	TOTAL
AGROP. S. COMBA DÃO	4	5	5	11	25	607	166	159	106	1 038	275	54	15	3	347
Carregal do Sal	-	-	2	-	2	128	22	18	7	175	29	1	1	-	31
Morráguas	-	2	-	2	4	87	20	20	14	141	53	9	2	-	64
S. Comba Dão	3	1	-	2	6	124	34	34	20	212	61	11	1	-	73
Trofa	1	2	3	7	13	268	90	87	65	510	132	33	11	3	179
AGROP. S. PEDRO SUL	7	3	5	8	23	361	75	84	41	561	145	23	4	-	172
Oliveira de Frades	1	-	-	1	2	26	8	15	8	57	28	4	2	-	34
S. Pedro do Sul	6	2	3	7	18	278	41	41	24	384	58	12	2	-	72
Vouzela	-	1	2	-	3	57	26	28	9	120	59	7	-	-	66
AGROP. DE VISEU	25	5	14	20	64	1 837	336	299	175	2 647	789	149	38	20	991
Castro Daire	7	-	4	1	12	290	35	11	1	337	47	3	-	-	50
Margalide	2	-	1	3	6	225	42	52	47	396	129	27	1	2	159
Nelas	2	-	1	3	6	138	34	30	30	232	106	24	4	-	134
Penalva Castelo	1	-	-	-	1	123	18	10	5	156	27	2	1	3	33
São João	1	-	3	3	7	130	13	8	9	160	41	5	-	1	47
V. Nova Paiva	3	-	1	-	4	133	10	15	6	164	33	4	-	1	38
Viseu	9	5	4	10	28	768	184	173	77	1 202	406	84	27	13	530
AGUIAR DA BEIRA	2	-	2	-	4	31	4	15	2	52	8	2	1	-	11
TOTAL DA ÁREA	38	13	26	39	116	2 836	581	557	324	4 298	1 217	228	53	23	1 521
%					1,9					71,6					25,3
REGIÃO CENTRO	219	100	224	25	568	15 040	3 330	2 669	1 557	22 596	7 659	1 543	313	138	9 653
%					1,7					67,7					28,9

ANEXO 7 (CONTINUAÇÃO)

POPULAÇÃO ACTIVA DESEMPREGADA POR GRUPOS ETÁRIOS E NÍVEL DE INSTRUÇÃO

CONCELHOS	POPULAÇÃO ACTIVA DESEMPREGADA POR GRUPOS ETÁRIOS													TOTAL
	CURSOS SUPERIORES				CURSOS MÉDIOS - OUTROS CURSOS					TOTAL				
	15-24	25-34	35-49	50-65	TOTAL	15-24	25-34	35-49	50-65					
AGRUP. S. COMBA DÃO	-	3	-	1	4	8	4	3	-	15	1 429			
Carregal do Sal	-	-	-	-	-	1	1	-	-	2	210			
Nortágua	-	1	-	-	1	3	-	1	-	4	213			
S. Comba Dão	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	292			
Tondela	-	1	-	1	2	4	3	2	-	9	713			
AGRUP. S. PEDRO SUL	2	2	-	-	4	1	-	2	-	3	763			
Oliveira Frades	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	94			
S. Pedro Sul	1	1	-	-	2	-	-	-	-	-	476			
Vouzela.	1	1	-	-	1	1	-	2	-	3	193			
AGRUP. DE VISEU	5	13	-	-	18	13	12	1	1	27	3 747			
Castro Daire	-	1	-	-	1	2	-	-	-	2	402			
Margalide	2	4	-	-	6	1	1	-	-	2	569			
Nelas	2	1	-	-	3	-	3	1	-	4	379			
Penalva Castelo	-	-	-	-	-	1	1	-	-	2	192			
Sátão	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	215			
V. Nova Paiva	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	207			
Viseu	1	6	-	-	7	8	7	-	1	16	1 783			
Aguiar da Beira	1	1	-	-	2	-	-	-	-	-	69			
TOTAL DA ÁREA	8	19	-	1	28	22	16	5	1	45	6 008			
					0,5					0,7	100			
REGIÃO CENTRO	95	179	29	9	312	121	100	31	10	265	33 394			
					0,9					0,8	100			

A N E X O Ú

OCUPAÇÃO DO SOLO

Unid.: ha

C O N C E L I O S	SUP.TOTAL		SUP. FLORESTAL	SUP. AGRÍCOLA	INCULTOS		SUP. SOCIAL			
		%				%				
Castro Daire	38 400	100	13 140	34,2	3 845	10,0	13 010	33,9	8 405	21,9
Mangualde	22 300	100	9 590	43,0	6 266	28,1	2 400	10,8	4 044	18,1
Nelas	12 200	100	5 800	47,5	4 436	36,4	410	3,4	1 554	12,7
Penalva do Castelo	14 300	100	5 790	40,5	2 884	20,2	1 210	8,4	4 416	30,9
Sátão	20 800	100	8 570	41,2	4 887	23,5	2 750	13,2	4 593	22,1
Vila Nova de Paiva	16 900	100	5 390	31,9	1 574	9,3	6 500	38,5	3 436	20,3
Viseu	50 800	100	26 430	52,0	9 899	19,5	2 970	5,9	11 501	22,6
TOTAL AGRUP. VISEU	175 700	100	74 710	42,5	33 791	19,2	29 250	16,7	37 949	21,6
Tondela	36 600	100	19 220	52,5	6 990	19,1	4 620	12,6	5 770	15,8
Santa Comba Dão	11 500	100	5 540	48,2	1 994	17,3	500	4,4	3 466	30,1
Mortágua	24 800	100	17 560	70,8	2 403	9,7	1 830	7,4	3 007	12,1
Carregal do Sal	12 000	100	5 870	48,9	1 922	16,0	570	4,8	3 638	30,3
TOTAL AGRUP. STA. COMBA DÃO	84 900	100	48 190	56,7	13 309	15,7	7 520	8,9	15 881	18,7
São Pedro do Sul	33 700	100	18 310	54,3	3 832	11,4	8 150	24,2	3 408	10,1
Vouzela	18 900	100	9 040	47,8	3 513	18,6	3 700	19,6	2 647	14,0
Oliveira de Frades	14 500	100	7 920	54,6	2 181	15,1	2 150	14,8	2 249	15,5
TOTAL AGRUP. S. PEDRO SUL	67 100	100	35 270	52,6	9 526	14,2	14 000	20,8	8 304	12,4
Aguiar da Beira	19 900	100	8 810	44,3	3 042	15,3	5 000	25,1	3 048	15,3
TOTAL DA REGIÃO DÃO-LAFÕES	347 600	100	166 980	48,0	59 668	17,2	55 770	16,0	65 182	18,8
TOTAL ZONA CENTRO			1 043 600	38,1						
CONTINENTE			2 956 200	33,4						

Fonte: "Inventário Florestal do Continente"
 "Recenseamento Agrícola de 1979"
 "A Região Centro em Mapas e Números", CCRC 1983.

A N E X O 9

CONCELHOS	CLASSES DE ÁREA		EXPLORAÇÕES		BLOCOS			FORMAS EXPLORAÇÃO SIMPLES				FORMAS EXPLORAÇÃO MISTA	
	AGRO-FLO		Nº	ÁREA	Nº	Nº MEDIO BLOCOS POR EXPL.	CONTA PRÓPRIA		ARRENDAMENTOS		Nº	ÁREA	
	EXP S/TERRA AGRO-FLO	EXP C/TERRA AGRO-FLO					Nº	ÁREA	Nº	ÁREA			
CASTRO DAIRE	EXP S/TERRA AGRO-FLO		7	1	14	2,0	7	1					
	0a < 1		2 203	3 469	23 429	10,6	1 683	3 114	127	72	393	285	
	1a < 5		1 886	3 800	37 378	19,8	1 349	2 707	42	80	495	1 011	
	5a < 20		121	1 038	3 570	29,5	109	940	1	10	11	88	
	20a < 50		8	441	313	39,1	7	413	-	-	1	28	
	> 50		5	3 112	331	66,2	5	3 112	-	-	-	-	
	TOTAL		4 230	11 861	65 035	15,3	3 160	10 287	170	162	900	1 412	
MANGUALDE	EXP S/TERRA AGRO-FLO		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	0a < 1		1 354	941	4 113	3,0	552	395	448	293	354	253	
	1a < 5		2 048	4 629	11 409	5,6	1 026	2 423	342	693	680	1 512	
	5a < 20		355	3 142	3 327	9,4	237	2 119	33	288	85	734	
	20a < 50		41	1 193	625	15,2	31	893	1	45	9	254	
	> 50		5	446	93	18,6	3	342	-	-	2	104	
	TOTAL		3 803	10 351	19 567	5,1	1 849	6 172	824	1 319	1 130	2 857	
NEIAS	EXP S/TERRA AGRO-FLO		3	-	3	1,0	1	-	2	-	-	-	
	0a < 1		1 454	932	5 432	3,7	815	521	355	223	284	187	
	1a < 5		1 534	3 235	11 202	7,3	1 020	2 248	178	307	336	681	
	5a < 20		224	1 966	2 399	10,7	188	1 677	12	91	24	199	
	20a < 50		25	719	343	13,7	24	678	-	-	1	41	
	> 50		5	588	66	13,2	4	528	1	60	-	-	
	TOTAL		3 245	7 440	19 445	5,9	2 052	5 652	548	681	645	1 108	
PENHA DO CASTELO	EXP S/TERRA AGRO-FLO		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	0a < 1		948	679	5 054	5,3	396	283	105	70	447	326	
	1a < 5		1 157	2 482	10 816	9,3	451	1 025	75	143	631	1 314	
	5a < 20		125	1 028	1 974	15,8	66	550	8	64	51	415	
	20a < 50		7	321	160	22,8	6	300	-	-	1	21	
	> 50		5	664	234	46,8	4	596	-	-	1	68	
	TOTAL		2 242	5 174	18 238	8,1	923	2 754	188	277	1 131	2 144	

A N E X O 9 (Cont.)

CONCELHOS	CLASSES DE AREA	EXPLORAÇÕES		BLOCOS		FORMAS EXPLORAÇÃO SIMPLES				FORMAS EXPLORAÇÃO MISTA		
		EXP 5/TERRA AGRO-FLOJ	AREA	Nº	Nº MEDIO BLOCOS POR EXPL.	CONTA PRÓPRIA		ARRENDAMENTOS		Nº	AREA	
						Nº	AREA	Nº	AREA			
SARÃO	EXP 5/TERRA AGRO-FLOJ											
	00 < 1	1 364	872	8 310	6,1	647	408	66	33	651	431	
	10 < 5	1 702	4 021	26 266	15,4	895	2 092	29	60	778	1 869	
	50 < 90	258	2 228	7 641	29,6	164	1 446			94	781	
	200 < 90	13	472	478	36,7	11	426			2	47	
	> 90	4	2 230	105	26,3	4	2 230					
TOTAL		3 341	9 823	42 800	12,8	1 721	6 602	95	93	1 525	3 128	
VILA NOVA DE PAIVA	EXP 5/TERRA AGRO-FLOJ											
	00 < 1	763	749	12 662	16,6	530	529	20	8	213	213	
	10 < 5	715	2 033	19 921	27,8	447	1 249	1	2	267	783	
	50 < 90	71	642	2 524	35,5	53	496	1	6	17	140	
	200 < 90											
	> 90	5	5 951	107	21,4	5	5 951					
TOTAL		1 554	9 375	35 214	22,6	1 035	8 225	22	16	497	1 136	
V I S E U	EXP 5/TERRA AGRO-FLOJ											
	00 < 1	4 282	2 787	23 472	5,5	2 375	1 536	714	442	1 193	809	
	10 < 5	4 193	8 806	48 998	11,7	2 520	5 496	422	804	1 251	2 505	
	50 < 90	541	4 512	11 354	20,9	408	3 487	41	326	92	700	
	200 < 90	55	1 702	1 393	25,3	51	1 596	2	63	2	53	
	> 90	22	3 663	539	24,5	22	3 663					
TOTAL		9 101	21 470	85 765	9,4	5 383	15 768	1 180	1 635	2 538	4 067	
TOTAL DO AGRUPAM. DE VISEU	EXP 5/TERRA AGRO-FLOJ											
	00 < 1	12 368	10 429	82 472	6,7	6 998	6 786	1 835	1 141	3 535	2 504	
	10 < 5	13 235	29 006	165 990	12,5	7 708	17 240	1 089	2 089	4 438	9 675	
	50 < 90	1 695	14 556	32 789	19,3	1 225	10 715	96	785	374	3 057	
	200 < 90	149	4 848	3 312	22,2	130	4 296	3	108	16	444	
	> 90	51	16 654	1 475	28,9	47	16 422	1	60	3	172	
TOTAL		27 516	75 494	286 064	10,4	16 123	55 460	3 027	4 183	8 366	15 852	

A N E X O 9 (Cont.)

CONCELHOS	CLASSES DE ÁREA AGRO-FLO	EXPLORAÇÕES		BLOCOS		FORMAS EXPLORAÇÃO SIMPLES						FORMAS EXPLORAÇÃO MISTA	
		Nº	ÁREA	Nº	Nº MÉDIO BLOCOS POR EXPL.	CONTA PRÓPRIA		ARRENDAMENTOS		Nº	ÁREA	Nº	ÁREA
						Nº	ÁREA	Nº	ÁREA				
SÃO PEDRO DO SUL	EXP 5/TERRA AGRO-FLO	14	1	18	1,2	12	1	2	-	-	-	-	
	00 < 1	1 963	1 358	9 591	4,9	1 204	847	206	110	553	402	402	
	10 < 5	1 992	4 719	21 368	10,7	1 253	3 102	120	243	619	1 374	1 374	
	50 < 20	233	2 025	3 998	17,2	190	1 662	9	78	34	284	284	
	200 < 50	21	607	423	20,1	20	584	-	-	1	23	23	
	> 50	9	6 982	135	15,0	9	6 982	-	-	-	-	-	
TOTAL	4 232	15 692	35 533	8,4	2 688	13 178	337	431	431	1 207	2 083	2 083	
VOUZEIA	EXP 5/TERRA AGRO-FLO	1	-	1	1,0	1	-	-	-	-	-	-	
	00 < 1	1 492	1 093	10 023	6,7	1 055	773	76	50	361	278	278	
	10 < 5	1 316	3 123	17 088	13,0	870	2 050	49	116	397	955	955	
	50 < 20	211	1 794	4 682	22,2	165	1 428	8	69	38	297	297	
	200 < 50	15	504	313	20,8	13	447	-	-	2	57	57	
	> 50	11	3 068	518	47,1	11	3 068	-	-	-	-	-	
TOTAL	3 046	9 582	32 625	10,7	2 115	7 766	133	235	235	798	1 579	1 579	
OLIVEIRA FRADES	EXP 5/TERRA AGRO-FLO	4	2	7	1,7	4	2	-	-	-	-	-	
	00 < 1	915	587	5 072	5,5	514	332	76	43	325	211	211	
	10 < 5	1 067	2 405	12 033	11,3	605	1 397	46	99	416	906	906	
	50 < 20	197	1 440	3 782	21,1	132	1 078	6	49	41	313	313	
	200 < 50	12	380	362	30,2	9	307	-	-	3	73	73	
	> 50	7	801	364	52,0	4	545	-	-	3	256	256	
TOTAL	2 184	5 615	21 620	9,9	1 268	3 661	128	191	191	788	1 759	1 759	
S. PEDRO DO SUL de TOTAL DO AGRUPAM.	EXP 5/TERRA AGRO-FLO	19	3	26	1,4	17	3	2	-	-	-	-	
	00 < 1	4 370	3 038	24 686	5,6	2 773	1 952	358	203	1 239	883	883	
	10 < 5	4 375	10 247	50 489	11,5	2 728	6 549	215	458	1 432	3 235	3 235	
	50 < 20	623	5 259	12 462	20,0	487	4 168	23	196	113	894	894	
	200 < 50	48	1 491	1 098	22,9	42	1 338	-	-	6	153	153	
	> 50	27	10 851	1 017	37,6	24	10 595	-	-	3	256	256	
TOTAL	9 462	30 889	89 778	9,5	6 071	24 605	598	857	857	2 793	5 421	5 421	

ANEXO 9 (Cont.)

CONCELHOS	CLASSES DE ÁREA AGRO-FLO	EXPLORAÇÕES		BLOCOS		FORMAS EXPLORAÇÃO SIMPLES						FORMAS EXPLORAÇÃO MISTA	
		Nº	ÁREA	Nº	Nº MÉDIO BLOCOS POR EXPL.	CONTA PRÓPRIA		ARRENDAMENTOS		Nº	ÁREA		
						Nº	ÁREA	Nº	ÁREA				
CARRÉGAL DO SAL	EXP 3/TERRA AGRO-FLO	1	-	1	1,0	1	-	-	-	-	-	-	-
	0a < 1	1 429	952	5 128	3,6	899	625	324	186	206	141		
	1a < 5	867	1 654	6 464	7,5	652	1 297	56	90	159	267		
	5a < 20	72	622	971	13,5	66	579	-	-	6	42		
	20a < 50	8	302	150	18,8	8	302	-	-	-	-		
	> 50	1	126	10	10,0	-	-	-	-	1	126		
TOTAL	2 378	3 656	12 724	5,3	1 626	2 803	388	276	372	576			
MORTAÇA	EXP 3/TERRA AGRO-FLO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
	0a < 1	672	486	5 083	7,6	456	334	22	15	194	139		
	1a < 5	1 351	3 099	21 511	15,9	1 033	2 392	6	10	312	697		
	5a < 20	433	3 882	13 011	30,0	360	3 207	-	-	73	674		
	20a < 50	50	1 379	2 189	43,7	43	1 178	-	-	7	202		
	> 50	17	1 870	707	41,6	17	1 870	-	-	-	-		
TOTAL	2 523	10 716	42 501	16,8	1 909	1 981	28	25	586	1 712			
SANTA COMBA DÃO	EXP 3/TERRA AGRO-FLO	1	-	1	1,0	1	-	-	-	-	-		
	0a < 1	1 350	988	8 230	6,1	928	701	82	53	340	234		
	1a < 5	962	2 008	13 247	13,8	797	1 703	22	44	143	260		
	5a < 20	87	743	2 567	29,5	79	672	-	-	8	70		
	20a < 50	7	220	47	6,7	6	189	1	31	-	-		
	> 50	2	290	106	53,0	2	290	-	-	-	-		
TOTAL	2 409	4 249	24 198	10,0	1 813	3 555	105	128	491	564			
TOMBEIRA	EXP 3/TERRA AGRO-FLO	15	5	22	1,4	13	4	1	-	1	1		
	0a < 1	3 685	2 283	21 694	5,9	2 043	1 286	256	128	1 386	871		
	1a < 5	2 912	6 178	31 457	10,8	1 885	4 128	64	118	963	1 933		
	5a < 20	424	3 846	7 698	18,2	352	3 218	7	49	65	582		
	20a < 50	68	1 814	1 130	18,8	51	1 571	2	63	7	180		
	> 50	23	2 971	483	21,0	20	2 587	-	-	3	383		
TOTAL	7 119	17 099	62 484	8,7	4 364	12 794	330	358	2 425	3 950			

A N E X O 9 (Cont..)

CONCELHOS	CLASSES DE ÁREA AGRO-FLO	EXPLORAÇÕES		BLOCOS		FORMAS EXPLORAÇÃO SIMPLES						FORMAS EXPLORAÇÃO MISTA	
		Nº	ÁREA	Nº	Nº MEDIO BLOCOS POR EXPL.	CONTA PRÓPRIA		ARRENDAMENTOS		Nº	ÁREA	Nº	ÁREA
						Nº	ÁREA	Nº	ÁREA				
TOTAL DO AGRUP. de SANTA COMBA DÃO	EXP S/TERRA AGRO-FLO	17	5	24	1,4	15	4	1	-	1	-	1	1
	00 < 1	7 136	4 709	40 135	5,6	4 326	2 946	684	382	2 126	1 385		
	10 < 5	6 092	12 939	72 679	11,9	4 367	9 520	148	262	1 577	3 157		
	50 < 20	1 016	9 095	24 247	23,9	857	7 676	7	49	152	1 368		
	200 < 90	125	3 715	3 516	28,1	108	3 240	3	94	14	382		
	> 90	43	5 257	1 306	30,4	39	4 747	-	-	-	-		
TOTAL		14 429	35 720	141 907	9,8	9 712	28 133	843	787	3 870	6 293		
AGUIAR DA BEIRA	EXP S/TERRA AGRO-FLO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	00 < 1	694	549	3 884	5,6	355	329	47	27	292	193		
	10 < 5	981	2 290	11 900	12,1	476	1 099	35	70	470	1 119		
	50 < 20	175	1 449	3 838	21,9	109	958	1	8	65	483		
	200 < 90	14	468	400	28,5	11	388	-	-	3	80		
	> 90	4	998	184	46	4	998	-	-	-	-		
TOTAL		1 868	5 754	20 206	10,8	955	3 772	83	105	830	1 875		
	EXP S/TERRA AGRO-FLO												
	00 < 1												
	10 < 5												
	50 < 20												
	200 < 90												
	> 90												
TOTAL													
	EXP S/TERRA AGRO-FLO												
	00 < 1												
	10 < 5												
	50 < 20												
	200 < 90												
	> 90												
TOTAL													

ESTRUTURA ETÁRIA DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS

CONCELOS	< 14		14-25		26-44		45-64		> 65		TOTAL	
Castro Daire	1 068	9,4	2 200	19,4	2 382	21,0	3 942	34,7	1 758	15,5	11 350	100
Mangualde	588	6,3	1 726	18,3	2 202	23,4	3 246	34,5	1 645	17,5	9 407	100
Nelas	574	7,0	1 506	18,5	2 068	25,3	2 771	33,9	1 251	15,3	8 170	100
Penalva do Castelo	552	9,3	1 104	18,6	1 258	21,2	1 860	31,4	1 155	19,5	5 929	100
São João	569	6,9	1 714	20,7	1 889	22,8	2 853	34,5	1 255	15,1	8 280	100
Vila Nova de Paiva	337	8,9	713	18,8	838	22,1	1 300	36,6	517	13,6	3 795	100
Viseu	1 919	7,9	4 945	20,4	5 860	24,2	8 383	34,7	3 086	12,8	24 193	100
TOTAL AGRUP. VISEU	5 607	7,9	13 908	19,6	16 497	23,2	24 445	34,3	10 667	15,0	71 124	100
Tondela	1 650	8,8	3 463	18,4	4 810	25,6	6 163	32,8	2 703	14,4	18 789	100
Santa Comba Dão	226	3,9	905	15,5	1 493	25,6	2 099	36,1	1 099	18,9	5 822	100
Mortágua	246	4,0	1 003	16,5	1 746	28,6	2 182	35,8	918	15,1	6 095	100
Carregal do Sal	261	4,7	1 004	18,1	1 367	24,7	1 955	35,3	953	17,2	5 540	100
TOTAL AGRUP. S. COMBA DÃO	2 383	6,6	6 375	17,6	9 416	26,0	12 399	34,2	5 673	15,6	36 246	100
São Pedro do Sul	917	8,3	1 819	16,6	2 554	23,2	3 933	35,8	1 771	16,1	10 994	100
Vouzela	716	9,1	1 204	15,3	1 884	23,9	2 620	33,3	1 452	18,4	7 876	100
Oliveira de Frades	661	10,9	1 056	17,4	1 469	24,2	1 899	31,3	984	16,2	6 069	100
TOTAL AGRUP. S. PEDRO SUL	2 294	9,2	4 079	16,4	5 907	23,7	8 452	33,0	4 207	16,8	24 939	100
Aguiar da Beira	378	7,8	965	20,0	1 041	21,6	1 559	32,4	875	18,2	4 818	100
TOTAL REGIÃO DÃO-LAFÕES	10 662	7,8	25 327	18,5	32 861	24,0	46 855	34,1	21 422	15,6	137 127	100

Fonte: Recenseamento Agrícola 1979

A N E X O 11
UNIDADES DE TRABALHO AGRÍCOLA

CONCELHOS	DE PRODUTORES IND. E PES. AGREG.FAM.	DE M.O. PERMAN. NÃO FAMILIAR	DE M.O. EVENTUAL	T O T A L
Castro Daire	7 708	42	124	7 874
Mangualde	5 543	158	544	6 245
Nelas	3 724	181	331	4 236
Penalva Castelo	3 103	35	191	3 329
Sátão	5 546	62	140	5 748
V.N. Paiva	1 435	19	53	1 507
Viseu	12 482	298	649	13 429
TOTAL AGRUPAM. VISEU	39 541	795	2 032	42 368
Tondela	9 023	491	797	10 311
S.Comba Dão	2 921	64	225	3 210
Carregal Sal	2 796	56	181	3 033
Mortágua	4 075	16	168	4 259
TOTAL AGRUPAM. S.COMBA DÃO	18 815	627	1 371	20 813
S.Pedro do Sul	6 743	122	264	7 129
Vouzela	5 120	83	139	5 342
Oliveira Frades	3 806	112	107	4 025
TOTAL AGRUPAM. S.PEDRO SUL	15 669	317	510	16 496
AGUIAR BEIRA	2 751	18	51	2 820
TOTAL DÃO-LAFÕES	76 776	1 757	3 964	82 497

A N E X O 12

UNID.: Ha

C O N C E L H O S	SUPERF. AGRÍCOLA EM QUE OS TRABALHOS SÃO EXECUTADOS PELAS PESSOAS DO AGREGADO FAMILIAR DO PRODUTOR EM:		SUPERF. AGRÍCOLAS ASSOCIADAS A EXPL. EM QUE O RENDIMENTO DO AGREG: FAMILIAR DO PRODUTOR PROVÉM DA EXPLORAÇÃO EM:	
	+ 50%	- 50%	+ 50%	- 50%
Castro Daire	6 285	191	3 340	3 136
Mangualde	8 078	2 270	5 094	5 254
Nelas	5 459	1 880	1 774	5 565
Penalva Castelo	3 777	1 134	3 187	1 724
Sátão	6 835	656	5 598	1 893
V.Nova Paiva	3 141	216	2 226	1 131
Viseu	15 393	2 784	7 132	11 045
TOTAL AGRUPAMENTO DE VISEU	48 968	9 131	28 351	29 748
Tondela	11 459	3 926	7 006	8 379
S.Comba Dão	3 383	602	1 796	2 189
Mortágua	9 015	1 522	5 663	4 874
Car. do Sal	2 752	880	873	2 759
TOTAL AGRUPAMENTO S.COMBA DÃO	26 609	6 930	15 338	18 201
São Pedro do Sul	8 179	665	5 509	3 335
Vouzela	6 157	558	4 306	2 409
Oliveira Frades	4 896	157	3 500	1 553
TOTAL AGRUPAMENTO SÃO PEDRO DO SUL	19 232	1 380	13 315	7 297

A N E X O 13
PRODUÇÕES AGRÍCOLAS

Valores em 10³ escudos

C O N C E L H O S	010120 centeio	%	010150 milho em grão	%	010170 batata	%	011710 vinho	%	010780 forragens	%	010250 feijão seco	%	totais	%
Oliveira Frades	822		7 417		4 632		1 211		23 525		3 659			
São Pedro do Sul	1 187		15 209		5 408		7 513		41 709		7 560			
Vouzela	777		18 574		15 745		4 342		31 126		9 527			
AGRUP. S. PEDRO SUL	2 786	1,4	41 200	20,6	25 785	12,9	13 067	6,5	96 360	48,2	20 746	10,4	199 944	100
Carregal do Sal	203		4 488		5 830		838		4 042		4 051			
Mortágua	758		20 229		23 166		68		16 460		9 590			
S. Comba Dão	1 942		7 118		26 156		3 074		5 377		5 688			
Tondela	4 763		55 164		35 387		16 971		32 228		23 584			
AGRUP. S. COMBA DÃO	7 666	2,5	86 999	28,1	90 538	29,2	20 951	6,8	60 907	19,6	42 913	13,8	309 974	100
Castro Daire	5 228		17 738		11 285		4 598		51 702		12 008			
Mangualde	2 094		12 981		53 539		6 596		16 193		6 703			
Neilas	514		6 625		71 484		16 360		3 665		4 335			
Penalva do Casieiro	1 604		4 221		40 289		10 061		12 504		343			
Sátão	3 592		2 687		14 080		2 290		20 539		343			
Vila Nova Paiva	17 101		7 195		21 056		-		17 429		2 738			
Viseu	8 226		12 482		74 868		29 372		45 591		9 351			
AGRUP. DE VISEU	38 259	5,8	63 928	9,6	286 601	43,3	69 284	10,5	167 623	25,3	36 742	5,5	662 437	100
Aguilar da Beira	3 183	9,0	2 708	7,6	12 770	35,9	161	0,5	16 288	45,8	433	1,2	35 543	100
T O T A L	51 894	4,3	194 835	16,1	415 694	34,4	103 463	8,6	341 178	28,2	100 834	8,4	1 207 898	100

PECUÁRIA (Valor - contos)

C O N C E L H O S	030010 Gado Bovino Jovem	030020 Gado Bovino Adulto	030060 Gado Ovino	030080 Gado Suino	030090 Galináceos do Campo	030130 Coelhos do Campo	030200 Ovos	T O T A L
Oliveira de Frades	9 612	18 852	2 317	30 185	2 158	2 599	4 863	
São Pedro do Sul	12 816	28 278	11 584	36 223	2 561	4 231	12 831	
Vouzela	12 214	21 994	6 950	36 223	2 959	3 687	8 315	
AGRUP. SÃO PEDRO SUL	33 641	69 124	20 851	102 631	7 679	10 517	26 009	270 452
	12,4%	25,6%	7,7%	38%	2,8%	3,9%	9,6%	100%
Carregal do Sal	1 602	3 142	2 317	12 074	775	1 269	2 422	
Mortágua	1 602	9 426	8 109	18 111	1 978	2 780	9 159	
Santa Comba Dão	1 602	3 142	2 317	30 185	1 214	967	1 952	
Tondela	8 010	21 994	9 267	54 334	5 965	4 956	17 029	
AGRUP. S. COMBA DÃO	12 816	37 704	22 010	114 704	9 932	9 972	30 562	237 700
	5,4%	15,9%	9,3%	48,2%	4,2%	4,2%	12,8	100%
Castro Daire	14 418	34 563	11 584	36 223	1 557	1 995	2 719	
Mangualde	6 408	6 248	8 109	30 185	764	2 720	3 868	
Nelas	1 602	3 142	1 158	18 111	2 155	2 590	12 171	
Penalva do Castelo	6 408	6 248	4 634	18 111	394	1 571	1 059	
Sátão	9 612	15 710	1 158	42 259	542	2 357	2 026	
Vila Nova de Paiva	4 806	12 568	3 475	18 111	155	725	730	
Viseu	19 224	31 420	11 584	84 519	2 129	7 918	6 208	
AGRUPAM. DE VISEU	62 477	109 971	41 702	247 519	7 694	19 885	28 778	518 026
	12,1%	21,2%	8,0%	47,8%	1,5%	3,8%	5,6%	100%
Aguiar da Beira	7 305	9 426	4 171	12 074	253	607	693	34 529
	21,2%	27,3%	12,1%	35,0%	0,7%	1,7%	2,0%	100%
T O T A L	116 239	226 225	88 734	476 928	25 558	40 981	86 042	1 060 707
	10,9%	21,3%	8,4%	45,0%	2,4%	3,9%	8,1%	100%

ANEXO 15
SILVICULTURA (Valor - Contos)

C O N C E L H O S	02 0020 Madeira p/pasta	%	02 0040 Madeira em toros	%	02 0090 Resina de pinheiro	%	02 0140 Castanha	%	TOTAL	%
Oliveira Frades	3 744		10 130		5 598		283			
São Pedro Sul	8 698		24 082		13 879		1 143			
Vouzela	3 908		10 875		6 265		854			
AGRUP. SÃO PEDRO SUL	16 350	18,3	45 087	50,4	25 741	28,8	2 279	2,5	89 457	100
Carregal do Sal	3 374		9 367		5 409		283			
Mortágua	11 451		17 601		9 600		-			
Santa Comba Dão	4 038		7 482		4 249		283			
Tondela	10 311		25 432		14 575		283			
AGRUP. SANTA C. DÃO	33 174	25,9	59 882	46,9	33 834	26,5	848	0,7	127 738	100
Castro Daire	5 752		16 204		9 021		7 127			
Margualde	4 731		13 130		7 585		283			
Nelas	3 103		8 607		4 974		-			
Penalva do Castelo	2 949		8 152		4 728		-			
Sátão	3 890		10 816		6 236		571			
Vila Nova Paiva	1 873		5 239		3 002		283			
Viseu	14 029		38 796		22 290		1 997			
AGRUPAM. DE VISEU	36 326	17,8	100 944	49,4	57 835	28,3	9 260	4,5	204 365	100
Aguiar da Beira	3 748	18,2	10 446	50,7	6 009	29,1	421	2,0	20 624	100
T O T A L	89 598	20,3	216 359	48,9	123 419	27,9	12 808	2,9	442 184	100

ANEXO 16
GRAU DE INDUSTRIALIZAÇÃO

	VAB da Ind. Transf.	Pop. Residente	<u>VAB</u> <u>Pop. Residente</u>
S. PEDRO DO SUL			
Oliveira de Frades	79 184	10 391	7,6
S. Pedro do Sul	31 739	21 220	1,5
Vouzela	18 489	13 407	1,4
TOTAL DO AGRUPAMENTO	129 412	45 018	2,9
SANTA COMBA DÃO			
Carregal do Sal	71 569	11 137	6,4
Mortágua	146 834	11 291	13
Santa Comba Dão	96 902	14 099	6,9
Tondela	262 633	35 906	7,3
TOTAL DO AGRUPAMENTO	577 938	72 433	8
UISEU			
Castro Daire	26 308	20 411	13,0
Mangualde	456 249	21 438	21,3
Nelas	452 655	15 069	30,3
Penalva do Castelo	4 776	10 172	0,5
Sãtão	28 881	13 587	2,1
Vila Nova de Paiva	4 393	6 420	0,7
Viseu	585 699	83 261	7,0
TOTAL DO AGRUPAMENTO	1 558 961	170 358	9,2
AGUIAR DA BEIRA	4 938	7 285	0,7
TOTAL DA ÁREA DÃO/LAFÕES	2 266 311	295 094	7,7
REGIÃO CENTRO	43 370 210	1 750 885	24,6
CONTINENTE	279 477 575	9 336 760	29,9

A N E X O 17

CÓDIGO DO C A E

INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

31 - INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS E TABACO

311-312 - Indústrias da Alimentação

313 - Indústria das Bebidas

32 - INDÚSTRIAS TÊXTEIS DO VESTUÁRIO E DO COURO

321 - Indústrias Têxteis

322 - Fabricação de Artigos de Vestuário, com excepção do Calçado

323 - Indústria de Curtumes e dos Artigos de Couro

324 - Fabricação de Calçado, com excepção do Calçado Vulcanizado; de Borracha Moldada ou de Plástico e o feito inteiramente de Madeira

33 - INDÚSTRIAS DA MADEIRA E DA CORTIÇA

331 - Indústrias da Madeira; Fabrico de Artefactos de Madeira e de Cortiça, com excepção do Mobiliário

332 - Fabricação de Mobiliário, com excepção do Mobiliário Metálico e de Plástico Moldado

A N E X O 17 (Cont.)

34 - INDÚSTRIAS DO PAPEL, ARTES GRÁFICAS E EDIÇÃO DE PUBLICAÇÕES

341 - Indústrias do Papel

342 - Artes Gráficas e Edição de Publicações

35 - INDÚSTRIAS QUÍMICAS DOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DO CARVÃO E DOS PRODUTOS DE BORRACHA E DE PLÁSTICO

351 - Fabricação de Produtos Químicos Industriais

352 - Fabricação de outros Produtos Químicos

353 - Refinarias de Petróleo

354 - Fabricação de Derivados Diversos do Petróleo e do Carvão

355 - Indústria da Borracha

356 - Fabricação de Artigos de Matérias Plásticas

36 - INDÚSTRIAS DOS PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS, COM EXCEÇÃO DOS DERIVADOS DO PETRÓLEO BRUTO E DO CARVÃO

361 - Fabricação de Porcelanas, Faiança, Grês Fino e Olaria de Barro

362 - Fabricação do Vidro e de Artigos de Vidro

369 - Fabricação de Outros Produtos Minerais não Metálicos

37 - INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE BASE

371 - Indústrias Básicas de Ferro e Aço

372 - Indústrias Básicas de Metais não Ferrosos

A N E X O 17 (Cont.)

38 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS METÁLICOS E DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTO E MATERIAL DE TRANSPORTE

381 - Fabricação de Produtos Metálicos, com excepção de Máquinas, Equipamento e Material de Transporte

382 - Fabricação de Máquinas não Eléctricas

383 - Fabricação de Máquinas e Aparelhos Industriais Eléctricos

384 - Construção e Material de Transporte

385 - Fabricação de Instrumentos Profissionais e Científicos e de Aparelhos de Medida, de Verificação, Fotográficos e de Instrumentos de Óptica.

39 - OUTRAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS

390 - Fabricação de Jóias e Artigos de Ourivesaria;
Fabricação de Instrumentos Musicais;
Fabricação de Artigos de Desporto;
Indústrias Transformadoras Diversas.

ANEXO 18

QUOCIENTES DE LOCALIZAÇÃO

	311	312	313	314	321	322	323	324	331	332	341	342	351	352	355	356	361	362	365	366	371	372	381	382	385	386		
1) A COINHA DO	0,7257	5,4209	0,2828	0,3536					1,4111	10,5786	0,7432	1,4368		7,2328						1,8217	0,0000	7,5063	1,5386					
2) PAGO DOZIL	2,0767	6,2965		0,0326	1,1721				4,2990			2,7851	0,7882	1,9720						0,0636				4,3710				
3) VIZIU	1,2398	0,5564	1,7379	0,0773	1,6087	1,6536			1,9770	2,5922	1,5714	2,0054	1,7468	1,9020	5,2366					0,0486	0,4274	2,9086	2,8198	0,5075	2,0722	0,5319	2,7091	2,1090

$$a_{ij} = \frac{x_{ij}}{x_i} \cdot \frac{x_j}{x}$$

$$a_{ij} \in [0; +\infty[$$

Se, $a_{ij} < 1$ Sector pouco implantado
 Se, $a_{ij} = 1$ Implantação idêntica à da região tomada como padrão
 Se, $a_{ij} > 1$ Implantação superior à da região tomada como padrão

$\frac{x_{ij}}{x_i}$ Implantação do sector j na região i

$\frac{x_j}{x}$ Implantação do sector j no conjunto das regiões (ou seja na Região Centro)

- i - Agrupamento de concelhos
- j - Sectores da indústria transformadora

QUOCIENTES DE LOCALIZAÇÃO POR CONCELHOS
A N E X O 18-A

	31	32	33	34	35	36	37	38	39
Carregal do Sal	0,3584	-	9,4222	0,1725	-	-	0,044309	0,22562	-
Mortágua	0,7804	0,9396	2,6544	0,0810	-	4,056726	-	-	-
S. Comba Dão	3,6303	0,0814	4,0661	0,4660	-	0,341636	-	-	-
Tondela	1,0470	-	3,6788	1,9392	0,5643	2,12667	3,696418	1,10677	-
Oliv. Frades	4,7196	-	4,4526	-	-	-	-	-	-
S. Pedro Sul	2,4662	0,3009	3,7580	0,9456	0,7512	0,7313668	-	-	-
Vouzela	1,7165	0,1179	4,6903	1,0135	-	0,4165437	-	1,6466	-
Castro Daire	1,7843	-	7,7676	-	0,3517	0,063696	-	-	-
Mangualde	0,3591	0,6113	2,2144	0,2028	0,0429	0,3112826	1,214906	3,563348	-
Nelas	0,9625	0,2894	1,1935	-	2,9351	0,467299	20,42642	0,4776028	-
Penalva Castelo	4,8991	-	1,9720	-	2,6117	0,135149	-	-	-
Sátão	3,5146	-	2,7698	-	0,1931	1,4686842	-	-	-
V. Nova Paiva	4,6140	-	2,9185	-	-	0,800084	-	-	4,5265
Viseu	1,8777	0,1377	1,7787	4,0374	1,5271	0,33355	0,49587	0,935527	-
DÃO-LAFÕES	1,4228	0,2900	2,9604	1,5230	0,7642	0,480595	2,256657	1,160963	0,12519639

COEFICIENTES DE ESPECIALIZAÇÃO

ANEXO 19

AGRUPAMENTOS DE CONCELHOS	COEF. ESPECIALIZAÇÃO
ÁGUEDA	0,288843
AVEIRO	0,215952
COIMBRA	0,178603
FIGUEIRA DA FOZ	0,070274
LEIRIA	0,274258
ARGANIL	0,494052
COVILHÃ	0,590635
FIGUEIRÓ DOS VINHOS	0,410522
GUARDA	0,377707
LOUSÃ	0,374124
PINHEL	0,654964
SANTA COMBA DÃO	0,341277
SÃO PEDRO DO SUL	0,510003
SEIA	0,572012
TRANCOSO	0,698520
VISEU	0,351446
SERTÃ	0,662534
CASTELO BRANCO	0,320718

$$e_i = \frac{\sum_j \left| \frac{x_{ij}}{x_i} - \frac{x_j}{x} \right|}{2} \quad e_i \in]0;1[$$

Se $e_i \rightarrow 1$ (\Leftrightarrow) elevada especialização

Se $e_i \rightarrow 0$ (\Leftrightarrow) reduzida especialização

ANEXO 19-A

C O N C E L H O S	31	32	33	34	35	36	37	38	39	Coefic. de especializ.
Carregal do Sal			0,80803							0,8080
Mortágua			0,15872			0,6113				0,7700
S. Comba Dão	0,31924		0,29416							0,6134
Tondela	0,0057		0,25655	0,05405		0,2253	0,0604	0,0157		0,6177
Oliveira Frades	0,45145		0,33124							0,7827
S. Pedro Sul	0,17795		0,2646							0,4426
Vouzela	0,08696		0,35406	0,00078				0,0949		0,5367
Castro Daire	0,09519		0,64928							0,7445
Mangualde			0,11651				0,0048	0,3762		0,4975
Nelas			0,01855		0,14018		0,4355			0,4952
Penalva Castelo	0,47323		0,09325		0,11675					0,6832
Sátão	0,3052		0,16979			0,0937				0,5687
Vila N. Paiva	0,43863		0,18406							0,6262
Viseu	0,10653		0,07461	0,1748	0,03818				0,0035	0,3941
Dão-Larões	0,05132		0,18808	0,0301			0,0282	0,0236		0,3213

CAPACIDADE HOTELEIRA

Anexo 20

CONCELHOS	H 5	H 4 H 3	H 2 H 1 P 4 P 3	P 2 P 1	Móteis Estalag. Pousadas	Total Hoteleria	Parques de Campismo (lugares)
Oliveira Frades	-	-	-	30	-	30	-
S. Pedro do Sul	-	-	214	179	-	393	150
Vouzela	-	-	46	-	-	46	-
TOTAL AGRUP.S.P.SUL	-	-	260	209	-	469	150
Carregal do Sal	-	-	38	-	-	38	-
Mortágua	-	-	-	-	-	-	-
S.Camba Dão	-	-	-	-	-	-	-
Tondela	-	-	-	20	12	32	-
TOTAL AGRUP.S.C.DÃO	-	-	38	20	12	70	-
Castro Daire	-	-	-	14	-	14	-
Mangualde	-	170	123	92	38	423	-
Nelas	-	366	150	41	-	557	-
Penalva Castelo	-	-	-	-	-	-	-
Sátão	-	-	-	-	-	-	-
V.Nova de Paiva	-	-	-	-	-	-	-
Viseu	-	176	252	142	22	592	150
TOTAL AGRUP.VISEU	-	712	525	289	60	1 586	150
Aguiar da Beira	-	-	-	-	-	-	-
T O T A L	-	712	823	518	72	2 125	300

FONTE: Guia Hoteleiro de Portugal, 1984
Roteiro Campista de Portugal

A N E X O 21

INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

AGRUPAMENTOS DE CONCELHOS	POPULAÇÃO		Á G U A		ELECTRICIDADE		E S G O T O S		L I X O S	
	RESIDENTE		Popul. Servida	%	Popul. servida	%	Popul. Servida	%	Popul. Servida	%
S. Comba Dão	14 099		2 673	19	13 137	93,2	2 673	20	12 242	86,8
Carreg. Sal	11 137		9 428	84,7	10 823	97,2	1 843	16,5	1 817	16,3
Mortágua	11 291		3 374	29,9	9 468	83,9	731	6,5	2 156	19,1
Tondela	35 906		7 547	21	30 487	84,9	2 966	8,3	6 694	18,6
AGRUP. S. COMBA D.	72 433		23 022	31,8	63 915	88,2	8 213	11,3	30 909	42,7
S. Pedro Sul	21 320		6 557	30,8	18 558	87	2 589	12,1	2 589	12,1
Oliv. Frades	10 391		2 520	24,3	9 344	89,9	1 160	11,2	1 160	11,2
Vouzela	13 407		2 178	16,2	12 224	91,2	1 127	9,1	1 567	11,9
AGRUP. S. P. SUL	45 018		11 255	25,0	40 126	89,1	4 876	10,8	5 316	11,8
Viseu	83 261		36 812	44,2	77 684	93,3	29 905	35,9	36 114	43,4
C. Daire	20 411		10 533	51,6	11 755	75,6	1 399	6,9	1 795	8,8
Mangualde	21 438		9 565	44,6	19 634	91,6	7 325	34,2	5 304	24,7
Nelas	15 069		3 480	23,1	13 751	91,3	5 412	35,9	13 432	89,1
Penalva Castelo	10 172		3 528	34,7	7 929	77,9	1 414	13,9	3 595	35,3
Sátão	13 587		8 720	64,2	12 483	91,9	699	5,1	699	5,1
V. Nova Paiva	6 420		5 935	92,4	6 239	97,2	1 046	16,3	1 046	16,3
AGRUP. VISEU	170 358		78 573	46,1	149 475	87,7	47 200	27,7	61 985	36,4
AGUIAR BEIRA	7 285		4 579	62,9	5 895	80,9	-	-	3 997	54,9
TOTAL ÁREA	295 094		117 429	39,8	259 411	87,9	107 489	36,4	102 207	34,6
REGIÃO CENTRO	1 750 885		866 182	49,5	1 621 722	92,6	409 888	23,4	925 053	52,8

A N E X O 22

Investimentos Municipais

Valores em 10³ escudos

C O N C E L H O S	1 9 8 2			(2)/(1) %	1 9 8 3			(4)/(3) %
	Investimento total (1)	Investimento em Infraestruturas (2)	Investimento total (3)		Investimento em Infraestruturas (4)	Investimento total (3)	Investimento em Infraestruturas (4)	
Castro Daire	150 864	129 337	119 291	85,7	80 355	80 355	67,4	
Mangualde	182 717	127 626	154 409	69,8	107 468	107 468	69,6	
Nelas	76 127	59 466	79 869	78,1	61 909	61 909	77,5	
Penalva do Castelo	66 254	51 254	67 718	77,4	58 266	58 266	86,0	
Sátão	76 594	68 772	54 630	89,8	47 931	47 931	87,7	
Vila Nova de Paiva	32 926	17 755	31 497	53,9	15 576	15 576	49,5	
Viseu	211 474	186 964	276 648	88,4	131 490	131 490	47,5	
TOTAL AGRUP. VISEU	796 956	641 174	784 062	80,5	502 995	502 995	64,2	
Carrégal do Sal	63 645	54 775	47 738	86,1	40 767	40 767	85,4	
Mortágua	70 934	57 246	59 238	80,7	45 833	45 833	77,4	
S. Comédia Dão	127 359	107 929	44 727	84,7	34 764	34 764	77,7	
Tondela	168 381	138 318	145 880	82,1	103 954	103 954	71,3	
TOTAL AGRUP. S.C. DÃO	430 319	358 268	297 583	83,3	225 318	225 318	75,7	
Oliveira de Frades	88 360	33 380	94 563	37,8	49 643	49 643	52,5	
São Pedro do Sul	168 227	156 526	147 202	93,0	124 134	124 134	84,3	
Vouzela	68 147	57 768	66 207	84,8	56 733	56 733	85,7	
TOTAL AGRUP. S.P. SUL	324 734	247 674	307 972	76,3	230 510	230 510	74,8	
Aguiar da Beira	91 391	81 838	72 811	89,5	62 759	62 759	86,2	
T O T A L	1 643 400	1 328 954	1 462 428	80,9	1 021 582	1 021 582	69,9	

Fonte: Contas de Gerência de 1982 e 1983

SITUAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

A N E X O 23

C O N C E L H O S	HOSPITAIS DISTRITAIS		SEÇÕES INTERNAMENTIC EM CENTROS SAÚDE		CENTROS SAÚDE CONCELHIOS	EXTENSÕES DE SAÚDE	OUTROS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE			
	Nº	Nº Camas	Nº	Nº Camas			Estânc. Saúde Termal	Labor. Saúde pública		
Castro Daire			1	29	1	4	1			
Margalôde			1	24	1	6	1			
Nelas			1	14	1	2	1			
Penávia do Castelo					1	2				
Sátão			1	21	1	1				
V. Nova de Paiva	1	461			1	5		1		
Viscu					1					
AGRUPAM. VISEU	1	461	4	88	7	20	3	1		
Carregal do Sal			1	20	1	3				
Mortágua			1	40	1					
Santa Comba Dão			1	28	1	6				
Tomdeila	1				1	15				
AGRUP. S. COMBA DÃO	1		3	88	4	21				
Oliveira de Frades					1	4				
São Pedro do Sul			1	27	1	4		1		
Vouzela			1	50	1	3				
AGRUP. DE S.P. SUL			2	77	3	11		1		

FONTE: Administração Regional de Saúde de Viseu

A N E X O 24
CUIDADOS PRIMÁRIOS DE SAÚDE DE VISEU

C O N C E L H O S	NÚMERO DE MÉDICOS CLÍNICOS GERAIS			NÚMERO DE ENFERMEIROS		
	Necessários	Residentes	Em falta	Necessários	Residentes	Em falta
Castro Daire	13	11	2	17	6	11
Mangualde	15	10	5	18	13	5
Nelas	10	10	-	12	9	3
Penalva do Castelo	7	4	3	4	5	+1
Sátão	9	8	1	12	6	6
Vila Nova de Paiva	5	2	3	3	3	-
Viseu	57	29	28	34	33	1
TOTAL AGRUP. VISEU	116	74	42	100	75	27
Carregal do Sal	8	7	1	13	7	6
Mortágua	8	7	1	15	5	10
Santa Comba Dão	10	9	1	18	14	4
Tondela	24	18	6	14	13	1
TOTAL AGRUP. S. COMBA DÃO	40	41	9	60	39*	21
Oliveira de Frades	7	6	1	9	3	6
São Pedro do Sul	15	11	4	23	9	14
Vouzela	9	6	3	23	8	15
TOTAL AGRUP. S. PEDRO SUL	31	23	8	55	20	35
T O T A L	187	138	59	215	134	83

FONTE: Administração Regional de Cuidados de Saúde de Viseu

A N E X O 25

Equipamento Concelhos	Creches Jardins de Infância		Centros de Dia		Lares p/ Idosos	
	Nº	Capacidade	Nº	Capacidade	Nº	Capacidade
	Castro Daire	1	40	1	35	1
Mangualde	1	125			1	68
Nelas	2	124	1	25		
Penalva do Castelo						
Sátão					1	30
V. Nova de Paiva	5	390	1	50		
Viseu			4	210	1	150
AGRUPAM. DE VISEU	9	679	7	270	4	264
Carrégal do Sal	1	50				
Mortágua						
Santa Comba Dão	1	100				
Tondela	3	175				
AGRUPAM. S. COMBA DÃO	5	325				
Oliveira de Frades	1	35				
S. Pedro do Sul	1	80	1	30	1	75
Vouzela	1	100			1	6
AGRUP. S. PEDRO SUL	3	215	1	30	2	81
T O T A L	17	1 219	8	300	6	345

FONTES: Administração Regional de Saúde de Viseu

ANEXO 26

INVESTIMENTOS MUNICIPAIS PREVISTOS, COM EXECUÇÃO EM 1986

Valores em 10³ escudos

C O N C E L H O S	Anos Anteriores	1985	1986	1987	1988	1989	Anos seguintes	TOTAL
Castro Daire	-	99 600	222 000	151 000	-	-	-	472 600
Mangualde	147 966	89 890	197 326	110 500	62 000	32 000	25 000	664 682
Nelas	40 000	77 900	116 045	75 000	80 000	-	-	388 945
Penalva do Castelo	76 200	27 600	72 377	78 500	62 500	35 000	-	352 177
São	-	40 000	125 700	120 150	38 000	24 000	-	347 850
Vila Nova Paiva	-	96 693	142 775	54 000	13 100	-	-	306 568
Viseu	10 640	108 468	446 938	267 205	90 250	3 850	-	927 351
TOTAL AGRUP.VISEU	274 806	540 151	1 323 161	856 355	345 850	94 850	25 000	3 460 173
Carregal do Sal	3 538	60 076	72 179	16 500	-	-	-	152 293
Mortágua	8 500	46 150	124 370	108 000	106 500	18 500	-	412 020
S.Camba Dão	-	72 500	192 500	55 000	-	-	-	320 000
Tondela	80 400	90 400	340 000	278 500	157 000	55 500	-	1 001 800
TOTAL AGRUP.S.C.DÃO	92 438	269 126	729 049	458 000	263 500	74 000	-	1 886 113
Oliveira de Frades	-	26 000	196 825	185 107	135 900	33 020	31 500	608 352
São Pedro do Sul	-	316 113	179 178	143 084	4 500	-	-	642 875
Vouzela	5 400	85 660	127 605	59 304	-	-	-	277 969
TOTAL AGRUP.S.P. SUL	5 400	427 773	503 608	387 495	140 400	33 020	31 500	1 529 196
Aguilar da Beira	54 000	87 000	186 200	152 000	39 000	-	-	518 200
T O T A L	426 644	1 324 050	2 742 018	1 853 850	788 750	201 870	56 500	7 393 682

A N E X O 27

SANEAMENTO BÁSICO

Valores em 10³ escudos

C O N C E L H O S	Anos		1985	1986	1987	1988	1989	Anos seguintes	T O T A L
	Anteriores	seguintes							
Castro Daire	-	-	24 000	30 000	-	-	-	-	54 000
Mangualde	126 366	110 500	34 735	134 450	16 500	62 000	32 000	25 000	525 051
Nelas	40 000	45 000	58 000	65 000	25 000	80 000	-	-	288 000
Penalva do Castelo	45 000	32 000	11 500	33 877	32 000	19 000	3 000	-	144 377
Sátão	-	17 000	28 500	54 250	55 000	-	-	-	99 750
V. Nova de Paiva	-	21 000	80 193	115 875	146 000	-	-	-	217 068
Viseu	10 640	96 205	19 086	70 859	321 705	236 200	3 850	-	275 840
TOTAL AGRUP. VISEU	222 006	321 705	256 014	504 311	321 705	236 200	38 850	25 000	1 604 086
Carregal do Sal	3 538	16 500	60 076	72 179	16 500	-	-	-	152 293
Mortágua	7 800	25 000	13 700	19 500	25 000	3 000	-	-	69 000
S. Comba Dão	-	55 000	72 500	192 500	55 000	-	-	-	320 000
Tondela	73 800	146 000	31 400	141 000	146 000	105 000	15 000	-	512 200
TOTAL AGRUP. S.C.DÃO	85 138	242 500	177 676	425 179	242 500	108 000	15 000	-	1 053 493
Oliveira de Frades	-	56 000	4 000	80 000	56 000	45 000	-	-	185 000
S. Pedro do Sul	-	55 300	7 000	38 500	55 300	-	-	-	100 800
Vouzela	5 400	13 500	14 300	28 400	13 500	-	-	-	61 600
TOTAL AGRUP. S.P. SUL	5 400	124 800	25 300	146 900	124 800	45 000	-	-	347 400
Aguilar da Beira	37 000	34 000	43 000	141 500	34 000	26 000	-	-	281 500
T O T A L	349 544	723 005	501 990	1 217 890	723 005	415 200	53 850	25 000	3 286 479

ANEXO 28
REDE VIÁRIA MUNICIPAL

Valores em 10³ escudos

C O N C E L H O S	Anos Anteriores	1985	1986	1987	1988	1989	Anos seguintes	T O T A L
Castro Daire	-	42 600	132 000	91 000	-	-	-	265 600
Mangualde	-	22 000	35 176	-	-	-	-	57 176
Nelas	-	14 000	33 000	15 000	-	-	-	62 000
Penalva do Castelo	31 200	14 100	27 500	34 500	35 500	24 000	-	166 800
Sátão	-	11 500	35 450	46 150	-	-	-	93 100
Vila Nova de Paiva	-	16 500	26 900	33 000	13 100	-	-	89 500
Viseu	-	24 521	190 779	145 600	15 050	-	-	375 950
AGRUPAM. DE VISEU	31 200	145 221	480 805	365 250	63 650	24 000	-	1 110 126
Carregal do Sal	-	-	-	-	-	-	-	-
Mortágua	700	28 450	42 370	43 000	61 500	-	-	176 020
S. Comba Dão	-	-	-	-	-	-	-	-
Tondela	-	48 000	149 500	83 000	27 000	-	-	307 500
AGRUP. S. COMBA DÃO	700	76 450	191 870	126 000	88 500	-	-	483 520
Oliveira de Frades	-	15 000	70 500	82 000	57 500	-	-	225 000
São Pedro do Sul	-	309 113	140 678	87 784	4 500	-	-	542 075
Vouzela	-	27 460	75 205	31 704	-	-	-	134 369
AGRUPAM. S. PEDRO SUL	-	351 573	286 383	201 488	62 000	-	-	901 444
Aguiar da Beira	12 000	34 000	39 700	98 000	13 000	-	-	196 700
T O T A L	43 900	607 244	998 758	790 738	227 150	24 000	-	2 691 790

A N E X O 29

INFRAESTRUTURAS DE APOIO A ACTIVIDADES PRODUTIVAS

Valores em 10³ escudos

C O N C E L H O S	Anos anteriores	1985	1986	1987	1988	1989	Anos seguintes	T O T A L
Castro Daire	-	33 000	60 000	60 000	-	-	-	153 000
Mangualde	21 600	33 155	27 700	-	-	-	-	82 455
Nelas	-	1 500	13 500	15 000	-	-	-	30 000
Penalva Castelo	-	-	5 000	9 000	8 000	8 000	-	30 000
Sátão	-	-	36 000	57 000	38 000	24 000	-	155 000
V. Nova Paiva	-	-	-	-	-	-	-	-
Viseu	-	64 861	185 300	25 400	-	-	-	275 561
AGRUPAM. DE VISEU	21 600	132 516	327 500	166 400	46 000	32 000	-	726 016
Carregal do Sal	-	-	-	-	-	-	-	-
Mortágua	-	4 000	62 500	40 000	42 000	18 500	-	167 000
S. Comba Dão	-	-	-	-	-	-	-	-
Tondela	1 600	8 000	47 000	49 500	25 000	40 500	-	171 600
AGRUP. S. COMBA DÃO	1 600	12 000	109 500	49 500	67 000	59 000	-	338 600
Oliveira Frades	-	7 000	46 325	47 107	33 400	33 020	31 500	198 352
S. Pedro do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-
Vouzela	-	43 900	24 000	14 100	-	-	-	82 000
AGRUP. S. PEDRO SUL	-	50 900	70 325	61 207	33 400	33 020	31 500	280 352
Aguiar da Beira	5 000	10 000	5 000	20 000	-	-	-	40 000
T O T A L	28 200	205 416	512 325	337 107	146 400	124 020	31 500	1 384 968

ANEXO 30

E L E C T R I F I C A Ç Ã O

Valores em 10³ escudos

C O N C E L H O S	Anos Anteriores	1985	1986	1987	1988	1989	Anos Seguintes	T O T A L
Castro Daire								
Mangualde								
Nelas		4 400	4 545					8 945
Penalva do Castelo		2 000	6 000	3 000				11 000
Sátão								
V.Nova de Paiva								
Viseu								
TOTAL AGRUP.VISEU		6 400	10 545	3 000				19 945
Carregal do Sal								
Mortágua								
S.Comba Dão								
Tondela	5 000	3 000	2 500					10 500
TOTAL AGRUP.S.C.DÃO	5 000	3 000	2 500					10 500
Oliveira Frades								
S.Pedro do Sul								
Vouzela								
TOTAL AGRUP.S.P.SUL								
Aguiar da Beira								
T O T A L	5 000	9 400	13 045	3 000				30 445

A N E X O 31

INVESTIMENTOS PREVISTOS APÓS 1986

Valores em 10³ escudos

C O N C E L H O S	ARRUAMENTOS	REDE VIÁRIA	SANEAMENTO BÁSICO	ELECTRIFICAÇÃO	INFRAESTRUT. DE APOIO ÀS ACTIV. PROD.	T O T A L
Castro Daire	-	-	-	-	-	-
Mangualde	-	-	-	-	-	-
Nelas	-	-	-	-	-	-
Penalva Castelo	-	-	-	-	-	-
Sátão	-	48 000	161 600	-	-	-
V.Nova Paiva	-	-	-	-	-	-
Viseu	-	-	-	-	-	-
AGRUPAM. DE VISEU		48 000	161 600			209 600
Carregal do Sal	30 000	177 000	25 000	-	75 000	307 000
Mortágua	-	190 800	-	-	-	190 800
S.Comba Dão	-	-	145 000	-	-	145 000
Tondela	-	234 000	324 250	-	150 000	708 250
AGRUP. S.COMBA DÃO	30 000	601 800	494 250	-	225 000	1 351 050
Oliveira Frades	-	160 000	-	-	-	160 000
S. Pedro do Sul	-	8 640	-	-	-	8 640
Vouzela	-	-	-	-	-	-
AGRUP. S.PEDRO SUL	-	168 640	-	-	-	168 640
AGUIAR DA BEIRA	-	-	-	-	-	-
T O T A L	30 000	818 440	655 850	-	225 000	1 729 290

NOTA: Recolha não exaustiva

Composto e Impresso
na Secção de OFFSET da
Comissão de de Coordenação
da Região Centro
Maio 1986
Tiragem: 750 exemplares